



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### Seção II

ANO XXXVI — Nº 134

SÁBADO, 24 DE OUTUBRO DE 1981

BRASÍLIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional, aprovou, nos termos do art. 44, inciso I da Constituição, e eu, Jarbas Passarinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 1981

**Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria sobre Serviços Aéreos entre seus respectivos Territórios e Além, concluído em Brasília, a 10 de janeiro de 1979.**

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria sobre Serviços Aéreos entre seus respectivos Territórios e Além, concluído em Brasília, a 10 de janeiro de 1979.

Parágrafo único. Quaisquer atos de que possam resultar revisão do Acordo, de que trata este artigo, ficarão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de outubro de 1981. — Senador *Jarbas Passarinho*, Presidente.

### ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO MILITAR FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA SOBRE SERVIÇOS AÉREOS ENTRE SEUS RESPECTIVOS TERRITÓRIOS E ALÉM

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria, daqui em diante referidos como as "Partes Contratantes",

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil e a República Federal da Nigéria são Partes da Convenção de Aviação Civil Internacional, aberta à assinatura em 7 de dezembro de 1944, e

DESEJANDO concluir um Acordo suplementar à dita Convenção, com o propósito de estabelecer serviços aéreos entre seus respectivos territórios e além,

Acordaram no seguinte:

#### ARTIGO I Interpretação

Para fins do presente Acordo e do seu Anexo, exceto se o texto especificar de outra forma:

a) o termo "a Convenção" significa a Convenção de Aviação Civil Internacional, aberta à assinatura em Chicago em 7 de dezembro de 1944, e inclui quaisquer Anexos adotados conforme o Artigo 90 daquela Convenção e qualquer Emenda aos Anexos daquela Convenção, de acordo com seus Artigos 90 e 94, desde que aqueles Anexos e Emendas tenham sido adotados por ambas as Partes Contratantes;

b) o termo "Autoridades Aeronáuticas" significa, no caso da República Federativa do Brasil, o Ministro da Aeronáutica, responsável por assuntos relativos à Aviação Civil, ou qualquer pessoa ou organização autorizada a desempenhar quaisquer funções presentemente exercidas pelo referido Ministro ou funções similares, e, no caso da República Federal da Nigéria o Comis-

sário responsável por assuntos relativos à Aviação Civil ou qualquer pessoa ou organização autorizada a desempenhar quaisquer funções presentemente exercidas pelo referido Comissário ou funções similares;

c) o termo "empresa aérea designada" significa uma empresa aérea que tenha sido designada e autorizada, conforme o Artigo III do presente Acordo;

d) o termo "território", em relação a um Estado, significa as áreas terrestres e águas territoriais a ele adjacentes sob a soberania ou proteção daquele Estado;

e) os termos "serviço aéreo", "serviço aéreo internacional", "empresa aérea" e "escala para fins não-comerciais" têm os significados respectivamente a eles atribuídos no Artigo 96 da Convenção; e

f) os termos "equipamento de aeronave", "estoques de aeronave" e "partes sobressalentes" têm os significados respectivamente a eles atribuídos no Anexo 9 da Convenção.

#### ARTIGO II

##### Direitos e Privilégios das Empresas Aéreas Designadas

I. Cada Parte Contratante concede à outra Parte Contratante os direitos especificados no presente Acordo para fins de estabelecer serviços aéreos internacionais regulares, nas rotas especificadas na seção apropriada do Quadro de Rotas anexado ao presente Acordo. Tais serviços e rotas são daqui em diante chamados "serviços acordados" e "rotas especificadas", respectivamente. A empresa aérea designada por cada Parte Contratante deverá ter, enquanto operar um serviço acordado em uma rota especificada, os seguintes direitos:

a) voar sem pousar através do território da outra Parte Contratante;

b) fazer escalas para fins não-comerciais no dito território; e

c) fazer escalas no dito território em pontos especificados para a rota do Quadro de Rotas do presente Acordo para fins de desembarcar e embarcar

tráfego internacional de passageiros, carga e mala postal, provenientes do, ou destinados ao território da outra Parte Contratante.

2. Nada do que consta do parágrafo 1º deste Artigo deverá ser considerado para conferir à empresa aérea de uma Parte Contratante o privilégio de embarcar, no território da outra Parte Contratante, passageiros, carga ou mala postal destinados a outro ponto no território da outra Parte Contratante.

### ARTIGO III

#### Designação de Empresas Aéreas

1. Cada Parte Contratante deverá ter o direito de designar, por escrito, à outra Parte Contratante uma empresa aérea, para fins de operar os serviços acordados nas rotas especificadas.

2. Ao receber a notificação de tal designação, a outra Parte Contratante deverá, de conformidade com o previsto nos parágrafos 3º e 4º deste Artigo, conceder sem demora à empresa aérea designada a apropriada autorização de operação.

3. As Autoridades Aeronáuticas de uma Parte Contratante poderão requerer a uma empresa aérea designada pela outra Parte Contratante a prova de que está qualificada para preencher as condições prescritas nas leis e regulamentos, normal e razoavelmente aplicados à operação de serviços aéreos internacionais por tais autoridades, em conformidade com as prescrições da Convenção.

4. Cada Parte Contratante deverá ter o direito de recusar conceder a autorização de operação, referida no parágrafo 2 deste Artigo, ou impor as condições que julgar necessárias ao exercício, pela empresa aérea designada, dos direitos especificados no Artigo II deste Acordo, em qualquer caso em que a dita Parte Contratante não esteja convencida de que a propriedade substancial e o controle efetivo daquela empresa aérea estão de posse da Parte Contratante designadora da empresa aérea ou de seus nacionais.

### ARTIGO IV

#### Validade de Certificados

1. Certificados de aeronavegabilidade, certificados de competência e licenças expedidas ou validadas por qualquer Parte Contratante, e que não tenham expirado, deverão ser reconhecidos como válidos pela outra Parte Contratante, para fins de operar as rotas especificadas no Anexo a este Acordo.

2. A cada Parte Contratante se reserva o direito de recusar reconhecer como válidos, para fins de operar as ditas rotas sobre seu próprio território, certificados de competência e licenças expedidas aos seus próprios nacionais pela outra Parte Contratante.

### ARTIGO V

#### Revogação e Suspensão de Direitos

1. Cada Parte Contratante deverá ter o direito de revogar uma autorização de operação ou suspender o exercício de direitos, especificados no Artigo II do presente Acordo, de uma empresa aérea designada pela outra Parte Contratante, ou impor as condições que julgar necessárias para o exercício desses direitos, em qualquer dos seguintes casos:

a) quando não estiver convencida de que a propriedade substancial e o controle efetivo daquela empresa estão de posse da Parte Contratante designadora da empresa ou dos nacionais de tal Parte Contratante;

b) quando a empresa aérea faltar ao cumprimento das leis e regulamentos da Parte Contratante que concede esses direitos;

c) se a empresa aérea, de qualquer forma, deixar de operar conforme as condições prescritas no presente Acordo.

2. A menos que revogação imediata, suspensão ou imposição das condições mencionadas no parágrafo 1 deste Artigo seja essencial para prevenir posteriores infringências de leis ou regulamentos, tal direito deverá ser exercido, somente após consulta com a outra Parte Contratante.

### ARTIGO VI

#### Isenção de Direitos Alfandegários, etc.

1. Aeronaves operadas em serviços internacionais pela empresa aérea designada de qualquer Parte Contratante, assim como seus equipamentos regulares, suprimentos de combustíveis e lubrificantes e provisões de bordo (incluindo alimentos, bebidas e tabaco), a bordo de tais aeronaves, deverão estar isentos de todos os direitos alfandegários, taxas de inspeção e outros ônus similares, ao chegar ao território da outra Parte Contratante, com a condição de que tais equipamentos e suprimentos permaneçam a bordo da aeronave até o momento em que eles são reexportados ou usados na parte da viagem realizada sobre aquele território.

2. Deverão, também, estar isentos dos mesmos direitos, taxas e ônus, com exceção dos pagamentos correspondentes aos serviços prestados:

a) provisões de bordo embarcadas no território de uma Parte Contratante, dentro dos limites fixados pelas autoridades da dita Parte Contratante e para uso a bordo de aeronave que deixe esse território, engajada em serviço internacional da outra Parte Contratante;

b) peças sobressalentes introduzidas no território de qualquer Parte Contratante para manutenção e reparos de aeronaves usadas em serviços internacionais pela empresa aérea designada pela outra Parte Contratante;

c) combustíveis e lubrificantes destinados a suprir aeronaves que deixam o território, operadas em serviços internacionais pela empresa aérea designada da outra parte contratante, mesmo quando estes suprimentos são usados na parte da viagem realizada sobre o território da Parte Contratante, na qual eles foram embarcados.

Os materiais referidos nos subparágrafos a), b) e c) acima podem ser solicitados a permanecer sob controle e supervisão alfandegária.

### ARTIGO VII

#### Tratamento de Equipamento Regular de Bordo, etc.

O equipamento regular de bordo, assim como os materiais e suprimentos retidos a bordo da aeronave de qualquer Parte Contratante, podem ser descarregados no território da outra Parte Contratante somente com a aprovação das autoridades alfandegárias deste território. Em tal caso, eles podem ser colocados sob a supervisão das ditas autoridades até o momento em que forem reexportados, ou de outra maneira descartados, de acordo com os regulamentos alfandegários.

### ARTIGO VIII

#### Modo de Operação

1. Deverá haver justa e igual oportunidade para a empresa aérea designada de cada Parte Contratante para operar os serviços acordados nas rotas especificadas.

2. A menos que de outra forma acordado entre as duas empresas aéreas designadas e sujeito às prescrições do parágrafo 4 deste Artigo, ao operar os serviços acordados, a capacidade deverá ser dividida igualmente entre as empresas aéreas das duas Partes Contratantes.

3. A capacidade total a ser oferecida em cada rota especificada deverá estar de acordo com a demanda de tráfego, razoavelmente antecipada.

4. A fim de atender às necessidades de crescimento do tráfego periódico ou futuro nas rotas especificadas no Anexo a este Acordo, as empresas aéreas designadas por ambas as Partes Contratantes deverão entrar em entendimentos relativos às condições sob as quais os serviços aéreos deverão determinar a frequência dos serviços e os horários. Esses entendimentos e quaisquer modificações neles incluídas deverão ser submetidos às Autoridades Aeronáuticas das duas Partes Contratantes para aprovação.

5. Se, ou enquanto, a empresa designada de uma Parte Contratante não utilizar o total ou parte da capacidade a que tem direito em uma ou mais rotas, ela pode concordar em permitir que a empresa designada da outra Parte Contratante utilize dita parte de capacidade, durante um período especificado. Tal Acordo deverá ser submetido às Autoridades Aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes, para aprovação, antes de ser implementado.

### ARTIGO IX

#### Tarifas

1. As tarifas a serem cobradas pelas empresas aéreas designadas de uma das Partes Contratantes, para uso do território da outra Parte Contratante, serão estabelecidas a níveis razoáveis, tomando-se na devida conta todos os fatores relevantes, inclusive custo de operação, lucros razoáveis e as tarifas de outras empresas aéreas.

2. As tarifas referidas no parágrafo 1 deste Artigo assim como as taxas por serviços de agenciamento, serão estabelecidas mediante Acordo entre as empresas aéreas designadas por ambas as Partes Contratantes, em consulta com outras empresas aéreas que operam em toda a rota ou em parte dela, e, sempre que possível, através do mecanismo da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA) para a fixação de tarifas.

3. As tarifas assim acordadas deverão ser submetidas à aprovação das Autoridades Aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes pelo menos trinta (30) dias antes da data proposta para sua introdução. Em casos especiais, este prazo poderá ser reduzido, sujeito a acordo das referidas Autoridades.

4. Se as empresas designadas não obtiverem Acordo sobre qualquer uma das tarifas ou se, por outras causas, não for possível chegar a acordo sobre uma tarifa, em conformidade com o parágrafo 2 deste Artigo, ou só durante os primeiros quinze (15) dias do prazo de trinta (30) dias mencionado no pa-

rágrafo 3 deste Artigo, uma Parte Contratante notificará a outra de sua desaprovação de qualquer tarifa fixada nos termos do parágrafo 2 deste Artigo, as Autoridades Aeronáuticas das Partes Contratantes tentarão estabelecer a tarifa mediante acordo entre si.

5. Se as Autoridades Aeronáuticas não chegarem a acordo sobre qualquer tarifa que lhes for submetida nos termos do parágrafo 3 deste Artigo, a divergência será resolvida de conformidade com as disposições do Artigo XIII do presente Acordo.

6. Sujeita às disposições do parágrafo 5 deste Artigo, nenhuma tarifa entrará em vigor sem a aprovação das Autoridades Aeronáuticas de qualquer das Partes Contratantes.

7. As tarifas estabelecidas de conformidade com o previsto neste Artigo vigorarão até que outras venham a ser estabelecidas.

#### ARTIGO X Informações Estatísticas

As Autoridades Aeronáuticas de cada Parte Contratante deverão fornecer às Autoridades Aeronáuticas da outra Parte Contratante, a pedido desta última, informações estatísticas, razoavelmente solicitadas, para fins de revisar a capacidade oferecida nos serviços acordados pela empresa designada da primeira Parte Contratante.

Tais informações deverão incluir todos os dados necessários para determinar a quantidade de tráfego transportado pela empresa aérea nos serviços acordados, bem como a origem e o destino de tal tráfego.

#### ARTIGO XI Transferência do Excesso de Receitas

Cada Parte Contratante concede à empresa aérea designada da outra Parte Contratante o direito de transferir, à taxa oficial de câmbio, o excesso das receitas sobre as despesas, obtido pela empresa desta última Parte, no seu território, relativo ao transporte de passageiros, carga e mala postal, sujeito ao regulamento em vigor no território de cada Parte Contratante. Sempre que o sistema de pagamentos entre as Partes Contratantes for regido por um acordo especial, este Acordo deverá ser aplicado.

#### ARTIGO XII Consultas

1. Com vistas a uma estreita colaboração, as Autoridades Aeronáuticas das Partes Contratantes consultar-se-ão periodicamente, para assegurar a implementação do Acordo e a execução satisfatória de suas disposições e Anexo, assim como quando julgarem necessário modificá-lo.

2. Qualquer das Partes Contratantes poderá solicitar uma consulta, a qual poderá ser efetuada em reunião ou por correspondência e deverá iniciar-se no prazo de sessenta (60) dias, a partir da data da solicitação, a menos que ambas as Partes Contratantes concordem na prorrogação desse prazo.

#### ARTIGO XIII Solução de Divergências

1. As Partes Contratantes empenhar-se-ão para dirimir as divergências que possam surgir quanto à interpretação ou à aplicação do presente Acordo e seu Anexo, através de negociações entre suas respectivas Autoridades Aeronáuticas. No caso de não ser alcançado acordo, a divergência será resolvida, por via diplomática, entre as Partes Contratantes.

2. Caso as Partes Contratantes não cheguem a uma solução da divergência, por via diplomática, qualquer Parte Contratante poderá tomar a decisão de denunciar o Acordo, de conformidade com o Artigo XVIII.

#### ARTIGO XIV Consequência de Acordos Multilaterais

O presente Acordo e seu Anexo deverão ser modificados de modo que suas disposições se conciliem com a entrada em vigor de quaisquer tratados multilaterais dos quais ambos sejam Partes.

#### ARTIGO XV Aplicação da Lei Local

1. As leis e regulamentos de uma Parte Contratante relativos à entrada em seu território, sobrevôo de território ou saída do mesmo, de aeronaves empregadas em serviço aéreo internacional, ou relativos à exploração e à navegação de tais aeronaves dentro de seu território, serão aplicadas às aeronaves da empresa designada pela outra Parte Contratante.

2. Da mesma forma, as leis, normas e regulamentos de cada Parte Contratante, especialmente os relativos à entrada em seu Território ou saída do mesmo, de passageiros, tripulações e carga (como sejam os concernentes à entrada, saída, imigração, passaportes, alfândega e quarentena) aplicar-se-ão aos passageiros, tripulações e carga de aeronaves da empresa dirigida pela outra Parte Contratante, quando no território da primeira Parte Contratante.

#### ARTIGO XVI Registro do Acordo Junto à OACI

O presente Acordo e seu Anexo e os demais atos que os modifiquem, assim como qualquer troca de notas concernentes ao Acordo ou seu Anexo, serão registrados junto à Organização de Aviação Civil Internacional.

#### ARTIGO XVII Emendas

Se qualquer das Partes Contratantes desejar modificar qualquer cláusula do presente Acordo, inclusive os Quadros de Rotas, em anexo as modificações, se acordadas entre as Partes Contratantes e se necessárias após a consulta prevista no Artigo XII do presente Acordo, passarão a vigorar após sua confirmação por troca de notas, por via diplomática.

#### ARTIGO XVIII Denúncia

1. O presente Acordo será concluído por tempo indefinido, sujeito às disposições do parágrafo 2. abaixo.

2. Cada uma das Partes Contratantes poderá, em qualquer tempo, notificar à outra Parte Contratante o seu propósito de denunciar o presente Acordo, fazendo simultaneamente uma comunicação, no mesmo sentido, à Organização de Aviação Civil Internacional. O presente Acordo deixará de vigorar doze (12) meses depois da data do recebimento da notificação pela outra Parte Contratante, salvo se for retirada, por consenso de ambas as Partes, antes de expirar aquele prazo. Se não for acusado o recebimento da notificação pela Parte Contratante à qual foi dirigida, entender-se-á recebida 14 (quatorze) dias depois de o ter sido pela Organização de Aviação Civil Internacional.

#### ARTIGO XIX Entrada em Vigor

1. O presente Acordo será objeto de ratificação pelas Partes Contratantes e os instrumentos respectivos serão trocados por via diplomática.

2. O presente Acordo e seu Anexo serão aplicados provisoriamente a partir da data de sua assinatura e, em caráter definitivo, na data de troca dos instrumentos de ratificação.

3. Se os instrumentos de ratificação não forem trocados no prazo de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura, qualquer das partes Contratantes poderá denunciar o presente Acordo mediante notificação por escrito à outra Parte Contratante, no prazo de 12 (doze) meses.

EM FE DO QUE, os abaixo-assinados, devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinam o presente Acordo.

FEITO em Brasília, aos dez dias do mês de janeiro de 1979, em dois originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos. Em caso de discrepância entre os dois textos, o texto em inglês deverá prevalecer.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: *Antonio F. Azeredo da Silveira*.

Pelo Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria: *Shehu Musa Yar'Adua*.

#### ANEXO Quadro de rotas nº1

Rotas a serem operadas pela empresa aérea designada pela República Federativa do Brasil:

Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4
Pontos de Partida	Pontos Intermediários	Pontos na Nigéria	Pontos Além
Pontos no Brasil	*Luanda *Douala	Lagos ou kano	

1. A empresa aérea designada pode omitir qualquer ponto intermediário ou além em qualquer dos vôos nas rotas especificadas.

2. A empresa aérea designada pode suspender qualquer dos seus serviços nas rotas especificadas.

3. Frequência: um vôo semanal.

4. As rotas acima podem ser operadas em qualquer direção.

5. Tipo de aeronave: B-707 ou equivalente.

6. A empresa designada terá direitos de tráfego de 5ª liberdade nos seguintes trechos:

Lagos ou Kano — Luanda — Lagos ou Kano

Lagos ou Kano — Douala — Lagos ou Kano

\*Não são compulsórios

7. Cada empresa aérea designada deverá submeter seus horários às Autoridades Aeronáuticas da outra Parte Contratante, para aprovação, pelo menos trinta (30) dias antes da data de início do serviço programado.

**ANEXO**  
**Quadro de Rotas nº 2**

Rotas a serem operadas pela empresa aérea designada pelo Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria.

Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4
Pontos de Partida	Pontos Intermediários	Pontos no Brasil	Pontos Além
Pontos na Nigéria	*Acra *Monróvia	Rio de Janeiro ou São Paulo	-----

1. A empresa aérea designada pode omitir qualquer ponto intermediário ou além em qualquer dos vôos nas rotas especificadas.

2. A empresa aérea designada pode suspender qualquer dos seus serviços nas rotas especificadas.

3. Frequência: um vôo semanal.

4. As rotas acima podem ser operadas em qualquer direção.

5. Tipo de aeronave: B-707 ou equivalente.

6. Cada empresa aérea designada deverá submeter seus horários às Autoridades Aeronáuticas da outra Parte Contratante, para aprovação, pelo menos trinta (30) dias antes da data de início do serviço programado.

7. A empresa aérea designada pelo Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria terá direitos de tráfico de 5ª liberdade entre:

(a) Rio de Janeiro ou São Paulo — Acra e vice-versa;

(b) Rio de Janeiro ou São Paulo — Monróvia e vice-versa.

\*Não são obrigatórios.

## SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Jarbas Passarinho, Presidente, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO Nº 104, DE 1981

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, a elevar em Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.**

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinado a execução de obras de infra-estrutura urbana em áreas de conjuntos habitacionais, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de outubro de 1981. — Senador *Jarbas Passarinho*, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Jarbas Passarinho, Presidente, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO Nº 105, DE 1981

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Macapá, Território do Amapá, a elevar em Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.**

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Macapá, Território do Amapá, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto ao Banco da Amazônia S.A., este na qualidade de agente administrador do Fundo de Desenvolvimento Urbano da Amazônia — FUNDURBANO, destinado à aquisição de equipamentos motomecanizados para a usina de asfalto, serviço de terraplenagem e obras de arte, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de outubro de 1981. — Senador *Jarbas Passarinho*, Presidente

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Jarbas Passarinho, Presidente, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO Nº 106, DE 1981

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Maringá, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 289.527.190,95 (duzentos e oitenta e nove milhões, quinhentos e vinte e sete mil, cento e noventa cruzeiros e noventa e cinco centavos).**

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Maringá, Estado do Paraná, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 289.527.190,95 (duzentos e oitenta e nove milhões, quinhentos e vinte e sete mil, cento e noventa cruzeiros e noventa e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinado à execução de obras de infra-estrutura em vias de acesso aos Conjuntos Habitacionais: “Branca de Jesus Camargo Vieira”, “Ney Braga” e “Hermann Moraes Barros”, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de outubro de 1981. — Senador *Jarbas Passarinho*, Presidente.

## SUMÁRIO

## I — ATA DA 189ª SESSÃO, EM 23 DE OUTUBRO DE 1981

## 1.1 — ABERTURA

## 1.2 — EXPEDIENTE

## 1.2.1 — Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 439/SM/81, encaminhando o quadro resumo das sanções aplicadas no período de 27 de agosto a 17 de setembro de 1981, bem como discriminação dos recursos providos no mesmo período por aquela Corte de Contas.

## 1.2.2 — Ofícios do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados

— Encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

— Projeto de Lei da Câmara nº 104/81 (nº 4.442/81, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a retribuição dos Grupos Direção e Assessoramento Superiores e Direção e Assistência Intermediárias dos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, e dá outras providências.

— Projeto de Lei da Câmara nº 105/81-Complementar (nº 60/75, na Casa de origem), que altera dispositivo da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que "estabelece requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios".

— Projeto de Decreto Legislativo nº 37/81 (nº 87/80, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo Regular, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Bélgica, em Bruxelas, a 19 de setembro de 1980.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 38/81 (nº 112/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Delimitação Marítima entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, concluído em Paris, a 30 de janeiro de 1981.

## 1.2.3 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

— Mensagens nºs 47/80 e 198/81; Projeto de Lei da Câmara nº 94/81-Complementar; Projeto de Lei do Senado nº 236/81-DF, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1982, referentes às seguintes partes: Gabinete do Governador e Procuradoria-Geral; Secretaria de Agricultura e Produção; Secretaria de Educação e Cultura; Secretaria de Finanças; Secretaria do Governo e Secretaria de Administração; Secretaria de Segurança Pública; Secretaria de Saúde e Secretaria de Serviços Sociais; Secretarias de Viação e Obras e de Serviços Públicos e Tribunal de Contas do Distrito Federal, Receita e Texto da Lei; Projetos de Resolução nºs 7/81; 205/80; 68, 84, 91, 8 e 64/81.

## 1.2.4 — Expediente recebido

Lista nº 7, de 1981

## 1.2.5 — Comunicação da Presidência

Prazo para oferecimento de emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 104/81, lido no Expediente.

## 1.2.6 — Leitura de Projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 315/81, de autoria do Sr. Senador Paulo Brossard, que dá nova redação ao *caput* do art. 55 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.

— Projeto de Lei do Senado nº 316/81, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que altera dispositivo da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para o fim de impedir qualquer discriminação salarial baseada no sexo dos trabalhadores.

— Projeto de Lei do Senado nº 317/81, de autoria do Sr. Senador Cunha Lima, que dispõe sobre a comercialização de bem móvel durável, pelo sistema de Consórcio, e dá outras providências.

— Projeto de Lei do Senado nº 318/81, de autoria do Sr. Senador Valdon Varjão, que garante aos portugueses residentes no Brasil, que hajam contribuído para a Previdência Social de seu País, a contagem, no regime do Instituto Nacional da Previdência Social — INPS, do tempo de serviço computado no País de origem.

## 1.2.7 — Comunicação

Dó Sr. Senador Evandro Carreira que se ausentará do País.

## 1.2.8 — Requerimento

Nº 359/81, de autoria do Sr. Senador Almir Pinto, solicitando não seja realizada sessão no Senado no dia 28 de outubro de 1981, nem haja Expediente em sua Secretaria. *Aprovado.*

## 1.2.9 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — X Festival de Arte de São Cristóvão-SE.

SENADOR JORGE KALUME — "Dia do Aviador".

SENADOR MARCOS FREIRE — Rejeição, pelo Congresso Nacional, da extensão das sublegendas para as eleições de Governador.

SENADOR AFFONSO CAMARGO — Reajustamento semestral para os servidores públicos.

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Visita ao Senado do Dr. Joaquin Barraqueth, médico oftalmologista de Barcelona-Espanha.

## 1.2.10 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se no próximo dia 27, às 14 horas, anteriormente convocada para aquele dia, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

## 1.2.11 — Requerimento

Nº 360/81, de autoria do Srs. Senadores Marcos Freire e Affonso Camargo, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 191/80.

## 1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº 49/81, que autoriza o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos), destinado ao Programa de Investimento do Estado. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Resolução nº 4/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) a elevar em Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e hum centavos), o montante de sua dívida consolidada. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Resolução nº 5/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Alterosa (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Resolução nº 6/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos (SP) a elevar em Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos), o montante de sua dívida consolidada. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Resolução nº 38/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a elevar em Cr\$ 282.483.630,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e trinta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Resolução nº 88/81, que autoriza a Escola Superior de Educação Física de Goiás a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 9.813.300,00 (nove milhões, oitocentos e treze mil e trezentos cruzeiros). *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Resolução nº 101/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Maceió (AL) a elevar em Cr\$ 130.213.939,45 (cento e trinta milhões, duzentos e treze mil, novecentos e trinta e nove cruzeiros e quatro e cinco centavos), o montante de sua dívida consolidada. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Resolução nº 60/81, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a elevar em Cr\$ 128.968.800,00 (cento e vinte e oito

milhões, novecentos e sessenta e oito mil e oitocentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 102/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) a elevar em Cr\$ 526.716.000,00 (quinhentos e vinte e seis milhões, setecentos e dezesseis mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 108/81, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 10.027.899.259,79 (dez bilhões, vinte e sete milhões, oitocentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e nove cruzeiros e setenta e nove centavos), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 90/81, que autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 634.053.100,00 (seiscentos e trinta e quatro milhões, cinquenta e três mil e cem cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 40/81, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo do Escritor Josué Montello, referente ao ingresso do ex-Ministro Eduardo Portella na Academia Brasileira de Letras. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 43/81, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, das ordens do dia dos Ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, baixadas em comemoração ao 17º aniversário da Revolução de março de 1964. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 268/81, do Senador Marcos Freire, solicitando urgência, para o Projeto de Lei do Senado nº 240/80, do Senador Franco Montoro, que estabelece a participação de representante dos empregados e empresários na administração da Previdência Social (INPS, IAPAS, e INAMPS). **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 149/81, de 1981, do Senador Mauro Benevides solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "O Nordeste é Vítima do Estouro do Orçamento Monetário", de autoria do economista Sérgio Machado, publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 23 de junho de 1981. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 313/81, do Senador Marcos Freire, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 156/79, do Senador Humberto Lucena, que institui o seguro-desemprego e determina outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 22/81, do Senador Jorge Kalume, que dispõe sobre enquadramento de professores colaboradores e auxiliares de ensino e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 117/79, do Senador Jorge Kalume, que dispõe sobre a aplicação, como incentivos fiscais, na área da SUDAM, da totalidade do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas domiciliadas na Amazônia Legal e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 357/79, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os coveiros e empregados em cemitérios. (Apreciação preliminar da juridicidade). **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 142/80, do Senador Orestes Quêrcia, alterando o dispositivo da Lei nº 3.807 de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 146/80, do Senador Orestes Quêrcia, que isenta do imposto de renda o 13º salário. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 163/80, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 40/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Discussão sobrestada**, por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 309/81.

— Projeto de Resolução nº 18/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Senhora de Oliveira (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 85/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Cubatão (SP) a elevar em Cr\$ 679.404.096,72 (seiscentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e quatro mil, noventa e seis cruzeiros e setenta e dois centavos), o montante de sua dívida consolidada. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 89/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Engenheiro Navarro (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 115/81, que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos). **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 106/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Tamboril (CE) a elevar em Cr\$ 7.522.000,00 (sete milhões, quinhentos e vinte e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 126/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Alagoinhas (BA) a elevar em Cr\$ 497.499.000,00 (quatrocentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e noventa e nove mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Discussão encerrada**, voltando às comissões competentes, em virtude do recebimento de emenda em Plenário.

#### 1.4 — DISCURSOS APOS A ORDEM DO DIA

**SENADOR DIRCEU CARDOSO** — Falecimento do Sr. Otacílio Hautequest.

**SENADOR HUGO RAMOS** — Nota do Presidente do Metrô, do Rio de Janeiro, com respeito à majoração das passagens daquele serviço de transporte.

**SENADOR MOACYR DALLA** — Falecimento do Sr. José Campos-trini.

**SENADOR BERNARDINO VIANA** — Considerações sobre a atual conjuntura econômica do País.

**SENADOR ARNO DAMIANI** — Razões das altas tarifas cobradas pelas empresas de transporte coletivo urbano.

**SENADOR ALMIR PINTO** — Expansão da TELEBRÁS na Administração do General José Antônio de Alencastro e Silva.

**SENADOR MAURO BENEVIDES** — Apelo às lideranças partidárias na Câmara dos Deputados, no sentido da agilização de projeto de lei de autoria de S. Exª, referente à fiscalização de atos do Poder Executivo e de órgãos da Administração Indireta, em tramitação naquela Casa.

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — Renegociação da dívida externa por intermédio do FMI.

**SENADOR ALOYSIO CHAVES** — Evolução do pensamento social da Igreja.

**SENADOR VALDON VARJÃO** — Estado de abandono das estradas rodoviárias do leste do Estado de Mato Grosso.

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Realização do XXI Congresso Brasileiro de Oftalmologia e a participação do professor Hilton Rocha, naquele conclave.

#### 1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PROXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

#### 2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Sr. Dirceu Cardoso, pronunciado na sessão de 16-10-81.

Do Sr. Evandro Carreira, pronunciado na sessão de 19-10-81.

Do Sr. Teotônio Vilela, pronunciado na sessão de 19-10-81.

Do Sr. Evandro Carreira, pronunciado na sessão de 22-10-81.



**3 — RETIFICAÇÕES**

Ata da 173ª Sessão, realizada em 6-10-81.

Ata da 174ª Sessão, realizada em 7-10-81.

**4 — REPUBLICAÇÃO**

Trecho da Ata da 182ª Sessão, realizada em 14-10-81

**5 — PORTARIA DO SR. DIRETOR-GERAL****6 — MESA DIRETORA****7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE BLOCOS PARLAMENTARES****8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****SUMÁRIO DA ATA DA 174ª SESSÃO, REALIZADA EM 7-10-81**

Na publicação do Sumário, feita no DCN (Seção II), de 8-10-81, página 5210, 1ª coluna, no item 1.2.3 — Leitura de Projetos:

Onde se lê:

— Projeto de Lei do Senado nº 293/81-Complementar, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1975, que criou o PRORURAL.

Leia-se:

— Projeto de Lei do Senado nº 293/81-Complementar, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que criou o PRORURAL.

**ATA DA 189ª SESSÃO, EM 23 DE OUTUBRO DE 1981****3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura****PRESIDÊNCIA DOS SRS. JORGE KALUME, ALMIR PINTO E MOACYR DALLA.**

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Cunha Lima — Marcos Freire — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Hugo Ramos — Henrique Santillo — Benedito Canelas — Valdon Varjão — José Fragelli — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Arno Damiani — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

*E lido o seguinte*

**EXPEDIENTE****AVISO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Nº 439/SM/81, de 22 do corrente, encaminhando o quadro resumo das sanções aplicadas no período de 27 de agosto a 17 de setembro de 1981, bem como a discriminação dos recursos providos no mesmo período por aquela Corte de Contas.

*(À Comissão de Finanças.)*

**OFÍCIOS**

Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 1981**

*(Nº 4.442/81, na Casa de origem)*

De iniciativa do Senhor Presidente da República

Dispõe sobre a retribuição dos Grupos Direção e Assessoramento Superiores e Direção e Assistência Intermediárias dos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os valores de retribuição mensal dos níveis de classificação das funções de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, código LT-DAS-100, a que se refere a Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, são os constantes do Anexo desta lei.

Parágrafo único. Os percentuais da Representação Mensal incidirão sobre os valores básicos de vencimento ou salário estabelecidos para os cargos ou funções correspondentes do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores.

Art. 2º As gratificações pelo exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, bem como as importâncias correspondentes a representações mensais, referentes a funções que integrarão o Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, serão absorvidas, em cada caso, pela retribuição fixada na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. A partir da vigência dos atos que transformarem ou reclassificarem os cargos e funções que integrarão o Grupo-Direção e Assessoramento Superiores cessará, para os respectivos ocupantes, o pagamento das vantagens especificadas neste artigo e de qualquer outra retribuição pelo desempenho de encargo de direção e assessoramento superiores, inclusive gratificações pela representação de gabinete, bem como o pagamento, mediante recibo, de pessoal que venha desempenhando atividades de igual natureza.

Art. 3º Os valores mensais de gratificação correspondentes aos níveis de classificação das funções compreendidas no Grupo-Direção e Assistência Intermediária, código DAI-200, criadas mediante ato do Poder Executivo, fixados em razão da natureza e do grau de formação profissional previsto para a categoria funcional de atribuições correlatas, são os constantes do Anexo desta lei.

Parágrafo único. O exercício de função integrante do grupo a que se refere este artigo, privativa do servidor dos Territórios Federais, será retribuído mediante Gratificação por Encargo de Direção ou Assistência Intermediária.

Art. 4º A partir da vigência dos atos que transformarem os cargos e funções que integrarão o Grupo-Direção e Assistência Intermediárias cessará, para os respectivos ocupantes, o pagamento das gratificações pelo exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, referente aos cargos e funções transformados.

Parágrafo único. À medida que o grupo DAI-200 for sendo implantado na área de cada Território, fica vedado o pagamento de qualquer retribuição pelo desempenho de atividades de direção e assistência intermediárias que não a prevista nesta lei, cessando igualmente o pagamento de pessoal, mediante recibo, que venha desempenhando atividades dessa natureza.

Art. 5º O exercício das funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias é incompatível com a percepção de quaisquer vantagens relacionadas com a prestação de serviço extraordinário.

Art. 6º Os descontos para instituição de previdência incidirão sobre os valores da Gratificação por Encargo de Direção ou Assistência Intermediária.

Art. 7º O vencimento dos antigos ocupantes efetivos de cargos de direção, amparados pelo art. 7º da Lei nº 2.188, de 3 de março de 1954, será igual:

I — à soma do vencimento fixado para a última referência da classe final da categoria funcional correlata com o valor da Gratificação por Encargo de Direção ou Assistência Intermediária, se o cargo se revestir de tais características; ou

II — ao vencimento fixado para a correspondente função de confiança integrante do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, se o cargo for de direção superior.

Art. 8º O servidor, designado para exercer função compreendida no Grupo DAI-200, fará jus aos valores da Gratificação por Encargo de Direção ou Assistência Intermediária a partir da publicação do respectivo ato de designação, uma vez assumido o exercício.

Art. 9º A soma da Gratificação por Encargo de Direção ou Assistência Intermediária com a retribuição do servidor designado para exercer a correspondente função não poderá ultrapassar o valor do vencimento ou salário, acrescido da Representação Mensal, fixado para o cargo em comissão ou função de confiança integrante do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores a que estiver diretamente subordinado.

Art. 10. Proceder-se-á ao provimento de cargo em comissão, código DAS-100, quando a escolha para o desempenho das atividades inerentes ao Grupo LT-DAS-100 recair em funcionário, ou quando seu provimento for privativo de ocupantes de cargo efetivo.

Art. 11. O servidor nomeado para cargo em comissão ou designado para função de confiança perderá, durante o período do exercício, o vencimento ou salário do cargo ou emprego de que for ocupante, bem como qualquer vantagem acessória porventura percebida, ressalvados a gratificação adicional por tempo de serviço, o salário-família e a gratificação especial de localidade, a que se refere o art. 23 desta lei.

Art. 12. O servidor de órgão da administração estadual ou municipal, bem como o de sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação, nomeado ou designado para exercer cargo em comissão ou função de confiança integrante do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, poderá optar pelo vencimento ou salário percebido no órgão de origem e continuará a contribuir para a instituição de previdência social a que estiver filiado.

Parágrafo único. No caso deste artigo, o servidor perceberá, pelo exercício do cargo em comissão ou da função de confiança, complemento salarial correspondente a 20% (vinte por cento) do valor da retribuição básica a que alude o art. 1º desta lei, fazendo jus à Representação Mensal.

Art. 13. É facultado ao servidor do Território, investido em cargo em comissão ou função de confiança integrante do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, optar pela retribuição de seu cargo efetivo ou emprego permanente, acrescido de 20% (vinte por cento) do vencimento ou salário fixado para o cargo em comissão ou função de confiança, não fazendo jus à Representação Mensal.

Art. 14. Na hipótese do artigo anterior, quando se tratar do Grupo-Magistério, código M-600 ou LT-M-600, o ocupante do correspondente cargo ou emprego continuará a perceber os incentivos funcionais a que fizer jus.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica também ao servidor do Grupo-Magistério investido em função do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, quando perceberá a correspondente gratificação sem prejuízo dos incentivos funcionais a que fizer jus em razão do cargo ou emprego de que seja ocupante.

Art. 15. A nenhum servidor do Território Federal será paga remuneração mensal superior à fixada para o cargo de Secretário de Governo de Território Federal.

§ 1º Nos casos de acumulação previstos no art. 99 da Constituição Federal, o limite estabelecido neste artigo será observado em relação a cada cargo, emprego ou função.

§ 2º Excluem-se do limite de que trata este artigo o salário-família, as diárias por serviço fora da sede, a ajuda de custo em razão de mudança de sede, a gratificação de Natal prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, o adicional por tempo de serviço e a retribuição pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Art. 16. Desde que não acarrete a criação de cargos, empregos ou funções, a implantação dos grupos referidos nesta lei será efetivada mediante ato do Ministro de Estado do Interior, ouvido o Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal — SIPEC.

Art. 17. Ficam criadas, em cada Território Federal, uma função de confiança de Procurador-Geral e uma de Chefe da Auditoria.

Art. 18. Ficam incluídas no Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, com o símbolo DAS-3, as funções de confiança de Procurador-Geral e de Chefe da Auditoria, com a retribuição prevista no Anexo desta lei.

Art. 19. Os percentuais da Representação Mensal dos cargos, de natureza especial, de Governador de Território Federal e Secretário de Governo de Território Federal passam a ser de 55% (cinquenta e cinco por cento) e 45% (quarenta e cinco por cento), respectivamente.

Parágrafo único. O vencimento mensal básico do cargo de Secretário de Governo de Território Federal passa a ser de Cr\$ 98.440,00 (noventa e oito mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros).

Art. 20. Observados os valores mensais e as demais disposições pertinentes da legislação federal, caberá ao Ministro de Estado do Interior aprovar a tabela de Gratificação pela Representação de Gabinete para cada um dos Territórios Federais.

Art. 21. Os ocupantes de cargos ou empregos da Categoria Funcional de Assistente Jurídico, código LT-NS-503 ou NS-503, dos Quadros ou Tabelas Permanentes dos Territórios Federais, farão jus, a partir da respectiva inclusão no sistema de classificação de cargos a que se refere a Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, à percepção de Gratificação de Produtividade, observados, no que for aplicável, as disposições do Decreto-lei nº 1.709, de 31 de outubro de 1979, e legislação posterior.

Art. 22. Aplica-se aos ocupantes efetivos de cargos de Tesoureiro e Tesoureiro-Auxiliar do Serviço Civil dos Territórios Federais, no que couber, o disposto na Lei nº 6.823, de 22 de setembro de 1980.

Parágrafo único. As vantagens financeiras decorrentes da execução do que dispõe este artigo vigoram a partir da publicação desta lei.

Art. 23. Fica estendida aos ocupantes de cargos de natureza especial, de cargos em comissão e de funções de confiança de direção e assessoramento superiores a Gratificação Especial de Localidade, de que trata o Anexo IV da Lei nº 6.861, de 26 de novembro de 1980, na base de 15% (quinze por cento) do valor do respectivo vencimento ou salário básico.

Art. 24. Caberá ao Departamento de Pessoal do Ministério do Interior, em articulação com Órgão Central do SEIPEC, zelar pela implantação e pelo cumprimento da presente lei, bem como propor a expedição dos atos normativos necessários à sua execução.

Art. 25. Observado o disposto no inciso III do art. 9º da Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, as despesas decorrentes da aplicação desta lei serão atendidas pelos recursos constantes dos orçamentos dos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário.

#### A N E X O

(Arts. 1º e 3º da Lei nº , de de de 1981)

ESCALA DE RETRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE DIREÇÃO E ASSessoramento Superiores e de DIREÇÃO e ASSISTÊNCIA Intermediárias, INCLuídas NO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS DE QUE TRATA A LEI Nº 6.160, DE 5 DE JULHO DE 1978.

NÍVEIS		SALÁRIO MENSAL		REPRESENTAÇÃO MENSAL
		A PARTIR DE 01/01/1981	A PARTIR DE 01/04/1981	
DIREÇÃO E ASSessoramento Superiores	DAS-1	58.274,00	74.677,00	20%
	DAS-2	68.870,00	88.255,00	35%
	DAS-3	76.817,00	98.440,00	45%
NÍVEIS		VALOR MENSAL DA GRATIFICAÇÃO		CORRELAÇÃO
		A PARTIR DE 01/01/1981	A PARTIR DE 01/04/1981	
DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA Intermediárias	DAI-1	7.944,00	10.298,00	CATEGORIA DE NÍVEL SUPERIOR
	DAI-2	10.061,00	13.042,00	
	DAI-3	13.243,00	17.167,00	
	DAI-1	5.294,00	6.863,00	CATEGORIA DE NÍVEL MÉDIO
	DAI-2	6.885,00	8.925,00	
	DAI-3	7.944,00	10.298,00	

#### MENSAGEM Nº 139, DE 1981,

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do art. 51 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Sr. Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público, o anexo projeto de lei que "dispõe sobre a retribuição dos Grupos Direção e Assessoramento Superiores e Direção e Assistência Intermediárias dos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, e dá outras providências".

Brasília, 22 de abril de 1981. — João Figueiredo.



**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 40, DE 10 DE MARÇO DE 1981,  
DO SR. DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Trata o expediente em apreço de projeto de lei dispendo sobre a retribuição dos Grupos Direção e Assessoramento Superiores e Direção e Assistência Intermediárias dos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima.

2. A medida decorre da estruturação dos referidos grupos, previstos na Lei n.º 6.550, de 5 de julho de 1978, que estabelece diretrizes para a classificação dos cargos, empregos e funções do Serviço Civil dos Territórios Federais.

3. Observadas as peculiaridades da administração de pessoal dos Territórios, a proposição apresentada obedece, de modo geral, à orientação adotada na fixação da retribuição dos cargos em comissão e de funções de confiança no âmbito do Serviço Civil da Administração Federal, inclusive quanto aos valores dos níveis.

4. A par do que foi exposto acima, o anexo projeto de lei encerra também outras providências a serem estabelecidas para os Territórios.

5. Assim é que está sendo prevista em cada Território Federal a criação das funções de confiança de Procurador-Geral e de Chefe da Auditoria, constantes das respectivas estruturas básicas e regimentais, as quais, em face da importância, responsabilidade e complexidade de suas atribuições, deverão ser classificadas no símbolo DAS-3.

6. Consta também do projeto em apreço a competência do Ministro de Estado do Interior para aprovar Tabela de Gratificação de Representação de Gabinete, desde que os valores mensais e demais disposições pertinentes da legislação federal sejam observados.

7. Por outro lado, está sendo proposta a extensão da Gratificação de Produtividade aos integrantes da Categoria Funcional de Assistente Jurídico, sendo aplicável, no que couber, disposições do Decreto-lei n.º 1.709, de 31 de outubro de 1979, e legislação posterior, que dispõem sobre matéria semelhante na área federal.

8. Prevê-se também para os remanescentes ocupantes de cargos efetivos de Tesoureiro e Tesoureiro-Auxiliar a extensão dos benefícios constantes da Lei n.º 6.823, de 22 de setembro de 1980.

9. Além disso, foi inserido no presente projeto dispositivo objetivando estender aos ocupantes de cargos de natureza especial e de cargos em comissão e de funções de direção e assessoramento superiores a Gratificação Especial de Localidade, constante do Anexo IV da Lei n.º 6.861, de 26 de novembro de 1980.

10. A medida sugerida no item anterior tem por objetivo evitar que o servidor em cargo ou função de direção ou assessoramento superiores possa vir a perceber retribuição inferior a do pessoal de hierarquia menor, mesmo considerando que a gratificação ora proposta é de 15%, quando a Lei n.º 6.861, citada, estabelece para os ocupantes de cargos efetivos e empregos permanentes percentuais de 30 a 50%.

11. Os novos valores de retribuição propostos para o Governador e Secretário de Governo de Território Federal, embora ocupantes de cargos de natureza especial, tem por objetivo manter similitude com os cargos em comissão classificados nos símbolos DAS-5 e DAS-3, respectivamente, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores.

2. Nestas condições, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, elaborado em substituição ao apresentado pelo Ministério do Interior, para o devido encaminhamento ao Congresso Nacional, acompanhado de Mensagem, caso mereça aprovação.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — José Carlos Soares Freire, Diretor-Geral.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO VIII**

**Dos Funcionários Públicos**

Art. 99. É vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicas, exceto:

I — a de juiz com um cargo de professor;

II — a de dois cargos de professor;

III — a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; ou

IV — a de dois cargos privativos de médico.

§ 1.º Em qualquer dos casos, a acumulação somente será permitida quando houver correlação de matérias e compatibilidade de horários.

§ 2.º A proibição de acumular estende-se a cargos, funções ou empregos em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

§ 3.º Lei complementar, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, poderá estabelecer, no interesse do serviço público, outras exceções à proibição de acumular, restritas a atividade de natureza técnica ou científica ou de magistério, exigidas, em qualquer caso, correlação de matérias e compatibilidade de horários.

§ 4.º A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, quanto ao de um cargo em comissão ou quanto a contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.

**LEI N.º 2.138, DE 3 DE MARÇO DE 1954**

**Altera os valores dos símbolos referentes ao pagamento de vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas do Poder Executivo da União e dos Territórios; e dá outras providências.**

Art. 7.º Os ocupantes efetivos, inclusive os já aposentados, de cargo de chefia, diretor ou diretor-geral, ficam classificados, para todos os efeitos, no símbolo, com o valor fixado nesta Lei, de cargo correspondente da mesma denominação, ou segundo a hierarquia quando alterada a nomenclatura.

**LEI N.º 4.090, DE 13 DE JULHO DE 1962**

**Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores.**

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º No mês de dezembro de cada ano, a todo empregado será paga, pelo empregador, uma gratificação salarial, independentemente da remuneração a que fizer jus.

§ 1.º A gratificação corresponderá a 1/12 avos da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente.

§ 2.º A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral para os efeitos do parágrafo anterior.

Art. 2.º As faltas legais e justificadas ao serviço não serão deduzidas para os fins previstos no § 1.º do art. 1.º desta lei.

Art. 3.º Ocorrendo rescisão, sem justa causa, do contrato de trabalho, o empregado receberá a gratificação devida nos termos dos §§ 1.º e 2.º do art. 1.º desta lei, calculada sobre a remuneração do mês da rescisão.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de julho de 1962: 111.º da Independência e 74.º da República. — JOÃO GOULART — Francisco Brochado da Rocha — Hermes Lima.

**LEI N.º 6.550, DE 5 DE JULHO DE 1978**

**Estabelece diretrizes para a classificação de cargos, empregos e funções do Serviço Civil dos Territórios Federais, e dá outras providências.**

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A classificação de cargos, empregos e funções do Serviço Civil dos Territórios Federais, excluído o de Fernando de Noronha, obedecerá às diretrizes estabelecidas na presente Lei.

Art. 2.º Os cargos serão classificados como de provimento em comissão e de provimento efetivo; as funções, como de confiança e os empregos, como permanentes, enquadrando-se basicamente nos seguintes Grupos:

De provimento em comissão ou de confiança:

I — Direção e Assessoramento Superiores;

II — Direção e Assistência Intermediárias;

De provimento efetivo:

III — Tributação, Arrecadação e Fiscalização;

IV — Polícia Civil;

De empregos permanentes:

V — Outras Atividades de Nível Superior;

VI — Magistério;

VII — Serviços Auxiliares;

VIII — Outras Atividades de Nível Médio;

IX — Serviços de Transporte Oficial e Portaria;

X — Artesanato.

Art. 3.º Cada Grupo abrangendo várias atividades, segundo a correlação e afinidade, a natureza dos trabalhos ou o nível de conhecimentos aplicados, compreenderá:

I — Direção e Assessoramento Superiores: os cargos e funções de direção e assessoramento superiores, cujo processo deva ser regido pelo critério de confiança, observadas as normas vigentes na Administração Federal;

II — Direção e Assistência Intermediárias: as funções de direção e assistência intermediárias, cujo provimento ou exercício deva ser regido pelo critério de confiança e restrito aos ocupantes de cargos ou empregos incluídos no Plano de Classificação dos Territórios Federais;

III — Tributação, Arrecadação e Fiscalização: os cargos com atividades de lançamento, arrecadação e fiscalização de tributos da competência dos Territórios Federais;

IV — Polícia Civil: os cargos com atribuições de natureza policial;

V — Outras Atividades de Nível Superior: os empregos permanentes para cujo provimento se exija diploma de curso superior de ensino ou habilitação legal equivalente;

VI — Magistério: os empregos permanentes com atividades de magistério de todos os níveis de ensino;

VII — Serviços Auxiliares: os empregos permanentes de atividades administrativas, quando não de nível superior;

VIII — Outras Atividades de Nível Médio: os empregos permanentes para cujo provimento se exija certificado de curso de primeiro ou segundo grau de ensino ou habilitação legal equivalente, além de, quando for o caso, curso de especialização;

IX — Serviços de Transporte Oficial e Portaria: os empregos permanentes de atividades de transporte oficial de passageiros e cargas e de portaria;

X — Artesanato: os empregos permanentes com atividades, principais ou auxiliares, relacionadas com os serviços de artefice em várias modalidades.

Parágrafo único. As atividades relacionadas com transporte, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza e outras semelhantes serão, de preferência, objeto de execução indireta, mediante contrato, de acordo com o art. 10, § 7º, do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 4.º Outros Grupos, com características próprias, diferenciados dos relacionados no artigo anterior, poderão ser estabelecidos ou desmembrados daqueles se o justificarem as necessidades da Administração Civil dos Territórios Federais, mediante ato do Poder Executivo.

Art. 5.º Cada Grupo terá sua própria escala de níveis de classificação, a ser estabelecida pelo Poder Executivo, atendendo, primordialmente, aos seguintes fatores:

I — importância da atividade para o desenvolvimento econômico e social do Território Federal;

II — complexidade e responsabilidades das atribuições;

III — qualificações requeridas para o desempenho das atribuições.

Parágrafo único. Não haverá correspondência entre os níveis dos diversos Grupos, para qualquer efeito.

Art. 6.º Os vencimentos e salários correspondentes à escala de níveis serão fixados em lei.

Art. 7.º A ascensão e a progressão funcionais obedecerão a critérios seletivos, a serem estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal — SIPEC — associados a um sistema de treinamento e qualificação destinado a assegurar a permanente atualização e elevação do nível de eficiência dos servidores.

Art. 8.º O Poder Executivo elaborará e expedirá o novo Plano de Classificação de Cargos, Empregos e Funções dos Territórios Federais, mediante decreto observadas as disposições desta Lei.

Art. 9.º A implantação do Plano de Classificação de Cargos, Empregos e Funções dos Territórios Federais dependerá de:

I — adoção de medidas para a reforma administrativa, com base no Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, com as alterações posteriores;

II — estudo quantitativo e qualitativo da lotação dos órgãos, tendo em vista a nova estrutura e atribuições decorrentes da providência citada no item anterior;

III — existência de recursos orçamentários para fazer face às respectivas despesas.

Art. 10. Os atuais funcionários pertencentes aos quadros dos Territórios Federais poderão concorrer, sem alteração do respectivo regime jurídico e nos limites da lotação aprovada, aos Grupos previstos no art. 2.º desta Lei, a serem constituídos de empregos permanentes, sob o regime da legislação trabalhista.

Parágrafo único. O pessoal de que trata este artigo integrará o quadro permanente dos Territórios Federais, a ser extinto, progressivamente, mediante supressão automática dos cargos que vagarem, ressalvados os que se destinarem a progressão e ascensão funcionais.

Art. 11. Os funcionários públicos federais, com exercício nos Territórios a serviço destes, e os servidores federais ou autárquicos, requisitados na forma da legislação em vigor, poderão optar, no prazo de trinta dias, a partir da data em que for aprovada a lotação, pela sua inclusão no Quadro Permanente do Território em que servir, desde que não tenham sido, ainda, enquadrados na sistemática de classificação de cargos de que trata a Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

Art. 12. A inclusão de servidores no Plano de Classificação de Cargos de que trata esta Lei, mediante transformação ou transposição dos respectivos cargos ou empregos, far-se-á simultaneamente em relação a todos os Grupos de Categorias Funcionais e a todas as unidades civis integrantes da organização dos Territórios Federais.

Parágrafo único. Haverá processo seletivo entre os ocupantes de cargos e empregos submetidos à transposição ou transformação, segundo os critérios estabelecidos pelo Ministério do Interior, em articulação com o Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal — SIPEC.

Art. 13. Observado o disposto na Seção VIII do Capítulo VII, Título I, da Constituição e, em particular, no seu art. 97, as formas de provimento de cargos, no Plano de Classificação decorrente desta Lei, serão estabelecidas e disciplinadas mediante normas regulamentares específicas, não se lhes aplicando as disposições a respeito contidas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Parágrafo único. O disposto neste artigo abrange os servidores regidos pela legislação trabalhista.

Art. 14. A atual sistemática de classificação de cargos é considerada extinta, observadas as disposições desta Lei.

§ 1.º A medida que for sendo implantado o novo Plano, os cargos remanescentes de cada Categoria classificados conforme o sistema de que trata este artigo, passarão a integrar Quadros Suplementares e, sem prejuízo das promoções e acesso que couberem, serão suprimidos, quando vagarem.

§ 2.º O disposto no parágrafo anterior se aplica aos empregos permanentes cujos ocupantes já tenham adquirido estabilidade.

Art. 15. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de julho de 1978; 157.º da Independência e 90.º da República. — Ernesto Geisel.

## DECRETO-LEI N.º 1.709, DE 31 DE OUTUBRO DE 1979

**Dispõe sobre pagamento da Gratificação de Produtividade, nos casos que menciona, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1.º A Gratificação de Produtividade, instituída pelo artigo 10 do Decreto-lei n.º 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, alterado pelo Decreto-lei n.º 1.574, de 19 de setembro de 1977, e pelo Decreto-lei n.º 1.698, de 3 de outubro de 1979, será paga aos membros do Ministério Público da União, aos do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e aos integrantes do Grupo-Serviços Jurídicos previsto na sistemática de classificação da Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que estiverem no exercício das atribuições inerentes aos respectivos cargos efetivos ou empregos permanentes, nos órgãos do Ministério Público, na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em órgãos integrantes da Presidência da República ou nos órgãos da administração federal direta ou autarquias em que sejam lotados.

§ 1.º A gratificação também será paga aos servidores de que trata este artigo quando no exercício, na administração federal direta ou autarquias, de cargo em comissão do Ministério Público, de cargo em comissão ou função de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de função de nível superior do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias ou, ainda, de Função de Assessoramento Superior a que se refere o artigo 122 do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 900 de 29 de setembro de 1969, desde que, nessas hipóteses, haja correlação com as atribuições do respectivo cargo efetivo ou emprego permanente.

§ 2.º Para efeito deste artigo, considerar-se-ão como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

- a) férias;
- b) casamento;
- c) luto;
- d) licença especial, licença para tratamento de saúde, licença à gestante ou em decorrência de acidente em serviço;
- e) serviços obrigatórios por lei;
- f) missão ou estudo no estrangeiro quando o afastamento houver sido autorizado pelo Presidente da República ou Ministro de Estado;
- g) deslocamento em objeto de serviço;
- h) indicação para ministrar ou receber treinamento ou aperfeiçoamento, desde que o programa seja promovido ou aprovado pelo órgão a que estiver vinculado o servidor.

§ 3.º A gratificação de que trata este artigo não poderá ser paga cumulativamente com a Gratificação de Atividade nem com a Representação Mensal do cargo isolado de provimento efetivo de Subprocurador do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 2.º A gratificação a que se refere o artigo 1.º será atribuída em função da produtividade do servidor, aferida em razão dos encargos assumidos e das atividades desempenhadas, inerentes às funções de Ministério Público, as relativas a defesa ou representação, judicial ou extrajudicial, da Fazenda Nacional ou de autarquia federal, ou as de apuração, inscrição e cobrança da Dívida Ativa, ou, ainda, as de consultoria ou assessoramento jurídicos, incompatíveis com o exercício da profissão de advogado ou impeditivos do seu pleno desempenho no setor privado (artigos 82 a 85 da Lei n.º 4.215, de 27 de abril de 1963).

§ 1.º A gratificação individual corresponderá a percentuais de 40% (quarenta por cento), 60% (sessenta por cento) ou 80% (oitenta por cento) do vencimento ou salário fixado para o cargo efetivo ou emprego permanente, ocupado pelo servidor.

§ 2.º Se o servidor não estiver incompatibilizado para o exercício da profissão de Advogado e não firmar compromissos de não exercer, o percentual da gratificação será de até 60% (sessenta por cento).

§ 3.º O percentual médio das gratificações individuais concedidas em cada órgão será de, no máximo, 60% (sessenta por cento).

Art. 3.º Os critérios e bases para a concessão da Gratificação de Produtividade e os correspondentes percentuais, observadas as normas constantes deste Decreto-lei, serão fixados pelo Ministro de Estado ou autoridade de nível hierárquico equivalente ao qual se vincular cada órgão ou autarquia.

Art. 4.º O total percebido pelos servidores a que se refere o art. 1.º, a título de vencimento, salário, representação mensal, gratificação de função e gratificação de produtividade, não poderá ultrapassar o valor do limite a que se refere o art. 3.º do Decreto-lei n.º 1.698, de 3 de outubro de 1979.

Art. 5.º A Gratificação de Produtividade e a Gratificação de Atividade, instituídas pelo Decreto-lei n.º 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, sobre as quais incidirá o desconto previdenciário, serão computadas para o cálculo do provento da inatividade do funcionário que, ao se aposentador com 35 (trinta e cinco) anos ou mais de serviço, esteja percebendo qualquer das aludidas gratificações.

§ 1.º Para os fins do disposto neste artigo, o tempo de serviço será reduzido de acordo com os limites fixados por leis especiais para a aposentadoria voluntária com proventos integrais.

§ 2.º No caso da Gratificação de Produtividade, o valor a ser computado é o correspondente à média percebida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data da aposentadoria.

Art. 6.º Fica alterado o Anexo VII do Decreto-lei n.º 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, com as modificações posteriores, para fins do disposto neste Decreto-lei.

Art. 7.º Os efeitos financeiros deste Decreto-lei vigorarão a partir de 1.º de janeiro de 1980 e a despesa decorrente será atendida à conta das dotações constantes dos Orçamentos da União e das autarquias federais, suplementadas, se necessário, mediante compensação com outras dotações orçamentárias.

Art. 8.º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 31 de outubro de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República. — JÃO FIGUEIREDO — Petrônio Portella.

## LEI N.º 6.823, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980

**Altera o valor do vencimento mensal dos cargos que especifica, previstos no art. 5.º da Lei n.º 5.921, de 1973, e dá outras providências.**

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O valor do vencimento mensal fixado pelo art. 5.º da Lei n.º 5.921, de 19 de setembro de 1973, alterado pelo § 1.º do art. 8.º do Decreto-lei n.º 1.313, de 28 de fevereiro de 1974, para os remanescentes ocupantes efetivos de cargos de Fiel do Tesouro, Tesoureiro-Auxiliar e Tesoureiro, dos quadros dos Ministérios, Órgãos integrantes da Presidência da República e Autarquias, que não foram incluídos no sistema de classificação de cargos de que trata a Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970, corresponderá, a partir da vigência desta Lei, ao valor atribuído à Referência 46 da Escala de Vencimentos e Salários do Serviço Público Federal.

Parágrafo único. Os funcionários que, antes de serem incluídos no Plano de Classificação de Cargos, eram ocupantes de cargos referidos neste artigo, sem prejuízo de sua lotação, poderão optar, no prazo de 60 (sessenta) dias, pelo retorno à situação anterior, com aplicação do novo valor de vencimento, a partir da opção.

Art. 2.º A alteração do valor de vencimento mensal de que trata esta Lei servirá de base para revisão de proventos dos aposentados, nas condições referidas.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, inclusive quanto aos efeitos financeiros.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1980; 159.º da Independência e 92.º da República. — João Figueiredo.

## LEI N.º 5.861, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1980

Fixa a retribuição de grupos da sistemática de classificação de cargos e empregos do Serviço Civil dos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, e dá outras providências.

## ANEXO IV

(Art. 17 da Lei n.º 6.861, de 26 de novembro de 1980)

Denominação das Gratificações e Indenizações	Definição	Bases de Concessão e Valores
I — Gratificação Adicional por Tempo de Serviço	Vantagem atribuída ao funcionário, por quinquênio de efetivo exercício.	5% (cinco por cento) do valor do vencimento do cargo efetivo, até 7 (sete) quinquênios
II — Gratificação pela Representação de Gabinete	Indenização devida ao servidor pelos gastos decorrentes de representação social pelo exercício nos gabinetes do Governador e dos Secretários de Governo dos Territórios Federais.	Fixada em regulamento
III — Gratificação pela Prestação de Serviço Extraordinário	Vantagem destinada a retribuir o exercício além do número de horas de trabalho estabelecido para a Categoria Funcional a que pertencer o cargo ou emprego ocupado pelo servidor	Fixada em regulamento
IV — Gratificação pela participação em Órgão de Deliberação Coletiva	Vantagem destinada a retribuir o comparecimento às sessões de órgãos colegiados.	Fixada em regulamento

Denominação das Gratificações e Indenizações	Definição	Bases de Concessão e Valores
V — Gratificação Especial de Localidade	Vantagem devida em face da precariedade das condições de exercício nos Territórios Federais, excluído o de Fernando de Noronha.	30% (trinta por cento) do valor do vencimento ou salário do cargo efetivo ou emprego permanente, nas Capitais dos Territórios, podendo elevar-se até 50% (cinquenta por cento), em relação a outras localidades, conforme o grau de insalubridade e precariedade das condições de vida da região, na forma estabelecida em regulamento, cessando o pagamento nos casos em que o servidor se afastar do Território.
VI — Gratificação por trabalho com raios X ou substâncias radioativas	Indenização devida ao servidor pelo trabalho com Raios X ou substâncias radioativas.	40% (quarenta por cento) do valor do vencimento ou salário percebido pelo servidor, observada a legislação federal pertinente.
VII — Gratificação de Atividade	Vantagem devida aos servidores do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior e das Categorias de Nível Superior do Grupo-Polícia Civil, como estímulo à profissionalização, sujeitando-os à jornada mínima de 8 (oito) horas.	20% (vinte por cento) do vencimento ou salário do servidor, observada a legislação federal pertinente.

Denominação das Gratificações e Indenizações	Definição	Base de Concessão e Valores
VIII - Diárias	Indenização destinada a atender às despesas extraordinárias de alimentação e hospedagem, durante o período de deslocamento eventual do servidor da respectiva sede, em objeto de serviço.	Fixada em regulamento
IX - Ajuda de Custo	Indenização destinada ao custeio das despesas de viagem, mudança e instalação, exceto de transporte, do servidor mandado servir em nova sede, em termos de permanência definitiva.	Fixada em regulamento
X - Transporte	Indenização, devida ao servidor que se deslocar da sede em objeto de serviço, compreendendo passagem de ida e volta, por via aérea ou terrestre.	Fixada em regulamento
XI - Gratificação por Operações Especiais	Devida aos servidores pertencentes às Categorias Funcionais do Grupo-Polícia Civil dos Territórios Federais, pelas peculiaridades de exercício decorrentes da integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo e riscos a que estão sujeitos.	Correspondente a 60% (sessenta por cento) do vencimento do cargo efetivo, na forma estabelecida em regulamento, sendo incompatível a sua percepção com as da Gratificação pela Prestação de Serviço Extraordinário.

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, de 1981 (Complementar)**  
(Nº 60/75, na Casa de origem)

**Altera dispositivo da Lei Complementar n.º 1, de 9 de novembro de 1967, que "estabelece requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios".**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 2.º da Lei Complementar n.º 1, de 9 de novembro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2.º Nenhum município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos:

I — população estimada superior a 7.000 (sete mil) habitantes ou não inferior a um milésimo da existente no Estado;

II — eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população;

III — centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas); e

IV — arrecadação, no último exercício, de, no mínimo, um milésimo da renda estadual de impostos.

§ 1.º Não será permitida a criação de município desde que esta medida importe, para o município ou municípios de origem, na perda dos requisitos exigidos na presente lei complementar.

§ 2.º Na verificação do mínimo exigido no inciso IV, poderá ser admitido, para efeito de limite de cálculo, na área considerada, também o produto da arrecadação do imposto de que trata o inciso IX do art. 21 da Constituição Federal.

§ 3.º Os requisitos previstos nos incisos I e III deste artigo serão apurados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; no inciso II, pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado; e no inciso IV, pelos órgãos fazendários estadual e federal.

§ 4.º As Assembleias Legislativas dos Estados requisitarão, dos órgãos de que trata o parágrafo anterior, as informações sobre as condições referidas nos incisos I a IV e no § 1.º deste artigo, as quais serão prestadas no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento do pedido.

§ 5.º Ficam dispensadas das exigências previstas nos incisos I e IV deste artigo:

a) as áreas territoriais que abrigarem centros urbanos edificados para sustentação de obras, indústrias ou serviços de grande vulto, com mais de 500 (quinhentas) casas dotadas de infra-estrutura sanitária atestada pelo Ministério do Interior;

b) as áreas territoriais a serem elevadas à categoria de município como estância hidromineral, balneária ou climática, desde que a Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR ateste a categoria de estância e a existência de pelo menos 250 (duzentos e cinquenta) leitos de nível turístico."

Art. 2.º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1967**

**Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios.**

Art. 1.º A criação de município depende de Lei Estadual que será precedida de comprovação dos requisitos estabelecidos nesta Lei e de consulta às populações interessadas.

Parágrafo único. O Processo de criação de município terá início mediante representação dirigida à Assembleia Legislativa, assinada, no mínimo, por 100 (cem) eleitores, residentes ou domiciliados na área que se deseja desmembrar, com as respectivas firmas reconhecidas.

Art. 2.º Nenhum município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos:

I — população estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no Estado.

II — eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população;

III — centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas);

IV — arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos.

§ 1.º Não será permitida a criação de município, desde que esta medida importe, para o município ou municípios de origem, na perda dos requisitos exigidos nesta lei.

§ 2.º Os requisitos dos incisos I e III serão apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o de n.º II pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado e o de n.º IV, pelo órgão fazendário estadual.

§ 3.º As Assembleias Legislativas dos Estados requisitarão, dos órgãos de que trata o parágrafo anterior, as informações sobre as condições de que tratam os incisos I a IV e o § 1.º deste artigo, as quais serão prestadas no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento.

Art. 3.º As Assembleias Legislativas, atendidas as exigências do artigo anterior, determinarão a realização de plebiscito para consulta à população da área territorial a ser elevada à categoria de município.

Parágrafo único. A forma da consulta plebiscitária será regulada mediante resoluções expedidas pelos Tribunais Regionais Eleitorais, respeitados os seguintes preceitos:

I — residência do votante há mais de 1 (um) ano, na área a ser desmembrada;

II — cédula oficial, que conterá as palavras "Sim" ou "Não" indicando respectivamente a aprovação ou rejeição da criação do município.

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Constituição do Brasil, de 24 de janeiro de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969

Art. 21. Compete à União instituir imposto sobre:

I — importação de produtos estrangeiros, facultado ao Poder Executivo, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar-lhe as alíquotas ou as bases de cálculo;

II — exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados, observado o disposto no final do item anterior;

III — propriedade territorial rural;

IV — renda e proventos de qualquer natureza, salvo ajuda de custo e diárias pagas pelos cofres públicos na forma da lei;

V — produtos industrializados, também observado o disposto no final do item I;

VI — operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VII — serviços de transporte e comunicações, salvo os de natureza estritamente municipal;

VIII — produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos e de energia elétrica, imposto que incidirá uma só vez sobre qualquer dessas operações, excluídas a incidência de outro tributo sobre elas; e

IX — a extração, a circulação, a distribuição ou o consumo dos minerais do País enumerados em lei, imposto que incidirá uma só vez sobre qualquer dessas operações, observado o disposto no final do item anterior.

§ 1.º A União poderá instituir outros impostos, além dos mencionados nos itens anteriores, desde que não tenham fato gerador ou base de cálculo idênticos aos dos previstos nos artigos 23 e 24.

§ 2.º A União pode instituir:

I — contribuições, observada a faculdade prevista no item I deste artigo, tendo em vista intervenção no domínio econômico ou o interesse de categorias profissionais e para atender diretamente à parte da União no custeio dos encargos da previdência social;

II — empréstimos compulsórios, nos casos especiais definidos em lei complementar, aos quais se aplicarão as disposições;

(A Comissão de Constituição e Justiça.)

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 1981

(Nº 87/89, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo Regular, firmado entre o Governo da República, em Bruxelas, a 19 de setembro de 1980.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo Regular, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, em Bruxelas, a 19 de setembro de 1980.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 668, DE 1980.

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Em conformidade com o disposto no art. 44, Inciso I, da Constituição Federal, tendo a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo Regular, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, em Bruxelas, a 19 de setembro de 1980.

Brasília, 29 de dezembro de 1980. — João Figueiredo.

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº DTC/DAI/DE-I/309/680.4 (B46) (F21), DE 10 DE DEZEMBRO DE 1980, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

A Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o anexo texto do Acordo sobre Transporte Aéreo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, em 19 de setembro de 1980.

2. Trata-se do primeiro acordo do gênero concluído entre os dois Países, o qual possibilitará o estabelecimento e controle das ligações aéreas belgo-brasileira.

3. O Acordo segue, em linhas gerais, o padrão dos demais firmados pelo Brasil com outros países em matéria aeronáutica, incluindo um Anexo, Quadros de Rotas brasileiras e belgas, e um Protocolo de Assinatura.

4. Tendo em vista a natureza desse Acordo, faz-se necessária a sua ratificação formal, após aprovação pelo Congresso Nacional, conforme o disposto no Artigo 44, Inciso I da Constituição Federal.

5. Nessas circunstâncias, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, para encaminhamento do texto do citado Acordo à aprovação do Poder Legislativo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — R. S. Guerreiro.

#### ACORDO SOBRE TRANSPORTE AÉREO REGULAR

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, de agora em diante denominados "Partes Contratantes",

SENDO Partes da Convenção sobre Aviação Civil Internacional subscrita em Chicago a 7 de dezembro de 1944.

DESEJANDO concluir um Acordo sobre Transporte Aéreo Regular, complementar à mencionada Convenção, para o fim de estabelecer serviços aéreos entre e além seus respectivos territórios,

ACORDARAM o seguinte:

#### ARTIGO I

##### Definições

Para o propósito de aplicação do presente Acordo e qualquer Anexo:

1. o termo "Convenção" significa a Convenção sobre Aviação Civil Internacional aberta para assinatura em Chicago, no dia 7 de dezembro de 1944, e inclui qualquer Anexo adotado sob o Artigo 90 dessa Convenção e qualquer emenda desses Anexos ou Convenção conforme seus Artigos 90 e 94, os quais foram adotados por ambas as Partes Contratantes;

2. o termo "Autoridades Aeronáuticas" significa, no caso da República Federativa do Brasil, o Ministro da Aeronáutica e qualquer pessoa ou órgão autorizado a exercer quaisquer funções, desempenhadas no presente pelo Ministro, ou outras funções similares, e, no caso do Reino da Bélgica, o Ministro responsável pela Aviação Civil ou qualquer pessoa ou órgão autorizado a exercer quaisquer funções desempenhadas no presente pelo Ministro ou outras funções similares;

3. o termo "empresa aérea designada" significa uma empresa aérea que tenha sido designada e autorizada de acordo com o Artigo II do presente Acordo;

4. o termo "território" em relação a um Estado terá o significado estabelecido pelo Artigo 2 da Convenção;

5. os termos "serviço aéreo", "serviço aéreo internacional", "empresa aérea" e "pouso técnico", têm, respectivamente, os significados que lhes são atribuídos no Artigo 96 da Convenção. Com relação ao termo "serviço aéreo", este tem ainda o significado que lhe é atribuído pela definição de serviço aéreo regular, conforme adotada pelo Conselho da OACI, em 1952, com as notas adotadas pela 2.ª Conferência de Transporte Aéreo;

6. os termos "equipamento de aeronaves", "suprimento de aeronaves" e "partes sobressalentes" terão, respectivamente, os significados estabelecidos no Anexo 9 da Convenção, que foi adotada por ambas as Partes Contratantes;

7. o termo "tarifa" significa o preço a ser pago pelo transporte de passageiros e carga e as condições sob as quais os preços...



são aplicados, incluindo preços e condições de agenciamento e outros serviços auxiliares, mas excluindo remunerações e condições de transporte de malas postais.

## ARTIGO II

### Designação da Empresa Aérea

1. Qualquer dos serviços convencionados poderá ter início imediatamente ou em data ulterior, a critério da Parte Contratante à qual os direitos tenham sido concedidos, mas não antes que:

a) a Parte Contratante, à qual os direitos tenham sido concedidos, tenha designado uma empresa aérea de sua nacionalidade para as rotas especificadas;

b) a Parte Contratante que concede os direitos tenha expedido a necessária licença de funcionamento à empresa designada, obedecendo as disposições do parágrafo 2 deste Artigo e as do Artigo VI.

2. As Autoridades Aeronáuticas de uma das Partes Contratantes podem solicitar à empresa designada da outra Parte Contratante para fazer prova de que está qualificada e de que preenche as condições prescritas nas leis e regulamentos normalmente aplicáveis a empresas de transporte aéreo internacional.

3. As Partes Contratantes reservam-se a faculdade de substituir, por outra empresa aérea nacional, a empresa aérea originalmente designada. A nova empresa aérea aplicar-se-ão todas as disposições do presente Acordo e seu Anexo.

## ARTIGO III

### Facilidades à Navegação

1. Com o fim de evitar práticas discriminatórias e assegurar igualdade de tratamento, fica estabelecido que:

a) as taxas e outros gravames que uma das Partes Contratantes imponha ou permita sejam impostas à empresa designada pela outra Parte Contratante para uso de aeroportos e outras facilidades, não serão superiores às taxas e aos gravames cobrados das aeronaves de sua bandeira, empregadas em serviços internacionais semelhantes, pelo uso de tais aeroportos e facilidades;

b) os combustíveis, óleos lubrificantes e peças sobressalentes introduzidos no território de uma Parte Contratante, ou postos a bordo de aeronaves da outra Parte Contratante nesse território, quer diretamente por uma empresa por esta designada, quer por conta de tal empresa, e destinados unicamente ao uso de suas aeronaves nos serviços convencionados, gozarão do tratamento dado às empresas nacionais que realizam transporte aéreo internacional, no que diz respeito a direitos aduaneiros, taxas de inspeção e/ou outros direitos e gravames nacionais;

c) as aeronaves de uma das Partes Contratantes utilizadas na exploração dos serviços convencionados, e os combustíveis, óleos lubrificantes, equipamento normal e peças sobressalentes para a manutenção e reparação das aeronaves utilizadas, bem como as provisões de bordo, compreendendo alimentos, bebidas e tabaco, enquanto em tais aeronaves, gozarão de isenção de direitos aduaneiros, taxa de inspeção e direitos ou taxas semelhantes no território da outra Parte Contratante, mesmo quando utilizados ou consumidos em voo sobre o referido território.

2. Os bens enumerados no parágrafo precedente e objetos da isenção pelo mesmo estabelecida, não poderão ser desembarcados da aeronave no território da outra Parte Contratante sem o consentimento de suas autoridades aduaneiras, e ficarão sujeitos ao controle dessas autoridades, enquanto não utilizados pela empresa.

3. Os passageiros, bagagens e mercadorias em trânsito pelo território de uma Parte Contratante e que permanecerem na área do aeródromo que lhes é reservada, serão submetidos apenas ao controle estabelecido para essa área. As bagagens e mercadorias em trânsito direto serão isentas de direitos, taxas ou gravames aduaneiros.

4. O abastecimento de combustíveis e óleos lubrificantes, no território das Partes Contratantes, em relação às aeronaves que realizam os serviços convencionados, será autorizado, segundo o tratamento que for dado à empresa nacional que realize serviço semelhante, à condição de que seja assegurada no território da outra Parte a reciprocidade de tratamento.

## ARTIGO IV

### Cumprimento de Leis e Regulamentos

1. As leis e regulamentos de uma das Partes Contratantes, relativamente à entrada, permanência ou saída de seu território, de aeronaves empregadas em navegação aérea internacional, ou a operação e navegação de tais aeronaves dentro de seu território, serão aplicáveis às aeronaves da empresa aérea designada da

outra Parte Contratante e serão cumpridas por tais aeronaves na entrada, permanência ou saída do território daquela Parte Contratante.

2. As leis e regulamentos de uma Parte Contratante, relativamente à entrada, permanência ou saída de seu território, de passageiros, tripulantes ou carga, inclusive a regulamentação relativa à entrada, imigração, passaportes, alfândega e quarentena, serão cumpridos na entrada, permanência ou saída do território daquela Parte Contratante.

## ARTIGO V

### Certificados e Licenças

1. Certificado de aeronavegabilidade, certificados de habilitação e licenças expedidos ou revalidados por uma Parte Contratante e ainda em vigor, serão reconhecidos como válidos pela outra Parte Contratante para o fim de exploração das rotas e serviços convencionados no presente Acordo, desde que os requisitos para emissões ou revalidação desses certificados ou licenças sejam iguais ou superiores aos padrões mínimos estabelecidos pela Convenção.

2. Cada Parte Contratante reserva-se o direito de não reconhecer, para o propósito de sobrevoo de seu território, certificados de habilitação ou licenças fornecidos a seus próprios nacionais, pela outra Parte Contratante.

## ARTIGO VI

### Devogado. Suspensão e Estabelecimento de Condições

1. Cada Parte Contratante reserva-se a faculdade de negar aceitação de uma empresa designada, ou revogar a licença de funcionamento a uma empresa aérea designada pela outra Parte Contratante, quando não julgar suficientemente comprovado que parte preponderante da propriedade e o controle efetivo da referida empresa estão em mãos de nacionais da outra Parte Contratante, ou estabelecer as condições que julgar apropriadas para o seu funcionamento como empresa aérea comercial.

2. A empresa designada poderá ser multada pelas autoridades da outra Parte Contratante, na forma do ato de autorização de seu funcionamento jurídico, ou ser sua licença de funcionamento suspensa, no todo ou em parte, pelo período de 1 (um) mês a 3 (três) meses.

a) nos casos de inobservância das leis e regulamentos referidos no Artigo V deste Acordo e de outras normas governamentais estabelecidas para o funcionamento de empresas aéreas designadas;

b) quando as aeronaves utilizadas nos serviços convencionados não sejam tripuladas por pessoas que possuam respectivamente a nacionalidade de uma ou outra Parte Contratante, excetuados os casos de adestramento do pessoal navegante, por instrutores devidamente autorizados pelos órgãos competentes da Parte Contratante que designou a empresa e durante o período de adestramento.

3. Nos casos de reincidência das infrações constantes do item anterior, a licença poderá ser revogada.

4. A revogação constante dos itens 1 e 3 deste Artigo será aplicada após consulta com a outra Parte Contratante. A consulta terá início num prazo de 60 (sessenta) dias a partir da respectiva notificação.

## ARTIGO VII

### Consultas

1. Dentro de um espírito de estreita cooperação as Autoridades Aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes consultar-se-ão periódica e informalmente com vistas a assegurar a aplicação e cumprimento satisfatório das disposições do presente Acordo e seus Anexos.

2. Para discussão da aplicação, interpretação ou modificação deste Acordo, seu Anexo, Quadro de Rotas e Protocolo de Assinatura, pode uma das Partes promover, em qualquer tempo, uma consulta que terá início num prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data da respectiva notificação, e seus resultados entrarão em vigor como segue:

a) as modificações feitas ao texto deste Acordo entrarão em vigor na conformidade do Artigo XIII;

b) as modificações ao Anexo Quadro de Rotas e Protocolo de Assinatura entrarão em vigor depois de confirmados por troca de Notas Diplomáticas.

## ARTIGO VIII

### Arbitragem

1. Se surgir qualquer disputa entre as Partes Contratantes, relativamente à interpretação ou aplicação do presente Acordo, as

Partes Contratantes se esforçarão, em primeira instância, para resolver a disputa em negociação entre as Partes.

2. a) Se as Partes Contratantes não chegarem a acordo por negociação entre as Partes, podem concordar em submeter a disputa à decisão de uma pessoa ou órgão; se assim não concordarem, a disputa será, a pedido de qualquer das Partes, submetida à decisão de um tribunal de três árbitros, um a ser nomeado por cada Parte Contratante, e um terceiro a ser designado pelos dois assim nomeados. Cada Parte Contratante nomeará um árbitro dentro de um período de 60 (sessenta) dias da data de recebimento, por qualquer das Partes Contratantes, do aviso dado pela outra Parte Contratante, por via diplomática, solicitando arbitragem da disputa por tal tribunal e o terceiro árbitro será nomeado dentro de um período adicional de 60 (sessenta) dias.

b) Se qualquer das Partes Contratantes deixar de nomear um árbitro dentro do período específico, ou se o terceiro árbitro não for nomeado dentro do período especificado, o Presidente do Conselho da Organização Internacional de Aviação Civil poderá ser solicitado, por qualquer das Partes Contratantes a designar um árbitro ou árbitros, segundo o caso exija.

c) Em ambos os casos, o terceiro árbitro será nacional de um terceiro estado e atuará como Presidente do tribunal arbitral.

3. Cada Parte Contratante será responsável pelas despesas relativas ao árbitro que designar, bem como as relativas às demais pessoas necessárias às atividades desse mesmo árbitro e ambas as Partes Contratantes pagarão em partes iguais todas as outras despesas da atividade do tribunal inclusive as do Presidente.

4. As Partes Contratantes enviarão seus melhores esforços, dentro dos limites de seus poderes, para pôr em vigor o parecer da comissão escolhida.

#### ARTIGO IX

##### Efeitos de um Acordo Multilateral no presente Acordo

Sendo concluído um Acordo multilateral relativo ao transporte aéreo ratificado por ambas as Partes, o presente Acordo será emendado para se harmonizar com as normas de tal Acordo multilateral.

#### ARTIGO X

##### Denúncia do Acordo

1. O presente Acordo vigorará por tempo indeterminado.

2. Qualquer Parte Contratante pode, a qualquer tempo, notificar à outra o seu desejo de denunciar o presente Acordo. Tal notificação será comunicada simultaneamente à Organização de Aviação Civil Internacional. Sendo feita tal notificação, o presente Acordo terminará 12 (doze) meses depois do recebimento da notificação pela outra Parte Contratante, a menos que a notificação de denúncia seja retirada de comum acordo antes de expirado esse período. Na ausência de confirmação de recebimento pela outra Parte Contratante, a notificação será considerada como recebida 14 (quatorze) dias após o recebimento da notificação pela Organização de Aviação Civil Internacional.

#### ARTIGO XI

##### Registro do Acordo na OACI

O presente Acordo e suas emendas, inclusive qualquer troca de notas serão registrados, por qualquer das Partes Contratantes na Organização de Aviação Civil Internacional.

#### ARTIGO XII

##### Revogação de Licenças

O presente Acordo substitui as licenças, privilégios e concessões existentes à data de sua entrada em vigor, outorgados a qualquer título por uma das Partes Contratantes em favor de empresa aérea da outra Parte Contratante.

#### ARTIGO XIII

##### Vigência

Este Acordo entrará em vigor depois de cumpridos os procedimentos constitucionais de cada uma das Partes Contratantes, mediante notificação por via diplomática e a partir da data última dessas notificações.

Em fé do que, os Plenipotenciários acima indicados assinaram o presente Acordo e nele apuseram seus selos respectivos.

Feito em Bruxelas, aos 19 dias do mês de setembro de 1980, em dois exemplares, nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: **Ramiro Saraiva Guerreiro.**

Pelo Governo do Reino da Bélgica: **Charles-Ferdinand Nothomb.**

## ANEXO I

### SEÇÃO I

#### Concessão e Direitos

Cada Parte Contratante concede à outra Parte Contratante os direitos especificados no presente Acordo com o propósito de estabelecer serviços aéreos nas rotas especificadas no Quadro de Rotas do presente Acordo doravante respectivamente referidos como "serviços convencionados" e "rotas especificadas".

### SEÇÃO II

#### Direitos e Autorizações

1. Subordinada ao estabelecido no presente Acordo, a empresa aérea de cada Parte Contratante utilizará os seguintes direitos:

a) de desembarcar e embarcar passageiros carga e mala postal originados no território da outra Parte Contratante ou a ele destinados;

b) de sobrevôo de seu território pela empresa designada da outra Parte Contratante, com ou sem pouso técnico nas rotas constantes do Quadro de Rotas.

2. O estabelecido precedentemente nesta Seção fica sujeito, no seu exercício, às condições previstas na Seção III, seguinte.

### SEÇÃO III

#### Capacidade

1. A capacidade total a ser oferecida nos serviços acordados, pelas empresas designadas das Partes Contratantes será acordada ou aprovada pelas Autoridades Aeronáuticas das Partes Contratantes antes do início das operações e daí em diante de acordo com a demanda previsível do tráfego.

2. Os serviços acordados a serem operados pelas empresas designadas das Partes Contratantes terão como objetivo principal o oferecimento de uma capacidade adequada para atender à demanda de tráfego entre os territórios das duas Partes Contratantes, a um razoável coeficiente de aproveitamento.

3. Cada Parte Contratante assegurará às empresas designadas de ambas as Partes Contratantes justa e igual oportunidade para operarem os serviços acordados entre seus respectivos territórios, a fim de que possam alcançar igualdade e benefício mútuo, em princípio pela divisão equitativa da capacidade total entre as duas Partes.

4. Cada Parte Contratante e sua empresa designada levarão em consideração os interesses da outra Parte Contratante e sua empresa designada, a fim de não afetar indevidamente os serviços operados por esta última.

5. Se as Partes Contratantes não puderem concordar com a revisão da capacidade a ser oferecida nos serviços acordados, a capacidade que pode ser oferecida pelas empresas designadas das Partes Contratantes não excederá a capacidade total, inclusive as variações sazonais, previamente acordada.

### SEÇÃO IV

#### Tarifas

1. As tarifas a serem aplicadas pela empresa de uma Parte Contratante para o transporte de ou para o território da outra Parte Contratante serão estabelecidas em nível razoável levando na devida conta todos os fatores relevantes, inclusive o custo da operação, lucro razoável e as tarifas de outras empresas.

2. As tarifas mencionadas no parágrafo 1 desta Seção serão acordadas, se possível, pelas empresas designadas de ambas as Partes Contratantes em consulta com outras empresas operando a totalidade ou parte da rota, e tal acordo será alcançado, quando possível, através do mecanismo tarifário da IATA.

3. As tarifas assim acordadas serão submetidas à aprovação das Autoridades Aeronáuticas das Partes Contratantes pelo menos 30 (trinta) dias antes da data da proposta para sua vigência; em casos especiais esse prazo poderá ser reduzido se assim concordarem as referidas Autoridades.

4. Se as empresas designadas não puderem concordar com qualquer daquelas tarifas, ou se por alguma razão as tarifas não puderem ser fixadas de acordo com o parágrafo 2 desta Seção, ou se durante os primeiros 15 (quinze) dias dos 30 (trinta) dias mencionados no parágrafo 3 desta Seção as Autoridades Aeronáuticas de uma Parte Contratante informarem seu desacordo com qualquer tarifa acordada na conformidade do parágrafo 2 desta Seção, as Autoridades Aeronáuticas das Partes Contratantes tentarão determinar a tarifa mediante acordo entre eles.

5. Se a Autoridade Aeronáutica de uma Parte Contratante não puder concordar com a aprovação de qualquer tarifa que

Ihe for submetida na conformidade do parágrafo 3 desta Seção ou no estabelecimento de qualquer tarifa na conformidade do parágrafo 4, tal tarifa não entrará em vigor.

6. As tarifas estabelecidas na conformidade desta Seção permanecerão em vigor até que novas tarifas sejam estabelecidas na conformidade dos termos desta mesma Seção.

#### SEÇÃO V

##### Estatísticas

As autoridades Aeronáuticas de qualquer das Partes Contratantes fornecerão às Autoridades Aeronáuticas da outra Parte, a pedido destas, periodicamente ou a qualquer tempo, ou dados estatísticos que forem considerados necessários para a verificação de como está sendo utilizada, pela empresa aérea designada da outra Parte Contratante, a capacidade oferecida segundo a cláusula de capacidade. Esses dados deverão conter todos os elementos necessários para fixar o volume do tráfego, bem como sua origem e destino.

#### SEÇÃO VI

##### Horários e Frequências

Os horários deverão indicar o tipo, modelo e configuração das aeronaves utilizadas, bem como a frequência dos serviços e escalas, e serão submetidos pela empresa aérea designada de cada Parte Contratante às Autoridades Aeronáuticas da outra Parte Contratante 30 (trinta) dias, no mínimo, antes da data prevista para sua vigência. Tais horários deverão ser aprovados dentro do prazo acima indicado, a menos que envolvam alteração de escalas ou de capacidade em desacordo com o que está especificado neste Anexo.

#### SEÇÃO VII

##### Alterações no Quadro de Rotas

1. As seguintes alterações nas rotas não dependerão de prévio aviso entre as Partes Contratantes, bastando a respectiva notificação de uma à outra Autoridade Aeronáutica:

a) inclusão ou supressão de pontos de escala no território da Parte Contratante que designa a empresa aérea;

b) omissão de escalas no território da outra Parte Contratante e de terceiros países.

2. A alteração das rotas convencionadas pela inclusão de ponto de escala não previsto no Quadro de Rotas, fora do território da Parte Contratante que designa a empresa aérea, fica sujeita a acordo prévio entre as Autoridades Aeronáuticas de ambas as Partes.

#### ANEXO 2

##### PROTOCOLO DE ASSINATURA

No curso das negociações que se realizaram no Rio de Janeiro, no período de 22 a 23 de abril de 1980, as Delegações das duas Partes Contratantes concordaram com os seguintes pontos:

1. A empresa designada pela Bélgica pode operar:

a) uma frequência semanal, com aeronaves do tipo DC-10 ou similar, com a configuração constante do certificado de matrícula da aeronave, podendo embarcar ou desembarcar em território brasileiro 150 (cento e cinquenta) passageiros, provenientes ou destinados à Bélgica em cada voo;

b) uma frequência semanal, com o equipamento anteriormente mencionado, com pouso exclusivamente técnico em território brasileiro. A frequência comercial pode, igualmente, embarcar ou desembarcar em território brasileiro 5.000 (cinco mil) quilos de carga, provenientes ou destinados à Bélgica, em cada voo.

2. A empresa designada pelo Brasil pode operar:

a) uma frequência semanal, com aeronaves tipo DC-10 ou similar, com a configuração constante do certificado de matrícula de aeronave, podendo embarcar ou desembarcar em território belga 150 (cento e cinquenta) passageiros, provenientes ou destinados ao Brasil, em cada voo;

b) uma frequência semanal, com o equipamento anteriormente mencionado, com pouso exclusivamente técnico em território belga. A frequência comercial pode, igualmente, embarcar ou desembarcar em território belga 5.000 (cinco mil) quilos de carga, provenientes ou destinados ao Brasil, em cada voo.

3. As Partes Contratantes reconhecem que entre os direitos concedidos nas Seções II e III do Anexo ao Acordo sobre Trans-

porte Aéreo não se inclui o tráfego entre o território da outra Parte e terceiros países não constantes do Quadro de Rotas (6.ª liberdade).

4. O direito relativo ao abastecimento de combustíveis e óleos lubrificantes, a que se refere o parágrafo 4 do Artigo III deste Acordo, poderá ser exercido pela empresa aérea designada de uma das Partes Contratantes, em reciprocidade ao direito exercido pela empresa da outra Parte Contratante, mesmo que não esteja operando os serviços convencionados.

5. A empresa designada pela Bélgica pode pousar no Aeroporto do Recife, rumo sul, para desembarcar passageiros na frequência que opera com direitos comerciais no Brasil, e obedecendo o limite total indicado no item 1, deste Protocolo, para as suas operações em território brasileiro.

6. Cada Parte Contratante concede à outra Parte Contratante o direito à sua empresa designada de transferir o excedente entre as receitas e as despesas, de acordo com as formalidades cambiais em vigor no território de cada Parte Contratante, que concederá as necessárias facilidades para tal. Essas transferências deverão ser efetuadas às taxas em vigor no mercado de câmbio aplicáveis aos pagamentos da espécie.

7. A definição de "serviço aéreo regular" a que se refere o segundo período da alínea e, do Artigo I, é a seguinte:

"Um serviço aéreo internacional regular é uma série de voos que contém todas as seguintes características:

a) passa sobre o território de mais um Estado;

b) é realizado por aeronave para o transporte remunerado de passageiro, carga ou mala postal, de tal maneira que cada voo esteja aberto ao público;

c) é operado, para servir ao tráfego entre os mesmos dois ou mais pontos, quer,

1) de acordo com o horário publicado, ou

2) com voos tão regulares ou frequentes que constituam uma série reconhecidamente sistemática."

As notas para a aplicação desta definição, são as adotadas pela 2.ª Conferência de Transporte Aéreo, realizada em Montreal, no período de 12 a 28 de fevereiro, de 1980.

8. As Partes Contratantes concordaram que poderiam examinar novamente a pedido de uma delas, as normas relativas aos direitos da 5.ª liberdade, quando houver interesses coincidentes das duas Partes Contratantes, para esse fim.

9. As Partes Contratantes comprometeram-se a autorizar, no limite de seus poderes administrativos, as operações das empresas designadas, segundo os termos do Acordo e seu Anexo, depois de que as mencionadas empresas cumpram as exigências das Partes, para o funcionamento em seu território.

10. No caso da utilização pela empresa designada de tripulante estrangeiro, na operação dos serviços convencionados, a sua respectiva Autoridade Aeronáutica fará a comunicação às Autoridades Aeronáuticas da outra Parte, com todos os dados pertinentes, e esses tripulantes poderão compor as tripulações das aeronaves da empresa designada, a menos que haja oposição a esse respeito.

11. As Autoridades de ambas as Partes, em vista do pedido formulado pelas Autoridades belgas, para que houvesse uma indicação da maneira como seriam examinados pelas Partes os demanda de tráfego superior à capacidade quando existir uma demanda de tráfego superior à capacidade autorizada nos itens 1 e 2 deste Protocolo, através de voos extraordinários e de voo de fretamento para atendimento de determinados eventos, inclusive utilizando, para esses casos, o voo operado como escala técnica no Brasil, comercialmente, informaram que esses pedidos terão examinados caso a caso, segundo as normas e regulamentos de cada país, com boa vontade e dentro do espírito de cooperação existente entre o Brasil e a Bélgica.

Feito em Bruxelas, aos 19 dias do mês de setembro de 1980, em dois exemplares, nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: **Ramiro Saraiva Guerreiro**. — Pelo Governo do Reino da Bélgica: **Charles Ferdinand Nothomb**.

**ANEXO 3**  
**QUADRO DE ROTAS DO BRASIL**

Ponto de Partida	Ponto Intermediário	Ponto na Bélgica	Ponto além da Bélgica
	(1) (3) (4)	(4)	(1) (2) (3) (4)
Pontos do Brasil	Um ponto na Costa Ocidental da África	Bruxelas, Liège e Ostende	Três pontos

**NOTAS**

- 1) São escalas exclusivamente técnicas em relação à Bélgica.
- 2) Esses pontos podem ser operados, total ou parcialmente, antes ou depois de Bruxelas.
- 3) Esses pontos serão comunicados pelas Autoridades brasileiras às Autoridades belgas antes do início dos serviços.
- 4) A omissão de escalas se regula pela seção VII do Anexo.

**ANEXO 4**  
**QUADRO DE ROTAS DA BÉLGICA**

Ponto de Partida	Ponto Intermediário	Pontos no Brasil	Pontos além do Brasil
	(1) (3)		(1) (2) (3)
Pontos na Bélgica	Dakar	Rio de Janeiro	Montevideu, Buenos Aires e Santiago do Chile

**NOTAS**

- 1) São escalas exclusivamente técnicas em relação ao Brasil.
- 2) A escala em Montevideu pode ser operada antes ou depois de Buenos Aires.
- 3) A omissão de escalas se regula pela seção VII do Anexo.

*(As Comissões de Relações Exteriores, de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, e de Economia.)*

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 1981**  
(Nº 112/81, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o texto do Tratado de Delimitação Marítima entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, concluído em Paris, a 30 de janeiro de 1981.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o texto do Tratado de Delimitação Marítima entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, concluído em Paris, a 30 de janeiro de 1981.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 267, DE 1981**

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

De conformidade com o disposto no art. 44, inciso I, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Tratado de Delimitação Marítima entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, concluído em Paris, a 30 de janeiro de 1981.

Brasília, 29 de junho de 1981. — **João Figueiredo.**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DF/DAM-II/DAI/PCDL/168/245 (B46)**  
(B16), DE 22 DE JUNHO DE 1981, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

A Sua Excelência o Senhor

João Baptista de Oliveira Figueiredo,  
Presidente da República.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o anexo texto do Tratado de Delimitação Marítima entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, que assinei com meu colega francês, por ocasião da visita de Vossa Excelência a Paris.

2. O Tratado firmado em 30 de janeiro de 1981, em solenidade que contou com a honrosa presença de Vossa Excelência, encerrou longo ciclo de negociações entre o Brasil e a França, para a determinação dos limites entre o nosso País e o Departamento da Guiana.

3. O estabelecimento de nossa linha de fronteira com a Guiana Francesa, que agora se completa em seu trecho lateral marítimo, constituiu uma das empresas mais significativas da diplomacia brasileira. Seus antecedentes históricos remontam a meados do Século XVII, assinando-se posteriormente, em 1713, o Tratado de Utrecht, que determinava, em seu art. 8.º, que "... o rei da França abre mão das pretensões tidas sobre as terras chamadas de Cabo Norte, e situadas entre o rio Amazonas e o Oiapoque".

4. Contudo, novos problemas surgiram na identificação deste último rio, seguindo-se um período de negociações, coroadas com

o Tratado de Arbitramento de 1897, quando os dois litigantes acordaram em submeter a questão ao Governo da Confederação Suíça. Finalmente, em 1900, o Presidente do Conselho Federal Suíço, Walter Hauser, emitiu seu Laudo Arbitral, consagrando o talvegue do Rio Oiapoque e o divisor de águas da cumeada da Serra do Tumucumaque como linha de fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Tivemos, assim, reconhecida a soberania brasileira sobre uma área de 260.000 quilômetros quadrados, correspondente ao atual Território do Amapá.

5. Solucionado juridicamente o litígio, o Brasil e a França estabeleceram, em 1955, a Comissão Mista Brasileiro-Francesa Demarcadora de Limites, para os trabalhos de caracterização física da fronteira. De 1955 a 1978, a Comissão realizou quatro Conferências, nas quais foi efetuado o levantamento da fronteira desde o ponto de trijunção ou marco trinacional Brasil-Guiana Francesa-Suriname, até a foz do rio Oiapoque, restando por delimitar o talvegue da baía do Oiapoque, a entrada da mesma baía e o limite lateral marítimo.

6. Na IV Conferência, realizada em Brasília, de 18 a 21 de setembro de 1973, a Delegação brasileira propôs, como medida preparatória para a definição desse limite, o levantamento hidrográfico e cartográfico da baía do Oiapoque e proximidades pelo navio hidrográfico "Canopus", da Marinha brasileira, o que foi aceito pelos delegados franceses, após a exposição do Comandante do navio sobre os trabalhos a serem efetuados. O "Canopus" realizou as operações previstas em setembro e outubro de 1978, levando a bordo três técnicos franceses convidados a participar dos trabalhos.

7. De posse dos dados técnicos levantados pelo "Canopus", realizou-se em Paris a V Conferência da Comissão Mista, entre 24 e 28 de setembro de 1979. A Comissão decidiu, naquela ocasião, aceitar e aprovar os mencionados dados técnicos. Decidiu, ainda mais, que a linha de fronteira das águas interiores da baía do Oiapoque, a partir da linha Ponta do Mosquito-Mont Bruyere, seria o talvegue tal como definido pelo navio hidrográfico "Canopus", até a linha de fechamento da baía. Quanto à definição dessa linha de fechamento e da linha lateral marítima, acordou-se em que o prosseguimento das conversações a respeito fosse efetuado na seguinte Conferência.

8. A Sexta Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Francesa Demarcadora de Limites teve lugar de 19 a 23 de janeiro do corrente ano, em Brasília. Após itensas e cuidadosas conversações, as duas Delegações conseguiram chegar a um ponto de consenso que satisfizesse a ambas as posições, estabelecendo-se que a linha de fechamento da baía do Oiapoque seria constituída pelo segmento de reta tangente a dois elementos topográficos cuja posição foi determinada na carta náutica brasileira de número 110, 1.ª edição, de 27 de abril de 1979, a saber: no lado do Brasil, o contorno norte do Cabo Orange, definido pela linha correspondente ao nível de baixamar média de sizígia, e no lado do Departamento da Guiana, o limite norte do rochedo situado nas proximidades da Ponta de Coumarouman.

9. A partir daí, a linha de delimitação marítima, inclusive da plataforma continental, foi determinada como sendo a linha loxodrômica que tem o azimute verdadeiro de quarenta e um



graus e trinta minutos sexagesimais, e cuja origem foi definida pelo ponto de latitude quatro graus, trinta minutos e cinco décimos Norte, e longitude cinquenta e um graus, trinta e oito minutos e dois décimos Oeste, constituído pela intersecção entre a linha de fechamento da baía e a linha de fronteira (talvegue) da baía do Oiapoque, estabelecida por ocasião da Quinta Conferência. O azimute e as coordenadas acima foram referidos ao Sistema Geodésico Brasileiro (datum horizontal-Córrego Alegre), o mesmo utilizado na elaboração da carta náutica brasileira de número 110.

10. Do preparo das posições brasileiras e das negociações sobre o limite lateral marítimo, tendo presente a natureza do assunto, participaram ativamente representantes de nossa Marinha de Guerra, cuja atuação me é grato assinalar.

11. Do ponto de vista estritamente jurídico, a solução acordada atende plenamente aos princípios e normas do Direito Internacional que regem o assunto. Embora o atual Texto Informal Composto de Negociação da III Conferência da ONU sobre Direito do Mar seja ainda somente um projeto de Convenção, julgou-se conveniente levar em conta os desdobramentos recentes sobre a matéria consolidados no referido documento. Assim, o teor do Tratado está cabalmente de acordo com o disposto no artigo 10(2) da mencionada Texto Informal Composto de Negociações, no sentido de que "uma reentrância só é considerada uma baía (no sentido jurídico do termo) se sua superfície é igual ou superior à de um semicírculo tendo por diâmetro a linha traçada através da entrada da reentrância". Atende, igualmente, aos requisitos do artigo 10(4) e (5), não ultrapassando a linha a distância de 24 milhas.

12. Para os propósitos do Tratado da lateral marítima, invocou-se parcialmente o método da equidistância (dos pontos mais próximos das linhas de base, a partir das quais é medida a extensão dos espaços marítimos de cada um dos dois Estados) em relação à direção geral da costa, elementos esses fundamentados na jurisprudência internacional e na doutrina e prática dos Estados.

13. Ao se colocarem as Partes de acordo quanto à redação do presente Tratado, a Delegação brasileira teve em mente a conclusão a que chegara o Grupo de Negociação 7, da II Comissão, da atual Conferência da ONU sobre o Direito do Mar, a saber, que em matéria de fixação de limites laterais marítimos impõe-se, acima de todos os fatores a serem levados em conta (como equidistância, circunstâncias especiais, solução equitativa), o elemento de livre negociação entre as Partes, no exercício de sua soberania.

14. Estou certo, Senhor Presidente, de que o texto negociado graças às instruções de Vossa Excelência é extremamente vantajoso do ponto de vista do interesse nacional. Com efeito, as soluções nele consagradas possibilitam o atendimento pleno do interesse nacional, mediante fórmula satisfatória para o Brasil e para a França. Tornam, assim, clara e precisa, em relação ao nosso vizinho setentrional e a terceiros, a área marítima reservada à nossa exclusiva exploração de recursos pesqueiros e outros recursos que acaso nela se localizem. Ao mesmo tempo, o presente Tratado permite concluir, de maneira positiva, o ciclo de negociações limítrofes, uma vez que a linha de demarcação marítima com o Departamento da Guiana constitui o único trecho ainda em aberto do perímetro fronteiriço terrestre e marítimo do Brasil, todo ele já definido por tratados ou laudos arbitrais.

15. A vista do exposto, Senhor Presidente, submeto à alta consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, para que Vossa Excelência, se assim houver por bem, submeta o texto do Tratado à apreciação do Poder Legislativo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — **Ramiro Ellysio Saraiva Guerreiro.**

#### TRATADO DE DELIMITAÇÃO MARÍTIMA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA FRANCESA

O Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo,

O Presidente da República Francesa, Senhor Valéry Giscard d'Estaing,

Desejosos de favorecer o mais amplo desenvolvimento possível das relações de amizade e boa vizinhança existentes entre seus países,

Conscientes da necessidade de estabelecer, de maneira precisa, a linha de delimitação marítima, inclusive a da plataforma continental, entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, ao largo do Departamento da Guiana.

Baseados nas normas e princípios do direito internacional aplicáveis à matéria e levando em conta os trabalhos da II Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar,

Tendo Presente o disposto no Tratado de Utrecht, de 11 de abril de 1713, na sentença arbitral do Conselho Federal Suíço, de 1.º de dezembro de 1900, e sua aplicação, tal como efetuada pela Comissão Mista Brasileiro-Francesa Demarcadora de Limites,

Como decorrência das negociações que se realizaram em Paris, de 24 a 28 de setembro de 1979, e em Brasília, de 19 a 23 de janeiro de 1981,

Resolveram concluir o presente Tratado, e, com esse objetivo designaram:

O Presidente da República Federativa do Brasil, o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

O Presidente da República Francesa, o Senhor Embaixador Jean François-Poncet, Ministro dos Negócios Estrangeiros;

Os quais convieram nas seguintes disposições:

#### Artigo I

1. A linha de delimitação marítima, inclusive a da plataforma continental, entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, ao largo do Departamento da Guiana, fica determinada pela linha loxodrômica que tem o azimute verdadeiro de quarenta e um graus e trinta minutos sexagesimais, partindo do ponto definido pelas coordenadas de latitude quatro graus, trinta minutos e cinco décimos Norte e de longitude cinquenta e um graus, trinta e oito minutos e dois décimos Oeste. Esse azimute e essas coordenadas são referidas ao sistema geodésico brasileiro.

2. Esse sistema geodésico foi o empregado na elaboração da Carta Náutica brasileira de n.º 110, 1.ª edição, de 27 de abril de 1979, que foi utilizada durante os trabalhos da VI Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Francesa Demarcadora de Limites.

3. O ponto de partida definido no presente Artigo é a intersecção da fronteira na Baía do Oiapoque, fronteira estabelecida por ocasião da V Conferência da Comissão Mista, e da linha de fechamento dessa baía estabelecida durante a VI Conferência da mencionada Comissão Mista.

#### Artigo II

Qualquer controvérsia que possa surgir entre as Partes a respeito da interpretação ou da aplicação do presente Tratado será solucionada pelos meios pacíficos reconhecidos pelo direito internacional.

#### Artigo III

O presente Tratado entrará em vigor no dia da troca dos instrumentos de ratificação.

Em fé do que, os abaixo-assinados firmam e selam o presente Tratado.

Feito em Paris, aos 30 de janeiro de 1981, em dois exemplares originais, cada um em língua portuguesa e francesa, os dois textos fazendo igualmente fé.

Pela República Federativa do Brasil: **Ramiro Saraiva Guerreiro.**

Pela República Francesa: **Jean François-Poncet.**

(As Comissões de Relações Exteriores, de Justiça e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.)

#### PARECERES

PARECERES N.ºs 993, 994 E 995, DE 1981

#### PARECER N.º 993, DE 1981

Da Comissão de Legislação Social. Sobre a Mensagem n.º 47, de 1980 (n.º 72, de 3-3-80, na origem), do Senhor Presidente da República solicitando do Senado Federal autorização para a alienação de terras públicas no Território Federal de Rondônia, à Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias Ltda.

Relator: Senador Aloysio Chaves

O Senhor Presidente da República submete aos membros do Senado Federal pedido de autorização, no termos do parágrafo único do art. 171 da Constituição, para a alienação de 33.000 ha. de terras públicas no Território de Rondônia à Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias Ltda., para implantação de projeto considerado de interesse para o desenvolvimento nacional.

Na Exposição de Motivos do Ministro da Agricultura, que acompanha a Mensagem n.º 72, S. Ex.ª destacou que a pretensão mereceu parecer favorável dos órgãos técnicos, inclusive da SUDAM (Ministério do Interior) e do Conselho de Segurança Nacional, no

sentido da aplicabilidade da Exposição de Motivos CSN-MA/005/76, podendo a empresa se habilitar à concessão da área de 33.000 ha., com dispensa de licitação.

O projeto de bovinocultura apresentado pela interessada foi considerado perfeitamente enquadrado nas diretrizes da SUDAM e "o empreendimento de alta relevância, devendo sua produção no tocante à pecuária, ser destinada primordialmente ao abastecimento local" (fls. 147/147v — Proc. INCRA 004111/79), além de aceitar "corpo de interesse para o desenvolvimento da Região Amazônica", vindo "ao encontro das diretrizes preconizadas pelo II PDN e PDA", segundo o ofício dirigido pelo Dr. Elias Safer, Superintendente da Autarquia ao Ministro do Interior (fls. 153/4), devendo gerar inúmeros empregos relacionados no "Quadro das necessidades de mão de obra", apresentado à fls. 91/107, bem assim propiciar os encargos sociais discriminados às fls. 108.

O projeto, aliás, deverá sofrer alteração, pois embora elaborado à época da aprovação do parecer da Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura, pelo Titular da Pasta, em 30 de novembro de 1977, quando o módulo de exploração indefinida correspondia a 60.000 ha. (fls. 508/510 — Proc. 1.569/73 — INCRA), a concessão apenas se limitará a 33.000 ha. pois deverá prevalecer a redução prevista na Instrução Especial INCRA n.º 14/78 conforme parecer de fls. 122/3, encampado pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional no Aviso n.º 167, de 7 de dezembro de 1979 (fls. 172/3), em vigor à data da autorização pelo Senado e do decreto a ser assinado pelo Ex.º Sr. Presidente da República.

O pedido já encontrava respaldo legal, anteriormente à Exposição de Motivos n.º 5/76, no preceituado nos artigos 160 e 105, do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, que autorizava a alienação de terras públicas independentemente de concorrência (pareceres de fls. 144/5, 230/1 e 473), nas circunstâncias de fato, combinado com o art. 4.º do Decreto-lei n.º 1.164/71, que dispõe:

"O Conselho de Segurança Nacional estabelecerá as normas para a implantação de projetos de colonização ou a Concessão de Terras, bem como para o estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança nacional, nas terras devolutas das faixas mencionadas no art. 1.º, (grifamos).

E na regulamentação do referido Decreto-lei estabeleceu o art. 1.º, §§ 1.º e 2.º, do Decreto n.º 71.615, de 22 de dezembro de 1972:

"Art. 1.º A colonização e concessão de terras devolutas incluídas entre os bens da União, pelo Decreto-lei n.º 1.164, de 1.º de abril de 1971; alterado pelo Decreto-lei n.º 1.243, de 30 de outubro de 1972, far-se-ão através de projetos de colonização, de empresas rurais e de atividades industriais de interesse agriocla, pecuária ou agroindustrial, apresentados por órgão público ou particular, pessoas físicas ou jurídicas, obedecido o disposto neste Decreto.

§ 1.º Os projetos de que trata o presente artigo serão aprovados pelo Ministério da Agricultura através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nos termos das disposições legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

§ 2.º Os projetos beneficiados pela aplicação de incentivos fiscais dependerão de aprovação prévia da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), nos termos da legislação pertinente."

A tese, inclusive, já mereceu parecer favorável do Consultor-Geral da República, aprovado pelo Ex.º Sr. Presidente da República (in DO de 31-12-75, pág. 17.290).

Igualmente o Senado Federal autorizou a alienação de terras públicas sem concorrência, para a implantação de projetos no Distrito Agropecuário da Superintendência da Zona Franca de Manaus, conforme Resolução n.º 39, publicada no Diário Oficial de 29 de agosto de 1979.

No art. 2.º da aludida resolução, entretanto, ficou prevista a lavratura de promessa de compra e venda, com condição resolutive, no sentido da outorga de escritura definitiva condicionada ao fiel cumprimento do cronograma físico-financeiro da execução do projeto.

In casu, a empresa interessada assevera já haver empregado para a implantação do projeto agropecuário, de exploração madeireira e de extração de látex, recursos próprios no montante de Cr\$ 61.724.000,00 (fls. 490/491), o que é parcialmente comprovado pelo "Relatório de Vistoria" elaborado pelo INCRA, descrevendo minuciosamente todo o complexo agroindustrial (fls. 403/417).

Conforme circunstanciado parecer da lavra da Dr.ª Maria Jovita Wolney Valente, Procuradora do INCRA, "o projeto apresentado deverá ser compatível com a porção de terra pleiteada, cuja execução vinculada ao Contrato de Concessão mediante condição resolutive" (fls. 491).

Ressalte-se que através do antecessor da requerente e da empresa Laminasa, do mesmo grupo, na exploração da área objeto da reivindicação, financiamentos oficiais foram examinados ou concedidos, inclusive com hipoteca do imóvel rural, conforme comprovam os documentos de fls. 156/165, 171/176, 182/185 e 444, com o que estaria preenchido um dos requisitos da Exposição de Motivos CSN-MA/005/76.

Como tenha a vistoria apurado a existência de posseiros na área pretendida adquirir pela Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias Ltda., (fls. 405/408, 412/415), evidentemente a solução ficará condicionada à comprovação de prévio acordo prevenindo litígios.

Entretanto, como as terras inicialmente pleiteadas pela Agropecuária Industrial e Colonizadora e empresas a ela vinculadas (Agropecuária Tapagem S/A, Madeireira Urupá S/A e Agropecuária Urupi S/A), num total de 243.608 ha (fls. 466), através de ação anulatória julgada procedente tiveram seus registros cancelados e a matrícula efetivada em nome da União (fls. 460), será possível a demarcação de área, que resguarde a localização do maior número de posseiros, atendendo, também, o plano de zoneamento básico constante de fls. 104 do processo e preservando glebas que possam permitir a ampliação do plano de assentamento de agricultores no Projeto Ouro Preto, região em que no corrente mês o INCRA entregou 3.107 títulos, sabendo-se que 16.000 famílias ainda aguardam oportunidade para o acesso ao uso do solo, evitando tensão social que ocorre de forma acentuada no território, para onde convergem, em média, seis mil famílias por ano.

As referências consignadas na Mensagem atendem às imposições constantes do art. 407, do Regimento Interno do Senado.

Dessa forma, satisfeitas as exigências da Exposição de Motivos CSN-MA/005/76, que consubstancia a legislação citada anteriormente, permitindo a alienação à Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias Ltda. da área de 33.000 ha, com dispensa de licitação e mediante o pagamento do valor da terra numa, segundo a "Pauta de Valores" do INCRA, e tendo em vista que o projeto de bovinocultura, se devidamente executado, irá contribuir decisivamente para o desenvolvimento econômico da região, — opinamos no sentido da aprovação do Projeto de Resolução, nos termos seguintes:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 161, DE 1981

**Autoriza o Poder Executivo a alienar à empresa Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias Ltda., a área de 33.000 hectares, no Território de Rondônia, para a implantação de projeto de bovinocultura.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a alienar à empresa Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias Ltda., área de 33.000 hectares, para implantação de projeto de bovinocultura aprovado pelo INCRA.

Art. 2.º A área referida no artigo anterior será alienada mediante promessa de compra e venda, com cláusula resolutive que condicione a lavratura da escritura de compra e venda da área ao fiel cumprimento do cronograma físico-financeiro da execução do projeto.

Parágrafo único. A cláusula resolutive poderá ocorrer, ainda, se a empresa não iniciar a implantação do projeto dentro do prazo de um ano, a partir da data da lavratura da escritura de promessa de compra e venda ou se houver paralisação nas atividades de execução do projeto, ficando o Poder Público com o direito de ser reintegrado na posse da área, e com livre disposição da mesma.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de maio de 1981. — **Raimundo Parente**, Presidente — **Aloysio Chaves**, Relator — **José Fragelli**, c/restrições quanto à legalidade — **Eunice Michiles** — **Aderbal Jurema** — **Lenoir Vargas** — **Franco Montoro**, vencido c/declaração de voto — **Humberto Lucena**, vencido.

#### VOTO VENCIDO, EM SEPARADO, DO SR. SENADOR FRANCO MONTORO

Examinando os documentos que acompanham a Mensagem n.º 47, de 1980, do Senhor Presidente da República, solicitando autorização do Senado para a alienação de terras públicas no Território Federal de Rondônia, voto contrário à aprovação do projeto de resolução autorizatória, pelas seguintes razões:

1 — o pedido de autorização não atende às determinações constantes do art. 407 do Regimento Interno do Senado:

a) porque não consta do processo pronunciamento do Governo do Território a respeito do interesse do projeto para a região e de sua compatibilização com os planos de desenvolvimento do Território;

b) porque o processo não traz planta ou descrição minuciosa das terras em questão, muito menos de sua exata delimitação;



c) porque existem plantas e descrição de outras terras dos adquirentes, sem contudo destas informações constar a exata especificação da área de utilização; e

d) especialmente porque em todo o processo há opiniões divergentes à conclusão da vistoria que teria sido realizada pelo INCRA em 1975, segundo a qual não existiriam posseiros na região.

2 — Todo o processo está fundamentado nos termos da Exposição de Motivos CNS-NA/005/76, que pretende sobrepor-se à legislação vigente, com flagrante violação à hierarquia das normas jurídicas e os princípios fundamentais do Direito. A ética e a Lei vigente (Decreto-lei n.º 200/67, art. 126) exigem a concorrência pública para a alienação de terras públicas; o que não foi observado no caso presente.

3 — Votamos contra a concessão da autorização apoiados na manifestação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, da qual destacamos o seguinte trecho:

“A ocupação da Amazônia, a expansão de nossa fronteira agrícola, revela que a apropriação de terras públicas não resultou no aumento da produção agropecuária. Ao contrário, revela a imobilização especulativa e o saque destruidor, merecendo ser ressaltado que a única atividade produtiva da Agropecuária e Industrial Rio Candeias consiste na destruição indiscriminada de 5.000 hectares de madeiras e na criação de um complexo industrial madeireiro e na parte agropecuária a existência de 230 (duzentos e trinta) bovinos.

A CONTAG, como legítima representante da categoria dos trabalhadores rurais, manifesta diante dessa nova investida de grandes grupos, o seu mais veemente protesto, exigindo que as terras públicas sejam reservadas para o pequeno lavrador, o único produtor que não será interessado na especulação, mas o verdadeiro fornecedor dos alimentos de que vive a Nação.”

4 — Finalmente, além desses motivos, esclarecem nosso voto as razões constantes da análise do processo INCRA n.º 1.569/73, que acompanha a Exposição de Motivos n.º 47/80, realizada por nossa Assessoria:

#### A — Histórico

Em 5 de março de 1980, o Senhor Presidente da República encaminha ao Senado Federal mensagem propondo a alienação de terras públicas, sem concorrência, no Território Federal de Rondônia, abrangendo área de 33.000 hectares, em favor da Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias S/A, com base na Exposição de Motivos MA-CNS/005/76. De acordo com essa orientação, os empreendimentos agropecuários existentes na Região Amazônica, desde que considerados de interesse para o desenvolvimento, passam a auferir diversos benefícios inclusive a dispensa da exigência de licitação, estabelecida no artigo 171 da Constituição Federal.

Essa interpretação favorece os já detentores das riquezas que, transgredindo a Lei, adquiriram terras na Amazônia.

O presente processo, arrasta-se por mais de seis anos, do INCRA para o Conselho de Segurança Nacional, através do Ministério da Agricultura, Interior, Gabinete Civil da Presidência da República e envolvimento de agências estatais e privadas de crédito. Como se não bastasse a série de irregularidades processuais, fartamente comprováveis, constata-se, também, da parte requerente, comportamento altamente reprovável e talvez até criminoso com relação a moradores, ocupantes de posses, na condição de simples agricultores ou de trabalhadores em atividades extrativistas. Todos sob o amparo da Lei, mas que, a revelia dela, tiveram perdidas suas posses, desfeitas suas colocações ou obrigados a sujeitar-se ao condicionamento do silêncio imposto pelas armas dos “jagunços” — e é o próprio processo que o diz — ou ainda, pela ineficácia dos órgãos governamentais.

No longo e intrincado desenrolar de petições exposições de motivos, despachos, encaminhamentos, juntadas de novos processos, vistorias, apresentações de projetos, análises e conclusões, um único e claro objetivo norteia todo o processo: a intenção prévia do favorecimento de terras a quem jamais as adquiriu por vias legais. Razão pela qual, criou-se uma instrumentação que obriga a Justiça brasileira a abrigar sob seu manto protetor, também o infrator, o transgressor, e, sem sombra de dúvida, o culpado. Apenas, com um novo enfoque: por ser infrator declarado de sérios delitos, passa à condição de “filho pródigo”, o único capaz de ser contemplado com o objeto da causa, a terra, e os recursos indispensáveis à sua efetiva exploração.

#### Eis os fatos:

— Em 29 de maio de 1973, o Diretor da Agropecuária Industrial Rio Candeias Ltda, dirige-se ao Presidente do INCRA, e informa que um Grupo de empresas do Rio Grande do Sul e mais pessoas físicas, tendo à frente a Metalurgia Abramo Eberle S/A, de Caxias do Sul, havia adquirido uma área de terras no Ter-

ritório Federal de Rondônia, com a superfície de 133.608,7 hectares, constituída pelos Seringais “Baixo Candeias” e “Igarapé das Três Casas”, no município e comarca de Porto Velho.

Que a referida empresa tinha por objetivo a aplicação futura de seus incentivos fiscais, além de recursos próprios, na área prioritária da Amazônia, e que os vendedores da gleba adquirida houveram as terras por justo título (sic), conforme escrituras públicas e registros anexados.

Que, tendo em vista, a pretensão em apresentar à SUDAM um grande projeto integrado, composto de exploração pecuária, madeireira, pré-fabricados, frigoríficos, curtume e fábrica de calçados, além da plantação de seringais solícita, para a máxima segurança do empreendimento, porque deseja começar acertando (sic), a análise de seus títulos e a definição dominal das terras citadas, para requerer a regularização, com estudo a ser submetido ao Senado Federal.

E mais. Que, valendo-se da oportunidade, informa que a Sociedade adquiriu, também por contrato de promessa de compra e venda, uma outra área, de aproximadamente 150.000 hectares, no mesmo Território e perto de Vila de Rondônia.

Destaca, ainda, que estas terras não têm outra titulação que não os documentos da posse mansa e pacífica (sic) de seu atual proprietário e que, oportunamente, apresentar-se-ão os documentos e limites exatos para a necessária regularização.

Nota — Portanto, um somatório de 283.608,7 hectares adquiridos seja por justo título ou posse mansa e pacífica, conforme escrituras públicas e registros anexados. (Foi a própria requerente quem o disse).

— Em 8-8-73, já às fls. 70 a 76, o Presidente da Comissão de Discriminação de Terras Públicas INCRA/Acre/Rondônia encaminha parecer, de n.º 023/73, sobre a primeira pretensão, constituída dos Seringais “Baixo Candeias” e “Igarapé das Três Casas”, com o seguinte teor:

“Transcrição inquinada de nulidade absoluta. Transfêrência de precaríssima posse sobre Terras Públicas Federais, indevidamente transcrita no Livro de Registro das Tramitações de Propriedade Imóvel. Carência do Registro Anterior, Arts. 214/244 e 247, 1.º do Decreto n.º 4.857/39. A escritura de compra e venda sobre posse foi levada absurdamente ao registro imobiliário, donde transcreveu-se o intranscritível, resultado na impossibilidade para procedê-la.”

Nota — Interessante assinalar, às fls. 72, o seguinte tópico:

“a realidade está a demonstrar irreversivelmente, que malsinada Escritura Pública foi transcrita no Registro Imobiliário. O oficial agiu docilmente, sem maior análise, escrúpulo, resistência, menor responsabilidade ou fiscalização. Lamentável ato, metamorfoseando a posse, face a força formal adviniente, fez aflorar presunção, *Juris Tantum*, de domínio...”

Face ao exposto, o Coordenador Geral das CDTD's sugere que a pretensão em pauta, depois do devido pronunciamento da Douta Procuradoria Jurídica, seja submetida a elevada decisão do Exm.º Sr. Ministro da Agricultura, que, se assim entender (sic), determine a sua remessa ao Conselho de Segurança Nacional e Senado Federal, medida indispensável para autorização da alienação de área superior àquela estabelecida pela Constituição Federal.

Para finalizar o histórico da origem da pretensão, ora em fase de decisão última, através do encaminhamento da Mensagem Presidencial, por decorrência de pareceres favoráveis das instâncias securárias, cabe ressaltar que, em 24 de agosto do mesmo ano, às fls. 77 e 78, o Executor do Projeto Fundiário de Rondônia, Sílvio Gonçalves de Faria, registrava que a segunda gleba, próxima de Vila de Rondônia, e denominada “Seringal Itapirema”, “não configura mais do que simples detenção de Terras Públicas Federais — Devolutas, destituída de quaisquer foros de hereditidade, revestida de precariedade peculiar que dispensa outras considerações, senão o reconhecimento de qualquer pretensão sobre a mesma, além do direito às benfeitorias ou edificações realmente existentes”. E mais, que a área já havia sido incorporada pelo Projeto Ouro Preto, Setor 2, em 22.000 hectares, sendo de extremo interesse para a expansão do empreendimento, no sentido de proporcionar o assentamento de aproximadamente 200 famílias, das quais, à época, cerca de 50 já haviam penetrado na área.

#### B — O Processo Decisório

— Daí para a frente, o processo com mais de 1.300 páginas, subdividido em vários blocos ou apensos, com numerações descontínuas, passa a apresentar expediente controvertido e sob certos aspectos deixa a desejar quanto à imparcialidade decisória e o próprio Conselho de Segurança Nacional é obrigado a voltar atrás, face a complexidade das temáticas levantadas e algumas vezes mal encaminhadas.

Como por exemplo, o fato de que somente após o primeiro encaminhamento da pretensão ao dito Conselho de Segurança, em 11-3-74, às fls. 95, para a devida regularização de domínio da terra e visando a produção de carne, látex (borracha), castanha, beneficiamento de madeira posteriormente, produção de calçados, o Sr. Consultor Jurídico do INCRA, informe ao então Ministro da Agricultura, Prof. Alysso Paulinelli:

— que a área pretendida pela empresa ultrapasse os 250.000 hectares; .....

— que a pesquisa da cadeia dominial tenha concluído que as aquisições se ressentem de vícios insanáveis e que as transcrições imobiliárias são nulas de pleno direito;

— que o Ministério do Interior não havia ainda se pronunciado sobre a compatibilização do projeto, com as necessidades desenvolvimentistas do Território, através de seu órgão específico, a SUDAM, quanto à aplicação de incentivos fiscais e exploração da madeira e da seringa;

— que a administração pública deve ser resguardada (sic), sugerindo como medida cautelar devam os autos retornar ao INCRA e, se for o caso, providenciar medidas para a indispensável anulação das transcrições, sem prejuízo da apuração das respectivas responsabilidades (sic).

**Nota** — Essas responsabilidades, em que implique a Ação Anulatória exercida em favor da União, jamais constaram do processo, por incrível que possa parecer.

— e, finalmente, que se caracterize das condições de ocupação da área, verificando se tais terras são efetivamente devolutas e, em caso afirmativo, se existem direitos, constituídos como posses legítimas, consoante a legislação em vigor.

**Nota** — No tocante aos direitos constituídos como posses legítimas, em meio a glebas também legítimas, cabe ressaltar que o benefício seria bem mais justo se incidisse diretamente sobre aqueles que efetivamente retiram o seu sustento das áreas em que, por longa data, os acolhem e não para os que, chegados ontem, se julgam representantes do desenvolvimento, em área que jamais pisaram e desconhecem os reflexos de possíveis resultados financeiros que porventura possam ou venham a obter. Esse ponto, nos parece básico.

Importante historiar, a essa altura, nova exposição processual encaminhada pela "Diretoria da Rio Candelas", em 15 de fevereiro de 1974, encontrada às fls. 89 do documento de maior corpo, comunicando ao então Ministro da Agricultura, a ampliação do campo de atuação da empresa, que, a partir daquela data, passa também a dedicar-se à colonização, além do seguinte teor explicativo e solicitador:

— que o empreendimento em implantação era resultado da motivação exercida sobre os empresários por diversos homens públicos, resopnsáveis de uma ou outra forma, pela ocupação da Amazônia (sic). Não fosse este chamamento, possivelmente não se teria formado o grupo que ora constitui a "Rio Candelas" e que o total de investimentos já comprometidos no Território já alcançava 10 (dez) milhões de cruzeiros.

**Nota** — Como veremos, este montante evoluirá até atingir os 100 (cem) milhões de cruzeiros.

— Causa espanto e mesmo perplexidade o resultado de uma vistoria exigida pelo INCRA, na segunda gleba, pretendida, e que os solicitantes já haviam acordado em "abrir mão" de 50.000 hectares, desde que a Autarquia lhes conferisse a titulação definitiva de 100.000 hectares — folha 81 do processo. Como se poderá depreender de uma simples análise processual, o relatório, que se diz conclusivo, na verdade não o é. Trata-se, isto sim, de um simples relato, que diz respeito ao resultado de um trajeto de 230km de caminhada, onde apesar das numerosas irregularidades constatadas não se faz referência ao passado em outro local, cujos fatos são fundamentalmente mais graves. Entre outras acusações ao Grupo "Rio Candelas", sem que tivesse havido qualquer contestação da parte afetada, também presente, e a quem foi dado o direito de apresentar relato à parte, destacam-se as seguintes:

— queima de ranchos;

— expulsões sumárias através de jagunços;

— ameaças ao patrimônio e à vida dos posseiros ou mesmo antigos ocupantes;

— reduzido número de benfeitorias;

— vestígios de indígenas ou silvícolas;

— ocupantes com licença de ocupação em fase de tramitação na Autarquia;

— mais de 600 pessoas vivendo no local; e

— ambiente de tensão e nervosismo na gleba, com previsão mais otimista de muitas mortes, fato constatado pelo próprio relator da vistoria.

Pois bem, a partir dessa tentativa de justificar o todo através do relato de apenas uma parte, onde ficou caracterizada a existência de apenas (sic) 54 seringueiros e apenas três vestígios de ocupação, o Diretor Executivo da "Rio Candelas" a oficializou ao Presidente do INCRA, em documento encontrado às fls. 129, que diz refletir a vistoria elaborada pelo técnico de sua empresa e também integrante da Comissão designada pela Presidência da Autarquia. E dele destacamos o seguinte teor, que reflete o intencionalismo do Grupo Empresarial:

— que o Relatório Conclusivo não dá notícia de se haver encontrado qualquer colono ou seringalista na área objeto de vistoria; e

— que apenas 54 pessoas, entre seringueiros e caucheiros, existiam na área vistoriada.

Deliberadamente ou não, o fato é que a inventiva acima descrita fez com que, às fls. 153 e 154, aparecesse uma outra exposição de motivos, com data de 8-5-75, onde a Empresa novamente, via Diretoria, informa que conforme parecer conclusivo de uma Comissão de Vistoria não existem posseiros, mas sim a constatação da existência de 50 seringueiros, comprovando a exploração, pela solicitante da área, e sua mansa e pacífica ocupação. E mais, discordava, ainda, de um parecer do Sr. Procurador Geral do INCRA, que acreditava na necessidade de legitimação de posse de pioneiros, o que, para a Diretoria da "Rio Candelas" não se verificava.

Anexado ao processo, fora da ordem cronológica do tempo, encontramos, às fls. 222/223/224/225, um aviso de n.º 01607, de autoria do Sr. Ministro do Interior, ao Superintendente da SUDAM, objetivando incentivos fiscais para a Empresa e informando da existência de uma Carta Consulta ao BNDE, com data de 26-9-74, para empréstimo de 20 (vinte) milhões de cruzeiros.

**Nota** — A partir portanto de uma gleba adquirida à revelia da Lei e da Ordem, para utilizar a expressão do próprio instrumento que pretende legalizar o ilegal — E.M./005 — e de uma posse não mansa e não pacífica, o Grupo dirige-se a dois dos maiores instrumentos de crédito do País, via Ministro de Estado, para pleitear benefício, de vultosa monta, enquanto sequer os ocupantes da gleba são mencionados no seu número exato.

— Em 13-8-75, às fls. 232, o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, faz saber ao Sr. Ministro da Agricultura, que a cadeia dominial das terras objeto de apreciação, TEM VÍCIO ORIGINAL INSANÁVEL, e que isto posto, deve o INCRA providenciar a ANULAÇÃO dos respectivos Registros Imobiliários. E, as fls. 234, novamente o Secretário-Geral do C.S.N. informa ao Ministro da Agricultura que, sob o prisma de Segurança Nacional o exame do processo concluiu serem inaplicáveis, às espécie em questão, os artigos 105 e 160 do Decreto-lei n.º 9.760/46, razão pela qual somente após o registro das terras em favor da União, o INCRA poderá proceder à alienação onerosa, mediante concorrência pública e prévia autorização do Senado Federal.

**Nota** — É indiscutível a perda do benefício a esta altura dos acontecimentos, referendada pelo próprio Conselho de Segurança Nacional, que não encontrava, à época, justificativa plausível para legalizar o ilegalizável.

— Mas exatamente 14 dias após o que seria a decisão final, de pleno direito, ainda que por vias tortuosas, surge o ofício de n.º 430/76, originário da Secretária Geral do Ministério da Agricultura, comunicando a necessidade de desarquivamento do processo da "Rio Candelas" face a NOVA orientação consubstanciada através da Exposição de Motivos de n.º 005, de 28 de junho de 1976. Após o recebimento desse expediente, o INCRA passa a cumprir determinadas providências, da mesma forma que a solicitante, indispensáveis à viabilização do benefício, apenas que, a partir daquele momento, o ilegal passaria a ser visto com "outros olhos".

— Assim, para efeito de síntese, porque à inviável apontar falhas naquilo que, a priori, se considera acima de qualquer discussão jurídico-legal, passaremos a expor o fato ocorrido, sem a preocupação de qualquer análise, começando pela justificativa existencial da própria E.M./005/76; encaminhada e referendada pelo Presidente Ernesto Geisel.

"Por falhas de ação do Poder Público, a ocupação (da Amazônia) se processem, em muito casos, sem observância de disposições legais. Assim, por exemplo, empresários de outras regiões do País que se lançaram para a área, em muitos casos, adquiriram terras sem maiores cuidados na verificação da cadeia dominial, muitos apenas seguindo práticas usuais em outras regiões. E, vale o registro, alguns elaboraram projetos que foram aprovados pelo órgão federal de desenvolvimento regional e, diversos fizeram investimentos, inclusive beneficiados por concessão de incentivos fiscais.

Nestas condições, paradoxalmente, sob o pálio da ação do Governo (rodovias e incentivos) de um lado, e da sua-

própria impotência em ordenar o processo, foram se incrustando situações, muito embora gestadas na tortuosidade de atitudes reprováveis, mesmo à revelia da Lei e da Ordem, que em termos de resultados se redimem na medida que promovem o desenvolvimento da região. O Governo, contudo, não pode permanecer indiferente ao fato forjado pela ausência oportuna de providências eficazes, e embora possa parecer perigosa a orientação ora proposta, porquanto possa estimular novas investidas, não há como fugir à consolidação daquelas situações que favorecem ou poderão favorecer à política econômica e social."

Em 2-10-76, às folhas 252 a 259, os Diretores da "Rio Candeias" encaminham ao Procurador Geral do INCRA documento onde consta a Concordância aos Termos da Ação Anulatória intentada pela autarquia e consequente transcrição da propriedade — Gleba do Baixo Candeias, pretensão primeira, com superfície de 133.608,7 hectares, próxima à Capital do Território — em nome da União.

Em 1.º-9-77, às fls. 402 a 426 encontra-se o resultado de uma nova Vistoria, solicitada por Ordem de Serviço n.º 18/77 e cujas principais conclusões descrevemos abaixo:

— que a Empresa "Rio Candeias" desenvolve atividades de Pecuária e Exploração Madeireira na área compreendida entre os rios Preto do Candeias e Garças;

— que a Empresa derrubou, indiscriminadamente, 5.000 (cinco mil) hectares e que existia, à época, apenas 230 (duzentos e trinta) bovinos;

— que na Gleba Urupá, motivo da segunda pretensão, não existia nenhum Projeto Agropecuário e sim um Complexo Industrial Madeireiro;

— que a Empresa, inteligentemente, transformou parte dos seringueiros, que lá habitavam, em seus empregados, ainda que a maior parte não tenha vínculos empregatícios;

— que, por ocasião de um sobrevôo, foram localizados apenas 49 posseiros e seringueiros; e

— finalmente, o rol das benfeitorias constantes na sede da Fazenda Rio Candeias.

As fls. 459 e 460 encontram-se as Certidões Anulatórias de Registro, sendo autor o INCRA e Ré, a Laminasa S.A., empresa pertencente ao Grupo "Rio Candeias", bem como a de pertence à União Federal, com área de 123.608,7 hectares.

Em 14-10-77, às fls. 462 a 492, a Procuradora Autárquica do INCRA, Maria Jovita Wolney Valente, depois de comentar principais peças do processo, conclui, em parecer, a viabilidade de aplicação do tratamento excepcional previsto na E.M./005/76, sobre área de até 600 (seiscentas) vezes o módulo de exploração indefinida, que correspondia, à época, a 60.000 (sessenta mil) hectares, DESDE que haja interesse da administração na concessão das terras, COM AS CAUTELAS SUGERIDAS, UNICAMENTE à Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias S.A.

As fls. 493 a 503, encontra-se o Quadro Comparativo dos Diretores e Acionistas de todas as empresas envolvidas na questão, conforme dados do processo e respectivas especificações contratuais.

Em 31-10-77, às fls. 506, encontra-se a aprovação da Procuradoria Geral do INCRA e sugestão de encaminhamento ao Sr. Ministro da Agricultura e, à mesma data e folha, o Presidente da Autarquia acolhe a sugestão e encaminha o processo ao Ministro Alysson Paulinelli.

Em 7-12-77, às fls. 511 a 513, o Chefe de Gabinete da Presidência do INCRA comunica, em aviso urgente, que a "Rio Candeias" reivindica o direito de vistas ao processo e requer que, dos 60.000 hectares que a Autarquia concorda, sejam cedidos à signatária

10.000 hectares na Gleba Candeias, perto da Capital, e 50.000 hectares na Gleba Urupá, próximo de Vila de Rondônia e adjacente ao Projeto da Ouro Preto.

Em 6-1-78, às fls. 520 a 522, encontram-se as alterações feitas na estrutura acionária da "Rio Candeias S.A." e suas subsidiárias, conforme quadro incluso às folhas 538, onde se constata que, a Madeireira Urupá passa a condição de maior capital Cr\$ 16 milhões, seguida da Agropecuária Tapagem, Cr\$ 15,5 milhões, da Agropecuária Urupá, Cr\$ 12,2 milhões e, finalmente, a "Rio Candeias", com apenas Cr\$ 6 milhões.

Em 12-6-78, às fls. 546 a 549, novamente a Procuradora Autárquica, Maria Jovita W. Valente, conclui outro parecer nos seguintes termos:

"É válido ressaltar que a tabela de módulos foi modificada recentemente pela Instrução Especial INCRA n.º

14/78, que entrou em vigor a 1.º-2-78, reduzindo para 55 (cinqüenta e cinco) hectares o módulo de exploração indefinido no T.F. Rondônia. A ser aplicada esta nova tabela, a área máxima concedível, de acordo com a E.M./CSN/MA/005/76 (Seiscentas vezes o módulo de exploração indefinida) será de 33.000 (trinta e três mil) hectares."

Em novo processo, agora de n.º 004111, incluso no documento maior, com data de 11-7-78, mas com nova numeração de páginas, o Diretor Executivo da "Rio Candeias" faz saber ao Presidente do INCRA que seja acolhido o Projeto de Bovinocultura, anexo, com o que se dão por conclusas as providências de responsabilidade da requerente, relativamente à transcrição efetuada com a União, nos termos do que dispõe a E.M./005/76.

Em 16-8-78, às fls. 122 e 123, do novo processo incluso, o Diretor do Departamento Fundiário do INCRA, em expediente encaminhado à Procuradoria Jurídica, levanta várias restrições ao encaminhamento da matéria à decisão superior, como segue:

— que faz retornar o assunto (módulo) à Procuradoria Jurídica para informe do amparo legal, quanto à dimensão da área em até 60.000 hectares;

— que seria conveniente reexame do Projeto de Bovinocultura apresentado pela interessada, porque julga necessidade de análise técnica mais detalhada, face o vulto do empreendimento, em especial ocorrendo redução da área para 33.000 hectares;

— ademais, julga, também, necessário compatibilizar-se o Projeto com os planos de desenvolvimento regional, em ação integrada com o Governo do T.F. Rondônia.

Em 4-1-78, às fls. 132 a 138, do novo processo, o Presidente do INCRA, em expediente ao Sr. Ministro da Agricultura informa que o projeto de bovinocultura, após análise pelo setor competente, foi considerado perfeitamente exequível e que a área a ser aproveitada era de 60.000 hectares, sendo conveniente, no entanto, exame da parte da SUDAM, com relação à compatibilidade com os planos desenvolvimentistas elaborados para a Região; destarte, desde que o Sr. Ministro concorde, sugere remessa dos autos ao Ministério do Interior e posteriormente ao Conselho de Segurança Nacional e Senado Federal, a quem cabe, no caso, autorizar a alienação da área.

Em 1.º-2-79, às fls. 143 a 146, do novo processo, o Diretor Executivo da "Rio Candeias" esclarece à SUDAM, face a tramitação do processo naquela Superintendência, das seguintes questões:

— que o processo não visa pedido de colaboração financeira, nem qualquer estímulo ou incentivo de natureza fiscal;

— que os dois projetos (Candeias e Urupá) estão implantados há longa data, utilizando recursos próprios e de instituições financeiras privadas e, presentemente, são totalmente auto-suficientes;

**Nota** — Aqui, fica implícita a necessidade de verificação das garantias oferecidas pela "Rio Candeias" para retirada dos créditos, mesmo em se tratando de financeiras privadas.

— que encarece um pronto pronunciamento da SUDAM para o encerramento do caso, lembrando que a Empresa, nesses 6 (seis) anos, já investiu na área mais de 100 (cem) milhões de cruzeiros.

Em 25-5-79, às fls. 151 a 154, do novo processo, incluso no documento maior, o Superintendente da SUDAM, dirige-se ao Ministro do Interior, assinalando que as atividades a serem desenvolvidas pela Empresa "Rio Candeias", setor pecuário e madeireiro, são consideradas como de interesse para o desenvolvimento da Região Amazônica.

Em 3-7-79, às fls. 156, do novo processo, o Ministro do Interior consigna seu endosso à análise e às considerações expendidas pela SUDAM e encaminha ao Ministro da Agricultura, os autos do processo.

Em 20-7-79, às fls. 160, o Presidente do INCRA, recebe o processo, que, após trâmites meramente burocráticos, retorna ao Ministério da Agricultura em 9-9-79, para somente, então, ser encaminhado à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional que, por sua vez, entendeu conveniente redução de área para 33.000 hectares, como recurso para evitar formação consentida de latifúndio, conforme despacho encontrado às fls. 172 e 173 do novo processo.

Depois de devido encaminhamento e aprovação pelo Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, o processo INCRA 1.569/73 e apensos recebe a autorização última para encaminhamento ao Senado Federal, acompanhado de Mensagem Presidencial e objetivando a necessária autorização para que a Empresa Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias S.A., possa adquirir, SEM QUALQUER CONCORRÊNCIA, a área de 33.000 (trinta e três mil) hectares no Território Federal de Rondônia, em localidade próxima à Capital daquela Unidade Federativa.

É de ressaltar o importante aspecto constante à letra b do item 10, da Justificativa de encaminhamento da E.M./CSN/MA/005/76, que diz o seguinte:

"As pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, que estejam em uma ou mais das situações acima descritas, poderão habilitar-se ao tratamento excepcional, desde que, previamente, tenha sido intentada na Justiça, a competente ação anulatória e conseqüente transcrição da propriedade em nome da União, como preconiza a doutrina firmada no Parecer n.º L-085/75, do Consultor-Geral da República."

Do exposto, depreende-se que a Empresa "Rio Candeias", se contemplada com o tratamento excepcional, poderá arrogar para si o benefício da Ação Anulatória e a conseqüente transcrição da propriedade em nome da União.

Diante das razões expostas nos itens 1, 2, 3 e 4 supra, nosso voto é contrário à autorização solicitada.

Sala das Comissões, 21 de de 1980. — Franco Montoro.

#### PARECERES N.ºs 994 E 995, DE 1981

Sobre o Projeto de Resolução n.º 161, de 1981, que "autoriza o Poder Executivo a alienar à empresa Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias Ltda., a área de 33.000 hectares de terras públicas, no Território Federal de Rondônia, para a implantação de projeto de bovinocultura".

#### PARECER N.º 994, DE 1981

##### Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Raimundo Parente

A douta Comissão de Legislação Social, após ampla análise da Mensagem pertinente, do Senhor Presidente da República, decidiu formalizar o presente Projeto de Resolução, que autoriza o Poder Executivo a alienar à empresa Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias Ltda., a área de trinta e três mil hectares de terras públicas, no Território Federal de Rondônia.

O objetivo da alienação é, conforme os documentos que instruem a matéria, a implantação de ambicioso projeto de bovinocultura.

Sucede que, no âmbito da própria Comissão de Legislação Social, houve as seguintes manifestações contrárias, que precisam ser analisadas, tendo em vista a importância do assunto:

— o Senador José Fragelli ofereceu restrições à juridicidade da alienação;

— o Senador Franco Montoro votou contrariamente à alienação, oferecendo longa declaração de voto;

— o Senador Humberto Lucena também votou contra o projeto.

É bom, portanto, que se apreciem as posições conflitantes, a fim de que seja avaliada, à luz do Direito e do interesse nacional, a posição a seguir.

Primeiramente, é de salientar-se que, nos termos do art. 171, da Constituição, o Senhor Presidente da República submete ao Senado Federal pedido de autorização para que o Poder Executivo possa alienar trinta e três mil hectares de terras públicas, no Território Federal de Rondônia. Como beneficiária da transação, é indicada a empresa Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias Ltda.

Logo à primeira vista, contudo, observa-se que a empresa interessada aparece, nos documentos oficiais que instruem a matéria, com diferentes denominações. Por exemplo:

- Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias Ltda.;
- Agropecuária Rio Candeias;
- Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias S.A. — AGRINCO;
- Agropecuária Madeireira e Colonizadora Rio Candeias;
- Agropecuária Industrial e Colonizadora Candeias Ltda.

Sucede que, na forma do contrato social arquivado na Junta Comercial de Porto Velho, Território Federal de Rondônia, sob o n.º 2.980 (sessão de 19 de março de 1974) a empresa se denomina Agropecuária, Industrial e Colonizadora Rio Candeias Ltda., cujo CGC tem o número 05.900.287/001. Dessa forma, qualquer dúvida, existente ou a ser levantada, está plenamente esclarecida.

Nove processos, encaminhados a esta Casa, juntamente com a Mensagem do Senhor Presidente da República, esclarecem que, desde 1973, a empresa pretendente se esforça no sentido de regularizar a situação das terras em que desenvolve suas atividades e procura a implantação de projetos econômicos.

Feitas as ressalvas necessárias passamos à análise da Mensagem, por meio da qual o Presidente da República submete, aos Membros do Senado Federal, o pedido de autorização para que possa o Poder Executivo alienar trinta e três mil hectares de terras públicas, no Território Federal de Rondônia, à referida Agropecuária, Industrial e Colonizadora Rio Candeias Ltda.

No parecer aprovado pela douta Comissão de Legislação Social, e que resultou no projeto de resolução pertinente, são ressaltados os seguintes pontos:

— a Exposição de Motivos do Ministro da Agricultura, que acompanha a Mensagem presidencial informa que a alienação pretendida obteve parecer favorável dos órgãos técnicos do Poder Executivo, inclusive da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia;

— o Conselho de Segurança Nacional se manifestou favorável à alienação;

— o projeto de bovinocultura, apresentado pela interessada, foi julgado perfeitamente enquadrado nas diretrizes da SUDAM;

— o empreendimento objetiva a produção pecuária, tendo em vista o abastecimento local de carne;

— o projeto deverá sofrer alteração, tendo em vista que o módulo de exploração indefinida que correspondia a 60.000 ha. foi limitado em apenas 33.000 ha., conforme a Instrução Especial INCRA 14/78, cujas diretrizes foram encampadas pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, no Aviso n.º 167, de 7 de dezembro de 1979;

— o pedido já encontrava respaldo legal antes da Exposição de Motivos n.º 5/76, e no preceituado nos arts. 160 e 105 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, que autorizava a alienação de terras públicas independentemente de concorrência, nas circunstâncias de fato, combinado com o art. 4.º do Decreto-lei n.º 1.164/71;

— o Senado tem autorizado a alienação de terras públicas sem concorrência, para a implantação de projetos no Distrito Agropecuário da Zona Franca de Manaus;

— a empresa interessada informou que ano passado já aplicara mais de sessenta e um milhões e setecentos mil cruzéis, para a implantação de projeto agropecuário, de exploração de madeiras e de extração de látex;

— parecer do INCRA põe em relevo a necessidade de o projeto dever compatibilizar-se com a porção de terra pleiteada, e sua execução ficará vinculada a Contrato de Concessão, mediante condição resolutiva;

— a exploração da mesma área tinha, anteriormente, merecido até financiamentos oficiais, com hipoteca do imóvel rural, "com o que estaria preenchido um dos requisitos da Exposição de Motivos CSN-MA/005/76;

— vistoria realizada apurou a existência de posseiros na área objeto de estudo, o que levaria à solução condicionada à comprovação prévia de acordo, para evitar litígios;

— Os posseiros foram localizados em área de 243.603 hectares anteriormente pleiteados pela empresa Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias e empresas do grupo liderado por ela;

— ação anulatória, contudo, anulou-lhe a pretensão. Julgada procedente, resultou no cancelamento dos registros. Então, a matrícula se fez em nome da União, possibilitando a demarcação da área, de forma a respeitar-se o direito do maior número de posseiros;

— por outro lado, a autoridade está implantando na região o Projeto Ouro Preto, como integrante do plano de zoneamento básico, de que há notícia no processo;

— o Projeto Ouro Preto objetiva o aproveitamento de agricultores e possibilitou, no mês de maio último, a entrega de 3.107 títulos de propriedade, pelo INCRA;

— para a região, todavia, convergem seis mil famílias, anualmente, de maneira que dezesseis mil grupos familiares já aguardam os seus títulos de propriedade.

Como se verifica, a douta Comissão de Legislação Social, antes de formular o presente Projeto de Resolução, examinou cuidadosa e juridicamente o problema. E concluiu reconhecendo terem sido atendidas as exigências do art. 407 do Regimento Interno do Senado Federal. Diz, inclusive o parecer do Relator

— Dessa forma, satisfeitas as exigências da exposição de motivos CSN/MA/005/76, que consubstancia a legislação citada anteriormente, permitindo a alienação à Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias Ltda, da área de 33.000 ha., com dispensa de licitação e mediante o pagamento do valor da terra nua, segundo a "Pauta de Valores" do INCRA, e tendo em vista



o projeto de bovinocultura, se devidamente executado, irá contribuir decisivamente para o desenvolvimento econômico da região, opinamos no sentido da aprovação do Projeto de Resolução...

No voto em separado, o Senador Franco Montoro levanta quatro pontos que considera intransponíveis:

1 — desatenção às exigências do art. 407 do Regimento Interno do Senado;

2 — o processo tem fundamento na exposição de motivos CSN-MA/005/76, que pretenderia sobrepor-se à legislação vigente;

3 — manifestação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura;

4 — razões do INCRA, no Processo n.º 1.569/73.

Quanto às ofensas ao art. 407, do Regimento Interno desta Casa do Congresso, o Senador Franco Montoro aponta:

— a inexistência de pronunciamento do Governo do Território Federal de Rondônia, a respeito do interesse do projeto da empresa Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias Ltda. para a região e de sua compatibilização com os planos de desenvolvimento do Território;

— a não-apresentação da planta ou descrição minuciosa das terras em questão;

— inexistência de plantas e descrição de outras terras da empresa interessada;

— opinião divergente quanto à existência de posseiros na área pretendida.

O voto em separado do Senador Montoro foi apresentado no dia 21 de maio de 1981 e o processo inclui:

a) Ofício n.º 291/G, de 1.º de dezembro de 1980, do Governador Jorge Teixeira de Oliveira, do TF de Rondônia, assinalando que “este Governo nada tem a opor quanto à Mensagem n.º 47/80”;

Esse ofício é acompanhado de parecer em que a Secretaria de Agricultura conclui pela “aptidão satisfatória do empreendimento”; pelo amplo aproveitamento dos produtos gerados pela empresa na região; pela viabilização do empreendimento, em face do clima da região; a maneira racional no preparo e implantação das pastagens, com preservação dos mananciais de água e das reservas florestais existentes na propriedade.

b) Ofício INCRA/PG/n.º 387, datado de 27 de novembro de 1980 e assinado pelo Chefe de Gabinete da Presidência do INCRA, encaminhando ao Senado Federal a planta e o memorial descritivo da área de 33.000 hectares pretendidos pela empresa;

c) no referido ofício, o INCRA afirma que “em nome da aludida empresa acha-se cadastrada uma área de posse de 60.000 ha., da qual deverão ser desmembrados os 33.000 ha”. E frisa que “estão cadastrados em nome da AGRINCO também os Lotes n.ºs 81 e 207, ambos da Seção B, da Gleba Pirineus, no Município de Ji-Paraná/RO, o primeiro com 43.700 (quarenta e três hectares e setenta ares) e o último com 27.500 (vinte e sete hectares e cinquenta ares);

d) também no ofício do INCRA, há definição referente ao problema dos posseiros: “Informe ter sido constatado, em levantamento realizado in loco, no mês de julho do ano em curso, que nenhum posseiro ocupava a área pretendida. A empresa interessada, segundo informações do órgão local desta Autarquia, mantém na área em referência um total de 81 (oitenta e uma) pessoas, das quais 41 (quarenta e uma) ali residem, todas na condição de empregados”.

Verifica-se, por conseguinte, que os obstáculos opostos pelo voto em separado do Senador Franco Montoro se encontram plenamente desfeitos.

Seria, dessa forma, dimensionar em exagero a quebra de hierarquia das leis, proposta no voto em separado.

Opinamos, pois, pela constitucionalidade e juridicidade do presente Projeto de Resolução, porquanto o cuidado com que se houve a autoridade deixa a pretendida alienação a salvo de quaisquer dúvidas ou fatos oponentes à sua livre tramitação.

Sala das Comissões, 25 de junho de 1981. — Aloysio Chaves, Presidente — Raimundo Parente, Relator — João Calmon — Bernardino Viana — Moacyr Dalla — Hugo Ramos — Murilo Badaró — Lenoir Vargas — Almir Pinto — Tancredo Neves.

**PARECER N.º 995, DE 1981**

**Da Comissão de Agricultura**

**Relator: Senador Benedito Canelas**

Nos termos do parágrafo único do art. 171 da Constituição, o Senhor Presidente da República, por meio de Mensagem, propõe aos Membros do Senado Federal a alienação de terras públicas no Território Federal de Rondônia à empresa Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias Ltda.

A área objeto da alienação tem a superfície de trinta e três mil hectares e se destina à implantação de grande projeto de bovinocultura, conforme a documentação reunida para instruir a matéria.

Examinado o assunto pela douta Comissão de Legislação Social, resultou no projeto de resolução em exame, contra o qual se insurgiram os Senadores José Fragelli, Franco Montoro e Humberto Lucena.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou em profundidade o assunto, analisou as posições adversas e desceu às minúcias pertinentes ao contrato social da empresa interessada, concluiu, afinal, que os obstáculos levantados contra a alienação se acham plenamente desfeitos, razão por que opinou pela constitucionalidade e juridicidade do projeto de resolução.

No parecer que trouxe a este Órgão Técnico, o ilustre Senador Leite Chaves, que avocara o processo, termina assim:

“Como, entretanto, destina-se a área à formação de fazenda privada, não vemos como opinar pelo acolhimento da proposição. Manifestamo-nos, assim, contrários ao Projeto de Resolução apresentado pela CLS à Mensagem n.º 47/80, do Sr. Presidente da República por não harmonizar-se ela com os interesses da agricultura nacional, sobretudo no tocante à política de colonização, a que estamos atentos por força do que dispõe o Regimento Interno em seu art. 98, item VII.”

Verifica-se, portanto, que a manifestação contrária do ilustre Relator se fundamenta, em especial, no fato de que:

a) o projeto de resolução não se harmoniza com os interesses da agricultura nacional, e

b) o aludido projeto desatende, sobretudo, à política de colonização a que está atenta esta Comissão, ex vi do art. 98, item VII do Regimento Interno do Senado.

De acordo com o dispositivo citado, do Regimento Interno, compete a este Órgão Técnico opinar sobre as proposições pertinentes à colonização, povoamento e diretrizes político-econômicas de crédito rural.

Sucedê que, em relação a isso, parece desatenta a colocação, porquanto o projeto de resolução trata da alienação de terras públicas com área superior a três mil hectares — conforme prevê o art. 98, item IX do Regimento Interno — e não da colonização, povoamento e diretrizes político-econômicas de crédito rural previstas no item VII do referido art. 98.

Ocorre, portanto, equívoco de endereçamento. E, desde que a conclusão a que chegou o douto parecerista se assenta em bases irreais, logicamente se vê colocada em curso diverso do real.

Do ponto de vista constitucional e jurídico, o projeto em estudo foi considerado hábil. Relativamente à alienação em si, aos motivos que a determinam, aos resultados que dela advirão ou que se pretende alcançar, passarão, agora, a ser analisados.

Na forma da exposição de motivos do Ministro da Agricultura, que acompanha a Mensagem presidencial,

da Exposição de Motivos n.º 05/76, do Conselho de Segurança Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA;

— a pretensão da Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias Ltda. recebeu parecer favorável dos órgãos técnicos do INCRA;

— os diversos órgãos do INCRA concluíram pela aplicabilidade da Exposição de Motivos n.º 05/76, do Conselho de Segurança Nacional — Ministério da Agricultura;

— a aplicação dos postulados defendidos em tal exposição de motivos permite à empresa interessada a dispensa de licitação que se impunha, tendo em vista a área pretendida ser equivalente a seiscentas vezes o módulo regional;

— é de assinalar que a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, pelo Aviso n.º 167/79 nada opôs à alienação, permitindo-lhe tratamento excepcional.

A Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias S.A. pertence ao Grupo De Zorzi e já vem atuando na área, há muitos anos. Tem processos no INCRA (Proc. n.º 3.321/80) em que pleiteia a regularização de uma área de 102.150 hectares, localizada no Município de Ji-Paraná, em Rondônia.

Sobre isso, a posição do INCRA admite dar-lhe o tratamento previsto na Exposição de Motivos MJ/MA/CSN/N.º 77/78. Isto significa o reconhecimento do domínio, em favor do aludido Grupo De Zorzi, sobre área máxima de 33.000 hectares.

A implantação do projeto de bovinocultura da Rio Candeias vem sendo, há muito, implantado de maneira racional, obedecendo às determinações do Código Florestal, no que se refere à preservação dos mananciais hídricos existentes na propriedade, tanto quanto no que alude às reservas florestais.

Levantamento datado de 1.º de dezembro do ano passado, apresentava quarenta quilômetros de estradas internas construídas pela empresa, além de cem quilômetros de cercas externas e

internas. Mais de três mil e quinhentos hectares de pastagens foram plantados e estão sendo utilizados na criação de seis mil reses. Atualmente, tais números avançaram, o que demonstra disposição da empresa interessada em realmente implantar um projeto que promove a pecuária numa região onde a agricultura encontra sérios obstáculos.

Ora, parece impróprio inquinar o presente projeto de resolução contrário aos interesses da agricultura nacional. Primeiro, porque nenhum argumento fático foi trazido, para justificar a assertiva; segundo, porque um projeto de bovinocultura interessa de perto à agricultura, uma vez que terá, forçosamente, de se fazer acompanhar de um complexo de atividades rurais; terceiro, porque todos os órgãos de Governo ligados aos problemas do campo opinaram favoravelmente à alienação.

Exclui-se do debate o conceito do Grupo proprietário da Rio Candelas. O próprio parecer vencido diz, a certa altura:

"Embora reconhecendo que a firma pretendente à compra goze do melhor conceito empresarial, tendo implantado no lote uma vasta gama de benfeitorias, não vemos como opinar pelo acolhimento da mensagem, por ser ela contrária aos interesses da agricultura nacional."

Assim, embora adotando ponto de vista discutível ou desacompanhado de comprovação, de ser a alienação contrária à agricultura nacional, há, no parecer vencido, o reconhecimento da seriedade do Grupo proprietário da Rio Candelas.

De nossa parte, entendemos que um empreendimento que preserva os mananciais de água, respeita as limitações estabelecidas em Lei, no que se refere ao desmatamento; implanta estradas e pastagens e se ocupa do criatório, não pode nunca ser considerado contrário à agricultura nacional.

Esta Comissão jamais permitiu que algum empreendimento contrário à nossa agricultura fosse implantado. E, em relação ao projeto de resolução em exame, tem de aceitar, como válidas, as opiniões dos técnicos do Poder Executivo. Inclusive as do Governo do Território Federal de Rondônia, que reconhecem existir um trabalho realizado pela Rio Candelas, empresa que acomoda sessenta famílias, as quais é emprestada toda a assistência.

Documentos da Secretaria de Agricultura de Rondônia juntado ao processo informam, em suma, o seguinte:

— A área em discussão apresenta aptidão satisfatória ao empreendimento que ora se desenvolve em solo de baixa e média fertilidade.

— Quanto à situação geográfica do local é de 43 quilômetros de Porto Velho, principal centro consumidor da região.

— O preparo de área para a implantação de pastagens e/ou benfeitorias, vem sendo executado de maneira racional.

É evidente que a implantação de projetos agrícolas, pecuários ou agropecuários está condicionado a inúmeros fatores.

No caso presente, trata-se de projeto pecuário. A área objetiva da alienação pretendida é moldada para a pecuária.

Quaisquer dos votos discordantes manifestou-se contrário à pecuária — o que nem sequer entrou em cogitações. Por isso mesmo, é válido o empreendimento.

Relativamente aos embaraços criados no setor constitucional-jurídico-regimental foram plenamente desfeitos.

Assim, opinamos pela aprovação do presente Projeto de Resolução.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 1981. — **João Calmon**, Presidente eventual — **Benedito Canelas**, Relator — **Leite Chaves**, vencido com voto em separado — **Martins Filho** — **João Lúcio**.

#### VOTO VENCIDO, EM SEPARADO, DO SR. SENADOR LEITE CHAVES

Não se concebe como os governos pós-64 continuem a destinar a particulares grandes áreas de terras do domínio da União, enquanto milhares de lavradores vivem na marginalidade e no desespero dentro de um País que possui a maior área agricultável do mundo.

Desde sua existência, até aqui, o INCRA não distribuiu mais do que 300.000 títulos de propriedade, o que é insignificante quando se sabe que o seu sucesso estaria condicionado à distribuição de 250.000 títulos por ano, durante 20 anos. Em 17 anos de existência deveria ter distribuído pelo menos 4.250.000 títulos, mas, nesse período, conseguiu chegar apenas àquele mísero número, enquanto que, no Paraná, somente em razão da erradicação do café, 150.000 pequenos imóveis foram lembrados ao latifúndio, de 1975 para cá.

A política de distribuição de terra tem sido um redundante fracasso.

As terras do Oeste, por lei, deveriam ser destinadas exclusivamente à reforma agrária e à colonização. As melhores áreas, entretanto, foram destinadas pelo Governo a multinacionais e a

grandes organizações comerciais e industriais, através dos incentivos fiscais e dos financiamentos generosos, que concorreram para a obtenção dos maiores resultados imobiliários, através de grupos aproximados do poder.

Não haveria por que Rondônia, na iminência de se tornar Estado, não fosse área exclusiva de colonização, já que se constitui em uma nova fronteira agrícola do País, no momento em que o êxodo rural continua a atingir índices jamais vistos no País, pela erradicação do café e a mecanização agrícola das áreas tradicionais.

Por todos os motivos, projetos dessa natureza, em que a firma Agropecuária Rio Candelas pretende adquirir uma área de 33.000 ha, deveriam ser desestimulados, a menos que se destinasse a colonização agrária, o que não acontece.

A falta de projeção social do Governo é tamanha que no processo existe mesmo uma referência de que, na área, 16.000 famílias aguardam oportunidade de acesso ao solo. E essa referência consta da página 4a, in fine, do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que, não obstante o reconhecimento do problema social e tensional, opinou, mesmo assim, pela efetividade da venda.

Embora reconhecendo que a firma pretendente à compra goze do melhor conceito empresarial, tendo implantado no lote uma vasta gama de benfeitorias, não vemos como opinar pelo acolhimento da mensagem, por ser ela contrária aos interesses da agricultura nacional.

A luta do País, hoje, é para que a produção agropecuária seja o resultado do esforço do maior número de pessoas envolvidas nessa atividade e não de uma minoria apenas.

É falsa para o Brasil a tese da produtividade. Se duplicarmos ou triplicarmos a produção, pertencendo ela ao mesmo número de pessoas, em nada melhoraremos a situação dos párias do campo, sem terra, sem patronos, sem esperança.

Destinada que fosse a área a projeto de colonização, para assentamento, inclusive, das 16.000 famílias que se encontram desabrigadas nas imediações, não teríamos como negar a concessão, em harmonia com o procedimento que essa Comissão vem adotando.

Como, entretanto, destina-se a área à formação de fazenda privada, não vemos como opinar pelo acolhimento da proposição. Manifestamo-nos, assim, contrários ao Projeto de Resolução apresentado pela CLS à Mensagem 47/80, do Senhor Presidente da República por não harmonizar-se ela com os interesses da agricultura nacional, sobretudo no tocante à política de colonização, a que estamos atentos por força do que dispõe o Regimento Interno em seu art. 98, item VII.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 1981. — **Leite Chaves**.

#### PARECERES N.ºs 996 E 997, DE 1981

##### PARECER N.º 996, DE 1981

Da Comissão de Economia. Sobre a Mensagem n.º 198, de 1981 (n.º 343/81 — na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizado o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 246.000.000,00 (duzentos e quarenta e seis milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador Marcos Freire

1. A pauta de trabalhos do Senado Federal vive asseverada pela avalanche de pedidos de empréstimos, formulados por Estados e Municípios, para cujas operações de crédito se exige nossa autorização expressa, através de aprovação de Projetos de Resolução, a respeito.

2. Como temos afirmado em pareceres anteriores, sobre matéria análoga, a fragilidade econômica e financeira dos Municípios e Estados brasileiros vem determinando o aumento progressivo de suas dívidas consolidadas, recorrendo a fontes várias, internas e externas, para obtenção de recursos extra-orçamentários. As respectivas solicitações, encaminhadas pelo Chefe do Executivo Federal, vêm instruídas com pronunciamentos favoráveis dos vários órgãos técnicos competentes para o trato da matéria. A denegação dos pedidos pelo Senado Federal implicaria em óbice intransponível à realização de certos empreendimentos considerados importantes por seus respectivos governos — que não deixam de o ser, em diversos casos. O que é passível de controvérsia é, sobretudo, a prioridade que vem sendo dada a certas iniciativas. Isso, entretanto, insere-se dentro de um plano administrativo local, cuja discussão extrapola o âmbito desta Casa e sempre susceptível de apreciações divergentes, dependentes de concepções filosóficas de governo e de posicionamentos partidários diferentes.

3. Nesse quadro é que se insere a nossa orientação, agora reafirmada, de concordarmos com os referidos pleitos, sem entrarmos, propriamente, no mérito dos respectivos pedidos. Com



tal procedimento, não poderemos ser apontados, amanhã, como obstaculizador de realizações de administrações estaduais defendidas por quem o Governo Federal, de fato, escolheu e designou como Governador.

4. Assim, em relação a Pernambuco, temos sido favorável a sucessivos empréstimos, seja internos, seja externos, para obras consideradas prioritárias pelo atual governo estadual, embora possamos ser discordantes dessa ou daquela solução abraçada. Dentro dessa mesma diretriz, pois, é que continuaremos a pautar nossa conduta em casos semelhantes.

5. Isso não implica, entretanto, em se alheiar de aspectos fundamentais que não podem passar despercebidos na análise de pedidos dessa natureza. Assim, no caso presente, afigurou-se extremamente estranho que na Mensagem n.º 343, do Presidente da República, em que se pede autorização ao Senado Federal para que o Estado de Pernambuco possa contratar operação de crédito no vultoso valor de Cr\$ 246.000.000,00 (duzentos e quarenta e seis milhões de cruzeiros), tenha vindo em termos por demais genéricos, no que diz respeito à utilização dos recursos pretendidos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS). Com efeito, todos hão de reconhecer que é por demais insuficiente a simples referência de destinar-se, o montante a ser levantado, "à implantação de módulos de atividades educativo-artístico-culturais".

6. Tal fato levou-nos a solicitar — a exemplo do que já havíamos feito em relação a outros processos semelhantes, inclusive os relacionados ao chamado Projeto Recife — esclarecimentos do governo estadual, até mesmo para saber que módulos de atividades educativo-artístico-culturais serão beneficiados pelo empréstimo em questão, onde eles se localizam, a quem beneficiarão etc.

7. As sindicâncias que efetivamos indicaram-nos que os referidos módulos formam parte de um empreendimento maior, a que há muito se entregou o Governo de Pernambuco. Trata-se do Centro de Convenções, Feiras e Exposições S/A, no Município de Olinda, em cujo local estivemos por quase três horas, no último dia 5. O objetivo maior do referido Centro é o de dar apoio físico, promocional e institucional ao desenvolvimento das atividades de serviços que, em Pernambuco, têm constituído a sua principal base econômica nas últimas décadas.

8. O Projeto do Centro foi elaborado em 1977, como opção solitária e discricionária de uma das administrações estaduais, que não se constituíram pelo voto popular. Não só não se ouviu a comunidade, como se contrapôs a manifestações reiteradas que se sucederam. O fato é que, embora não escutados, é sobre os nossos ombros que recairão os pesados ônus decorrentes de obras, como essa e tantas outras, verdadeiramente megalomaniacas. Pelas previsões iniciais, o Centro deveria ser construído no período de 1 ano com investimentos da ordem de Cr\$ 243.000.000,00 (duzentos e quarenta e três milhões de cruzeiros). Transcorridos 4 anos, encontra-se ainda em fase de implantação, tendo já consumido recursos da ordem de Cr\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros); a preços históricos, prevendo-se, para a sua conclusão, recursos adicionais de mais Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) — doc. 1. Se se atualizar os referidos preços, levando-se em conta os altos índices de inflação, poder-se-á dizer que o empreendimento já está nos custando bilhões de cruzeiros.

9. Prevê-se que, quando concluído, o Centro de Convenções deverá absorver, como empregados, apenas 200 pessoas, e os seus custos, em termos de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) ano, deverão, em tese, ser absorvidos pelas próprias receitas geradas com a promoção de eventos.

10. Na consulta dirigida à Caixa Econômica Federal, pelo Governo do Estado, em 20 de outubro do ano passado (doc. 2), é explicitado, como objetivo mais geral do Projeto, a "ampliação da oferta de serviços educativo-artístico-culturais, através da implantação de equipamentos com características especiais, que promova a disseminação da produção artesanal, artística, científica e técnica a todos os níveis da população". Como objetivos específicos e instrumentais, teríamos:

- Conclusão do Pavilhão de Exposição
- Instalação de um Conjunto de Auditórios
- Criação de Laboratórios de Prática Pedagógica Transescolar
- Instalação de Conjunto de Salas de Aula Modulares
- Instalação de Museu
- Criação de Áreas Verdes
- Instalação de Oficinas de Cenários

11. Os recursos inicialmente solicitados à Caixa Econômica Federal, só para enfrentar esta etapa, montavam a Cr\$ .....

186.000.000,00 (cento e oitenta e seis milhões de cruzeiros), para a seguinte destinação:

— Obras civis	:	Cr\$ 140.000.000,00
— Instalações	:	Cr\$ 36.000.000,00
— Equipamentos	:	Cr\$ 5.000.000,00
— Móveis	:	Cr\$ 5.000.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>Cr\$ 186.000.000,00</b>

Atualizados na data da aprovação do pedido pela Caixa Econômica Federal de Pernambuco, esses recursos se elevam a Cr\$ 246.000.000,00 — mais que o investimento inicialmente previsto para toda obra — que representa em torno de 10% do total dos recursos a serem investidos no Centro de Convenções.

12. Os contactos pessoais que mantivemos, em Pernambuco, inclusive com o Secretário de Turismo, Cultura e Esportes, Sr. Francisco A. Bandeira de Melo, e o Diretor-Presidente do Centro de Convenções, Sr. José do Rego Maciel Junior, permite-nos registrar, numa isenta análise crítica:

a) as informações coletadas junto ao Governo do Estado não permitem inferir, de modo mais acurado, os cronogramas de usos e fontes previstos e realizados do Centro de Convenções, não se esclarecendo, pois, a composição dos investimentos e as alternativas de alocação de recursos, cujas fontes futuras poderão ser, ou não, novos empréstimos;

b) o Governo do Estado não dispõe, igualmente, de elementos quantitativos suficientes, que permitam uma avaliação econômica, financeira e social do Projeto ao nível de detalhe, como seria desejável;

c) as informações analisadas, assim como o conhecimento sobre a realidade econômica do Estado, evidenciam, numa abordagem preliminar, que o Projeto do Centro de Convenções se enquadra dentro de um sistema econômico estadual em que o setor terciário tem comandado o seu processo de crescimento.

13. Ninguém ignora a importância do turismo, sobretudo em lugares dotados de atrações paisagísticas, históricas e culturais como Pernambuco, inclusive em termos de revigoramento da economia e perspectivas de incremento à receita estadual. Julgamos, mesmo, que o Poder Público deve explorar ao máximo a nossa potencialidade, nesse campo. As críticas que temos feito ao empreendimento em questão, não se configuram, sequer, numa posição contrária à construção de um Centro de Convenções, desde que se reconhece repercussões positivas, em especial benefícios indiretos, que uma iniciativa dessa natureza — sem precisar necessariamente ter a grandiosidade da que ali estão fazendo, a um custo inadmissivelmente exagerado para Pernambuco — proporciona às atividades de prestações de serviços, notadamente de lazer, cultura e turismo.

14. Nessa perspectiva, caberia lembrar que a Organização Mundial de Turismo (OMT) estimou, no ano de 1979, que cerca de 270 milhões de turistas realizaram viagens internacionais. No ano de 1980, cerca de 2 milhões e oitocentas mil pessoas participaram de cerca de 4.300 Congressos internacionais, especialmente na América do Norte e na Europa. Contudo, a América Latina e o Brasil, naquele ano, tiveram uma pequena participação na receita gerada por esses eventos, dada a insignificante atuação neste privilegiado segmento do mercado internacional, não obstante o crescente interesse pelo produto turístico tropical, tão significativo em nosso País. Nesse sentido, compreende-se que a EMBRATUR procurasse criar melhor infra-estrutura estimuladora a esse setor, na qual se inserem os Centros de Convenções que são, ao final das contas, conjuntos de equipamentos e de instalações que se intercomplementam, objetivando acolher grandes eventos. Dispondo de equipamentos de transporte, comunicações, alojamento, alimentação, recreação e de serviços complementares e de apoio aos mais variados tipos de reuniões programadas, desde congressos científicos até feiras de produtos industriais e agrícolas, bem como espetáculos de caráter artístico-cultural, a sua rentabilidade é predominantemente indireta, gerando rendas através dos bens e dos serviços consumidos pelos participantes dos eventos, na localidade sede do Centro de Convenções e circunvizinhanças. Daí, no entanto, se justificar que Pernambuco, com todas as dificuldades que enfrenta, viesse a assumir o enorme ônus financeiro de uma obra desnecessariamente monumental, como é o Centro que está sendo feito no bairro de Salgadinho, em Olinda, há uma grande diferença.

15. Com efeito, a pomposidade do projeto, a sua desnecessária sofisticação em termos de concepção estrutural e de detalhes de acabamento, o tornam gravoso demais para as possibilidades financeiras de um Estado pobre, como o nosso, redundando num custo de investimento excessivamente alto para o seu reduzido impacto social.

16. Como já assinalamos, os investimentos do Centro atingem elevados patamares. Admitamos, para não polemizar, a baixa base de cálculo de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros). Há a previsão de uma mão-de-obra empregada de somente 200 pessoas. Logo, o custo por emprego direto gerado se eleva a Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), ou seja, cerca de US\$ 100.000,00, o que se configura absurdamente alto. Assinale-se que esse valor é significativamente superior àquele registrado nos projetos industriais aprovados pela SUDENE — os quais, por sinal, utilizam, em geral, tecnologias "intensive capital" — girando em torno de 25.000 a 30.000 dólares, considerado excessivo pelo Banco Mundial, para o qual projetos que ofereçam um coeficiente de capital (relação entre o valor de investimento e o número de empregos diretos gerados) superior a 5.000 dólares, não teria o impacto social que se faz necessário a países como o nosso.

17. Não há dúvida que, numa perspectiva macrosocial, cabe as críticas, os reparos e o combate que o Projeto vem sofrendo, desde que o Estado de Pernambuco possuía, para a absorção desses recursos, alternativas economicamente mais rentáveis e, principalmente, de maior retorno social.

18. Mesmo os benefícios indiretos gerados pelo Projeto — o incremento do número de visitantes, o aumento da capacidade de ocupação da rede hoteleira local e, de modo geral, o incremento das despesas realizadas em cidades do Estado, com a demanda adicional de bens e serviços — não podem ser superestimados, desde que, para a efetivação desses benefícios concorrem não apenas os elevados investimentos de infra-estrutura e de hotelaria implantados no Recife e Olinda, geralmente absorvedores de elevados montantes de recursos. E até um outro tipo de Centro de Convenções, com menos pompa e sofisticação, mais adequado à nossa realidade de região pobre e sofrida, que não representasse um peso financeiro tão grande, poderia proporcionar contribuição semelhante ao desenvolvimento do turismo, em Pernambuco.

19. Finalmente, cabe assinalar a preocupação com o funcionamento do Centro em questão, no sentido do que venha a onerar, no futuro, os cofres públicos, desde que não está demonstrada, com clareza, a possibilidade dele gerar a receita própria necessária para cobrir os seus custos de exploração e manutenção.

20. O insuficiente impacto econômico-social gerado pelo Projeto, comparativamente aos recursos nele investidos, e a fragilidade da situação, inclusive financeira, de Pernambuco, condenariam a prioridade que se deu a implantação do presente projeto, tal como foi concebido, ante problemas outros tão prementes com que o Estado há muito se depara. Um governo que tivesse real sensibilidade social, em que o desenvolvimento com participação não fosse um mero slogan publicitário, teria, com uma efetiva colaboração de setores comunitários, muitas opções mais válidas a fazer. Em todo caso, somos levados a dar parecer favorável à proposta ora em exame, baseados não somente nas considerações inicialmente apresentadas no presente parecer, mas, também, pela adiantada fase em que se encontram as obras. Essas, embora inacabadas, encontram-se num ponto de irreversibilidade tal que sua sustação torna-se impossível, face prejuízo maior que representaria, tendo em vista os investimentos já havidos. Por outro lado, os recursos solicitados apresentam o que os técnicos chamam de baixo custo de oportunidade, por constituírem, a essa altura, uma percentagem relativamente reduzida — embora, como já se disse, superior a todo o custo inicialmente previsto no projeto de 1977 — do total dos investimentos já realizados, devendo permitir, conforme afirma o seu Diretor-Presidente (doc. 1), a conclusão das instalações básicas do Centro e o seu pleno funcionamento, no que diz respeito a "sua capacidade de operacionalidade total para congressos, seminários, feiras e exposições".

21. O empréstimo a ser contratado tem as seguintes condições gerais:

#### Características da Operação:

- "A — Valor Cr\$ 246.000.000,00;
- B — Prazos:
  - 1 — de carência: 2 (dois) anos;
  - 2 — de amortização: 12 (doze) anos;
- C — Encargos:
  - 1 — juros: 6% a.a.
  - 2 — correção monetária: 80% do índice de variação trimestral das ORTN;
- D — Garantia: Vinculação de parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM;
- E — Destinação dos recursos: Implantação de módulos de Atividades Educativo-Artístico-Culturais."

22. O processo é acompanhado dos seguintes elementos fundamentais:

a) parecer do órgão financiador, concluindo que a operação sob exame é viável econômica e financeiramente;

b) Lei Estadual n.º 8.464, de 20 de novembro de 1980;

c) Exposição de Motivos (n.º 175/81), do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Exmo. Sr. Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao examinar o presente pleito, concluiu pelo deferimento do pedido na forma do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal;

d) parecer do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, favorável ao pleito.

23. Por força das disposições contidas no art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1970, não se aplicam os limites fixados no art. 2.º da Resolução n.º 62, de 1975, ambas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do FAS.

24. É a seguinte a posição da dívida consolidada interna do pleiteante: (Posição em 28-2-81.)

Valor em Cr\$ mil

A — Intralimite .....	3.061,3
B — Extralimite .....	22.665,7
C — Operação sob exame .....	246,0
D — Total Geral .....	25.973,0

25. Levando-se em conta, entretanto, a soma do endividamento intra e extralimite, para efeito de análise sobre a capacidade de pagamento do postulante, teríamos a seguinte situação:

Item	Dívida intra e extralimite Posição em: (A)	Operação sob Exame (B)	Situação posterior à contratação (C) = A+B	Limites do art. 2.º da Res. n.º 62/75 (*)
I — Montante global ..	25.727,0	246,0	25.973,0	18.995,7
II — Crescimento real anual .....	5.023,6	240,0	5.269,6	5.427,3
III — Dispendio anual máximo .....	2.186,6	5,0	2.191,6	4.070,5

(\*) Limites fixados pelo orçamento do Estado, corrigido até 28 de fevereiro de 1981.

26. Dessa forma, após a realização da operação extralimite sob exame, a dívida consolidada interna (intralimite + extralimite), do Estado de Pernambuco, extrapolaria o teto que lhe foi fixado, para o presente exercício, pelo item I do art. 2.º da Resolução n.º 62/75, análise feita com a posição do endividamento em 28-2-81, época do exame no Banco Central do Brasil.

27. Por outro lado, o orçamento do pleiteante para o corrente ano prevê a realização da receita de Cr\$ 40.491.772,00 (deduzidas as operações de crédito) e sua margem de poupança real ..... (Cr\$ 6.183.394.000,00) mostra-se bastante superior ao maior dispendio, no valor de Cr\$ 5.994.100.000,00, no que a sua dívida consolidada interna apresentará (1990) após a efetivação dos empréstimos extralimites de que se trata, valendo acrescentar que, na determinação de tal dispendio, foram consideradas todas as parcelas das dívidas existentes e, ainda, sob exame.

28. Assim, atendidas as exigências constantes nas normas vigentes e no Regimento Interno, e pelas razões várias expostas neste parecer, somos de opinião que esta Comissão decida favoravelmente ao pleito contido na presente mensagem, apresentando, para tanto, o seguinte

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 162, DE 1981

Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 246.000.000,00 (duzentos e quarenta e seis milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É o Governo do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 246.000.000,00 (duzentos e quarenta e seis milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à implantação de módulos de Atividades Educativo-Artístico-Culturais, no Centro de Convenções, Feiras e Exposição S.A., naquele Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 1981. — **Luiz Cavalcante**, Presidente em exercício — **Marcos Freire**, Relator — **José Lins** — **Arno Damiani** — **Alberto Silva** — **Bernardino Viana** — **Gabriel Hermes** — **Benedito Canelas**.

#### PARECER N.º 997, DE 1981

Da Comissão de Constituição e Justiça. Sobre o Projeto de Resolução n.º 162, de 1981, da Comissão de Economia, que "autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 246.000.000,00 (duzentos e quarenta e seis milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna".

Relator: Senador Bernardino Viana

A Comissão de Economia apresenta projeto de resolução que autoriza "o Governo do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, a elevar em Cr\$ 246.000.000,00 (duzentos e quarenta e seis milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à implantação de módulos de Atividades-Educativo-Artístico e Culturais, naquele Estado".

2. Enquadra-se a operação ao disposto no art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1975 (alterou a Resolução n.º 62, de 1975), pois os recursos serão provenientes do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, e, dessa forma, considerada extralimite.

3. No processo, encontram-se os seguintes documentos e referências principais:

a) Lei Estadual n.º 8.464, de 20 de novembro de 1980, autorizadora da operação;

b) Exposição de motivos (EM n.º 175/81) do Sr. Ministro de Estado da Fazenda ao Exmo. Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito formulado conforme o art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, do Senado Federal; e

c) Parecer, do Banco Central do Brasil — Departamento de Operações com Títulos e Valores Imobiliários — que concluiu pelo deferimento do pedido.

4. Há a ressaltar que o projeto obedeceu o disposto no art. 42, item VI, da Constituição; atendeu as normas legais (Resoluções n.ºs 62, de 1975 e 93, de 1976), e, ainda, o estabelecido no Regimento Interno (art. 106, item II).

5. Ante o exposto, opinamos no sentido da normal tramitação do projeto, uma vez que constitucional e jurídico.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 1981. — **Aloysio Chaves**, Presidente — **Bernardino Viana**, Relator — **Tancredo Neves** — **Leite Chaves** — **José Fragelli** — **Murilo Badaró** — **Martins Filho** — **Raimundo Parente** — **Hugo Ramos**, vencido — **Meacyr Dalla**.

#### PARECERES N.ºs 998 E 999, DE 1981

Sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 94, de 1981 — Complementar (n.º 223-B, de 1981, na Casa de origem), que "estabelece normas gerais a serem adotadas na organização do Ministério Público Estadual".

#### PARECER N.º 998, DE 1981

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Murilo Badaró.

Procedente da Câmara dos Deputados, é submetido à apreciação desta Comissão o projeto de lei que estabelece normas gerais a serem adotadas na organização do Ministério Público Estadual.

De iniciativa do Poder Executivo, a lei projetada chegou àquela Casa acompanhada de Mensagem do Senhor Presidente da República e, devidamente instruída por Exposição de Motivos subscrita pelo Senhor Ministro da Justiça.

Por este último documento, observa-se que a elaboração do anteprojeto contou, originariamente, com uma comissão integrada de membros do Ministério Público de vários Estados, cujos trabalhos foram devidamente divulgados para recebimento de sugestões.

Surgiu, assim, corporificado em sessenta e dois artigos, contidos em oito capítulos, um projeto, cujo substrato está delineado no art. 1.º, que proclama o Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, responsável perante o judiciário, pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, zelando pela fiel observância das leis.

Estabelecendo, no parágrafo único do art. 96 da Constituição, normas gerais a serem adotadas na organização do Ministério Público Estadual, o projeto estabelece igualmente as diretrizes e paradigmas de que trata o § 1.º do art. 95, que lhe cumpre observar.

Fica, pois, consagrado no projeto, a observância dos ditames normativos deste último dispositivo aludido, que dispõe sobre prerrogativas dos Membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios, concomitante com amplas normas gerais, deixando aos Estados a faculdade de legislar sobre a organização da Instituição, ao influxo das peculiaridades locais.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi igualmente distribuída para as duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Serviço Público, logrando aprovação em ambas, acolhidas algumas emendas reputadas oportunas.

Examinando o parecer aprovado pela Comissão congênere da Casa de origem, com as emendas oferecidas, além das que foram apresentadas pelo eminente Relator, verificamos que foram aprovadas apenas as que escolharam a proposição, rejeitadas as que infirmavam a sua sistemática, fiel a intenção legis que norteou a sua elaboração.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, art. 100, 24, compete a esta Comissão emitir parecer, quanto ao mérito, sobre os projetos de leis complementares à Constituição.

Diante da relevância de que se reveste a matéria, convém salientar que a lei projetada foi rigorosamente elaborada, adstrita não apenas aos preceitos formais da Lei Maior, mas, segundo a melhor técnica de uma lei complementar, ao sopro de um conteúdo doutrinário, que Frederico Marques afirma que "condensa os valores políticos que lhe informam os textos particulares e respectiva orientação ideológica" (Estudos de Direito Processual Penal — Forense).

Nessa conformidade, tendo em vista que nos compete apenas o exame do mérito, exaurida a apreciação dos aspectos jurídico-constitucionais, na ilustrada Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, reservamo-nos para a eventual apreciação de emendas, opinando pela aprovação do projeto, nos termos da redação remetida pela casa de origem.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 1981. — **Aloysio Chaves**, Presidente — **Murilo Badaró**, Relator — **Leite Chaves** — **Tancredo Neves** — **Raimundo Parente** — **José Fragelli** — **Bernardino Viana** — **Nelson Carneiro** — **Almir Pinto** — **Hugo Ramos** — **Lázaro Barboza**.

#### PARECER N.º 999, DE 1981

Da Comissão do Serviço Público Civil

Relator: Senador Agenor Maria.

De iniciativa do Senhor Presidente da República, nos termos do art. 51 da Constituição, vem a exame desta Casa Projeto de Lei — Complementar —, objetivando estabelecer normas gerais a serem adotadas na Organização do Ministério Público Estadual.

Quando do seu encaminhamento à Câmara dos Deputados, a proposição se fez acompanhar de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Justiça, esclarecendo que o Ministério Público, não integrando o Poder Judiciário, vem tendo funções a ele assemelhadas, é essencial à função jurisdicional, no sentido de que ela não se perfaz sem a existência da instituição que fiscaliza a aplicação da lei e assume os interesses públicos indisponíveis.

O projeto, vazado em 62 (sessenta e dois) artigos, estabelece as normas gerais, deixando aos Estados a liberdade de legislar, de acordo com as peculiaridades locais, sobre a organicidade da Instituição, já que a Constituição Federal dispõe no caput do art. 96, que o Ministério Público dos Estados será organizado por lei estadual, competindo ao legislador federal estabelecer as normas gerais a serem adotadas pelos Estados.

O artigo primeiro da iniciativa declara que o Ministério Público, instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, é responsável, perante o judiciário, pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, pela fiel observância da Constituição e das leis e será organizado, nos Estados, de acordo com as normas gerais da proposição de lei complementar, que se quer aprovar.

Na Casa de origem, a matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Serviço Público Civil, logrando aprovação.

O projeto cria o Colégio de Procuradores, com atribuições e competência a serem definidas em lei estadual, observado o que dispensa a lei complementar e o Conselho Superior do Ministério Público, com finalidade de fiscalizar e superintender a atuação do Ministério Público, velando pelos princípios institucionais consagrados na sua unidade, indivisibilidade e autonomia funcional.

Destaques-se, que dentre as atribuições do Procurador-Geral de Justiça encontra-se a de avocar inquérito em andamento e designar membro do Ministério Público, para que assuma a sua direção, justificando-se pela existência de casos em que a advocação se torna necessária pelo interesse público.

Destaques-se, ainda, que a proposição ao corporificar toda a parte disciplinar, dos vencimentos, vantagens e direitos dos Membros do Ministério Público, distingue-os dos funcionários públicos em geral.

Entretanto, vemos que o texto, dispondo, de forma exaustiva, sobre as atribuições do Ministério Público, não permite que a lei estadual outorgue a representação do Estado, nas comarcas do interior, aos seus Membros e não mantém a equivalência entre os órgãos que compõem os serviços jurídicos dos Estados — Ministérios Públicos e Procuradoria do Estado — atualmente existentes.

Verificamos, mais, que o projeto veda no item II, do art. 24, aos Membros do Ministério Público, o exercício da advocacia, o que virá prejudicar direitos daqueles que já exercem diretamente a advocacia e, como tal, vem contribuindo para a previdência social, na qualidade de autônomos.

Assim, considerando que a iniciativa encontra respaldo constitucional, somos, no âmbito desta Comissão, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto, com as seguintes Emendas:

#### EMENDA N.º 1 — CSPC

Acrescente-se ao art. 24, do PLC n.º 94 — de 1981 — Complementar, o seguinte parágrafo único:

“Art. 24. ....

I —

II —

Parágrafo único. No caso do item II, é ressalvado o direito aos Membros do Ministério Público que, na data da presente lei, já exercem a advocacia em caráter autônomo.”

#### EMENDA N.º 2 — CSPC

Acrescente-se, onde convier, no PLC n.º 94, de 1981 — Complementar, o seguinte artigo:

“Art. A Lei pode atribuir a representação judicial do Estado aos Membros do Ministério Público, salvo onde houver servidores com esta função específica, aos quais se aplicam os arts. 18, 45 e 57.”

Salada das Comissões, 22 de outubro de 1981. — **Raimundo Parente**, Presidente em exercício — **Agenor Maria**, Relator — **Valdon Varjão** — **Lourival Baptista**.

#### PARECER N.º 1.000, DE 1981.

Da Comissão do Distrito Federal. Sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 236, de 1981 — DF, que “estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1982, — Gabinete do Governador e Procurador-Geral”.

Relator: Senador Moacyr Dalla.

Com a Mensagem n.º 192, de 1981, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 57, IV, combinado com o art. 17, § 1º da Constituição, projeto de lei que “estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal, para o Exercício Financeiro de 1982”.

A Mensagem Presidencial é acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Governador do Distrito Federal.

O Gabinete do Governador em sua estrutura — tem como órgãos básicos centrais — o Gabinete Civil e o Gabinete Militar, contando ainda com o Departamento de Turismo (DETUR), o Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação (DEFER) e Conselho Penitenciário do Distrito Federal.

No Orçamento ora em exame, ao Gabinete do Governador foram atribuídos recursos no montante de Cr\$ 531.388.000,00 (quinhentos e trinta e um milhões, trezentos e oitenta e oito mil cruzeiros) o que representa, no total geral das despesas programadas, uma participação de 0,89%, menor portanto 0,34% em relação ao exercício corrente.

Esta diminuição percentual decorre das prioridades estabelecidas no programa a ser executado pelo Governo do Distrito Federal, e está de acordo com as diretrizes estabelecidas para a política de contenção da inflação, conforme a Exposição de Motivos do Senhor Governador do Distrito Federal.

A composição e variação da despesa por unidade orçamentária está especificada no Quadro GG n.º 1, anexo.

Examinado o quadro anexo, notamos que, no Gabinete do Governador, o Departamento de Turismo do Distrito Federal (DETUR), foi o único órgão a ser beneficiado com aumento nominal de recursos com relação ao exercício corrente. Aos demais órgãos foram alocados recursos, visando a manutenção da execução normal de seus objetivos, buscando o equilíbrio orçamentário nas ações administrativas.

No Quadro Demonstrativo GG n.º 2, anexo, temos uma visão global da composição e variação da despesa por Função e Programa.

A composição e variação da despesa, por sua natureza, estão devidamente demonstradas no Quadro GG n.º 3, anexo.

Como vemos, há uma acentuada preponderância das despesas de custeio sobre as despesas de capital, o que se explica e justifica pela natureza das atribuições cometidas a esse órgão da administração do Distrito Federal.

#### II) Procuradoria Geral

À Procuradoria Geral do Distrito Federal, cabe esclarecer que, consoante a estrutura-administrativa vigente, compete:

- Representação do Distrito Federal, em juízo ou fora dele;
- Assistência jurídica ao Governador e aos Secretários, na execução das atividades administrativas, e na gestão dos negócios públicos;
- Representação do Distrito Federal nas assembleias gerais e reuniões de cotistas das entidades nas quais o Distrito Federal tenha participação ou interesse;

- Representação do Distrito Federal nas ações de inventários, desquites, instituição e extinção de usufruto fideicomisso, arrecadação de bens e ausentes, apuração de haveres, dissolução e liquidação de firmas e sociedades e nos demais processamentos judiciais correlatos;

- Elaboração, exame, lavratura ou registro de instrumentos jurídicos de contratos, convênios, acordos e outros em que for parte o Distrito Federal.

O orçamento para 1982 acusa, para a Procuradoria Geral uma despesa da ordem de Cr\$ 264.021.000,00 (duzentos e sessenta e quatro milhões, vinte e um mil cruzeiros) o que significa 0,45% do total geral das despesas programadas para 1982 e 0,15% menos que no exercício corrente.

A aplicação, segundo a natureza da despesa, é assim sintetizada:

TCPS. 1.000.001			
1200 - PROCURADORIA GERAL		NATUREZA DA DESPESA	
1200 - PROCURADORIA GERAL		RECURSOS DO TESOURO	
CODIGO	ESPECIFICACAO	ELEMENTO	TCATEC.ECONOMICA
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES		254.711
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO		252.053
3.1.1.0	PESSOAL	220.553	
3.1.1.1	PESSOAL CIVIL	220.553	
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	1.500	
3.1.3.0	SERVICOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	12.000	
3.1.3.2	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	12.000	
3.1.4.0	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	18.000	
3.1.9.1	SENTENCAS JUDICIARIAS	18.000	
3.2.0.0	TRANSFERENCIAS CORRENTES		2.658
3.2.5.0	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	2.658	
3.2.5.3	SALARIO-FAMILIA	2.658	
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL		9.310
4.1.0.0	INVESTIMENTOS		3.810
4.1.1.0	OBRAS E INSTALACOES	500	
4.1.2.0	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.310	
4.2.0.0	INVERSOES FINANCEIRAS		5.500
4.2.1.	ADQUISICAO DE IMOVEIS	5.000	
4.2.5.	ADQUISICAO DE TITULOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL JA INTEGRALIZADO	500	
TOTAL			264.021

A composição e variação da despesa por unidade orçamentária, devidamente cotejada com o ano de 1980 e o ano corrente, pode ser demonstrada, conforme Quadro GG nº 4, anexo.

A variação da despesa por Função e Programa está composta, conforme Quadro GG nº 5, anexo.

Finalmente a composição e variação da despesa por sua natureza, comparativamente com o ano de 1980 e o ano em curso está discriminada, conforme o Quadro GG nº 6, anexo.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 1981 — (DF) nas partes relativas ao Gabinete do Governador e Procuradoria Geral.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 1981. — **Lourival Baptista**, Presidente — **Moacyr Dalla**, Relator — **Lázaro Barboza** — **Bernardino Viana** — **Adalberto Sena** — **Moacyr Dalla** — **Mauro Benevides**.

SENADO FEDERAL  
ASSESSORIA  
SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO

ORÇAMENTO DO DF  
RECURSOS DO TESOURO  
COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
GABINETE DO GOVERNADOR

Quadro GG nº 1

Cr\$ 1,0  
CORRE

ESPECIFICAÇÃO	1980		1981				1982			
	VALORES	%	VALORES	%	VARIAÇÃO		VALORES	%	VARIAÇÃO	
					Δ1	Δ2			Δ1	Δ2
GABINETE DO GOVERNADOR	79.719	47,59	135.158	50,31	2,72	69,54	258.483	48,65	-1,66	91
DEPARTAMENTO DE TURISMO	33.644	20,08	56.650	21,09	1,01	68,38	129.117	24,30	3,21	127
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO	24.951	14,90	65.165	24,25	9,35	61,17	123.766	23,29	0,96	89
ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS DE BRASÍLIA	18.087	10,80	-	-	-	-	-	-	-	-
CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL	11.108	6,63	11.677	4,35	-2,28	5,12	19.972	3,76	-0,59	71
TOTAL	167.509	100,00	268.650	100,00	-	60,38	531.338	100,00	-	97

FONTES: 1980 — Lei nº 6.737 de 05/12/79 — DO de 06/12/79 (Suplemento)  
1981 — Lei nº 6.873 de 03/12/80 — DO de 10/12/80 (Suplemento)  
1982 — Proposta Orçamentária em tramitação  
COL: Δ1 — Diferença entre os percentuais da coluna (A) para a (B), e da (B) para a (C).  
Δ2 — Variação percentual, nominal, em relação ao ano anterior

SENADO FEDERAL  
ASSESSORIA  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO

ORÇAMENTO DO DF  
RECURSOS DO TESOURO  
COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E PROGRAMA  
GABINETE DO GOVERNADOR

Cr\$ 1.000,00  
CORRENTE

ESPECIFICAÇÃO	1980		1981				1982			
	VALORES	%	VALORES	%	VARIAÇÃO		VALORES	%	VARIAÇÃO	
					Δ1	Δ2			Δ1	Δ2
JUDICIÁRIA	11.108	6,63	11.677	4,35	-2,28	5,12	19.972	3,76	-0,59	71,04
PROCESSO JUDICIÁRIO	11.108	6,63	11.677	4,35	-2,28	5,12	19.972	3,76	-0,59	71,04
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	79.719	47,59	135.158	50,31	2,72	69,54	228.738	43,05	-7,26	69,24
ADMINISTRAÇÃO	79.719	47,59	135.158	50,31	2,72	69,54	228.738	43,05	-7,26	69,24
COMUNICAÇÕES	-	-	-	-	-	-	29.745	5,60	5,60	-
TELECOMUNICAÇÕES	-	-	-	-	-	-	29.745	5,60	5,60	-
EDUCAÇÃO E CULTURA	43.038	25,69	65.165	24,25	1,44	51,41	123.766	23,29	-0,96	89,93
EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	43.038	25,69	65.165	24,25	1,14	51,41	123.766	23,29	-0,96	89,93
ABITAÇÃO E URBANISMO	-	-	-	-	-	-	3.600	0,68	0,68	-
CULTURA	-	-	-	-	-	-	3.600	0,68	0,68	-
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	33.644	20,09	56.650	21,09	1,00	68,38	125.517	23,62	2,53	121,56
TURISMO	33.644	20,09	56.650	21,09	1,00	68,38	125.517	23,62	2,53	121,56
TOTAL	167.509	100,00	268.650	100,00	-	60,38	531.338	100,00	-	97,78

FONTES: 1980 — Lei nº 6.737 de 05/12/79 — DO de 06/12/79 (Suplemento)  
1981 — Lei nº 6.873 de 03/12/80 — DO de 10/12/80 (Suplemento)  
1982 — Proposta Orçamentária em tramitação  
COL: Δ1 — Diferença entre os percentuais da coluna (A) para a (B), e da (B) para a (C).  
Δ2 — Variação percentual, nominal, em relação ao ano anterior

SENADO FEDERAL  
ASSESSORIA  
SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO

ORÇAMENTO DO DF  
RECURSOS DO TESOURO  
COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO DA DESPESA POR SUA NATUREZA  
GABINETE DO GOVERNADOR

Quadro GG nº 3

Cr\$ 1.000,00  
CORRENTE

ESPECIFICAÇÃO	1980		1981				1982			
	VALORES	%(A)	VALORES	%(B)	VARIAÇÃO		VALORES	%(C)	VARIAÇÃO	
					Δ1	Δ2			Δ1	Δ2
ESPESAS CORRENTES	152.869	91,26	250.526	93,25	-1,99	63,88	480.870	90,50	-2,75	91,94
DESPESAS DE CUSTEIO	151.973	90,72	249.184	92,75	-2,02	63,96	478.381	90,03	-2,72	91,98
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	896	0,54	1.342	0,50	-0,04	49,78	2.489	0,47	-0,03	85,47
ESPESAS DE CAPITAL	14.640	8,74	18.124	16,75	-1,99	23,80	50.468	9,50	2,75	178,46
INVESTIMENTOS	14.520	8,67	17.774	16,62	-2,05	22,41	49.868	9,39	2,77	180,57
INVERSÕES	120	0,07	350	0,13	0,06	191,67	600	0,11	-0,02	71,42
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	167.509	100,00	268.650	100,00	-	60,38	531.338	100,00	-	97,78

FONTES: 1980 - Lei nº 6.737 de 05/12/79 - DO de 06/12/79 (Suplemento)  
1981 - Lei nº 6.873 de 03/12/80 - DO de 10/12/80 (Suplemento)  
1982 - Proposta Orçamentária em tramitação  
NOTAS: Δ1 - Diferença entre os percentuais da coluna (A) para a (B) e da (B) para a (C);  
Δ2 - Variação percentual nominal em relação ao ano anterior

SENADO FEDERAL  
ASSESSORIA  
SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO

ORÇAMENTO DO DF  
RECURSOS DO TESOURO  
COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
PROCURADORIA GERAL

Quadro GG nº 4

Cr\$ 100  
CORRETE

ESPECIFICAÇÃO	1980		1981				1982			
	VALORES	%(A)	VALORES	%(B)	VARIAÇÃO		VALORES	%(C)	VARIAÇÃO	
					Δ1	Δ2			Δ1	Δ2
PROCURADORIA GERAL	70.365	100,00	131.985	100,00	-	87,57	264.021	100,00	-	84,0
TOTAL	70.365	100,00	131.985	100,00	-	87,57	264.021	100,00	-	100,0

FONTES: 1980 - Lei nº 6.737 de 05/12/79 - DO de 06/12/79 (Suplemento)  
1981 - Lei nº 6.873 de 03/12/80 - DO de 10/12/80 (Suplemento)  
1982 - Proposta Orçamentária em tramitação  
NOTAS: Δ1 - Diferença entre os percentuais da coluna (A) para a (B) e da (B) para a (C);  
Δ2 - Variação percentual nominal em relação ao ano anterior

SENADO FEDERAL  
ASSESSORIA  
SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO

ORÇAMENTO DO DF  
RECURSOS DO TESOURO  
COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E PROGRAMA  
PROCURADORIA GERAL

Quadro GG nº 5

Cr\$ 1  
CORR

ESPECIFICAÇÃO	1980		1981				1982			
	VALORES	%(A)	VALORES	%(B)	VARIAÇÃO		VALORES	%(C)	VARIAÇÃO	
					Δ1	Δ2			Δ1	Δ2
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	70.365	100,00	131.985	100,00	-	87,57	264.021	100,00	-	100,0
ADMINISTRAÇÃO	70.365	100,00	131.985	100,00	-	87,57	264.021	100,00	-	100,0
TOTAL	70.365	100,00	131.985	100,00	-	87,57	264.021	100,00	-	100,0

FONTES: 1980 - Lei nº 6.737 de 05/12/79 - DO de 06/12/79 (Suplemento)  
1981 - Lei nº 6.873 de 03/12/80 - DO de 10/12/80 (Suplemento)  
1982 - Proposta Orçamentária em tramitação  
NOTAS: Δ1 - Diferença entre os percentuais da coluna (A) para a (B) e da (B) para a (C);  
Δ2 - Variação percentual nominal em relação ao ano anterior



SENADO FEDERAL  
ANEXO II  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO

ORÇAMENTO DO DF  
RECURSOS DÓTISOURO  
COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO DA DESPESA POR SUA NATUREZA  
PROCURADORIA GERAL

Quadro GG nº 6

Cr\$ 1.000,00  
CORRENTE

ESPECIFICAÇÃO	1980		1981		VARIAÇÃO		1982		VARIAÇÃO	
	VALORES	% (A)	VALORES	% (B)	Δ1	Δ2	VALORES	% (C)	Δ1	Δ2
DESPESAS CORRENTES	66.345	94,29	128.355	97,25	2,96	93,46	254.711	96,47	-0,78	98,44
DESPESAS DE CUSTEIO	65.593	93,22	126.887	96,14	2,92	93,44	252.053	95,47	-0,67	98,64
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	752	1,07	1.468	1,11	0,04	95,21	2.658	1,00	-0,11	81,06
DESPESAS DE CAPITAL	4.020	5,71	3.630	2,75	-2,96	-9,70	9.310	3,53	0,78	156,47
INVESTIMENTOS	950	1,35	1.520	1,15	-0,20	60,00	3.810	1,44	0,29	150,66
INVERSOES	3.070	4,36	2.110	1,60	-2,76	-31,28	5.500	2,09	0,49	160,66
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	70.365	100,00	131.985	100,00	-	87,57	264.021	100,00	-	100,03

FONTES: 1980 — Lei nº 6.737 de 05 / 12 / 79 — DO de 06 / 12 / 79 (Suplemento)  
1981 — Lei nº 6.873 de 03 / 12 / 80 — DO de 10 / 12 / 80 (Suplemento)  
1982 — Proposta Orçamentária em transição  
ACD — Δ1 — Diferença entre os percentuais de coluna (A) para a (B) e de (B) para a (C),  
— Δ2 — Variação percentual, nominal, em relação ao ano anterior.

# PARECER Nº 1.001, DE 1981

Da Comissão do Distrito Federal. Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 1981 — DF (Mensagem nº 129, de 1981, nº 335, na origem), que “estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1982 — Anexo II — Despesa — Secretaria de Agricultura e Produção”.

Relator: Senador Almir Pinto

Os recursos alocados à Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 1982, conforme proposta Orçamentária que nos é submetida pela Mensagem nº 335 do Senhor Presidente da República, Projeto de Lei do Senado nº 236, de 1981 DF, são da ordem de Cr\$ 1.506.311.000,00 (hum bilhão, quinhentos e seis milhões, trezentos e onze mil cruzeiros).

São competência da referida Unidade Administrativa: expansão agropecuária; coordenação e orientação de aproveitamento da área rural; estímulo às atividades comerciais e industriais na área do Distrito Federal; coordenação do abastecimento do Distrito Federal; defesa das riquezas naturais do Distrito Federal; normas sobre método de auxílio ao produtor e da defesa do consumidor, promoção de acordos ou convênios entre o Distrito Federal e outros órgãos públicos e privados visando o fortalecimento da economia da região.

Observa-se que a meta prioritária do Governo do Distrito Federal se orienta nos setores de maior significado social, para os quais se destacam investimentos da ordem de 47,91% do total proposto, para Educação, Cultura, Saúde e Saneamento.

Ainda nessa mesma linha, as funções Administração e Planejamento, Agricultura e Produção foram contempladas com 19,81%, alíquotas que, segundo expresso na exposição de motivos do Senhor Governador, “ressaltam da necessidade de eliminar a dependência do Distrito Federal, com relação a outros Estados da Federação, quanto ao abastecimento de produtos básicos e assegurar a qualidade dos serviços administrativos de apoio aos organismos federais da Capital”.

Os recursos do GDF, previstos para o exercício financeiro de 1982, são distribuídos conforme o disposto no Quadro I, anexo, e as aplicações da Se-

cretaria de Agricultura e Produção podem ser compreendidas nos espelhos dos quadros anexos de II a IV.

A Secretaria de Agricultura e Produção, tem, como se vê nos quadros, como Órgãos Básicos Centrais, o Gabinete do Secretário, a Divisão de Administração Geral e o Núcleo de Desenvolvimento da Indústria e do Comércio.

Como Órgãos Descentralizados, com personalidade jurídica, a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A, a Central de Abastecimento de Brasília, a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Não foram apresentadas emendas à parte que nos coube relatar. Entretanto, por solicitação do Governo do Distrito Federal, manifestada no Ofício nº 252/81-CSO/SEG, da Secretaria do Governo, apresentamos uma emenda como Relator que procura sanar lapso ocorrido por ocasião da elaboração da presente proposta, relativa a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal FZD em seu projeto de Estoques Regulares:

## EMENDA DE RELATOR Nº 1-R

2102 — Secretaria de Agricultura e Produção — Entidades Supervisionadas

Onde se lê:

3.2.1.1. Transferências Operacionais Cr\$ 1.246.368.000,00  
4.3.1.1. Auxílios para Despesas de Capital Cr\$ 94.290.000,00

Leia-se:

3.2.1.1. Transferências Operacionais Cr\$ 996.118.000,00  
4.3.1.1. Auxílios para Despesas de Capital Cr\$ 344.290.000,00

Facé ao exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto de Lei que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1982 — Anexo II — Secretaria de Agricultura e Produção, com a Emenda de Relator que apresentamos.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 1981. — Lourival Baptista, Presidente — Almir Pinto, Relator — Lázaro Barboza — Bernardino Viana — Adalberto Senado — Murilo Badaró — Mauro Benevides.

SENADO FEDERAL  
ASSESSORIA  
SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO

ORÇAMENTO DO DF  
RECURSOS DO TESOURO  
COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃOS - RECURSOS DO TESOURO

QUADRO I  
C\$ 1.000,00  
CORRENTE

ESPECIFICAÇÃO	1980		1981				1982			
	VALORES	%	VALORES	%	VARIAÇÃO		VALORES	%	VARIAÇÃO	
					Δ1	Δ2			Δ1	Δ2
PODER LEGISLATIVO	90.285	0,73	176.326	0,80	0,07	95,29	380.126	0,63	-0,17	115,58
TRIBUNAL DE CONTAS DO DF	90.285	0,73	176.326	0,80	0,07	95,29	380.126	0,63	-0,17	115,58
PODER EXECUTIVO	12.262.622	29,27	21.745.259	99,20	-0,07	77,32	59.573.672	99,37	0,17	173,96
GABINETE DO GOVERNADOR	167.509	1,36	268.650	1,23	-0,13	60,37	531.338	0,89	-0,34	97,78
PROCURADORIA GERAL	70.365	0,57	131.985	0,60	0,03	87,57	264.021	0,45	-0,15	100,04
SECRETARIA DO GOVERNO	842.323	6,82	1.014.486	4,63	-2,19	20,43	2.760.064	4,61	-0,02	172,06
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	552.711	4,47	1.182.260	5,39	0,92	113,90	2.672.563	4,46	-0,93	116,05
SECRETARIA DE FINANÇAS	1.687.750	13,66	2.686.614	12,26	-1,40	59,18	6.217.521	10,36	-1,90	131,42
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	2.988.989	24,20	5.554.470	25,34	1,14	85,83	15.639.603	26,08	0,74	181,56
SECRETARIA DE SAÚDE	2.054.381	16,63	3.376.826	15,40	-1,23	64,37	12.651.635	21,10	5,70	174,66
SECRETARIA DE SERV. SOCIAIS	184.011	1,49	335.500	1,53	0,04	82,32	1.049.650	1,75	0,22	212,86
SECRETARIA VIAÇÃO E OBRAS	703.409	5,69	2.093.374	9,55	3,86	197,60	3.082.457	5,14	-4,41	47,24
SECRETARIA DE SERVIÇOS INDUSTRIAIS	668.755	5,41	1.118.292	5,10	-0,31	67,21	2.741.487	4,58	-0,52	145,14
SECRETARIA DE AGRIC. E PRODUÇÃO	261.345	2,12	468.655	2,14	0,02	79,32	1.506.311	12,51	0,37	221,41
SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA	1.381.074	11,18	2.764.145	12,61	1,43	100,14	6.325.482	10,55	-2,06	128,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	700.000	5,67	750.000	3,42	-2,25	7,14	4.131.540	6,89	3,47	650,00
TOTAL	12.352.907	100,00	21.921.585	100,00	-	77,46	59.953.798	100,00	-	173,49

FONTES: 1980 - Lei nº 6.737 de 05 / 12 / 79 - DO de 06 / 12 / 79 (Suplemento)  
1981 - Lei nº 6.873 de 03 / 12 / 80 - DO de 10 / 12 / 80 (Suplemento)  
1982 - Proposta Orçamentária em tramitação  
OBSERVAÇÕES: - Δ1 - Diferença entre os percentuais da coluna (A) para a (B) e da (B) para a (C).  
- Δ2 - Variação percentual, nominal, em relação ao ano anterior.

SENADO FEDERAL  
ASSESSORIA  
SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO

ORÇAMENTO DO DF  
RECURSOS DO TESOURO  
COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E PROGRAMA  
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

QUADRO II

C\$ 1.000,00  
CORRENTE

ESPECIFICAÇÃO	1980		1981				1982			
	VALORES	%	VALORES	%	VARIAÇÃO		VALORES	%	VARIAÇÃO	
					Δ1	Δ2			Δ1	Δ2
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AGRICULTURA	259.447	99,27	465.297	99,28	0,01	79,34	1.499.811	99,57	0,29	222,33
ADMINISTRAÇÃO	186.926	71,52	372.529	79,49	7,97	99,29	962.893	63,92	15,57	158,47
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	-	-	-	-	-	-	50.000	3,32	3,32	-
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	6.000	2,30	10.618	2,26	-0,04	76,96	21.300	1,42	0,84	100,60
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	3.500	1,34	-	-	-1,34	-	-	-	-	-
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	4.000	1,51	7.080	1,51	-0,02	77,00	35.000	2,32	0,81	394,35
PRODUÇÃO VEGETAL	15.015	5,74	7.080	1,51	-4,23	52,85	35.000	2,32	0,81	394,35
PRODUÇÃO ANIMAL	940	0,36	-	-	-0,36	-	-	-	-	-
ABASTECIMENTO	13.162	5,03	23.094	4,93	-0,10	75,46	292.000	19,39	14,46	1.164,39
PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS	3.000	1,15	-	-	-1,15	-	-	-	-	-
PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	23.904	9,15	40.176	8,57	-0,58	68,07	78.618	5,22	-3,35	95,68
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	3.000	1,15	4.720	1,01	-0,14	57,33	25.000	1,66	0,65	429,66
INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.898	0,73	3.358	0,72	-0,01	76,92	6.500	0,43	-0,29	93,56
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	1.843	0,71	3.261	0,70	-0,01	76,93	6.500	0,43	-0,27	99,32
INDÚSTRIA	55	0,02	97	0,02	0,00	76,36	-	-	-0,02	-
TOTAL	261.345	100,00	468.655	100,00	-	79,32	1.506.311	100,00	-	221,41

FONTES: 1980 - Lei nº 6.737 de 05 / 12 / 79 - DO de 06 / 12 / 79 (Suplemento)  
1981 - Lei nº 6.873 de 03 / 12 / 80 - DO de 10 / 12 / 80 (Suplemento)  
1982 - Proposta Orçamentária em tramitação  
OBSERVAÇÕES: - Δ1 - Diferença entre os percentuais da coluna (A) para a (B) e da (B) para a (C).  
- Δ2 - Variação percentual, nominal, em relação ao ano anterior.

SENADO FEDERAL  
ASSESSORIA  
SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO

ORÇAMENTO DO DF  
RECURSOS DO TESOURO  
COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

QUADRO III

C\$ 1.000,00  
CORRENTE

ESPECIFICAÇÃO	1980		1981				1982			
	VALORES	%	VALORES	%	VARIAÇÃO		VALORES	%	VARIAÇÃO	
					Δ1	Δ2			Δ1	Δ2
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO	55.846	21,37	82.657	17,64	-3,73	48,00	91.700	6,09	-11,55	10,94
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	205.499	78,63	385.998	82,36	7,73	87,83	1.414.611	93,91	11,55	266,48
TOTAL	261.345	100,00	468.655	100,00	-	79,32	1.506.311	100,00	-	221,41

FONTES: 1980 - Lei nº 6.737 de 05 / 12 / 79 - DO de 06 / 12 / 79 (Suplemento)  
1981 - Lei nº 6.873 de 03 / 12 / 80 - DO de 10 / 12 / 80 (Suplemento)  
1982 - Proposta Orçamentária em tramitação  
OBSERVAÇÕES: - Δ1 - Diferença entre os percentuais da coluna (A) para a (B) e da (B) para a (C).  
- Δ2 - Variação percentual, nominal, em relação ao ano anterior.

SENADO FEDERAL  
ASSESSORIA  
SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO

ORÇAMENTO DO DF  
RECURSOS DO TESOIRO  
COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO DA DESPESA POR SUA NATUREZA

QUADRO IV

Cr\$ 1.000,00  
CORRENTE

ESPECIFICAÇÃO	1980		1981				1982			
	VALORES	%	VALORES	%	VARIAÇÃO		VALORES	%	VARIAÇÃO	
					Δ1	Δ2			Δ1	Δ2
DESPESAS CORRENTES	221.202	84,64	444.143	94,77	10,13	100,79	1.409.756	93,59	-1,18	217,41
DESPESAS DE CUSTEIO	40.700	15,57	65.849	14,05	-1,52	61,79	87.853	5,83	-8,22	33,41
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	180.502	69,07	378.294	80,72	11,65	109,58	1.321.903	87,76	7,04	249,43
DESPESAS DE CAPITAL	40.143	15,36	24.512	5,23	-10,13	-38,94	96.555	6,41	1,18	293,90
INVESTIMENTOS	14.784	5,66	15.952	3,40	-2,26	7,90	2.265	0,15	-3,25	-85,81
INVERSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	25.359	9,70	8.560	1,83	-7,87	-66,24	94.290	6,26	4,43	1001,51
TOTAL	261.345	100,00	468.655	100,00	-	-	1.506.311	100,00	-	221,41

FONTES: 1980 — Lei nº 6.737 de 05 / 12 / 79 — DO de 06 / 12 / 79 (Suplemento)  
1981 — Lei nº 6.873 de 03 / 12 / 80 — DO de 10 / 12 / 80 (Suplemento)  
1982 — Proposta Orçamentária em tramitação

OBSERVAÇÕES: — Δ1 — Diferença entre os percentuais de coluna (A) para a (B) e da (B) para a (C);  
— Δ2 — Variação percentual, nominal, em relação ao ano anterior.

## PARECER Nº 1.002, DE 1981

Da Comissão do Distrito Federal. Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 1981-DF, que "estima a receita e fixa a Despesa do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 1982" — parte referente à Secretaria de Educação e Cultura.

Relator: Senador Mauro Benevides

Encaminhado pela Mensagem nº 192, de 1981 — (nº 335, na origem) — o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Senado Federal o Projeto de Lei nº 236, de 1981 — DF, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1982.

Da Exposição de Motivos do Senhor Governador ao Excelentíssimo Senhor Presidente, vale ressaltar o seguinte trecho:

"Vale salientar que, examinando a Proposta que ora encaminho a superior consideração de Vossa Excelência, ressaltam-se com fidelidade as prioridades estabelecidas por funções de Governo, para o próximo exercício. Assim, é, que, em Educação e Cultura e Saúde e Saneamento foram alocados recursos da ordem de 47,91% do Total proposto."

A função Educação e Cultura foi contemplada com maior volume de recursos, com Cr\$ 15.863.869.000,00 (quinze bilhões oitocentos e sessenta e três, milhões e oitocentos e sessenta e nove mil cruzeiros), correspondendo a 26,46% da Despesa Total, para o exercício de 1982, à conta dos recursos do Tesouro.

Os dispêndios do Governo do Distrito Federal, face ao próximo exercício, com Recursos do Tesouro, serão da ordem de Cr\$ 59.953.798.000,00 (cinquenta e nove bilhões, novecentos e cinquenta e três milhões e setecentos e noventa e oito mil cruzeiros), representando um aumento nominal de 173,49% sobre o orçamento vigente. Além destes recursos, o Governo do Distrito Federal contará com outros que serão alocados aos órgãos de Administração Indireta, das Fundações e do fundo de Desenvolvimento de Recursos Humanos, cujo montante é de Cr\$ 6.429.022.000,00 (seis bilhões, quatrocentos e vinte e nove milhões e vinte e dois mil cruzeiros).

Por designação do Presidente da Comissão do Distrito Federal, cabe-nos relatar a parte referente à Secretaria de Educação e Cultura.

A proposta orçamentária consigna, para 1982, à Secretaria uma despesa, com Recursos do Tesouro, de Cr\$ 15.639.603.000,00 (quinze bilhões, seiscentos e trinta e nove milhões e seiscentos e três mil cruzeiros), que equivale a 26,08% do Total do Orçamento e corresponde a um aumento percentual de 181,56% em confronto com as dotações da Secretaria para o exercício vigente.

Quanto a despesa por Categorias Econômicas, apresentamos o seguinte quadro:

Especificações	Valores em Cr\$ 1.000	%
Despesas Correntes	14.984.798	95,81
Despesas de Custeio	239.912	1,53
Transferências Correntes	14.744.886	94,28
Despesas de Capital	654.805	4,19
Investimentos	59.799	0,38
Transferências de Capital	595.006	3,81
Total	15.639.603	100,00

Salienta-se, a dotação maciça consignada nas Despesas Correntes, com 95,81%, sendo que grande parte destes recursos estão alocados em Transferências Correntes, dos quais Cr\$ 14.593.112.000,00 (quatorze bilhões, quinhentos e noventa e três milhões e cento e doze mil cruzeiros) foram consignados ao elemento da Despesa "Transferências Intragovernamentais", que tem por finalidade atender despesas Correntes das Fundações sob jurisdição dessa Secretaria.

As despesas da Secretaria constituem-se de Projetos e Atividades, respectivamente, com 94,27% e 5,73%, e que fazem parte da Função Educação e Cultura, única na Secretaria.

Esta função desdobra-se nos seguintes Programas e Subprogramas:

1600 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA				
ADMINISTRATIVO DE FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR CATEGORIAS ECONOMICAS				
CODIGO	ESPECIFICACAO	COMPETENTES	CAPITAL	TOTAL
000000	EDUCACAO E CULTURA	16.996.790	454.000	17.450.790
000000	ADMINISTRACAO	3.796.950	13.247	3.810.197
000001	ADMINISTRACAO GERAL	3.796.950	13.247	3.810.197
000000	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	91.340	223.000	314.340
000000	DIVISAO INTERNA	91.340	223.000	314.340
000000	CIENTIA E TECNOLOGIA	3.330		3.330
000000	PESSOAS FUNDAMENTAL	3.330		3.330
000000	ENSINO DE PRIMEIRO GRAU	7.687.000	405.277	8.092.277
000000	ENSINO SECUNDARIO	7.687.000	405.277	8.092.277
000000	ENSINO DE SEGUNDO GRAU	3.525.000	2.400	3.527.400
000000	ENSINO SECUNDARIO	3.481.700	2.400	3.484.100
000000	ENSINO POLIVALENTE	121.000		121.000
000000	ENSINO SUPLETIVO	791.000		791.000
000000	CURSOS DE SUPLENCA	791.000		791.000
000000	CURSOS DE SUPLENTO	000		000
000000	PREPARACAO DE RECURSOS HUMANOS	4.330		4.330
000000	EDUCACAO FISICA E DESPORTOS	13.450		13.450
000000	EDUCACAO FISICA	13.450		13.450
000000	ASSISTENCIA A EDUCANDOS	5.400		5.400
000000	COLONIA DE FETAS	1.700		1.700
000000	LIVRO DIDACTICO	4.200		4.200
000000	CIENCIA	92.000	10.000	102.000
000000	DEFEITO DE	92.000	10.000	102.000
000000	SANDE	70.375		70.375
000000	ALIMENTACAO	20.000		20.000
000000	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	70.375		70.375
TOTAL		16.996.790	454.000	17.450.790

Destacamos os programas "Ensino de Primeiro Grau" e "Ensino de Segundo Grau", que, juntos, absorvem 73,78% do total dos recursos da Secretaria.

O plano está de acordo com suas Competências, a saber:

— Administração, organização, planejamento e avaliação do sistema educacional;

— Elaboração, acompanhamento e controle do plano educacional do Distrito Federal;

— Assistência técnica e financeira necessárias ao desenvolvimento de instituições educacionais e culturais particulares e integração dentro da política global do Distrito Federal;

— Planejamento, coordenação, controle e avaliação de programas de treinamento, aperfeiçoamento de pessoal técnico, docente e administrativo dos sistemas educacional e cultural;

— Planejamento para aplicação de investimentos públicos e particulares na estrutura educacional;

Para executar essa programação e alcançar seus objetivos, a SEC conta com os seguintes órgãos básicos:

A Fundação Cultural do Distrito Federal os recursos montam a Cr\$ 371.352.000,00 (trezentos e setenta e um milhões e trezentos e cinquenta e dois mil cruzeiros); e apresenta o seguinte programa de Trabalho:

1600 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS				
PROGRAMA DE TRABALHO				
RECUPERAÇÃO DE TENDÊNCIAS				
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
000000	EDUCACAO E CULTURA			271.352
000000	ADMINISTRACAO			278.650
000000	ADMINISTRACAO GERAL			278.650
0002.00070212.063	MANTENCAO DAS ATIVIDADES DA FUNDAO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL		106.931	
0002.00070212.109	MANTENCAO DO TEATRO NACIONAL DE BRASILIA		91.727	
000000	CULTURA			92.000
000000	DIFUSAO CULTURAL			92.000
0002.00070212.037	IMPLEMENTACAO DA ORQUESTRA DO TEATRO NACIONAL DE BRASILIA	70.000		
0002.00070212.042	PROMOCOES CULTURAIS		14.000	
TOTAL		70.000	292.658	271.352

### Centrais

- Gabinete do Secretário;
- Departamento de Planejamento Educacional;
- Departamento de Cultura;
- Departamento de Inspeção de Ensino;
- Divisão de Administração Geral;

### Descentralizados com personalidade Jurídica

- Fundação Educacional do Distrito Federal;
- Fundação Cultural do Distrito Federal;

### De Deliberação Coletiva

- Conselho de Educação do Distrito Federal;

Convém ressaltar, ainda, que a Secretaria de Educação e Cultura transfere recursos para a Fundação Educacional do Distrito Federal e Fundação Cultural do Distrito Federal, que somados atingem a 95,68% do total da SEC

A Fundação Educacional estão alocados recursos da ordem de Cr\$ 14.592.885.000,00 (quatorze bilhões, quinhentos e noventa e dois milhões e oitocentos e oitenta e cinco mil cruzeiros) que serão gastos no seguinte programa de Trabalho:

1600 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS				
PROGRAMA DE TRABALHO				
RECUPERAÇÃO DE TENDÊNCIAS				
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
000000	EDUCACAO E CULTURA			14.592.885
000000	ADMINISTRACAO			2.793.387
000000	ADMINISTRACAO GERAL			2.793.387
000000	MANTENCAO DAS ATIVIDADES DA FUNDAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL		2.793.387	
000000	CIENTIA E TECNOLOGIA			3.330
000000	PESSOAS FUNDAMENTAL			3.330
000000	DESIGNAMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS		3.330	
000000	ENSINO DE PRIMEIRO GRAU			7.687.000
000000	ENSINO SECUNDARIO			7.687.000
000000	TRANSF. DE MATERIAIS DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU		212.000	
000000	REPARO E ADAPTACAO DE MATERIAIS EDUCACIONAIS DE PRIMEIRO GRAU		376.700	
000000	MANTENCAO DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU		7.412.000	
000000	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			3.525.000
000000	ENSINO SECUNDARIO			3.525.000
000000	MANTENCAO DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU		3.481.700	
000000	ENSINO POLIVALENTE			121.000
000000	REPARO E ADAPTACAO DE MATERIAIS EDUCACIONAIS DE SEGUNDO GRAU		12.000	
000000	EXPANSAO DA MATRICULA DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU		100.000	
000000	ENSINO SUPLETIVO			791.000
000000	CURSOS DE SUPLENCA			791.000
000000	MANTENCAO DOS CURSOS DE SUPLENCA		791.000	
000000	CURSOS DE SUPLENTO			000
000000	PREPARACAO DE RECURSOS HUMANOS		4.330	
000000	PROGRAMA DE ESCOLAS COMUNITARIAS NOS CIBANOS SATELITES		4.330	
000000	EDUCACAO FISICA E DESPORTOS			13.450
000000	EDUCACAO FISICA			13.450
000000	COLONIA DE FETAS			70.375
000000	SANDE			20.000
000000	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA			70.375
000000	PROGRAMA INTEGRADO DE SAUDE ESCOLAR			70.375
TOTAL		70.000	13.697.230	14.592.885

Os elementos apresentados demonstram a atenção que o setor educacional vem merecendo do Governo do Distrito Federal, com a Secretaria de Educação e Cultura absorvendo mais de 26% da despesa geral para 1982.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto, na parte relativa à Secretaria de Educação e Cultura.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 1981. — **Lourival Baptista**, Presidente — **Mauro Benevides**, Relator — **Lázaro Barboza** — **Bernardino Viana** — **Adalberto Sena** — **Murilo Badaró** — **Moacyr Dalla**.

#### PARECER Nº 1.003, DE 1981

Da Comissão do Distrito Federal. Sobre Projeto de Lei do Senado nº 236, de 1981-DF, (Mensagem nº 335, de 1981, na Presidência da República), que "estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1982 — Secretaria de Finanças."

Relator: Senador Martins Filho

Com Exposição de Motivos do Senhor Governador do Distrito Federal, passamos a apreciar a Mensagem nº 335, do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o PLS nº 236/81-DF, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1982.

Cabe-nos relatar o Subanexo da Secretaria de Finanças.

Da citada Exposição de Motivos, vale ressaltar o seguinte trecho:

"... Assim é que, em Educação e Cultura e Saúde e Saneamento, foram alocados recursos da ordem de 47,91% do total proposto.

Essa prioridade, decorre principalmente da condição de Brasília, como centro das decisões nacionais, requerer infraestrutura em equipamentos de saúde e educação, compatíveis em relação a outros Estados da Federação.

Por outro lado, as necessidades demonstradas pelas populações vizinhas à Capital, não permitem que essa etapa possa ser conseguida sem a aplicação de considerável volume de recursos.

Destacam-se em seguida com 19,81% as funções Administração e Planejamento, Agricultura e Produção.

O mesmo resulta da necessidade de eliminar a dependência do Distrito Federal, com relação a outros Estados da Federação, quanto ao abastecimento de produtos básicos e assegurar a qualidade dos serviços administrativos de apoio aos organismos federais da Capital.

Distingue-se, ainda, as funções de Defesa Nacional e Segurança Pública, com 8,96% da receita prevista, Habitação e Urbanismo com 7,34% e Assistência e Previdência com 5,26%.

As demais funções do Governo foram alocados recursos visando a manutenção da execução normal de seus objetivos de forma compatível com a disponibilidade financeira."

Do exame do Projeto, verifica-se que essas informações técnicas são confirmadas nos diversos quantitativos do referido Orçamento.

A Receita estimada para o DF, no exercício financeiro de 1982, atinge o valor de Cr\$ 59.953.798.000,00.

A Despesa alcança igual quantitativo, sob a seguinte argumentação, registrada na Exposição de Motivos:

"Em consonância com as diretrizes e metas governamentais, procurou-se fixar a despesa de forma que, atendendo à gama de funções estatais, fosse compatível com a receita prevista, proporcionando, em contrapartida, criteriosa alocação dos recursos, no sentido de dar continuidade ao processo de desenvolvimento do Distrito Federal."

A Secretaria de Finanças do Governo do Distrito Federal tem múltiplas tarefas e vários órgãos, centralizados e descentralizados, que estão discriminados na Proposta Orçamentária, todos necessários ao cumprimento dos seus objetivos.

Foram consignados, à Secretaria de Finanças, recursos no montante de Cr\$ 6.217.521.000,00 (Seis bilhões, duzentos e dezessete milhões, quinhentos e vinte e um mil cruzeiros), que correspondem a 10,36% da Despesa total do Distrito Federal.

Desses Recursos, considerando-se os Projetos e as Atividades, tem-se a seguinte demonstração:

Projetos —	5.149.640.000,00	82,82%
Atividades —	1.067.881.000,00	17,18%

O Quadro I, anexo, apresenta o demonstrativo da despesa por Funções e Programas, e o Quadro II, também anexo, exibe as dotações da mencionada Secretaria quanto ao critério das Categorias Econômicas.

Em relação à Secretaria de Finanças, acreditamos que nada mais há a ser observado em relação ao seu respectivo Subanexo, proposto na forma constitucional e sob os rigores técnicos da legislação vigente.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto, na parte relativa à Secretaria de Finanças.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 1981. — **Lourival Baptista**, Presidente — **Martins Filho**, Relator — **Lázaro Barboza** — **Bernardino Viana** — **Murilo Badaró** — **Moacyr Dalla** — **Adalberto Sena**.

SENADO FEDERAL  
ASSESSORIA  
SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO

#### ORÇAMENTO DO DF RECURSOS DO TESOUREIRO COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E PROGRAMA SECRETARIA DE FINANÇAS

Quadro I Cr\$ 1.000,00  
CORRENTE

ESPECIFICAÇÃO	1980		1981				1982			
	VALORES	%	VALORES	%	VARIAÇÃO		VALORES	%	VARIAÇÃO	
					Δ1	Δ2			Δ1	Δ2
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.442.250	85,45	2.263.114	84,24	- 1,21	56,92	5.633.521	90,60	6,36	148,93
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	228.500	13,54	357.174	13,30	- 0,24	56,31	778.881	12,52	-0,78	118,07
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	1.213.750	71,91	1.905.940	70,94	- 0,97	57,03	4.854.640	78,08	7,14	154,71
HABITAÇÃO E URBANISMO	97.000	5,75	150.000	5,58	- 0,17	54,64	50.000	0,81	-4,77	-66,67
HABITAÇÃO	97.000	5,75	150.000	5,58	- 0,17	54,64	50.000	0,81	-4,77	-66,67
SAÚDE E SANEAMENTO	48.500	2,87	113.500	4,22	1,35	134,02	200.000	3,22	-1,00	76,21
SANEAMENTO	48.500	2,87	113.500	4,22	1,35	134,02	200.000	3,22	-1,00	76,21
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	100.000	5,93	160.000	5,96	0,03	60,00	334.000	5,37	-0,59	108,75
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRI-MÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	100.000	5,93	160.000	5,96	0,03	60,00	334.000	5,37	-0,59	108,75
TOTAL	1.687.750	100,00	2.686.614	100,00	-	59,18	6.217.521	100,00	-	131,43

FONTES: 1980 — Lei nº 6.737 de 05 / 12 / 79 — DO de 06 / 12 / 79 (Suplementar)  
1981 — Lei nº 8.873 de 03 / 12 / 80 — DO de 10 / 12 / 80 (Suplementar)  
1982 — Proposta Orçamentária em tramitação  
OBSERVAÇÕES: — Δ1 — Diferença entre os percentuais da coluna (A) para a (B) e da (B) para a (C).  
— Δ2 — Variação percentual, nominal, em relação ao ano anterior



SENADO FEDERAL  
ASSESSORIA  
SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTOORÇAMENTO DO DF  
RECURSOS DO TESOURO  
COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO DA DESPESA POR SUA NATUREZA  
SECRETARIA DE FINANÇASQuadro II Cr\$ 1.000,00  
CORRENTE

ESPECIFICAÇÃO	1980		1981				1982			
	VALORES	%	VALORES	%	VARIACÃO		VALORES	%	VARIACÃO	
					Δ1	Δ2			Δ1	Δ2
DESPESAS CORRENTES	305.900	18,12	495.174	18,43	0,31	61,87	1.057.081	17,01	- 1,42	113,64
DESPESAS DE CUSTEIO	202.900	12,02	330.284	12,29	0,27	62,78	712.681	11,46	- 0,83	115,78
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	103.000	6,10	164.890	6,14	0,04	60,09	345.200	5,55	- 0,59	109,35
DESPESAS DE CAPITAL	1.381.850	81,88	2.191.440	81,57	- 0,31	58,59	5.159.640	82,99	1,42	135,45
INVESTIMENTOS	22.600	1,34	22.000	0,82	- 0,52	- 2,66	55.000	0,89	0,07	150,00
INVERSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.359.250	80,54	2.169.440	80,75	0,21	59,61	5.104.640	82,10	1,35	135,30
TOTAL	1.687.750	100,00	2.186.614	100,00	-	59,18	6.217.521	100,00	-	131,43

FONTE: — Lei nº de / / — DO de / / (Suplemento)  
— Lei nº de / / — DO de / / (Suplemento)  
— Proposta Orçamentária em tramitação

OBSERVAÇÕES: — Δ1 — Diferença entre os percentuais de coluna (A) para a (B) e de (B) para a (C).  
— Δ2 — Variação percentual, nominal, em relação ao ano anterior.

## PARECER Nº 1.004, DE 1981

Da Comissão do Distrito Federal. Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 1981-DF, que "estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o Exercício Financeiro de 1982 — referentes ao Subanexo 1200 — Secretaria do Governo e 1400 — Secretaria de Administração".

Relator: Senador Bernardino Viana

O Senhor Presidente da República, através da Mensagem nº 192, de 1981, (nº 335, na origem), submete à apreciação do Senado Federal, o Projeto de Lei que "estima a Receita e Fixa a Despesa do Distrito Federal para o Exercício Financeiro de 1982.

Acompanha a Mensagem Presidencial, Exposição de Motivos do Senhor Governador do Distrito Federal, onde se destaca a prioridade na alocação dos recursos nos setores de maior significado social.

Nesse sentido, é que, em Educação e Cultura e Saúde e Saneamento, foram alocados recursos da ordem de 47,91% do total proposto.

De forma a eliminar a dependência do Distrito Federal, com relação a outros Estados da Federação, quanto ao abastecimento de produtos básicos e assegurar a qualidade dos serviços administrativos, as funções de Administração e Planejamento, Agricultura e Produção foram contemplados com 19,81% da totalidade dos recursos.

Cumpre-nos apreciar as dotações de recursos destinadas à Secretaria de Governo e à Secretaria de Administração.

É de competência da Secretaria de Governo, as seguintes atribuições:

I — Execução Central das atividades de planejamento, orçamento e modernização administrativa, estatística e processamento de dados.

II — Orientação normativa, controle técnico e fiscalização específica da execução setorial das atividades de planejamento orçamento, modernização administrativa, estatística e processamentos de dados;

III — Supervisão e coordenação das atividades das administrações regionais; e

IV — Supervisão das atividades relacionadas com empreendimentos ou obras não incluídas na competência das demais Secretarias.

As despesas a serem realizadas por essa Secretaria de Governo, foram fixados para o exercício financeiro de 1982, no montante de Cr\$ 2.760.064.000,00 (dois bilhões, setecentos e sessenta milhões sessenta e quatro mil cruzeiros).

A Secretaria de Governo compõe-se dos órgãos centrais, dos órgãos descentralizados, sem personalidade jurídica, e descentralizados com personalidade jurídica.

As despesas dos órgãos centrais foram fixados em Cr\$ 1.484.156.000,00 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e quatro milhões cento e cinquenta e seis mil cruzeiros) e serão realizadas pelo Gabinete do Secretário, pela Divisão de Administração Geral, Coordenação do Sistema de Planejamento, Coordenação do Sistema de Orçamento, Coordenação do Sistema de Modernização

Administrativa, Coordenação das Administrações Regionais, Núcleo de Controle de Processamento de Dados e pela Junta de Serviço Militar.

Quanto aos órgãos descentralizados sem e com personalidade jurídica, temos as seguintes despesas:

## Descentralizados sem Personalidade Jurídica

— Administração Regional do Gama	152.125.000,00
— Administração Regional de Taguatinga	198.840.000,00
— Administração Regional de Brazlândia	49.096.000,00
— Administração Regional de Sobradinho	99.857.000,00
— Administração Regional de Planaltina	69.041.000,00
— Administração da Cidade Satélite do N. Bandeirante	69.150.000,00
— Administração do Setor Residencial, Indústria e Abast.	97.006.000,00
— Administração da Ceilândia	89.986.000,00

## Descentralização com Personalidade Jurídica

— Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central 450.807.000,00

A Secretaria de Administração para o exercício financeiro de 1982, contará com recursos do Tesouro da ordem de Cr\$ 2.672.563.000,00 (dois bilhões, seiscentos e setenta e dois milhões, quinhentos e sessenta e três mil cruzeiros).

A Competência de Secretaria de Administração abrange as seguintes funções:

I — Planejamento dos Sistemas de Pessoal, material, transportes internos, documentação e comunicação administrativa e administração de próprios;

II — Execução central das atividades de pessoal, material, transportes internos, documentação e comunicação administrativa e administração de próprios;

III — Orientação normativa controle técnico e fiscalização específica da execução das atividades setoriais de pessoal, material, transportes internos, documentação e comunicação administrativa e administração de próprios;

IV — Planejamento e execução das atividades de treinamento, aperfeiçoamento e seleção de pessoal;

V — Elaboração, impressão e distribuição do jornal oficial do Distrito Federal; e

VI — Elaboração e expedição de normas para execução das atividades de administração geral compreendidos em sua área de atuação.

Os órgãos básicos que compõem a Secretaria de Administração, são os seguintes:

## Centrais

- Gabinete do Secretário
- Coordenação do Sistema de Pessoal

— Coordenação do Sistema de Material  
 — Coordenação do Sistema de Transportes Internos  
 — Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa,

— Supervisão de Processo Administrativo  
 — Coordenação do Sistema de Administração de Próprios  
 — Divisão de Divulgação  
 — Divisão de Administração Geral

## De Deliberação Coletiva

— Conselho de Política de Pessoal  
 — Comissão de Licitação

## Descentralizado sem Personalidade Jurídica

— Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

A Secretaria de Governo do Distrito Federal exerce as funções de gestão enquanto a Secretaria de Administração dedica-se às funções de apoio, cujos demonstrativos a seguir representam as suas despesas por funções, programas e subprogramas, por projetos e atividades:

1300 - SECRETARIA DE GOVERNO

DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
0300000	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	296.000	1.324.510	1.620.510
0307000	ADMINISTRACAO	130.000	605.347	735.347
0307021	ADMINISTRACAO GERAL	130.000	576.106	706.106
0307025	EDIFICACOES PUBLICAS		31.441	31.441
0304000	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	256.000	748.163	1.004.163
0304021	ADMINISTRACAO GERAL		748.163	748.163
0304040	PLANEJAMENTO E DOCUMENTACAO	110.000		110.000
130943	ORGANIZACAO E MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA	140.000		140.000
030945	ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS		450.807	450.807
0309217	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	6.000		6.000
0304000	PROGRAMAS INTEGRADOS	10.000		10.000
0304025	PLANEJAMENTO URBANO	10.000		10.000
1000000	HERITACAO E URBANISMO	800.000	204.394	1.004.394
1004000	URBANISMO	800.000	22.604	822.604
1004023	PLANEJAMENTO URBANO	800.000		800.000
1004115	VIAS URBANAS		22.604	22.604
1000000	SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA		86.550	86.550
1004027	ILUMINACAO PUBLICA		186.950	186.950
TOTAL		1.196.000	1.564.064	2.760.064

1400 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
0300000	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO		1.612.390	1.612.390
0307000	ADMINISTRACAO		1.612.390	1,612.390
0307021	ADMINISTRACAO GERAL		1.572.290	1.572.390
0307025	EDIFICACOES PUBLICAS		40.000	40.000
1500000	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		1.060.173	1.060.173
1502000	PREVIDENCIA		1.060.173	1.060.173
1502495	PREVIDENCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		1.060.173	1.060.173
TOTAL			2.672.563	2.672.563

Finalizando, dado que não foram apresentadas emendas e as dotações destinadas à Secretaria de Governo e Secretaria de Administração estão de acordo com as normas e diretrizes traçadas para a elaboração do Orçamento do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 1982, no sentido de compatibilizar a política de contenção da inflação com a posição de Brasília — centro das decisões nacionais — a requerer infra-estrutura sócio-econômica,

somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 1981—DF, no que se refere às Secretarias de Governo e Administração.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 1981. — Lourival Baptista, Presidente — Bernardino Viana, Relator — Lázaro Barboza — Mauro Benevides — Murilo Badaró — Adalberto Sena — Moacyr Dalla.

**PARECER Nº 1.005, DE 1981**

Da Comissão do Distrito Federal. Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 1981-DF, que "estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o Exercício Financeiro de 1982", parte referente à Secretaria de Segurança Pública.

**Relator: Senador José Caixeta**

Com a Mensagem nº 192, de 1981, (nº 335/81, na origem), o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, o presente Projeto de Lei, que "estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1982."

Sob a nossa responsabilidade a tarefa de estudar e opinar sobre uma das mais importantes Unidades Administrativas, ou seja, a Secretaria de Segurança Pública.

No anexo citado estão incluídos, além de propriamente a Secretaria de Segurança Pública e suas Entidades Supervisionadas, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros.

A presente proposta de Orçamento é antecipada de Exposição de Motivos do Senhor Governador do Distrito Federal, a qual esclarece as linhas de orientação de distribuição de recursos, segundo a política administrativa definida para a área da Capital do País.

Devemos salientar que a receita prevista para a Secretaria de Segurança Pública e seus demais órgãos é de 9,53% da previsão orçamentária total.

Numerosas são as competências desse importante órgão do Executivo do Distrito Federal, a saber:

## II — Competência

— Planejamento, coordenação, execução, controle e supervisão das atividades de natureza policial objetivando assegurar o livre exercício dos poderes constituídos, a ordem e a segurança pública;

— Intercâmbio policial com organizações congêneres, nacionais e estrangeiros;

— Apuração de infrações penais e desempenho de quaisquer outras atribuições de polícia judiciária;

— Colaboração na organização e execução de serviços relacionados com a prevenção e repressão da criminalidade interestadual;

— Administração dos estabelecimentos penais e implantação de métodos e técnicas modernas de polícia carcerária;

— Organização, planejamento e execução dos serviços concernentes à engenharia de tráfego e trânsito em geral;

— Estruturação e execução dos serviços de perícia e identificação dactiloscópica, civil e criminal;

— Execução setorial das atividades relativas à administração de pessoal, material, orçamento, contabilidade e outros serviços auxiliares da Secretaria;

— Ampla cooperação às autoridades administrativas e jurídicas, no tocante à aplicação de medidas legais e regulamentares;

— Aprimoramento cultural e profissional dos servidores policiais, mediante a instituição de cursos de formação, treinamento e aperfeiçoamento funcional;

— Quaisquer outras atribuições que se enquadrem no âmbito de sua competência geral ou específica;

Ressalta do quadro demonstrativo da despesa por Unidades Orçamentárias, consolidando projetos e atividades, a seguinte situação:

(CR\$ 1.000.00)

2200 - SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA				
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS, CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS		RECURSOS DE TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	ORDINARIOS	VINCULADOS	TOTAL
2201	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA		1.681.636	1.681.636
2202	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS		222.220	222.220
2203	POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	59.004	2.916.653	2.975.657
2204	CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	200.000	1.243.969	1.443.969
TOTAL		259.004	6.066.478	6.325.482

Para a execução de suas atribuições, a Secretaria de Segurança Pública tem a seguinte estrutura:

## III — Órgãos Básicos

### Centrais

- Gabinete do Secretário;
- Coordenação de Informações, Planejamento e Operações;
- Centro de Internamento e Reeducação;
- Núcleo de Custódia de Brasília;
- Polícia Civil do Distrito Federal;

### Autônomos sem Personalidade Jurídica

- Departamento de Administração Geral;
- Polícia Militar do Distrito Federal;
- Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;

### Descentralizado com Personalidade Jurídica

- Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

### De Deliberação coletiva

- Conselho de Trânsito do Distrito Federal;
- Conselho Superior de Informações e Operações Policiais — CON-SIOP.

Verifica-se, na Composição e Variação da Despesa por Unidade Orçamentária, que confrontando a dotação orçamentária do atual exercício com o de 1982, temos o seguinte quadro:

ORÇAMENTO DO DF  
RECURSOS DO TESOURO  
COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO DA DESPESA POR SUA NATUREZA

CR\$ 1.000,00  
CORRENTE

ESPECIFICAÇÃO	VALORES	Nº	1981		1982		VARIAÇÃO	
			VALORES	Nº	VALORES	Nº	Δ1	Δ2
DESPESAS CORRENTES	2.595.621		97,52	4,28	109,30	5.803.876	81,75	+5,77
DESPESAS DE CUSTEIO	2.151.772		78,06	3,31	109,02	4.798.699	79,86	+2,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	537.849		19,46	0,98	110,71	1.005.177	15,89	+3,57
DESPESAS DE CAPITAL	69.524		2,46	-4,28	-26,72	521.466	8,25	5,77
INVESTIMENTOS	64.700		1,62	-3,80	-418,34	490.156	7,75	+6,13
INVENSAOES	224		0,01	=	= 60,00	=	=	=
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	43.500		0,85	-0,48	27,92	31.450	0,50	-0,35
TOTAL	2.764.145	100,00			109,14	6.325.482	100,00	

NOTAS: 1981 - Lei nº 1.005, de 1981, de 03/12/81 - 1982 - Lei nº 1.005, de 1982, de 03/12/82 - 1983 - Lei nº 1.005, de 1983, de 03/12/83 - 1984 - Lei nº 1.005, de 1984, de 03/12/84 - 1985 - Lei nº 1.005, de 1985, de 03/12/85 - 1986 - Lei nº 1.005, de 1986, de 03/12/86 - 1987 - Lei nº 1.005, de 1987, de 03/12/87 - 1988 - Lei nº 1.005, de 1988, de 03/12/88 - 1989 - Lei nº 1.005, de 1989, de 03/12/89 - 1990 - Lei nº 1.005, de 1990, de 03/12/90 - 1991 - Lei nº 1.005, de 1991, de 03/12/91 - 1992 - Lei nº 1.005, de 1992, de 03/12/92 - 1993 - Lei nº 1.005, de 1993, de 03/12/93 - 1994 - Lei nº 1.005, de 1994, de 03/12/94 - 1995 - Lei nº 1.005, de 1995, de 03/12/95 - 1996 - Lei nº 1.005, de 1996, de 03/12/96 - 1997 - Lei nº 1.005, de 1997, de 03/12/97 - 1998 - Lei nº 1.005, de 1998, de 03/12/98 - 1999 - Lei nº 1.005, de 1999, de 03/12/99 - 2000 - Lei nº 1.005, de 2000, de 03/12/00 - 2001 - Lei nº 1.005, de 2001, de 03/12/01 - 2002 - Lei nº 1.005, de 2002, de 03/12/02 - 2003 - Lei nº 1.005, de 2003, de 03/12/03 - 2004 - Lei nº 1.005, de 2004, de 03/12/04 - 2005 - Lei nº 1.005, de 2005, de 03/12/05 - 2006 - Lei nº 1.005, de 2006, de 03/12/06 - 2007 - Lei nº 1.005, de 2007, de 03/12/07 - 2008 - Lei nº 1.005, de 2008, de 03/12/08 - 2009 - Lei nº 1.005, de 2009, de 03/12/09 - 2010 - Lei nº 1.005, de 2010, de 03/12/10 - 2011 - Lei nº 1.005, de 2011, de 03/12/11 - 2012 - Lei nº 1.005, de 2012, de 03/12/12 - 2013 - Lei nº 1.005, de 2013, de 03/12/13 - 2014 - Lei nº 1.005, de 2014, de 03/12/14 - 2015 - Lei nº 1.005, de 2015, de 03/12/15 - 2016 - Lei nº 1.005, de 2016, de 03/12/16 - 2017 - Lei nº 1.005, de 2017, de 03/12/17 - 2018 - Lei nº 1.005, de 2018, de 03/12/18 - 2019 - Lei nº 1.005, de 2019, de 03/12/19 - 2020 - Lei nº 1.005, de 2020, de 03/12/20 - 2021 - Lei nº 1.005, de 2021, de 03/12/21 - 2022 - Lei nº 1.005, de 2022, de 03/12/22 - 2023 - Lei nº 1.005, de 2023, de 03/12/23 - 2024 - Lei nº 1.005, de 2024, de 03/12/24 - 2025 - Lei nº 1.005, de 2025, de 03/12/25 - 2026 - Lei nº 1.005, de 2026, de 03/12/26 - 2027 - Lei nº 1.005, de 2027, de 03/12/27 - 2028 - Lei nº 1.005, de 2028, de 03/12/28 - 2029 - Lei nº 1.005, de 2029, de 03/12/29 - 2030 - Lei nº 1.005, de 2030, de 03/12/30 - 2031 - Lei nº 1.005, de 2031, de 03/12/31 - 2032 - Lei nº 1.005, de 2032, de 03/12/32 - 2033 - Lei nº 1.005, de 2033, de 03/12/33 - 2034 - Lei nº 1.005, de 2034, de 03/12/34 - 2035 - Lei nº 1.005, de 2035, de 03/12/35 - 2036 - Lei nº 1.005, de 2036, de 03/12/36 - 2037 - Lei nº 1.005, de 2037, de 03/12/37 - 2038 - Lei nº 1.005, de 2038, de 03/12/38 - 2039 - Lei nº 1.005, de 2039, de 03/12/39 - 2040 - Lei nº 1.005, de 2040, de 03/12/40 - 2041 - Lei nº 1.005, de 2041, de 03/12/41 - 2042 - Lei nº 1.005, de 2042, de 03/12/42 - 2043 - Lei nº 1.005, de 2043, de 03/12/43 - 2044 - Lei nº 1.005, de 2044, de 03/12/44 - 2045 - Lei nº 1.005, de 2045, de 03/12/45 - 2046 - Lei nº 1.005, de 2046, de 03/12/46 - 2047 - Lei nº 1.005, de 2047, de 03/12/47 - 2048 - Lei nº 1.005, de 2048, de 03/12/48 - 2049 - Lei nº 1.005, de 2049, de 03/12/49 - 2050 - Lei nº 1.005, de 2050, de 03/12/50 - 2051 - Lei nº 1.005, de 2051, de 03/12/51 - 2052 - Lei nº 1.005, de 2052, de 03/12/52 - 2053 - Lei nº 1.005, de 2053, de 03/12/53 - 2054 - Lei nº 1.005, de 2054, de 03/12/54 - 2055 - Lei nº 1.005, de 2055, de 03/12/55 - 2056 - Lei nº 1.005, de 2056, de 03/12/56 - 2057 - Lei nº 1.005, de 2057, de 03/12/57 - 2058 - Lei nº 1.005, de 2058, de 03/12/58 - 2059 - Lei nº 1.005, de 2059, de 03/12/59 - 2060 - Lei nº 1.005, de 2060, de 03/12/60 - 2061 - Lei nº 1.005, de 2061, de 03/12/61 - 2062 - Lei nº 1.005, de 2062, de 03/12/62 - 2063 - Lei nº 1.005, de 2063, de 03/12/63 - 2064 - Lei nº 1.005, de 2064, de 03/12/64 - 2065 - Lei nº 1.005, de 2065, de 03/12/65 - 2066 - Lei nº 1.005, de 2066, de 03/12/66 - 2067 - Lei nº 1.005, de 2067, de 03/12/67 - 2068 - Lei nº 1.005, de 2068, de 03/12/68 - 2069 - Lei nº 1.005, de 2069, de 03/12/69 - 2070 - Lei nº 1.005, de 2070, de 03/12/70 - 2071 - Lei nº 1.005, de 2071, de 03/12/71 - 2072 - Lei nº 1.005, de 2072, de 03/12/72 - 2073 - Lei nº 1.005, de 2073, de 03/12/73 - 2074 - Lei nº 1.005, de 2074, de 03/12/74 - 2075 - Lei nº 1.005, de 2075, de 03/12/75 - 2076 - Lei nº 1.005, de 2076, de 03/12/76 - 2077 - Lei nº 1.005, de 2077, de 03/12/77 - 2078 - Lei nº 1.005, de 2078, de 03/12/78 - 2079 - Lei nº 1.005, de 2079, de 03/12/79 - 2080 - Lei nº 1.005, de 2080, de 03/12/80 - 2081 - Lei nº 1.005, de 2081, de 03/12/81 - 2082 - Lei nº 1.005, de 2082, de 03/12/82 - 2083 - Lei nº 1.005, de 2083, de 03/12/83 - 2084 - Lei nº 1.005, de 2084, de 03/12/84 - 2085 - Lei nº 1.005, de 2085, de 03/12/85 - 2086 - Lei nº 1.005, de 2086, de 03/12/86 - 2087 - Lei nº 1.005, de 2087, de 03/12/87 - 2088 - Lei nº 1.005, de 2088, de 03/12/88 - 2089 - Lei nº 1.005, de 2089, de 03/12/89 - 2090 - Lei nº 1.005, de 2090, de 03/12/90 - 2091 - Lei nº 1.005, de 2091, de 03/12/91 - 2092 - Lei nº 1.005, de 2092, de 03/12/92 - 2093 - Lei nº 1.005, de 2093, de 03/12/93 - 2094 - Lei nº 1.005, de 2094, de 03/12/94 - 2095 - Lei nº 1.005, de 2095, de 03/12/95 - 2096 - Lei nº 1.005, de 2096, de 03/12/96 - 2097 - Lei nº 1.005, de 2097, de 03/12/97 - 2098 - Lei nº 1.005, de 2098, de 03/12/98 - 2099 - Lei nº 1.005, de 2099, de 03/12/99 - 2100 - Lei nº 1.005, de 2100, de 03/12/00 - 2101 - Lei nº 1.005, de 2101, de 03/12/01 - 2102 - Lei nº 1.005, de 2102, de 03/12/02 - 2103 - Lei nº 1.005, de 2103, de 03/12/03 - 2104 - Lei nº 1.005, de 2104, de 03/12/04 - 2105 - Lei nº 1.005, de 2105, de 03/12/05 - 2106 - Lei nº 1.005, de 2106, de 03/12/06 - 2107 - Lei nº 1.005, de 2107, de 03/12/07 - 2108 - Lei nº 1.005, de 2108, de 03/12/08 - 2109 - Lei nº 1.005, de 2109, de 03/12/09 - 2110 - Lei nº 1.005, de 2110, de 03/12/10 - 2111 - Lei nº 1.005, de 2111, de 03/12/11 - 2112 - Lei nº 1.005, de 2112, de 03/12/12 - 2113 - Lei nº 1.005, de 2113, de 03/12/13 - 2114 - Lei nº 1.005, de 2114, de 03/12/14 - 2115 - Lei nº 1.005, de 2115, de 03/12/15 - 2116 - Lei nº 1.005, de 2116, de 03/12/16 - 2117 - Lei nº 1.005, de 2117, de 03/12/17 - 2118 - Lei nº 1.005, de 2118, de 03/12/18 - 2119 - Lei nº 1.005, de 2119, de 03/12/19 - 2120 - Lei nº 1.005, de 2120, de 03/12/20 - 2121 - Lei nº 1.005, de 2121, de 03/12/21 - 2122 - Lei nº 1.005, de 2122, de 03/12/22 - 2123 - Lei nº 1.005, de 2123, de 03/12/23 - 2124 - Lei nº 1.005, de 2124, de 03/12/24 - 2125 - Lei nº 1.005, de 2125, de 03/12/25 - 2126 - Lei nº 1.005, de 2126, de 03/12/26 - 2127 - Lei nº 1.005, de 2127, de 03/12/27 - 2128 - Lei nº 1.005, de 2128, de 03/12/28 - 2129 - Lei nº 1.005, de 2129, de 03/12/29 - 2130 - Lei nº 1.005, de 2130, de 03/12/30 - 2131 - Lei nº 1.005, de 2131, de 03/12/31 - 2132 - Lei nº 1.005, de 2132, de 03/12/32 - 2133 - Lei nº 1.005, de 2133, de 03/12/33 - 2134 - Lei nº 1.005, de 2134, de 03/12/34 - 2135 - Lei nº 1.005, de 2135, de 03/12/35 - 2136 - Lei nº 1.005, de 2136, de 03/12/36 - 2137 - Lei nº 1.005, de 2137, de 03/12/37 - 2138 - Lei nº 1.005, de 2138, de 03/12/38 - 2139 - Lei nº 1.005, de 2139, de 03/12/39 - 2140 - Lei nº 1.005, de 2140, de 03/12/40 - 2141 - Lei nº 1.005, de 2141, de 03/12/41 - 2142 - Lei nº 1.005, de 2142, de 03/12/42 - 2143 - Lei nº 1.005, de 2143, de 03/12/43 - 2144 - Lei nº 1.005, de 2144, de 03/12/44 - 2145 - Lei nº 1.005, de 2145, de 03/12/45 - 2146 - Lei nº 1.005, de 2146, de 03/12/46 - 2147 - Lei nº 1.005, de 2147, de 03/12/47 - 2148 - Lei nº 1.005, de 2148, de 03/12/48 - 2149 - Lei nº 1.005, de 2149, de 03/12/49 - 2150 - Lei nº 1.005, de 2150, de 03/12/50 - 2151 - Lei nº 1.005, de 2151, de 03/12/51 - 2152 - Lei nº 1.005, de 2152, de 03/12/52 - 2153 - Lei nº 1.005, de 2153, de 03/12/53 - 2154 - Lei nº 1.005, de 2154, de 03/12/54 - 2155 - Lei nº 1.005, de 2155, de 03/12/55 - 2156 - Lei nº 1.005, de 2156, de 03/12/56 - 2157 - Lei nº 1.005, de 2157, de 03/12/57 - 2158 - Lei nº 1.005, de 2158, de 03/12/58 - 2159 - Lei nº 1.005, de 2159, de 03/12/59 - 2160 - Lei nº 1.005, de 2160, de 03/12/60 - 2161 - Lei nº 1.005, de 2161, de 03/12/61 - 2162 - Lei nº 1.005, de 2162, de 03/12/62 - 2163 - Lei nº 1.005, de 2163, de 03/12/63 - 2164 - Lei nº 1.005, de 2164, de 03/12/64 - 2165 - Lei nº 1.005, de 2165, de 03/12/65 - 2166 - Lei nº 1.005, de 2166, de 03/12/66 - 2167 - Lei nº 1.005, de 2167, de 03/12/67 - 2168 - Lei nº 1.005, de 2168, de 03/12/68 - 2169 - Lei nº 1.005, de 2169, de 03/12/69 - 2170 - Lei nº 1.005, de 2170, de 03/12/70 - 2171 - Lei nº 1.005, de 2171, de 03/12/71 - 2172 - Lei nº 1.005, de 2172, de 03/12/72 - 2173 - Lei nº 1.005, de 2173, de 03/12/73 - 2174 - Lei nº 1.005, de 2174, de 03/12/74 - 2175 - Lei nº 1.005, de 2175, de 03/12/75 - 2176 - Lei nº 1.005, de 2176, de 03/12/76 - 2177 - Lei nº 1.005, de 2177, de 03/12/77 - 2178 - Lei nº 1.005, de 2178, de 03/12/78 - 2179 - Lei nº 1.005, de 2179, de 03/12/79 - 2180 - Lei nº 1.005, de 2180, de 03/12/80 - 2181 - Lei nº 1.005, de 2181, de 03/12/81 - 2182 - Lei nº 1.005, de 2182, de 03/12/82 - 2183 - Lei nº 1.005, de 2183, de 03/12/83 - 2184 - Lei nº 1.005, de 2184, de 03/12/84 - 2185 - Lei nº 1.005, de 2185, de 03/12/85 - 2186 - Lei nº 1.005, de 2186, de 03/12/86 - 2187 - Lei nº 1.005, de 2187, de 03/12/87 - 2188 - Lei nº 1.005, de 2188, de 03/12/88 - 2189 - Lei nº 1.005, de 2189, de 03/12/89 - 2190 - Lei nº 1.005, de 2190, de 03/12/90 - 2191 - Lei nº 1.005, de 2191, de 03/12/91 - 2192 - Lei nº 1.005, de 2192, de 03/12/92 - 2193 - Lei nº 1.005, de 2193, de 03/12/93 - 2194 - Lei nº 1.005, de 2194, de 03/12/94 - 2195 - Lei nº 1.005, de 2195, de 03/12/95 - 2196 - Lei nº 1.005, de 2196, de 03/12/96 - 2197 - Lei nº 1.005, de 2197, de 03/12/97 - 2198 - Lei nº 1.005, de 2198, de 03/12/98 - 2199 - Lei nº 1.005, de 2199, de 03/12/99 - 2200 - Lei nº 1.005, de 2200, de 03/12/00 - 2201 - Lei nº 1.005, de 2201, de 03/12/01 - 2202 - Lei nº 1.005, de 2202, de 03/12/02 - 2203 - Lei nº 1.005, de 2203, de 03/12/03 - 2204 - Lei nº 1.005, de 2204, de 03/12/04 - 2205 - Lei nº 1.005, de 2205, de 03/12/05 - 2206 - Lei nº 1.005, de 2206, de 03/12/06 - 2207 - Lei nº 1.005, de 2207, de 03/12/07 - 2208 - Lei nº 1.005, de 2208, de 03/12/08 - 2209 - Lei nº 1.005, de 2209, de 03/12/09 - 2210 - Lei nº 1.005, de 2210, de 03/12/10 - 2211 - Lei nº 1.005, de 2211, de 03/12/11 - 2212 - Lei nº 1.005, de 2212, de 03/12/12 - 2213 - Lei nº 1.005, de 2213, de 03/12/13 - 2214 - Lei nº 1.005, de 2214, de 03/12/14 - 2215 - Lei nº 1.005, de 2215, de 03/12/15 - 2216 - Lei nº 1.005, de 2216, de 03/12/16 - 2217 - Lei nº 1.005, de 2217, de 03/12/17 - 2218 - Lei nº 1.005, de 2218, de 03/12/18 - 2219 - Lei nº 1.005, de 2219, de 03/12/19 - 2220 - Lei nº 1.005, de 2220, de 03/12/20 - 2221 - Lei nº 1.005, de 2221, de 03/12/21 - 2222 - Lei nº 1.005, de 2222, de 03/12/22 - 2223 - Lei nº 1.005, de 2223, de 03/12/23 - 2224 - Lei nº 1.005, de 2224, de 03/12/24 - 2225 - Lei nº 1.005, de 2225, de 03/12/25 - 2226 - Lei nº 1.005, de 2226, de 03/12/26 - 2227 - Lei nº 1.005, de 2227, de 03/12/27 - 2228 - Lei nº 1.005, de 2228, de 03/12/28 - 2229 - Lei nº 1.005, de 2229, de 03/12/29 - 2230 - Lei nº 1.005, de 2230, de 03/12/30 - 2231 - Lei nº 1.005, de 2231, de 03/12/31 - 2232 - Lei nº 1.005, de 2232, de 03/12/32 - 2233 - Lei nº 1.005, de 2233, de 03/12/33 - 2234 - Lei nº 1.005, de 2234, de 03/12/34 - 2235 - Lei nº 1.005, de 2235, de 03/12/35 - 2236 - Lei nº 1.005, de 2236, de 03/12/36 - 2237 - Lei nº 1.005, de 2237, de 03/12/37 - 2238 - Lei nº 1.005, de 2238, de 03/12/38 - 2239 - Lei nº 1.0

portância nota-se que o Corpo de Bombeiros foi contemplado com uma dotação correspondente a Cr\$ 1.443.969.000,00 para manutenção de suas atividades notoriamente voltadas à segurança e à paz pública.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas aos programas afetos à Secretaria de Segurança Pública.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do projeto na parte referente à Secretaria de Segurança Pública.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 1981. Lourival Baptista, Presidente. José Caixeta, Relator — Lázaro Barboza — Bernardino Viana — Adalberto Sena — Murilo Badaró — Moacyr Dalla — Mauro Benevides.

#### PARECER Nº 1.006, DE 1981

**Da Comissão do Distrito Federal. Sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 236, de 1981-DF, que "estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o Exercício Financeiro de 1982" — Secretaria de Saúde e Secretaria de Serviços Sociais.**

**Relator: Senador Lourival Baptista**

Cumprindo dispositivo constante do art. 57, inciso IV, combinado com o art. 17, § 1.º da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República com a Mensagem n.º 192, de 1981 (n.º 335, de 1981, na origem) submete à apreciação do Senado Federal, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Governador do Distrito Federal, a proposta orçamentária para o exercício financeiro de 1982.

Cabe-nos relatar as partes desta proposta de Orçamento, referente às Secretarias de Saúde e de Serviços Sociais.

#### SECRETARIA DE SAÚDE

##### II — Competência

— o estabelecimento da política de saúde do Distrito Federal, compatibilizando-a com a política de saúde e a de desenvolvimento econômico-social do País, em coordenação com as demais instituições do setor;

— o planejamento, organização, direção, coordenação, execução, avaliação e fiscalização das atividades de promoção, proteção e recuperação da saúde;

— a construção, equipamento e operação dos estabelecimentos da rede oficial de saúde;

— a fiscalização do exercício das profissões de saúde e atividades correlatas e dos estabelecimentos que interessam à saúde da coletividade;

— o controle de drogas e medicamentos e a fiscalização dos estabelecimentos farmacêuticos;

— a fiscalização da manipulação e comercialização de gêneros alimentícios;

— a promoção da melhoria das condições de saneamento do meio ambiente e o controle da poluição;

— estudo no campo da saúde, abrangendo a pesquisa básica clínica e epidemiológica;

— a promoção de acordos e convênios, no campo de sua atividade, com entidades públicas e privadas.

##### III — Órgãos básicos centrais

— Gabinete do Secretário;

— Núcleo de Planejamento;

— Departamento de Saúde Pública;

— Núcleo de Controle de Programa de Saúde;

— Departamento de Fiscalização de Saúde;

— Divisão de Administração Geral;

##### Descentralizado com personalidade jurídica

— Fundação Hospitalar do Distrito Federal;

##### Descentralizado sem personalidade jurídica

— Instituto de Saúde do Distrito Federal;

##### De deliberação coletiva

— Conselho de Saúde do Distrito Federal;

— Comissão de Fiscalização de Entorpecentes do Distrito Federal

#### SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

##### II — Competência

— Desenvolvimento de Comunidade;

— Assistência ao Migrante e estudo do fluxo migratório;

— Desenvolvimento do artesanato;

— Treinamento de mão-de-obra;

— Intermediação do emprego;

— Proteção e Promoção Social do Menor;

— Assistência a segmentos populacionais carentes;

— Registro, Controle e Apoio a Obras Sociais;

— Habitação Social;

##### III — Órgãos básicos

— Gabinete do Secretário;

— Gerência de Trabalho;

— Gerência de Assistência Social;

— Núcleo de Planejamento e Controle;

— Divisão de Administração Geral;

##### Descentralizados com personalidade jurídica

— Fundação do Serviço Social;

— Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda.

Vale destacar inicialmente que a programação dos recursos visou o equilíbrio orçamentário nas ações administrativas do Distrito Federal.

A Secretaria de Saúde foi contemplada na proposta com Cr\$ 12.651.635.000,00 (doze bilhões, seiscentos e cinquenta e um milhões, seiscentos e trinta e cinco mil cruzeiros), o que corresponde a 21,10% (vinte e um vírgula dez por cento) do valor do orçamento proposto.

Quanto à Secretaria de Serviços Sociais, as dotações a ela consignadas perfazem Cr\$ 1.049.650.000,00 (um bilhão, quarenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta mil cruzeiros) correspondendo a 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) do orçamento em exame.

Tais números refletem a preocupação do Governo do Distrito Federal em atender, dentro das disponibilidades de recursos, as atividades governamentais, com vistas à melhoria das condições de saúde e atendimento social da população brasileira.

O vasto campo de atuação das Secretarias de Saúde e de Serviços Sociais está a merecer sempre maior volume de recursos, o que justifica plenamente o aumento percentual nominal em relação a 1981, da ordem de 174,66% a 212,88%, respectivamente.

Não foram apresentadas emendas à proposição da Lei de Meios do Distrito Federal para o próximo ano, nas partes que ora relatamos.

A título de Subvenção Social o Projeto apresenta a verba de Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) a ser distribuída a entidades assistenciais e de fins filantrópicos pelos Senhores Senadores que comporão um Adendo à Lei Orçamentária. Para tal fim apresentamos a seguinte

#### EMENDA N.º 1-R

1.800 — Secretaria de Serviços Sociais

1.801 — Secretaria de Serviços Sociais

Função — Assistência Social Geral

Programa — Subvenções a Entidades Privadas

180115814862.046 — Subvenções a Entidades Privadas Cr\$ .....

1.200.000,00

Acréscimo-se em in fine:

"Conforme Adendo B"

Assim sendo, opinamos pela aprovação do presente projeto, nas partes referentes às Secretarias de Saúde e de Serviços Sociais, com a adoção da Emenda de n.º 1-R que apresentamos.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 1981. — Mauro Benevides, Vice-Presidente no exercício da Presidência — Lourival Baptista, Relator — Lázaro Barboza — Bernardino Viana — Adalberto Sena — Murilo Badaró — Moacyr Dalla.

## PARECER Nº 1.007, DE 1981

**Da Comissão do Distrito Federal. Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 1981-DF, que "estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1982", na parte referente às Secretarias de Viação e Obras e de Serviços Públicos".**

**Relator: Senador Murilo Badaró**

Através da Mensagem nº 192/81 (nº 335, na origem), o Senhor Presidente da República, com amparo no art. 57, item IV, da Constituição Federal, submete à apreciação desta Casa, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Governador, a proposta orçamentária do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1982.

Cumpre-nos relatar a parte referente às Secretarias de Viação e Obras e de Serviços Públicos.

A primeira delas — de Viação e Obras —, que tem a seu encargo, dentre outros, o desenvolvimento do plano urbanístico de Brasília e a elaboração dos planos diretores das cidades satélites, foi aquinhoadada com recursos do Tesouro da ordem de Cr\$ 3.082.457.000,00 (três bilhões, oitenta e dois milhões e quatrocentos e cinquenta e sete mil cruzeiros) o que corresponde a 4,64% sobre o total do orçamento do GDF.

A Secretaria de Serviços Públicos, à qual compete, destacadamente, o planejamento do sistema de energia elétrica, a coordenação dos transportes coletivos, execução dos serviços de limpeza urbana e de industrialização do lixo, foram alocados recursos da ordem de Cr\$ 2.741.487.000,00 (dois bilhões, setecentos e quarenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil cruzeiros), ocupando 4,13% das despesas orçamentárias do GDF.

Sendo necessário discutir as funções de cada uma das entidades que compõem esses órgãos da administração da Capital da República, convém no entanto, salientar que, na forma exposta pelo Governador Aimé Lamaison, na sua Exposição de Motivos, a proposta orçamentária se harmoniza com a política de contenção da inflação e está orientada para os setores de maior significado social, destacadamente a Educação e Cultura e Saúde e Saneamento, aos quais foram destinados nada menos que 47,91% do total proposto.

Através da Mensagem, o Senhor Presidente da República solicita a incorporação à Proposta Orçamentária para o exercício financeiro de 1982, do Distrito Federal, no tocante a Receita a importância de Cr\$ 315.000.000,00 (trezentos e quinze milhões de cruzeiros) proveniente da Lei nº 6.954, de 14 de setembro de 1981, que instituiu a Taxa de Limpeza Pública e em decorrência, pede, ainda, a incorporação de dois projetos ao programa da Secretaria de Serviços Públicos.

O pleito do Senhor Governador do Distrito Federal será levado em conta e atendido na Redação Final.

Diante do exposto, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 1981, D.F., na parte referente às Secretarias de Viação e Obras (SVO) e de Serviços Públicos, com as alterações solicitadas pelo Senhor Governador do Distrito Federal.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 1981. — **Lourival Baptista**, Presidente — **Murilo Badaró**, Relator — **Lázaro Barboza** — **Bernardino Viana** — **Adalberto Sena** — **Moacyr Dalla** — **Mauro Benevides**.

## PARECER Nº 1.008, DE 1981

**Da Comissão do Distrito Federal. Sobre o Projeto de Lei do Senado Federal nº 236, de 1981 — DF, que "estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1982". Partes relativas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, Receita e Texto da Lei".**

**Relator: Senador Lázaro Barboza**

Com a Mensagem nº 192, de 1981 (nº 335, na origem), o Senhor Presidente da República encaminha para apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 57, item IV da Constituição, consoante ainda como o disposto em seus artigos 17, § 1º e 42, item V, a Proposta Orçamentária do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1982, estimando sua receita e fixando sua despesa em Cr\$ 66.382.820.000,00 (sessenta e seis bilhões, trezentos e oitenta e dois milhões, oitocentos e vinte mil cruzeiros), dos quais Cr\$ 59.953.798.000,00 (cinquenta e nove bilhões, novecentos e cinquenta e três milhões, setecentos e noventa e oito mil cruzeiros) constituem Recursos do Tesouro.

Acompanhando a Mensagem Presidencial está a Exposição de Motivos do Senhor Governador do Distrito Federal onde estão caracterizadas as prioridades do programa de governo para 1982 bem como a orientação geral levada em consideração no estabelecimento de tais prioridades e na fixação dos valores da Proposta Orçamentária agora em exame.

Da Exposição de Motivos vale ressaltar os seguintes trechos:

1. "Consoante a programação dos recursos, procurou-se adequar a disponibilidade prevista à atual conjuntura econômica do País, buscando o equilíbrio orçamentário nas ações administrativas com vistas à consecução dos objetivos econômicos e sociais da comunidade, sem incorrer em situações deficitárias durante a execução."

2. Em consonância com as diretrizes e metas governamentais, procurou-se fixar a despesa de forma que, atendendo à gama de funções estatais fosse compatível com a receita prevista, proporcionando, em contrapartida, criteriosa alocação dos recursos, no sentido de dar continuidade ao processo de desenvolvimento do Distrito Federal.

Com base nesses critérios, os recursos orçamentários para 1982 foram distribuídos conforme apresenta o Quadro VI, a seguir:

**QUADRO VI — 1982**

Despesa Fixada

(EM Cr\$ 1.000,00 e 3)

F U N Ç Ã O	T O T A L	%
LEGISLATIVA	380.126	0,63
JUDICIÁRIA	19.972	0,03
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	10.380.180	17,31
AGRICULTURA	1.499.811	2,50
COMUNICAÇÕES	29.745	0,05
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	5.370.041	8,96
EDUCAÇÃO E CULTURA	15.863.869	26,46
HABITAÇÃO E URBANISMO	4.400.507	7,34
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	132.017	0,22
SAÚDE E SANEAMENTO	12.860.655	21,45
TRABALHO	43.220	0,08
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	3.151.624	5,26
TRANSPORTE	1.690.491	2,82
SUBTOTAL	55.822.258	93,11
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.131.540	6,89
T O T A L G E R A L:	59.953.798	100,00

Fonte: CSO-SEG"

Na forma regimental o Senhor Presidente da Comissão do Distrito Federal nos designou para relatar as partes referentes ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, à Receita e ao Texto da Lei.

## Tribunal de Contas do Distrito Federal

Este órgão colegiado tem por competência, estatuídos no art. 27 da Lei nº 5.538, de 22 de novembro de 1968:

- Apreciação das contas do Governador do Distrito Federal;
- Desempenho das Funções de auditoria e orçamentária sobre as contas das Unidades Administrativas do Distrito Federal;
- Julgamento da regularidade das contas dos dirigentes dos órgãos da administração indireta, bem como dos que ordenarem despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos;
- Julgamento da legalidade das concessões iniciais de aposentadorias, reformas e pensões.

Para atender tais finalidades conta o Tribunal com Recursos Ordinários do Tesouro, não vinculadas, que alcançam a cifra de Cr\$ 380.126.000,00 (trezentos e oitenta milhões, cento e vinte e seis mil cruzeiros) significando apenas 0,63% do total dos Recursos do Tesouro prontos para atender a despesa de todo o Governo do Distrito Federal.

Tal dotação representa um incremento nominal, em relação à orçada para o presente exercício, da ordem de 115,58%, pouco acima da inflação estimada para o ano.

A programação do Tribunal para o próximo ano se consubstancia em duas atividades da Função Legislativa: uma, "fiscalização e Controle da Arrecadação e Aplicação dos Recursos Públicos", classificada no Programa Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa, Subprograma Controle Externo, tem adjudicada a importância de Cr\$ 329.218.000,00 (trezentos e vinte e nove milhões, duzentos e dezoito mil cruzeiros), ou seja, 89,24% do total do órgão; e outra, "Encargos com Inativos e Pensionistas", do Programa Previdência Social e Inativos e Pensionistas, tem alocados Cr\$ 40.908.000,00 (quarenta milhões, novecentos e oito mil cruzeiros).



O Quadro I, anexo, mostra a natureza de tal aporte de recursos para o próximo exercício, comparando com os estabelecidos pelas leis orçamentárias relativas aos exercícios financeiros de 1981 e 1982.

Dele se infere a maior participação relativa das Despesas de Capital- Investimentos, motivada pela alocação de 50 milhões de cruzeiros na rubrica 4.1.1.0, Obras e Instalações, destinadas a melhor adequar as instalações físicas do Tribunal às suas funções.

#### Receita

O presente Projeto de Lei estima a Receita como já enumerado, em Cr\$ 66.382.820.000,00 (sessenta e seis bilhões, trezentos e oitenta e dois milhões e oitocentos e vinte mil cruzeiros) dos quais Cr\$ 57.085.260.000,00 (cinquenta e sete bilhões, oitenta e cinco milhões e duzentos e sessenta mil cruzeiros), ou seja, 9,68% do total da Receita prevista, representam Receitas dos Órgãos da Administração Indireta, das Fundações e do Fundo de Desenvolvimento de Recursos Humanos (excluídas as Transferências do Tesouro).

Tais Receitas serão realizadas, de acordo com o que estabelece o art. 3º do Projeto de Lei, verbis:

"I — Pelo Tesouro, mediante arrecadação de Tributos e outras Receitas Correntes e de Capital, de acordo com a Legislação em vigor, relacionada no Anexo I, da presente Lei; e

II — Pelos Órgãos da Administração Indireta, das Fundações, e do Fundo de Desenvolvimento de Recursos Humanos, na forma prevista em seus respectivos Estatutos e/ou Regimento ou Regulamento."

O Quadro a seguir, apresentado na Exposição de Motivos do Senhor Governador, caracteriza o desdobramento das Receitas do Tesouro evidenciando a ainda grande dependência da Administração do Distrito Federal em relação ao Tesouro Federal, vez que, 55,60% daquele se refere a Transferências que em sua maior parte estão representadas por Contribuições da União (Cr\$ 31.658.617.000,00, significando cerca de 95% do total das "Transferências"). Outra participação significativa é da Receita Tributária (37,49% do total das Receitas do Tesouro) cuja parcela mais expressiva está representada pelos Impostos sobre a Produção e a Circulação (20,09 bilhões de cruzeiros) dos quais 14,37 bilhões representam o aporte do ICM local, e 3,62 bilhões de cruzeiros o do ICM sobre o trigo.

(Em Cr\$ 1.000,00 e 1)

R E C E I T A	RECEITA PRÓPRIA	O R I G E M			T O T A L	%
		TRANSFERÊNCIAS				
		PARTIC.TRIB. FEDERAIS	CONTRIB.DA UNIÃO	OUTRAS TRANSF.		
RECEITAS CORRENTES						
TRIBUTÁRIA	22.473.201	--	--	--	22.473.201	37,49
PATRIMONIAL	450.241	--	--	--	450.241	0,75
INDUSTRIAL	78.500	--	--	--	78.500	0,13
TRANSFERÊNCIAS	--	932.000	31.658.617	741.000	33.331.617	55,60
DIVERSAS	751.701	--	--	--	751.701	1,25
TOTAL REC. CORRENTES	23.753.643	932.000	31.658.617	741.000	57.085.260	95,22
RECEITAS DE CAPITAL						
ALIENAÇÕES PATRIMONIAIS	2	--	--	--	2	--
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	--	--	--	--	--	--
TRANSFERÊNCIAS	--	2.151.000	717.535	--	2.868.535	4,78
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1	--	--	--	1	--
TOTAL REC. CAPITAL	3	2.151.000	717.535	--	2.868.538	--
TOTAL RECEITA ESTIMADA	23.753.646	3.083.000	32.376.152	741.000	59.953.798	100,00
PARTIC. PERCENTUAL	39,62	5,14	54,00	1,24	100,00	

Fonte: CSO-SEG-DF

Tais são as considerações induzidas pelo que consta do Projeto de Lei. Entretanto, o Senhor Presidente da República, fundamentos no disposto pelo § 5º do art. 66 da Constituição, encaminhou, ao Senado Federal, Mensagem em que solicita sejam incorporados à Proposta Orçamentária do Distrito Federal recursos da ordem de Cr\$ 315.000.000,00 (trezentos e quinze milhões de cruzeiros) relativos a previsão de arrecadação da Taxa de Limpeza criada pela Lei nº 6.945, de 4 de setembro de 1981. Tal incorporação significa um aumento na Receita prevista e, portanto, na Despesa fixada, da ordem de 0,47%.

A título de esclarecimento, apresentamos a seguir a correta classificação de tais recursos, como deverão ser incorporados à Proposta inicial.

Valores a serem acrescentados na Proposta

Código	Especificações	(Em Cr\$ 1.000,00)
1000.00.00	Receitas Correntes	315.000
1100.00.00	Receita Tributária	315.000
1120.00.00	Taxas	315.000
1121.00.00	Taxas pelo Exercício de Poder de Polícia	315.000
1121.04.00	Taxa de Limpeza Pública	315.000

#### Texto da Lei

Sob tal título cabe examinar a observância formal das normas constitucionais e legais pertinentes à matéria orçamentária pelo texto do Projeto, bem como, da técnica orçamentária.

Nesse sentido, é bom lembrar o conteúdo da norma estabelecida no art. 60 da Constituição, que, determinando a estrita conformidade da despesa pública à lei orçamentária anual, proíbe que esta contenha dispositivo estranho à fixação da despesa e à previsão da receita, ressalvadas da proibição a autorização para abertura de créditos suplementares a operações de crédito por antecipação da receita e quaisquer disposições sobre a aplicação do saldo existente.

Observada esta norma constitucional, o art. 1º do Projeto estima a receita e fixa a despesa, relativas ao orçamento do Distrito Federal para o exercício de 1982, em igual montante, da ordem de Cr\$ 66.697.000,00, aí incluídas as receitas e despesas do Tesouro, dos Órgãos da Administração Indireta e das Fundações, conforme os desdobramentos previstos nos arts. 2º, 5º e 6º, e acrescido dos recursos advindos da Taxa de Limpeza Pública.

Com rigorosa observância do mandamento constitucional acima referido e, ainda, do estabelecido no art. 67 da Constituição, além das normas previstas nos artigos 7º, itens I e II, e 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, o art. 8º do presente Projeto autoriza o Governo do Distrito Federal a:

"I — Abrir créditos suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da receita orçada, fazendo uso dos recursos previstos no art. 43, § 1º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II — Tomar medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita;

III — Realizar operações de crédito, por antecipação da receita, obedecido o limite previsto na Constituição;

IV — Incorporar ao Orçamento do Distrito Federal, os Créditos Suplementares concedidos pela União, durante o exercício, respeitados os valores e a destinação programática.”

Saliente-se que o percentual explicitado no item I do art. 8º (50%) representa mais uma alteração na tradição orçamentária vez que tal taxa, até o encaminhamento ao Senado Federal da Proposta do DF, para 1981, estava estabelecido em 30%. Na tramitação desta Proposta para 1981, para emenda do Relator, a pedido do Governo do Estado, tal percentual foi elevado para 40%, que, se considerando o estatuído no item IV do art. 8º, representa em relação ao Orçamento de 1981 uma possibilidade de crédito suplementar da ordem de 83%, quase o dobro do inicialmente aprovado pelo Senado Federal, isto se considerarmos a “Arrecadação Provável” da Receita do DF no presente exercício, como indicado na página 12 do Projeto ora em exame, que deverá significar 106% a mais do que o inicialmente previsto. Se mantidos no exercício de 1982, tal incremento relativo, a possibilidade de Crédito Suplementar, considerando a taxa de 50%, se elevará, na realidade, a algo em torno de 103%, mais do que o dobro da aparente autorização dada por tal dispositivo do Projeto (50%). Ressalte-se que no Orçamento da União tal autorização está fixada em 25%.

Não foram apresentadas emendas às partes que nos coube relatar. Entretanto, a pedido do Governo do Distrito Federal, consubstanciado no Ofício nº 252/81—CS/SEG, de 6 de outubro próximo passado, do Senhor Secretário de Governo, Armando Renam D'Ávila Duarte, apresentamos duas emendas.

Uma, na parte relativa ao Tribunal de Contas do Distrito Federal procura apenas corrigir lapso ocorrido por ocasião da elaboração da proposta. Outra, na parte Relativa tem por objetivo acertar a classificação do Imposto da Renda Retido na Fonte, originalmente classificado em Receita Tributária mas, por ser tributo próprio da União, deve ser classificado como Transferências Correntes. Assim:

#### EMENDA DO RELATOR Nº 1—R

##### 0100 — Tribunal de Contas do Distrito Federal

Onde se lê:

3.1.2.0. Material de Consumo	— Cr\$ 22.000.000,00
3.1.3.2. Outros Serviços e Encargos	— Cr\$ 35.000.000,00
4.1.1.0. Obras e Instalações	— Cr\$ 50.000.000,00
4.1.2.0 Equipamentos e Material Permanente	— Cr\$ 9.000.000,00

Leia-se:

3.1.2.0 Material de Consumo	— Cr\$ 37.480.000,00
3.1.3.2. Outros Serviços e Encargos	— Cr\$ 60.480.000,00
4.1.2.0. Equipamentos e Material Permanente	— Cr\$ 18.040.000,00

#### EMENDA DO RELATOR Nº 2—R

##### Receitas do Tesouro

Onde se lê:

1112.04.04 Retido nas Fontes	— Cr\$ 257.000.000,00
------------------------------	-----------------------

Leia-se:

1415.00.00 Imposto de Renda Retido na Fonte — Cr\$ 257.000.000,00

Face ao exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 236, de 1981 — DF, nas partes relativas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, Receita e Texto da Lei, com as 2 (duas) Emendas de Relator que apresentamos, e com as alterações incorporadas por Mensagem da Presidência da República relativa à Taxa de Limpeza Pública, criada pela Lei nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, nos termos do art. 66, § 5º da Constituição.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 1981. — Lourival Baptista, Presidente — Iázaro Barboza, Relator — Bernardino Viana — Murilo Badaró — Moacyr Dalla — Adalberto Sena — Mauro Benevides.

PARECER Nº 1.009, DE 1981

Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução n.º 7, de 1981.

Relator: Senador Murilo Badaró

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 7, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Coqueiral (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 1981. — Adalberto Sena, Presidente — Murilo Badaró, Relator — João Calmon.

ANEXO AO PARECER Nº 1.009, DE 1981

Redação final do Projeto de Resolução n.º 7, de 1981.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, \_\_\_\_\_, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_\_ DE 1981

Autoriza a Prefeitura Municipal de Coqueiral, Estado de Minas Gerais, a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Coqueiral, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar empréstimos no valor global acima mencionado, junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinados à construção de 150 (cento e cinquenta) unidades habitacionais de interesse social e execução das obras de infra-estrutura necessárias, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 1.010, DE 1981

Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução n.º 205, de 1980.

Relator: Senador José Sarney

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 205, de 1980, que autoriza a Prefeitura Municipal de Santo André (SP) a elevar em Cr\$ 49.070.232,88 (quarenta e nove milhões, setenta mil, duzentos e trinta e dois cruzeiros e oitenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 1981. — Adalberto Sena, Presidente — José Sarney, Relator — Moacyr Dalla.

ANEXO AO PARECER Nº 1.010, DE 1981

Redação final do Projeto de Resolução n.º 205, de 1980.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, \_\_\_\_\_, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_\_ DE 1981

Autoriza a Prefeitura Municipal de Santo André, Estado de São Paulo, a elevar em Cr\$ 49.070.232,88 (quarenta e nove milhões, setenta mil, duzentos e trinta e dois cruzeiros e oitenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Santo André, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 49.070.232,88 (quarenta e nove milhões, setenta mil, duzentos e trinta e dois cruzeiros e oitenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar empréstimo de igual valor junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinado à aquisição e urbanização de áreas, Programa PROFILURB; e financiamento de infra-estrutura geral, infra-estrutura de serviços industriais de utilidade pública e equipamentos comunitários públicos, Programa FINC e FINEC, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 1.011, DE 1981

Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução n.º 68, de 1981.

Relator: Senador Murilo Badaró

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 68, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Florianópolis (SC) a elevar em Cr\$ 48.600.000,00 (quarenta e oito milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 1981. — Adalberto Sena, Presidente — Murilo Badaró, Relator — João Calmon.

## ANEXO AO PARECER N.º 1.011, DE 1981

## Redação final do Projeto de Resolução n.º 68, de 1981.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu \_\_\_\_\_, Presidente, promulgo a seguinte:

## RESOLUÇÃO N.º \_\_\_\_\_, DE 1981

Autoriza a Prefeitura Municipal de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, a elevar em Cr\$ 48.600.000,00 (quarenta e oito milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 48.600.000,00 (quarenta e oito milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à implantação de uma creche, um centro de formação de menor, 3 (três) postos médico-odontológicos e reforma de 11 (onze) escolas de 1.º grau, naquela Capital, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## PARECER N.º 1.012, DE 1981

Da Comissão de Redação

## Redação final do Projeto de Resolução n.º 84, de 1981.

Relator: Senador Murilo Badaró

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 84, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Castanhal (PA) a elevar em Cr\$ 149.750.046,57 (cento e quarenta e nove milhões, setecentos e cinquenta mil, quarenta e seis cruzeiros e cinquenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 1981. — Adalberto Sena, Presidente — Murilo Badaró, Relator — João Calmon.

## ANEXO AO PARECER N.º 1.012, DE 1981

## Redação final do Projeto de Resolução n.º 84, de 1981.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu \_\_\_\_\_, Presidente, promulgo a seguinte:

## RESOLUÇÃO N.º \_\_\_\_\_, DE 1981

Autoriza a Prefeitura Municipal de Castanhal, Estado do Pará, a elevar em Cr\$ 149.750.046,57 (cento e quarenta e nove milhões, setecentos e cinquenta mil, quarenta e seis cruzeiros e cinquenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Castanhal, Estado do Pará, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 149.750.046,57 (cento e quarenta e nove milhões, setecentos e cinquenta mil, quarenta e seis cruzeiros e cinquenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar uma operação de empréstimo de igual valor junto ao Banco da Amazônia S.A. este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinada à execução do Projeto CURA — Área Saúde, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## PARECER N.º 1.013, DE 1981

Parecer da Comissão

## Redação final do Projeto de Resolução n.º 91, de 1981.

Relator: Senador João Calmon

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 91, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Balsas (MA) a elevar em Cr\$ 2.722.000,00 (dois milhões, setecentos e vinte e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 1981. — Adalberto Sena, Presidente — João Calmon, Relator — Murilo Badaró.

## ANEXO AO PARECER N.º 1.013, DE 1981

## Redação final do Projeto de Resolução n.º 91, de 1981.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu \_\_\_\_\_, Presidente, promulgo a seguinte:

## RESOLUÇÃO N.º \_\_\_\_\_, DE 1981

Autoriza a Prefeitura Municipal de Balsas, Estado do Maranhão, a elevar em Cr\$ 2.722.000,00 (dois milhões, setecentos e vinte e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Balsas, Estado do Maranhão, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 2.722.000,00 (dois milhões, setecentos e vinte e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à construção de mercado público, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## PARECER N.º 1.014, DE 1981

Comissão de Redação

## Redação final do Projeto de Resolução n.º 8, de 1981.

Relator: Senador João Calmon

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 8, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Franca (SP) a elevar em Cr\$ 29.272.025,36 (vinte e nove milhões, duzentos e setenta e dois mil, vinte cruzeiros e trinta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 1981. — Adalberto Sena, Presidente — João Calmon, Relator — Murilo Badaró.

## ANEXO AO PARECER N.º 1.014, DE 1981

## Redação final do Projeto de Resolução n.º 8, de 1981.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu \_\_\_\_\_, Presidente, promulgo a seguinte:

## RESOLUÇÃO N.º \_\_\_\_\_, DE 1981

Autoriza a Prefeitura Municipal de Franca, Estado de São Paulo, a elevar em Cr\$ 29.272.025,36 (vinte e nove milhões, duzentos e setenta e dois mil, vinte e cinco cruzeiros e trinta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Franca, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 29.272.025,36 (vinte e nove milhões, duzentos e setenta e dois mil, vinte e cinco cruzeiros e trinta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A. este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinado ao financiamento de lotes urbanizados, Programa PROFILURE, e urbanização e aquisição de equipamentos comunitários de conjuntos habitacionais, Programa FINEC/FINEC, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## PARECER N.º 1.015, DE 1981

Comissão de Redação

## Redação final do Projeto de Resolução n.º 64, de 1981.

Relator: Senador João Calmon

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 64, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itatiba (SP) a elevar em Cr\$ 40.955.908,72 (quarenta milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e oito cruzeiros e setenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 1981. — Adalberto Sena, Presidente — João Calmon, Relator — Murilo Badaró.

## ANEXO AO PARECER N.º 1.015, DE 1981

## Redação final do Projeto de Resolução n.º 64, de 1981.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, \_\_\_\_\_, Presidente, promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO N.º ..., DE 1981

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Itatiba, Estado de São Paulo, a elevar em Cr\$ 40.955.908,72 (quarenta milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e oito cruzeiros e setenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Itatiba, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ .... 40.955.908,72 (quarenta milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e oito cruzeiros e setenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinado à execução de obras de infraestrutura em empreendimentos habitacionais, dentro dos Programas FINC/FIEGE e FINC/FISIP, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## EXPEDIENTE RECEBIDO

Lista nº 7, de 1981 —

Em 23 de 10, de 1981

## Convites ao Senhor Presidente do Senado Federal:

- da Faculdade de Zootécnica Veterinária e Agronomia de Uruguaiana — RS — para participar da 6ª Semana Ruralista.
- da Câmara Municipal de Diamantina — MG, para participar de sessão solene no dia 29-8-81.
- da Fundação Espacial — Recife — PE, para a inauguração da Exposição "A Conquista do Espaço Sideral".
- da Companhia Brasileira de Alimentos — Manaus AM — para inauguração do Complexo de abastecimento do Distrito Industrial e lançamento do barco Tefé.
- do Sindicato dos Contabilistas do Município do Rio de Janeiro — RJ — para as solenidades do 65º aniversário de sua fundação.
- da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança — Rio de Janeiro — RJ — para participar do 6º Encontro Nacional.
- do Colégio Eduardo Gomes, de Goiânia — GO — para participar da inauguração do Laboratório Escolar.
- do Clube dos Trinta de Inhumas — GO — para assistir a 13ª realização do festival de artes (GREMI)

## Relatórios:

- da INTERBRÁS — Brasília — DF — relatório das atividades em 1980.
- da SIDERBRÁS — Brasília — DF — Relatório da Administração em 1980.
- da SUDENE — Brasília — DF — Relatório anual de 1980
- da Companhia Siderúrgica Nacional — Rio de Janeiro — RJ — Relatório das atividades em 1980.
- da PETROQUISA — Rio de Janeiro — RJ — Relatório das atividades em 1980
- da BRASILINVEST — São Paulo — Relatório anual de 1980
- da CICA — São Paulo — SP — Relatório das atividades 80/81
- da Secretaria de Estado de Relações do Trabalho — São Paulo — SP — Boletim informativo — Janeiro a julho de 1981
- da Indústria de Fosfatos Catarinense S.A. — Florianópolis SC — Remetendo "Projeto Anitápolis SC".
- da COOPERFRON — Altamira — PA — Relatório das atividades em 1980.

## Comunicação de Eleição e Posse:

- da Federação dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito
- CONTEC — de Brasília — DF;
- da ACIR — Associação Comercial, Industrial e Rural de Ponta de Pedras — PA;
- da Federação Nacional dos Técnicos de Administração — FENAE — Brasília — DF;

— do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Caxias do Sul — RS;

## Manifestações sobre Proposta de Emenda à Constituição (Reforma Eleitoral):

- da Câmara Municipal de Patos de Minas — MG;
- da Prefeitura Municipal de Florânia — RN;
- da Câmara Municipal de Iporã — PR;
- da Câmara Municipal de Curitiba — PR;
- da Câmara Municipal de Diadema — SP;
- da Câmara Municipal de São Caetano do Sul — SP;
- da Câmara Municipal de Mauá — SP;
- da Câmara Municipal de Carapicuíba — SP
- da Câmara da Estância Turística de Poá — SP;
- da Câmara Municipal de São Caetano do Sul — SP;
- da Câmara Municipal de Suzano — SP;

## Manifestações Contrárias às alterações Propostas na Previdência Social:

- da Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal — SP
- da Câmara Municipal de Ribeirão Preto — SP
- da Câmara Municipal de Tupã — SP
- da Câmara Municipal de Piracicaba — SP
- da Câmara Municipal de São Carlos — SP
- da Câmara Municipal de Piquete — SP
- da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes — SP
- da Câmara Municipal de Catanduva — SP
- da Câmara Municipal de Suzano — SP
- da Câmara Municipal de São João da Boa Vista — SP
- da Câmara Municipal de Presidente Prudente — SP
- da Câmara Municipal de Taboão da Serra — SP
- da Câmara Municipal de Guaratinguetá — SP
- da Câmara Municipal de Nova Odessa — SP
- da Câmara Municipal de São Caetano do Sul — SP
- da Câmara Municipal de Mauá — SP
- da Câmara da Estância Turística de Poá — SP
- da Câmara Municipal de Fênix — SP
- do Prefeito Municipal de Campinas — SP
- da Associação dos Aposentados de Jundiá — SP
- do Dr. Teodoro Fernandes Mendes — de Guaratinguetá — SP
- da Câmara Municipal de Montes Claros — MG
- da Câmara Municipal de Ipatinga — MG
- da Câmara Municipal de Contagem — MG
- da Associação Comercial e Industrial da Itaúna — MG
- da Câmara Municipal de Belém — PA
- da Câmara Municipal de Recife — PE (ofícios de 14 e 27-8 e 10-9-81);
- da Câmara Municipal de Coronel Vivida — PR
- da Câmara Municipal de Quinta do Sol — PR
- da Câmara Municipal de Cruz Machado — PR
- da Câmara Municipal de Flórida — PR
- da Câmara Municipal de Marialva — PR
- da Câmara Municipal de Fênix — PR
- da Câmara Municipal de Campo Mourão — PR
- da Câmara Municipal de Bundeirantes — PR
- da Associação Comercial e Industrial de Cianorte — PR
- da Câmara Municipal de Aracaju — SE
- do Departamento Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas — SC
- do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Energia Termoeletrica de Tubarão — SC
- do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações de Florianópolis — SC
- da Associação Brasileira de Técnicos de Administração de Florianópolis — SC
- do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Termoeletrica de Tubarão — SC
- da Associação dos Industriários Aposentados na Região Sul Fluminense de Volta Redonda — RJ
- da Câmara Municipal de Frederico Westphalen — RS
- da Câmara Municipal do Rio Grande — RS
- da Câmara Municipal de Erechim — RS
- da Câmara Municipal de São Leopoldo — RS
- do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Termo e Hidroelétrica do Estado do Rio Grande do Sul de Porto Alegre — RS
- do Senhor Rivaldo Rodrigues — Membro do Diretório Municipal da 111ª Zona Eleitoral de Porto Alegre — RS

- do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Dourados — MS
- do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado de Mato Grosso do Sul, de Campo Grande — MS
- da Confederação Nacional do Ministério Público de Goiânia — GO
- CAEMP.

**Manifestações Favoráveis a Proposta de Emenda à Constituição (Imposto de Renda)**

- da Câmara Municipal de Araraquara — SP
- da Câmara Municipal de Mirassol — SP
- da Câmara Municipal de Presidente Venceslau — SP
- da Câmara Municipal de Taboão da Serra — SP

**Manifestações Contrárias ao PL nº 3.995/80 (CD), que extingue o feriado nacional de 12 de outubro.**

- da Câmara Municipal de Cruzeiro — SP
- da Câmara Municipal de Guaratinguetá — SP
- da Câmara Municipal de Ribeirão Preto — SP
- da Câmara Municipal de São Carlos — SP
- do Prefeito Municipal de São Carlos — SP
- da Câmara Municipal de São José dos Campos — SP
- da Câmara Municipal de Sertãozinho — SP
- da Câmara Municipal de Taubaté — SP

**Manifestações favoráveis ao PLC nº 77/81 que regulamenta Profissão de Fonoaudiólogos**

- do Magnífico Reitor da Universidade Católica de Pernambuco;
- da Associação Bahiana de Fonoaudiologia.

**Manifestações Contrárias ao Projeto de Lei nº 4.662/81, que regulamenta a prática da Eutanásia**

- da Câmara Municipal de Mauá — SP
- da Câmara Municipal de Mogi-guaçu — SP
- da Câmara Municipal de São José dos Campos — SP
- da Câmara Municipal de Itapeva — SP

**Manifestações sobre Projetos:**

- da Câmara Municipal de Franca/SP — solicitando informações sobre a Lei nº 38/79;
  - da Câmara Municipal de Cubatão/SP — solicitando informações sobre PLC nº 106/79;
  - da Câmara Municipal de Jundiaí/SP — sugerindo a apresentação de projeto que conceda aposentadoria aos 25 anos de serviço e concessão de adicional de risco de vida aos operadores de raio X do serviço público estadual;
  - da Câmara Municipal de Rio Claro/SP — referente à Emenda Constitucional nº 18/81;
  - da Câmara Municipal de Laranjal Paulista/SP — favorável à Emenda Constitucional nº 18/81;
  - da Câmara Municipal de Araraquara/SP — contrária ao PLC nº 1.869/79;
  - da Câmara Municipal de Presidente Bernardes/SP — solicitando que seja feita revisão na Lei Complementar nº 25, de 2-7-75;
  - da Câmara Municipal de São Paulo — favorável à PEC nº 37/81;
  - da Câmara Municipal de Recife — PE — favorável à PEC nº 37/81;
  - da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção RJ — Contrário ao PL nº 4.460/81;
  - da Câmara Municipal de Santa Maria—RS — favorável ao PL nº 32/81;
  - da Câmara Municipal de Bagé—RS — solicitando rápida tramitação do PLS nº 88/81;
  - do Superintendente da Expansão dos Negócios da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais — solicitando rápida tramitação de Projetos de Resolução;
  - da Câmara Municipal de Porto Velho—RO — solicitando rápida tramitação Projeto de Lei Complementar que cria o Estado de Rondônia.
- Diversos** — da Associação Carioca dos Advogados Trabalhistas do Rio de Janeiro — ACAT — Contrária ao PLS nº 213/80;
- da Associação dos Advogados de São Paulo — contrária ao PLS nº 300/80;
  - da Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural de Porto Alegre — RS — solicitando rápida tramitação PLC nº 82/79;
  - da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Pará — contrária ao Projeto de Lei que institui o regime sumário de Registro e Arquivamento no Registro de Comércio;
  - do Senhor Ronaldo de Souza Valente — RJ — encaminhando abaixo assinado do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações;

— da Prefeitura Municipal de Almadina — BA — solicitando providências para a extensão da Campanha da Merenda Escolar dos municípios do interior;

— da Prefeitura Municipal de Coaraci — BA — contrária à modificação na estrutura da Campanha Nacional da Merenda Escolar;

— da Câmara Municipal de Uberaba — MG — referente à comercialização de Casas Populares pelo Sistema Financeiro do BNH;

— da Câmara Municipal de Corumbá — MS — solicitando providências para que o Município seja excluído da condição de área de interesse da Segurança Nacional;

— da Câmara Municipal de Recife — PE — solicitando medidas para autorização de doações pecuniárias descontadas dos subsídios dos Senhores Parlamentares, dos membros das Assembléias Legislativas Estaduais e Câmara de Vereadores, destinadas a Hospitais;

— da Câmara Municipal de Jundiaí — SP — enviando Moção de Protesto contra a política de fixação de percentuais de reajustes das prestações do BNH;

— da Câmara Municipal de Presidente Bernardes — SP — apresentando sugestões para modificação na distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios;

— da Câmara Municipal de Taubaté — SP — solicitando providências para extinção da burocracia do Poder Judiciário em Atestados;

— da Câmara Municipal de São José dos Campos — SP — sugerindo medidas para extinção de nota fiscal;

— da Câmara Municipal de Sorocaba — SP — encaminhado cópia xerox da tese apresentada no XXV Congresso Estadual de Municípios;

— do Presidente do Sindicato Rural de Franca — SP — contrária a sistemática adotada para financiamentos da agropecuária;

— da Câmara Municipal de Santo André — SP — solicitando sejam feitos estudos para o controle dos preços dos produtos de primeira necessidade;

— da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes — SP — sugerindo providências para isenção de Passaporte para a obtenção de Carteira Profissional de Estrangeiro;

— da Câmara Municipal de Estância Turística de Poá — SP — sugerindo apresentação de projeto de lei regulamentando a aplicação dos recursos destinados aos Municípios;

— da Câmara Municipal de Estância Turística de Poá — sugerindo a concessão de descanso remunerado anual aos doadores de sangue;

— da Associação dos Advogados de Ribeirão Preto — SP — manifestação contrária à prática de intimação dos atos judiciais através da imprensa, em comarcas do interior;

— da Câmara Municipal de Mauá — SP — solicitando medidas para a revogação do uso do selo nos veículos movidos a álcool;

— da Associação Paulista de Municípios — SP — enviando cópia das matérias discutidas no XXV Congresso Estadual de Municípios, realizado em Ribeirão Preto — SP;

— da Câmara Municipal de Araraquara — SP — sugerindo elaboração de projeto que puna o tráfico de entorpecentes;

— da Câmara Municipal de Presidente Bernardes — SP — sugerindo medidas para revisão da política agrária;

— da Câmara Municipal de Osasco — SP — sugerindo medidas para o aprimoramento do sistema de obtenção da Carteira de Habilitação de Motorista;

— do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Tupã — SP — solicitando a manutenção dos Programas dos Centros Educacionais do Sesi;

— da Câmara Municipal de Curitiba — PR — manifestando apoio a representação política de Brasília;

— da Câmara de Vereadores de Joinville — SC — sugerindo a criação de um fundo para desempregados;

— do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Mogi das Cruzes — SP — solicitando medidas para a solução do problema do desemprego no País;

— da Câmara Municipal de Estrela — RS — solicitando providências para a reabertura dos pequenos e médios matadouros;

— da Câmara Municipal de São José dos Pinhais — PR — formulando consulta sobre a Lei Complementar nº 38/79.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume)** — Do expediente lido consta o Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 1981, que dispõe sobre a retribuição dos Grupos Direção e Assessoramento Superiores e Direção e Assistência Intermediárias dos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, e dá outras providências.



Nos termos da alínea B, do inciso II do art. 141 do Regimento Interno, a matéria receberá emendas, perante a primeira comissão a que foi distribuída, pelo prazo de 5 sessões ordinárias.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume)** — Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1.º-Secretário.

*São lidos os seguintes*

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 1981

**Dá nova redação ao caput do art. 55 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, Lei Orgânica da Previdência Social.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O "caput" do art. 55 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 55. As empresas que dispuserem de 30 (trinta) ou mais empregados são obrigadas a reservar de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) de cargos para atender aos casos de readaptados ou reeducados profissionalmente, inclusive aos portadores de defeito ou deficiência física, na forma que o regulamento desta lei estabelecer."

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

O projeto aperfeiçoa o preceito contido no art. 55, da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, e se inspira no fato de, internacionalmente, ser este ano dedicado ao deficiente físico. O assunto, aliás, já inspirara o Deputado Marchez n e a Câmara dos Deputados sufragara a iniciativa do atual residente da Assembléia Popular, que era semelhante à proposição ora apresentada ao exame do Senado.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 1981. — **Paulo Brossard.**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N.º 3.807, DE 26 DE AGOSTO DE 1960

**Lei Orgânica da Previdência Social.**

#### TÍTULO III

#### Das Prestações

#### CAPÍTULO XVII

#### Disposições Diversas

Art. 55. As empresas que dispuserem de 20 (vinte) ou mais empregados serão obrigadas a reservar de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) de cargos, para atender aos casos de readaptados ou reeducados profissionalmente, na forma que o regulamento desta lei estabelecer.

*(As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Saúde.)*

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 1981

**Altera dispositivo da Lei n.º 5.889, de 8 de junho de 1973, para o fim de impedir qualquer discriminação salarial baseada no sexo dos trabalhadores.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 11 "caput" da Lei n.º 5.889, de 8 de junho de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. Ao empregado rural maior de dezesseis anos é assegurado salário mínimo igual ao do empregado adulto, vedando-se, outrossim, qualquer discriminação salarial em razão do sexo do trabalhador rural."

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

Ponderando que no meio rural vem crescendo, a cada dia, o número de mulheres que enfrentam o trabalho em condições de

igualdade com os homens e até superando-os, eis que ainda precisam cuidar da casa e das crianças, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara, SP, solicita a alteração aqui projetada.

É seu objetivo — e nosso também, naturalmente — impedir que os empregadores possam, como vêm fazendo presentemente, pagar salários menores às mulheres pelo simples fato de serem mulheres.

Na verdade, a legislação em vigor não autoriza referido procedimento, mas, mesmo assim, patrões inescrupulosos continuam a se prevalecer dos preconceitos que ainda persistem no meio rural e, em função deles, pagam salários inferiores às trabalhadoras rurais.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 1981. — **Nelson Carneiro.**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N.º 5.889, DE 8 DE JUNHO DE 1973

Art. 11. A concessão das prestações pecuniárias asseguradas por esta Lei Complementar será devida a partir do mês de janeiro de 1972, arredondando-se os respectivos valores para a unidade de cruzeiro imediatamente superior, quando for o caso, inclusive em relação às cotas individuais da pensão.

*(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)*

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 1981

**Dispõe sobre a comercialização de bem móvel durável, pelo sistema de Consórcio, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O participante de grupo de consórcio para a aquisição de bem móvel durável, contemplado por lance ou por sorteio, receberá carta de crédito da Administradora, na importância do valor firmado no respectivo contrato, que lhe possibilite efetivar a referida aquisição em estabelecimento comercial de sua preferência.

Parágrafo único. Somente com expressa anuência da Administradora, o consorciado poderá adquirir bem diverso do especificado no respectivo contrato.

Art. 2.º A Administradora de Consórcio que, decorridas 72 (setenta e duas) horas do sorteio ou lance livre, não faça entrega, ao consorciado contemplado, da respectiva carta de crédito, além de ficar responsável por possíveis aumentos do preço de comercialização do produto, sujeitar-se-á ao pagamento de juros de mora, correção monetária e multa, na forma desta lei.

§ 1.º Os juros de mora e a correção monetária a que se refere este artigo incidirão sobre o valor total do bem a ser adquirido, na data do sorteio ou lance livre, corrigido mensalmente esse valor, de acordo com os índices fixados para as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN.

§ 2.º A multa referida neste artigo será de 5% (cinco por cento) ao mês, calculada, no primeiro mês de atraso, sobre o valor do bem a ser adquirido, na data do sorteio ou lance livre, e, no subsequente, sobre o montante do valor corrigido.

Art. 3.º A taxa de administração a ser cobrada dos consorciados não poderá exceder a 8% (oito por cento) do valor total do bem a ser adquirido.

Art. 4.º Quando do encerramento ou liquidação de Grupo de Consórcio, o saldo do Fundo de Reserva porventura existente em favor do consorciado participante, do desistente ou do excluído, ser-lhes-á restituído, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 1.º Para os fins deste artigo, na hipótese do credor não ser localizado pela Administradora, dentro de 30 (trinta) dias, a parcela do saldo que lhe é devida será depositada, em seu nome, no Banco do Brasil S.A.

§ 2.º O descumprimento ao disposto no parágrafo anterior constitui, além de ilícito penal de apropriação indébita, dano a ser reparado mediante aplicação de juros de mora e correção monetária.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

O empresário, de um modo geral, dispõe de meios para proteger os próprios interesses, enquanto o consumidor brasileiro não conta com uma legislação que, igualmente, o ampare.

No caso específico de consórcios para o auto-financiamento de bens móveis duráveis, os contratos de adesão impõem drásticas sanções aos consorciados, como multa de 10% (dez por cento) e juros de 12% (doze por cento) ao ano, inclusive honorários advo-

catícios, incidentes sobre as quantias em atraso superior a 30 (trinta) dias, além da possibilidade de cobrança de prestações vincendas.

De outra parte, apesar das administradoras estarem obrigadas a entregar o bem objeto do contrato ao participante contemplado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, poucas são as que o fazem, tendo em vista que nenhuma sanção lhes é imposta por essa inatencionalidade.

Outro ponto que merece reparos — e isso o presente projeto intenta corrigir — é o que diz respeito à restituição dos saldos credores do chamado "Fundo de Reserva". Como se sabe, os contratos dos consórcios de bens móveis duráveis, notadamente de automóveis, destinam 5% (cinco por cento) das mensalidades a um fundo que, uma vez quitadas todas as prestações, deveria ser rateado e devolvido aos consorciados. Dizemos deveria, porque as administradoras, tão diligentes em receber o que lhes é devido, com todos os acréscimos a que aludimos anteriormente, costumam silenciar sobre este item dos contratos, só restituindo o que pertence ao consorciado, quando por ele solicitadas.

A nossa proposição, portanto, além de tornar automática tal devolução, estabelece que, na hipótese do consorciado não ser encontrado, os seus créditos serão depositados em estabelecimento bancário oficial, impedindo, assim, que as administradoras se beneficiem de sua própria omissão.

Há até bem pouco tempo, 50% (cinquenta por cento) dos veículos automotores comercializados no País eram escoados pelas 600 empresas administradoras existentes, atingindo uma massa de 700 mil consorciados.

Hoje, como as montadoras de automóveis aumentam constantemente e abusivamente os seus preços, apesar da oferta ser maior que a procura, passando as vendas a conceder astronômicos descontos às aquisições à vista, e mantendo os preços de tabela em relação aos veículos comercializados através de consórcios, esse sistema está caindo no descrédito dos consumidores.

Tanto isso é verdade, que o percentual acima referido caiu para 40% (quarenta por cento), ou seja, para 608 mil consorciados.

Preocupado com a situação, pelo fato desse sistema de comercialização ser o responsável pela estabilidade da produção automobilística e pela manutenção dos atuais e precários níveis de empregos do setor, o governo federal, por intermédio da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, firmou um acordo com os dirigentes das associações das montadoras, revendedoras e administradoras de consórcios, estabelecendo que toda e qualquer campanha de vendas, que ofereça vantagens no preço dos veículos, seja, obrigatoriamente, estendida aos consorciados.

A medida, ao nosso ver, não soluciona o problema, uma vez que só se aplica às campanhas e não às vendas normais, quando os descontos são dados pelas próprias vendas, que reduzem a sua margem de lucro, hoje em torno de 16,5% (dezesseis e meio por cento).

Daí a importância da alteração que propomos ao sistema, com a redação do artigo 1.º do presente projeto, que permite ao consorciado, de posse de uma carta de crédito no valor do bem que pretende adquirir, escolher o estabelecimento comercial que lhe der maiores vantagens.

Só assim os consórcios deixarão de ser um engodo para o consumidor, como bem acentuou Carlos Viacava, Ministro Interino da Fazenda, para quem eles são uma instituição importante para a indústria automobilística, vez que representa mercado de compra a longo prazo, que deve permanecer no tempo.

A nossa proposição, além de proteger os consorciados, sobre os quais recai o ônus dos constantes reajustes dos preços dos veículos, enquanto os demais compradores, de maior poder aquisitivo, se beneficiam de descontos que o mercado vem oferecendo, através de cheques de devolução, parcelamento sem juros e outros mecanismos, procura restabelecer a confiança no sistema de compra por consórcio — uma criação brasileira que precisa ser preservada.

Ademais, há que se ressaltar, as alterações que propomos beneficiam não apenas os compradores de veículos, mas também os de outros bens duráveis, tais como televisores, motocicletas, tratores, caminhões e até aviões.

A vista do exposto, estamos certos de que os ilustres membros do Congresso Nacional não deixarão de dar acolhida ao presente Projeto.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 1981. — **Cunha Lima.**

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Economia.)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 1981

**Garante aos portugueses residentes no Brasil, que hajam contribuído para a Previdência Social de seu País, a contagem, no regime do Instituto Nacional da Previdência Social — INPS, do tempo de serviço computado no país de origem.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os portugueses residentes no Brasil, que hajam contribuído para a Previdência Social de seu país, terão direito a contar para efeito de aposentadoria pelo Instituto Nacional da Previdência Social — INPS, o tempo de serviço computado no regime da Previdência de seu país de origem.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

Com o presente projeto, pretendemos dar continuidade à política que garante aos portugueses que vivem em nosso País condições de igualdade com os brasileiros em geral.

Seria fastidioso, nesta oportunidade, enumerar as várias razões que justificam a presente iniciativa, ainda porque evidentes e notórias em seus fundamentos. Devemos, contudo, aduzir que, neste passo, estamos sugerindo medida que, certamente, será de grande interesse para todos os nossos irmãos portugueses que aqui, com o seu trabalho, contribuem para o desenvolvimento de nossa Pátria.

A contagem do tempo de serviço já apurado no regime de Previdência de seu país, permitiria que os portugueses lograssem, no Brasil, igual garantia à que é deferida aos brasileiros no Sistema Nacional da Previdência Social, a qual lhes faculta a possibilidade de obter aposentadoria após certo lapso de tempo de serviço.

De fato, chegando ao Brasil já com certa idade, dificilmente os nossos irmãos portugueses conseguiriam aposentar-se por tempo de serviço, uma vez que teriam de, para tal fim, trabalhar por trinta anos, no mínimo, contribuindo para a Previdência Social.

O projeto, assim, garantindo-lhes o cômputo de tempo já apurado no regime de Previdência de seu país, possibilitará uma situação de identidade com os brasileiros segurados do INPS.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 1981. — **Valdon Varjão.**

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Relações Exteriores.)

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume)** — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1.º-Secretário.

*É lida a seguinte*

23 de outubro de 1981.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 23 do corrente, para, devidamente autorizado pelo Senado, na forma do art. 36, § 2º, da Constituição e art. 44 do Regimento Interno, participar, como Observador Parlamentar, da Delegação do Brasil à XXXVI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Atenciosas saudações. — **Evandro Carreira.**

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume)** — A comunicação lida vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

*É lido e aprovado o seguinte*

### REQUERIMENTO Nº 359, DE 1981

Nos termos regimentais, requeiro que não seja realizada Sessão do Senado no dia 28 de outubro de 1981, nem haja Expediente em sua Secretaria.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 1981. — **Almir Pinto.**

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume)** — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Lourival Baptista, por cessão do nobre Sr. Senador Aloysio Chaves.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com sua realização programada para os dias 23, 24 e 25 de outubro do corrente ano, o X Festival de Arte de São Cristóvão, promovido pela Universidade Federal de Sergipe, adquiriu dimensões de acontecimento cultural de repercussão nacional, graças ao apoio recebido de órgãos governamentais da União e do Estado, das Prefeituras Municipais de São Cristóvão e Aracaju, além da excepcional colaboração da Fundação Roberto Marinho, consubstanciada na edição do Catálogo do Museu de Arte Sacra de São Cristóvão, de um conjunto de belíssimos cartazes e do filme referente ao Festival.

Digna de realce para o êxito incontestável do evento cultural de São Cristóvão, foi a dinâmica atuação de Mozart Santos, Presidente da EMSETUR e Superintendente da TV-Sergipe, e do Magnífico Reitor Gilson Cajueiro de Holanda, que conseguiram do Jornalista Roberto Marinho, o apoio da Fundação Roberto Marinho para o X Festival. Dos esforços conjugados, resultou a convergência das oportunas providências que possibilitaram ao X Festival de Arte de São Cristóvão, obter as proporções de um magno empreendimento de valorização das atividades artísticas e culturais em suas mais variadas formas.

Impossibilitado de comparecer à solenidade de abertura oficial desse Festival, hoje, desejo expressar os meus agradecimentos ao Magnífico Reitor Gilson Cajueiro de Holanda, pelo seu atencioso convite.

Aproveitando o ensejo, formulo votos pelo sucesso integral do X Festival de Arte de São Cristóvão, felicitando ao mesmo tempo os seus incansáveis organizadores.

Desejo enaltecer, de maneira especial, a colaboração prestada pelo Ministério da Educação e Cultura, pela FUNARTE, pela Fundação Roberto Marinho e pelo Governo do Estado, através da EMSETUR.

Não poderia esquecer, igualmente, os esforços do Arcebispo da Arquidiocese de Aracaju, Dom Luciano Cabral Duarte, que possibilitaram a restauração e reinauguração do Museu de Arte Sacra de São Cristóvão, — precioso relicário da memória histórica e religiosa de Sergipe.

Senhor Presidente, cumprio o dever de informar, que a Universidade Federal de Sergipe, concedeu ao Jornalista Roberto Marinho, a "Medalha do Mérito Cultural", que lhe deveria ser entregue nesta oportunidade, o que não ocorreu, em virtude do não comparecimento do agraciado, por motivos de força maior.

Essa homenagem, traduz o reconhecimento dos assinalados serviços que a Fundação Roberto Marinho vem prestando ao desenvolvimento dos programas de pesquisas, ensino e difusão cultural desse importante núcleo de ensino superior de Sergipe.

Credenciado pela contribuição levada a efeito pela referida Fundação, à preservação do patrimônio histórico, ao mesmo tempo em que promove a mais ampla divulgação das incomparáveis relíquias desse monumento nacional, que é São Cristóvão, o Jornalista Roberto Marinho, tornou-se merecedor das justas homenagens tributadas pelos estudantes e professores do Conselho Universitário de Sergipe.

Convém acentuar, que não é apenas em Sergipe que se faz notar a presença da Fundação Roberto Marinho, no âmbito da disseminação informativa, da educação e da cultura, através dos variados programas que a singularizam em nosso País, como uma pujante e insubstituível Instituição, inteiramente voltada para a integração nacional, quando informa, ensina, diverte e educa as multidões brasileiras.

A atuação modernizadora da Fundação, já ultrapassou as fronteiras nacionais, grangeando-lhe prestígio internacional, em virtude de alta categoria tecnológica e cultural das suas novelas, concertos sinfônicos e irradiação informativa dos cursos e jornais televisados, num país com as dimensões continentais do Brasil.

Mas, o interesse da Fundação Roberto Marinho, pela preservação da memória histórica nacional, é, talvez, o aspecto mais sugestivo das suas múltiplas atividades, em face do profundo significado e alcance das suas iniciativas, nessa área em que se identifica com as aspirações nacionais.

São estes os motivos que me levam à tribuna, Senhor Presidente, para fazer esta breve comunicação, a respeito do X Festival de Arte de São Cristóvão.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem! Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume, por cessão do nobre Sr. Senador Lomanto Júnior.

**O SR. JORGE KALUME** (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Brasil, dimensionando a grandeza de Alberto Santos Dumont, o proclamou no dia 19 de outubro de 1971, Patrono da Força Aérea Brasileira.

Justíssima essa homenagem, que objetiva manter no pensamento mais essa figura ímpar que soube se inscrever no rol dos pró-homens que engrandeceram a Pátria brasileira.

Se fizermos um estudo aprofundado da vida e obra desse eminente patriótico, cognominado o Pai da Aviação, veremos que o Mundo deveria e deve curvar-se ante a evidência da sua descoberta! Dir-se-ia que a humanidade deu o seu grande salto após o avião que, em verdade, aproximou os povos dos continentes, tornando-os mais fraternos e amenos.

Uma frase define toda essa inovação: "Santos Dumont fez o Brasil grande e o mundo pequeno".

Pilotou pela primeira vez seu balão no dia 4 de julho de 1898, partindo do Jardim da Aclamação, em Paris, valendo-se do mês festivo para o bravo povo francês, e certamente a escolha teve o sentido de homenagear a Nação que o acolheu com especial carinho e o estimulou a prosseguir até o triunfo final.

Pessoa predestinada ao sucesso, porque desde a sua meninice já pensava em voar. Não era apenas um sonho da própria idade, como muitos pensavam, mas uma idéia fixa que o acompanharia pela vida afora. Júlio Verne, o ficcionista, teria de ver materializados seus contos e o destino reservou essa glória para o brasileiro que trazia nas veias o sangue francês. Obstinado, pertinaz e prudente, qualidades características dos sábios, não tardaria a transformar em realidade tudo quanto almejava. E quem acompanhava a conduta modesta de Santos Dumont, jamais ousaria prognosticar o que em seu íntimo estava reservado para beneficiar a humanidade. Parecia repetir Henry Taylor:

"As relações entre a sabedoria e a bondade são muitíssimas, e é fácil compreender que estas duas virtudes não se podem separar uma da outra, não só porque a sabedoria faz os homens bons, mas também porque a bondade os torna sábios."

Para uma Nação ainda nova no concerto do universo político, como era o Brasil, o invento do brasileiro Santos Dumont contribuiu para propagar o nome desta grande pátria na época ainda quase desconhecida, apesar da sua continental superfície. Empolgado e entusiasmado com o seu êxito inicial, Santos Dumont, dentro da sua reconhecida modéstia, não se conteve e extravazou:

"O meu primeiro balão  
O menor/O mais lindo/  
O único que teve o nome: Brasil."

Passo a passo, foram sedimentando-se nele os conhecimentos aeronáuticos. Haurindo experiência com o risco da própria vida, sabia contudo que do perigo enfrentado algo de especial e benéfico surgiria para a humanidade presente, no qual se arrimaria como suporte do futuro!

Finalmente, no dia 23 de outubro de 1906, no Campo de Bagatelle, sob os olhares atônitos dos presentes, Santos Dumont, com a sua convicção de sábio, com a coragem que lhe era peculiar, com a tranquilidade dos deuses, voou além do exigido pelo regulamento, foi a 60 metros, feito nunca antes conhecido! Estava vitoriosa a idéia de voar sob controle do homem. A máquina passava, a partir daquele instante, a ser dirigida! E por isso Louis Paul Cailletet, membro do Instituto de França exclamara: "Santos Dumont foi o primeiro homem que no mundo realizou, em aeroplano, um vôo mecânico".

Uma nova fase despontava para o mundo!

Uma nova era acabava de ser inaugurada... O feito de Santos Dumont passou a ser assunto obrigatório nos encontros sociais, na imprensa, nas conferências científicas.

O carioca Eduardo das Neves entusiasmou-se e, em poucas linhas, definiu a grandeza do acontecimento que revolucionaria a ciência, fazendo surgir uma nova, a da aeronáutica. E eis os seus versos, simples na forma, porém profundos no seu conteúdo:

"A Europa curvou-se ante o Brasil  
E clamou parabéns em meigo tom.  
Brilhou lá no céu mais uma estrela  
E apareceu Santos Dumont."

Se percorrermos os 75 anos do primeiro vôo triunfal, concluir-se-á quanto progresso alcançou a aeronáutica, louvada em diversificados tipos de aeronaves, dos quais mencionarei os mais modernos, os da década de 40 até os nossos dias: "convair", "Douglas-DC3", "Constellation", "Viscont", "Electra", "Scandia", "Catalina", "Curtis", "Dart-Herald" e os modernos jatos como "Caravelle", "coronado", "Boeing" e os "Concorde". E de fabricação brasileira, que vêm alcançando sucesso como: "Bandeirante", "Universal T. 25", "Regente", "Uirapuru", "Xingu", "Xavante" e os de guerra como o "Mirage" francês, o "Phanton" americano e tantos outros das mais variadas performances.

E nessa ordem, não poderemos deixar de incluir as naves espaciais, inclusive as tripuladas, tanto americanas como russas, que têm ido a outros planetas, tudo resultante da semente lançada por Santos Dumont.

Santos Dumont é reverenciado no Brasil como um dos seus eméritos filhos, respeitado na Europa, onde se inspirou para a sua descoberta e admirado pelo mundo inteiro!

É da França, a pátria de Júlio Verne, e que acolheu o brasileiro como seu filho, é dali que veio, como num ato de predestinação, o mais sensível discípulo de Santos Dumont: Antoine de Saint-Exupéry, como ele pioneiro da aviação e poeta, autor do "Pequeno Príncipe", desaparecido no Atlântico pilotando sua aeronave.

Disse Saint-Exupéry em "Terra dos Homens":

"O avião não é um fim, é um meio. Não é por causa do avião que arriscamos nossas vidas. Não é por causa da sua charrua que o camponês trabalha. Mas, através do avião, distanciamos-nos das cidades e seus responsáveis e reencontramos uma verdade simples.

Fazemos um trabalho de homem e conhecemos as inquietações do homem. Estamos em contato com o vento, com as estrelas, com a noite, com a areia, com o mar. Esperamos a aurora como o jardineiro aguarda a primavera. Ansiamos pelo ponto de escala como uma terra prometida e buscamos sua verdade nas estrelas."

O Sr. Dirceu Cardoso — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JORGE KALUME — Ouço, com muito prazer e alegria, o nobre Senador Dirceu Cardoso.

O Sr. Dirceu Cardoso - Nobre Senador Jorge Kalume, sinto-me até um pouco constrangido em interromper o discurso de V. Exª numa hora em que está fazendo uma imagem lindíssima...

O SR. JORGE KALUME — V. Exª, está me honrando.

O Sr. Dirceu Cardoso — Eu é que me honro, apartando V. Exª. Exatamente, V. Exª está assinalando o transcurso do Dia do Aviador. Nós do Brasil, como salientou V. Exª, estamos ligados à aviação do mundo. Fomos nós que ensinamos o mundo a voar com Santos Dumont no Bagatelle que deu aquela volta na Torre Eiffel em Paris. Fomos nós, os brasileiros. Transcorreram tantos anos e nós agora estamos voltando a Paris. Quem assistiu a exposição de Le Bourget na França, da aviação, há pouco tempo, teve um impacto emocional muito grande, quando dentre a linha de aviões que o mundo ali exibiu, encontrou dois aviões brasileiros, dois tipos de aviões construídos no Brasil pela EMBRAER. Nós que ensinamos o homem a voar em Paris, estamos voltando a Paris nas asas da EMBRAER. Portanto, nada mais grato ao nosso espírito e ao nosso coração, do que V. Exª hoje relembrar o Dia do Aviador, que um País com esta extensão imensa deve tanto à Aviação brasileira. E nada mais emocionante para nós do que relembrar que fomos nós que, em Paris, em torno da Torre Eiffel, no Bagatelle, ensinamos o mundo, o homem a voar.

O SR. JORGE KALUME — Muito obrigado a V. Exª

Essa sua solidariedade, eminente colega, à homenagem que estamos prestando a Santos Dumont, muito nos sensibiliza. Mais uma vez muito obrigado.

O Sr. Bernardino Viana — Sr. Senador Jorge Kalume, por obséquio, pode me conceder um aparte?

O SR. JORGE KALUME — Com muito prazer, nobre Senador Bernardino Viana.

O Sr. Bernardino Viana — O feito de Santos Dumont aumenta ainda mais de relevo e significação quando é sabido que, na época em que desenvolveu o seu invento, o mundo não dispunha de conhecimentos científicos e tecnológicos. Os registros de antecedentes experimentais eram escassos, daí a grandiosidade de seu feito. Solidarizo-me em meu nome e em nome da Liderança com o brilhante pronunciamento de V. Exª, desejando à Aeronáutica, no dia consagrado ao Aviador, na pessoa do seu eminente e inesquecível patrono, a grandeza e a magnitude que bem merece. Obrigado.

O SR. JORGE KALUME — Muito obrigado a V. Exª. Efetivamente, nós temos que manter no pensamento, permanentemente, essa figura ímpar que se inscreveu no rol dos pró-homens que engrandeceram esta Pátria. Há uma frase que eu citei aqui e define Santos Dumont, num concurso de frases, uma pequena frase mas de alto significado que: "Santos Dumont fez o Brasil grande e o mundo pequeno". Inegavelmente ele engrandeceu o Brasil, fez o Brasil conhecido no mundo inteiro e respeitado quando o Brasil ainda era incipiente em todos os terrenos.

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JORGE KALUME — Com muito prazer, nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Jorge Kalume, neste instante aparto V. Exª para, em nome da Bancada do Partido Democrático Brasileiro, me associar a esse registro tão expressivo que V. Exª faz pelo transcurso do Dia do Aviador, com uma homenagem ao inolvidável patrono da aviação, Santos Dumont. Recordo que há poucos dias, V. Exª deleitou a Casa, com uma peça oratória magnífica realçando a passagem do cinquentenário de aviação do Correio Aéreo Nacional.

O SR. JORGE KALUME — V. Exª também.

O Sr. Mauro Benevides — Quanto a mim é bondade de V. Exª. E todos nós, seus colegas nesta Casa Legislativa, ou vimos embevecidos aquele esforço histórico excelente que V. Exª fez em torno do CAN, remontando àquele trabalho levado a efeito com tanto pioneirismo, com tanta dedicação por Casemiro Montenegro Filho, e por Lavanere Wanderley. Hoje V. Exª volta à tribuna para homenagear não apenas o Correio Aéreo Nacional, mas agora, dando uma amplitude a essa homenagem, porque focalizando especificamente a grande e incomparável figura de Santos Dumont. Portanto, eminente Senador Kalume aqui está também, neste aparte descolorido ao brilhante discurso de V. Exª, a homenagem do PMDB a Santos Dumont e à Aviação.

O SR. JORGE KALUME — Nós ficamos, mais uma vez, sensibilizados e honrados com essa manifestação do Partido de V. Exª. Inegavelmente a data é marcante. Com este voo mecânico, Santos Dumont contribuiu para marcar uma época e engrandecer este País. Muito obrigado a V. Exª

O Sr. Helvidio Nunes — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JORGE KALUME — Com muito prazer, nobre Senador Helvidio Nunes.

O Sr. Helvidio Nunes — Nobre Senador Jorge Kalume, V. Exª sempre comparece à tribuna para saudar, para homenagear as datas maiores do nosso calendário cívico. Hoje V. Exª presta uma homenagem aos aviadores, no dia que lhe é dedicado, e exalta, com muito brilho, a figura de Santos Dumont, cognominado, com muita justiça e com o maior rigor histórico, o Pai da Aviação. Nesta oportunidade, eu quero, por intermédio de V. Exª, parabenizar a todos quantos, no passado e no presente, fizeram e fazem a aviação, e no campo militar a Força Aérea Brasileira que, externa e internamente, tão bem tem sabido representar e dignificar o nosso País, na pessoa do eminente Ministro Délio Jardim de Matos. De maneira que eu parabeno V. Exª pela feliz idéia de, nesta data, exaltar, mais uma vez, o Pai da Aviação e os aviadores de todo o Brasil.

O SR. JORGE KALUME — Muito obrigado a V. Exª.

Neste dia festivo, quando nossos pensamentos se voltam para o passado, para aqueles momentos de incerteza e de ansiedade, logo, porém, concretizando o ideal que nasceu com o ser humano e foi cantado em prosa e verso nas epopéias gregas, gostaria de fazer um registro especial.

Entre os seguidores de Santos Dumont, de ontem e de hoje, representados por aqueles que têm nas cabines o seu universo, como os civis das empresas comerciais e em especial os da Aeronáutica de Guerra, que têm nele o seu guia, o seu inspirador, o seu Patrono, encontram-se tantas figuras que nos seria difícil enumerar, porém uma mencionarei como o *primus inter pares*, que deu a sua vida plena pela aeronáutica, que também, ao lado de outros abnegados companheiros, honrou a sua arma, amando o seu próximo, ajudando o Brasil e engrandecendo a sua Pátria com seu ardor cívico e com o seu acendrado patriotismo, cujo nome pronuncia nesta oportunidade com o respeito e a reverência de que se fez credor: Marechal Eduardo Gomes!

O Sr. Lourival Baptista — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JORGE KALUME — Com muito prazer.

O Sr. Lourival Baptista — Eminente Senador Jorge Kalume: No momento em que V. Exª assume a Tribuna para homenagear o Pai da Aviação, Santos Dumont, no dia consagrado ao Aviador, considero importante acentuar o relevante desempenho da Força Aérea Brasileira, para o desenvolvimento global do País. A cada dia crescem as dimensões do Ministério da Aeronáutica, no vasto Território Nacional, através de um desempenho excepcional pela sua objetividade, alta categoria dos serviços que presta à população brasileira, e extraordinária repercussão das obras e empreendimentos que realiza em todas as Unidades da Federação. Ninguém ignora o significado e alcance do Correio Aéreo Nacional — CAN, concretizando a coesão nacional. Os serviços de busca e salvamento, além da cooperação do Ministério da Aeronáutica, na defesa civil e outras atividades profundamente humanitárias, de socorro às populações insuladas pelos flagelos ou calamidades ocorrentes, constituem uma das principais realizações dos nossos intrépidos aviadores. Desde alguns anos, através de INFRAERO, vem o Ministério da Aeronáutica disseminando aeroportos e campos de pouso, os quais, no seu conjunto, contribuem para consolidar a unidade nacional, através da integração, pelo transporte aéreo, de todas as regiões brasileiras. Acredito também, eminente Senador Jorge Kalume, que depois do advento da EMBRAER, fabricando os seus próprios aviões, de caça, combate ou transporte, é que o Ministério da Aeronáutica, atingiu a sua plena maturidade, além de estabelecer as condições definitivas para implantação de uma poderosa indústria aeronáutica, indispensável à defesa nacional. Além disso, parece-me ainda muito importante e digno de realce, como sintoma daquela maturidade, de que é magnífica demons-

tração, o pleno funcionamento do Centro Técnico Aeroespacial, em São José dos Campos. Essa auspiciosa realidade, significa que, graças à clarividência, ao patriotismo e excepcional preparo de sua oficialidade, dos seus aviadores, engenheiros, técnicos e especialistas, o Ministério da Aeronáutica, possibilitou ao Brasil ingressar, na idade das tecnologias mais avançadas do mundo, no campo da eletrônica, da mecânica, e das pesquisas científicas e tecnológicas. Em poucos anos o Brasil atingiu uma posição de excepcional relevo, como é natural que tenha acontecido, na terra de Santos Dumont, pioneiro incontestável da Aviação, cuja obra extraordinária prosseguiu através de Salgado Filho e, sobretudo, do Marechal do Ar Eduardo Gomes, que o Brasil inteiro reverencia, como um dos mais autênticos heróis das nossas gloriosas Forças Armadas. Finalmente, eminente Senador Jorge Kalume, desejo inserir no texto do seu notável discurso, os meus aplausos e felicitações à Força Aérea Brasileira, congratulando-me, nesta oportunidade, com o seu ilustre Chefe, Ministro Délio Jardim de Mattos, e todos aqueles que com ele colaboraram no Ministério da Aeronáutica.

O SR. JORGE KALUME — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador pelo Estado de Sergipe, pelas suas belíssimas palavras, que também estão incorporadas e vieram abrilhantar o meu pronunciamento.

O Sr. Moacyr Dalla — V. Ex<sup>a</sup> me permite?

O SR. JORGE KALUME — Com muito prazer, nobre Senador pelo grande Espírito Santo.

O Sr. Moacyr Dalla — Muito obrigado. Na orquestração maravilhosa e uníssona de quantos o apartearam, quero eu também fazer coro. V. Ex<sup>a</sup>, fala, com muito amor. Sinto o entusiasmo de V. Ex<sup>a</sup> ao dizer da obra de Santos Dumont, e o transfere a todos nós. Isto porque, nas andanças que temos feito, sentimos perfeitamente que o Brasil se faz representar alhures pela figura respeitada e saudosa de Santos Dumont. Cortou o céu, nos levou mais perto do Criador, e quando na nossa Pátria se comemora o Dia do Aviador, nós queremos dizer a V. Ex<sup>a</sup> da nossa alegria em tê-lo na tribuna. V. Ex<sup>a</sup> faz história nesta casa, V. Ex<sup>a</sup> sabe dizer, na hora certa e oportuna, as coisas que efetivamente nós gostamos de ouvir. Não receba só a manifestação dos meus aplausos e do meu apreço, receba, sobre maneira, a certeza, mil vezes bendita, de que o Brasil se orgulha do feito de Santos Dumont, e hoje se sente agrado com o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. JORGE KALUME — Efetivamente o entusiasmo que sinto pelas datas da nossa História é transmitido pelos meus colegas, e se uso a tribuna constantemente sobre assuntos dessa natureza, é porque venho sentindo, nestes últimos anos, um indiferentismo por parte da nossa mocidade acerca dos nossos pró-homens, aqueles que marcaram época e que souberam construir esta Pátria maravilhosa, que é o Brasil. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Moacyr Dalla.

E à Aeronáutica, uma das Forças que, ao lado da Marinha e do Exército, forma o conjunto da nossa Segurança, enviamos nossa saudação, cumprimentando todos os seus bravos componentes, na pessoa do seu lítimo representante, S. Ex<sup>a</sup> o Senhor Ministro, o Tenente-Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, merecedor da nossa admiração!

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — É bem agradável à Mesa do Senado e ao Senado em si reverenciar a memória de inolvidáveis vultos da nossa Pátria, que bem souberam construí-la e dignificá-la. Não podemos, Sr. Senador Jorge Kalume, deixar de parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pelo brilhante discurso que vem de pronunciar nesta tarde em homenagem à Aviação brasileira, ressaltando nomes que representam a história deste País: Santos Dumont e o Brigadeiro Eduardo Gomes. A Mesa, com a maior satisfação, se associa a essa homenagem, na certeza de que, reverenciando com V. Ex<sup>a</sup> a memória dos inolvidáveis brasileiros, está cumprindo também o seu dever.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire.

*O SR. MARCOS FREIRE PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE:*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Affonso Camargo, para uma breve comunicação.

O SR. AFFONSO CAMARGO (Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

É, realmente, uma brevíssima comunicação, para informar à Casa que, ontem, Comissão Mista do Congresso Nacional aprovou proposta de emenda constitucional, de que somos o primeiro signatário, que visa corrigir uma flagrante injustiça existente na legislação salarial do País.

O Governo, há algum tempo atrás, reconhecendo que a inflação faz com que haja uma perda do valor real do salário dos trabalhadores, instituiu a correção semestral dos salários dos mesmos. Mas, deixou de lado uma análise mais profunda desse mesmo problema com relação ao servidor público. Então, tomamos a iniciativa, com o apoio de mais de dois terços dos Senadores e Deputados que hoje estão no Congresso Nacional, de colocar um parágrafo no art. 98 da Constituição, dizendo:

“Art. 98. ....

§ Em qualquer hipótese, os vencimentos dos servidores públicos serão atualizados obedecendo a mesma periodicidade que, na forma da lei, for estabelecida para a correção salarial dos trabalhadores em geral.”

Em síntese, o que nos levou a apresentar esta proposta, que foi aceita pela grande maioria das duas Casas, é que a inflação não acontece apenas para uma parte dos cidadãos brasileiros, inflação é um fenômeno monetário que atinge os salários de todos os cidadãos brasileiros.

Esta é a comunicação que queria fazer à Casa, na expectativa de que o Congresso Nacional, na sua independência, venha, na devida oportunidade, corrigir essa distorção que existe na legislação salarial do Brasil, dando também aos servidores públicos as mesmas condições de recuperar o valor real de seus salários. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Numa homenagem especial, nós vamos dar palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Senado do Brasil recebe, neste instante, uma visita honrosa, que marca a sua presença na galeria nobre de nossa Casa. Trata-se do eminente médico espanhol, oftalmologista, Dr. Joaquim Barraqueth, que é o diretor e proprietário da Clínica Barraqueth, em Barcelona, na Espanha, para onde têm afluído personalidades ilustres, doentes, também ilustres de todo o mundo, inclusive do Brasil. Personalidades destacadas de nosso País, inclusive o Ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República e membros ilustres do Senado, como o ilustre Senador Gabriel Hermes, lá foram buscar a luz para seus olhos. Daqui saíram com uma noite enublendo os seus olhares e de lá voltaram com os olhos claros, como o clarinar de uma nova alvorada.

O Senado recebe esta visita sensibilizado, por que a clínica Barraqueth em Barcelona, Sr. Presidente, e é digno que se registre, na sua especialidade é uma das maiores, senão a maior, do mundo! 50% dela, a metade de suas instalações são dedicadas, gratuitamente, ao serviço da pobreza. É um fato que caracteriza a função eminentemente social daquela Clínica, que tem na sua direção a figura do Professor Joaquim Barraqueth, que sucedeu ao seu glorioso pai, que também, por sua vez, sucedeu ao seu avô, numa continuidade de expressões magníficas da medicina espanhola e da medicina do mundo.

Há poucos instantes, Sr. Presidente, quando recebeu um agrado da Presidência da Casa, eu disse: Professor Barraqueth, V. Ex<sup>a</sup> recebe esta homenagem do Senado do Brasil, com o seu coração “tremblando como el corazón de la rana que los médicos põem em el frasco de vidreo”. É uma citação de Frederico Garcia Lorca, com que homenageio o ilustre Professor Joaquim Barraqueth.

O Sr. Agenor Maria — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois não.

O Sr. Agenor Maria — Senador Dirceu Cardoso, quero me congratular com V. Ex<sup>a</sup>, com o Dr. Barraqueth e a sua Clínica, por terem como princípio maior a pobreza, os mais simples, os humildes, e os pobres. Todos podem se curar na sua clínica. A ele as minhas homenagens, e a V. Ex<sup>a</sup>, na oportunidade em que dá conhecimento ao Senado e ao Brasil de que ainda existem no mundo homens dessa estirpe, os meus mais reconhecidos e dedicados préstimos. Que Deus, na sua bem-aventurança faça com que esse exemplo possa edificar as demais clínicas espalhadas por este mundo afora. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que coloca num pedestal a missão grandiloqua do Professor Joaquim Barraqueth.

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois não.

O Sr. Mauro Benevides — Senador Dirceu Cardoso, também eu desejo associar-me a esta homenagem que V. Ex<sup>a</sup> presta, em nome de todo o Senado Federal, a uma das maiores expressões da medicina em todo o mundo, o Pro-



fessor Joaquim Barraqueth. Há poucos instantes, tive a honra e o privilégio de ser apresentado a S. S<sup>a</sup> e digna esposa, por este nosso grande companheiro, Senador Gabriel Hermes, que, acompanhado de sua digna esposa, faz as honras do nosso País ao grande cientista. Portanto, neste descolorido aparte a V. Ex<sup>a</sup> a minha homenagem ao papa da oftalmologia em todo o mundo.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que exalta a missão extraordinária do Professor Barraqueth.

O Sr. Moacyr Dalla — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador.) — Em meu nome pessoal e em nome da Liderança da Maioria, quero me congratular com V. Ex<sup>a</sup> e dizer da alegria que temos em receber esta figura mundial, que é o Professor Barraqueth. Já o conheço bastante, pois tive a felicidade e a honra de casar uma filha com um aluno do ilustre Professor. Meu genro, o Dr. Hernandez Tavarato, na Clínica Barraqueth, cursou dois anos e, através da sua fala, através dos conceitos que emite sobre a personalidade do Dr. Joaquim Barraqueth e do seu trabalho, faz com que todos nós, como V. Ex<sup>a</sup>, faz muito bem nesta oportunidade, digamos da alegria que temos em recebê-lo e da grandiosidade da sua obra em favor da humanidade.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Agradeço ao nobre Senador Moacyr Dalla a expressão do seu carinho com relação ao Professor Barraqueth, que demonstra mais uma vez, Professor Barraqueth, que quando se chega a esta altura da vida não se é desconhecido em canto nenhum da terra. Em qualquer pedacinho de terra, em qualquer pedaço de chão existe sempre a gratidão de uma pessoa à obra grandiosa da Clínica Barraqueth, em Barcelona.

O Sr. Alberto Silva — Permite V. Ex<sup>a</sup> uma aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois não.

O Sr. Alberto Silva — Nobre Senador Dirceu Cardoso, quero apresentar, em meu nome pessoal e em nome do Partido Popular, os nossos cumprimentos, as nossas congratulações a V. Ex<sup>a</sup> por termos aqui conosco a figura eminente do Professor Barraqueth. Nobre Senador Dirceu Cardoso, quero situar um fato. V. Ex<sup>a</sup> não deixa passar a oportunidade, V. Ex<sup>a</sup> descobre as oportunidades, fareja as oportunidades e traz pessoas ilustres ao Plenário para receber as homenagens que devem merecer, as homenagens do Poder mais alto do legislativo brasileiro, o Senado da República. Outro dia, V. Ex<sup>a</sup> trouxe aqui uma insigne patricia que recebeu o título de "Muller do Mundo", com sua clínica de São Paulo prestando serviços aos pobres. Hoje, traz V. Ex<sup>a</sup> ao Plenário, para as nossas homenagens, a figura impar do Professor Barraqueth, que além de impar na Ciência é impar pelo serviço que presta à pobreza. Os nossos cumprimentos ao Professor Barraqueth, e minhas congratulações a V. Ex<sup>a</sup> pela lembrança.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Agradeço também o aparte nobilitante de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Alberto Silva, que interrompe a nossa ligeira alocução e que demonstra também o sentimento de humanidade de V. Ex<sup>a</sup> para com o Professor Barraqueth.

Mas, Professor Barraqueth, dizia-se o ilustre Senador Gabriel Hermes, que esteve interno na sua clínica, que nos instantes em que lá esteve viu desfilar pelas galerias da clínica americanos, argentinos, brasileiros, venezuelanos, homens de toda a América; egípcios, árabes, ingleses, franceses, homens de todo o mundo, uma verdadeira universalidade, a que a Clínica Barraqueth atendia. Portanto, esta é a missão extraordinária de V. Ex<sup>a</sup> Saúde V. Ex<sup>a</sup> como aquela mão magnífica, mão benéfica, mão de Deus que, por várias vezes, deu olhos ao mundo e deu olhos ao Brasil. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A presidência associa-se às palavras do nobre Senador Dirceu Cardoso, de homenagem ao cientista Joaquim Barraqueth; embora nascido na Espanha o cientista pertence ao mundo.

Vamos suspender a sessão para que os Srs. Senadores possam cumprimentar S. Ex<sup>a</sup>, que se encontra na galeria nobre desta Casa.

(A sessão é suspensa às 16 horas e 11 minutos e reaberta às 16 horas e 14 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está reaberta a sessão.

A Presidência comunica que resolveu antecipar, para as 14 horas do dia 27 do corrente, a sessão conjunta anteriormente convocada para aquele dia, às 18 horas e 30 minutos, destinada à continuação da discussão do Projeto de Lei nº 22/81-CN, que altera as Leis nºs 3.807, de 26 de agosto de 1960, e 6.205, de 29 de abril de 1975, fixa novo limite máximo do salário-de-contribuição, e dá providências.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 360, DE 1981

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea "c", do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 191, de 1980, de autoria do nobre Sr. Senador Affonso Camargo.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 1981. — Marcos Freire, Líder do PMDB, Affonso Camargo Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — De acordo com o disposto no art. 375, III, do Regimento Interno, este requerimento figurará na Ordem do Dia da sessão seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

Não há *quorum* para deliberação. Em consequência, as matérias constantes dos itens 1 a 22, em fase de votação, ficam adiadas para a próxima sessão. Igualmente, o item 23 da pauta fica com a discussão sobrestada, em virtude da inexistência de *quorum* para votação de requerimento.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica adiada

— 1 —

Continuação da Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 49, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 361, de 1981, com voto vencido do Senador Affonso Camargo), que autoriza o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares americanos), destinados ao Programa de Investimentos do Estado, tendo

PARECERES, sob nºs 362, 663, 664 e 987, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; 2º pronunciamento: favorável à emenda nº 1 da Comissão de Finanças, com voto vencido, em separado, do Senador Mendes Canale; e

— de Finanças — 2º pronunciamento (em virtude de documentação anexada): apresentando emenda nº 1-CF, com voto vencido dos Senadores José Fragelli, Affonso Camargo e Pedro Simon; 3º pronunciamento: ratificando parecer anterior, com voto vencido dos Senadores José Fragelli, Saldanha Derzi e Affonso Camargo.

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 12, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) a elevar em Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 13 e 14, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e  
— de Municípios, favorável.

— 3 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 15, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Alterosa (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 16 e 17, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e  
— de Municípios, favorável.

— 4 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 6, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 18, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos (SP) a elevar em Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 19 e 20, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e  
— de Municípios, favorável.

— 5 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 38, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 279, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a elevar em

Cr\$ 282.483.630,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e trinta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 280 e 281, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

— 6 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 88, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 594, de 1981), que autoriza a Escola Superior de Educação Física de Goiás a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 9.813.300,00 (nove milhões, oitocentos e treze mil e trezentos cruzeiros), tendo

PARECER, sob nº 595, de 1981, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 7 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 101, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 675, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Maceió (AL) a elevar em Cr\$ 130.213.939,45 (cento e trinta milhões, duzentos e treze mil, novecentos e trinta e nove cruzeiros e quarenta e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 676 e 677, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

— 8 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 60, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 396, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 128.968.800,00 (cento e vinte e oito milhões, novecentos e sessenta e oito mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 397, de 1981, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

— 9 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 102, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 678, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) a elevar em Cr\$ 526.716.000,00 (quinhentos e vinte e seis milhões, setecentos e dezesseis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 679 e 680, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

— 10 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 108, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 713, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a elevar em Cr\$ 10.027.899.259,79 (dez bilhões, vinte e sete milhões, oitocentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e nove cruzeiros e setenta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 714, de 1981, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 11 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 90, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 608, de 1981, com voto vencido do Senador Alberto Silva), que autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 634.053.100,00 (seiscentos e trinta e quatro milhões, cinquenta e três mil, e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 609 e 988, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido dos Senadores Hugo Ramos e Mendes Canale; e
- de *Economia* — 2º pronunciamento (reexame solicitado em plenário): ratificando o parecer anterior.

— 12 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 40, de 1981, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo do Escritor Josué Montello, referente ao ingresso do ex-Ministro Eduardo Portella na Academia Brasileira de Letras.

— 13 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 43, de 1981, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, das ordens do dia dos Ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, baixadas em comemoração ao 17º aniversário da Revolução de março de 1964.

— 14 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 268, de 1981, do Senador Marcos Freire, solicitando urgência, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 240, de 1980, do Senador Franco Montoro, que estabelece a participação de representante dos empregados e empresários na administração da Previdência Social (INPS, IAPAS e INAMPS).

— 15 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 149, de 1981, do Senador Mauro Benevides, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "O Nordeste é Vítima do Estouro do Orçamento Monetário", de autoria do economista Sérgio Machado, publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 23 de junho de 1981.

— 16 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 313, de 1981, do Senador Marcos Freire, solicitando urgência, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 1979, do Senador Humberto Lucena, que institui o seguro-desemprego, e determina outras providências.

— 17 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1981, do Senador Jorge Kalume, que dispõe sobre enquadramento de professores, colaboradores e auxiliares de ensino, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 654 e 655, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável; e
- de *Educação e Cultura*, favorável.

— 18 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 1979, do Senador Jorge Kalume, que dispõe sobre a aplicação, como incentivo fiscal, na área da SUDAM, da totalidade do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas domiciliadas na Amazônia Legal, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 204 a 207, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto em separado do Senador Aderbal Jurema;
- de *Assuntos Regionais*, favorável, com voto vencido do Senador José Lins;
- de *Economia*, favorável, com voto vencido do Senador José Lins; e
- de *Finanças*, favorável.

— 19 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 357, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os coveiros e empregados em cemitérios, tendo

PARECER, sob nº 1.006, de 1980, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela injuridicidade, com voto vencido dos Senadores Cunha Lima e Leite Chaves, e voto em separado do Senador Aderbal Jurema.

— 20 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, alterando dispositivo da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, tendo

PARECER, sob nº 1.034, de 1980, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela inconstitucionalidade.

— 21 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Se-

nado nº 146, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que isenta do Imposto de Renda o 13º-salário, tendo

PARECER, sob nº 64, de 1981, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

— 22 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons, tendo

PARECER, sob nº 1.009, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

— 23 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 40, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 318, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 319 e 320, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 309/81, do Senador Dirceu Cardoso, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Constituição e Justiça.)

#### O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Item 24:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 18, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 66, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Senhora de Oliveira a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil e cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 67 e 68, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

O Requerimento nº 345, de 1981, de autoria do nobre Senador Dirceu Cardoso, solicitava adiamento da discussão do projeto para o dia 22 de outubro. Ficou, portanto, prejudicado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

A votação fica adiada por falta de *quorum*.

#### O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Item 25:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 85, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 488, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Cubatão (SP) a elevar em Cr\$ 679.404.096,72 (seiscentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e quatro mil, noventa e seis cruzeiros e setenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 489 e 490, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

O Requerimento nº 346, de 1981, de autoria do nobre Senador Dirceu Cardoso, solicitava o adiamento da discussão do projeto para o dia 21 de outubro. Ficou, portanto, prejudicado.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

A votação fica adiada por falta de *quorum*.

#### O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Item 26:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 89, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 599, de 1981, com voto vencido, em separado, do Se-

nador José Fragelli e voto vencido dos Senadores Luiz Cavalcante e alberto Silva), que autoriza a Prefeitura Municipal de Engenheiro Navarro (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 600 e 601, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

Dependendo da votação do Requerimento nº 347/81, do Senador Dirceu Cardoso, de adiamento da discussão para a Sessão de 23-10-81.

O Requerimento nº 347, de 1981 de autoria do nobre Senador Dirceu Cardoso, solicitava o adiamento da discussão da matéria para a presente sessão. Fica, portanto, prejudicado.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

A votação fica adiada por falta de *quorum*.

#### O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Item 27:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 115, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 763, de 1981), que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinada ao programa de investimentos do Estado, tendo

PARECER, sob nº 764, de 1981, da Comissão

— de Constituição e Justiça pela constitucionalidade e juridicidade.

O Requerimento nº 348, de 1981 do nobre Senador Dirceu Cardoso, solicita o adiamento da discussão do projeto para o dia 22 de outubro. Fica, portanto, prejudicado.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

A votação fica adiada por falta de *quorum*.

#### O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Item 28:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 106, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 690, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Tamboril (CE) a elevar em Cr\$ 7.522.000,00 (sete milhões, quinhentos e vinte e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 691 e 692, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de *quorum*.

#### O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Item 29:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 126 de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 793, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Alagoinhas (BA) a elevar em Cr\$ 497.499.000,00 (quatrocentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e noventa e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 794 e 795, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade com voto vencido do Senador Hugo Ramos; e

— de Municípios, favorável.

Sobre a mesa, emenda que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lida a seguinte*

**EMENDA Nº 1**  
(Substitutivo)

**Ao Projeto de Resolução n.º 126, de 1981.**

Substitua-se a atual redação do Projeto de Resolução n.º 126 de 1981, pela seguinte:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 126, DE 1981**

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Alagoinhas (BA) a elevar em Cr\$ 392.967.320,00 (trezentos e noventa e dois milhões, novecentos e sessenta e sete mil, trezentos e vinte cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Alagoinhas (BA), nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 392.967.320,00 (trezentos e noventa e dois milhões, novecentos e sessenta e sete mil, trezentos e vinte cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto ao Banco do Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, destinado à implantação do Programa CURA, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

**Justificação**

Justifica-se a adoção da presente emenda substitutiva, pelo fato da cifra que figura no texto da Mensagem n.º 209, de 1981 (n.º 354/81, na origem), do Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional, certamente em virtude de presumível erro gráfico, não coincidir, no quantitativo que exprime, com o montante autorizado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, para o empréstimo pleiteado pelo Município de Alagoinhas.

No texto da Mensagem está mencionada a importância de Cr\$ 497.499.000,00 (quatrocentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e noventa e nove mil cruzeiros), quando a Secretaria de Planejamento se manifestou pelo atendimento parcial do pleito, de modo a permitir-se a contratação de apenas Cr\$ 392.967.320,00 (equivalente a 547.000 UPCs, ao valor de Cr\$ 663,53 a UPC).

Corrigida a discrepância acidental, situa-se o projeto, bem como a operação de crédito que ele autoriza, em plano de perfeita regularidade indispensável para que o Senado possa aprová-lo. — **Lomanto Júnior.**

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Em discussão o projeto e a emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria volta às comissões competentes para exame da emenda.

**O Sr. Dirceu Cardoso** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Para uma breve comunicação, concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

**O SR. DIRCEU CARDOSO** (Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Nesta madrugada, morreu no sul do meu Estado, no Município de Itapemirim, uma grande figura da sociedade e das classes produtoras e rurais daquele município, o Sr. Otacílio Hautequest.

Velho amigo, foi um homem de grande tradição naquele município, que é um dos mais antigos do nosso Estado, sendo uma das cinco primeiras comarcas criadas no Estado do Espírito Santo, a Comarca de Itapemirim.

Sr. Presidente, foi na casa de Otacílio Hautequest, que certa vez, no cumprimento da minha missão de advogado, adoei repentinamente. Lá, aquela família acolheu-me, e durante os dias em que estive entre a vida e a morte, (feliz ou infelizmente, Deus não me chamou naquela oportunidade), foi lá que encontrei o carinho de uma família amiga.

Não podendo comparecer ao seu sepultamento hoje, amanhã cedo, ao raiar da manhã, estarei lá em Itapemirim, para prestar as minhas homenagens à Família Otacílio Hautequest, esta figura que Deus chamou para o seu convívio, na madrugada de hoje. Esta portanto, Sr. Presidente, a minha homenagem à sua família, à Dona Edite, sua Senhora, aos seus filhos, que desempenham funções importantes no sul do Estado, as minhas homenagens de pesar pelo grande amigo que perdi, o grande filho, que Itapemirim, município tradicional do sul do Estado, vem de perder.

Eram estas as minhas manifestações de pesar nesta hora.

**O Sr. Hugo Ramos** — Sr. Presidente, para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Tem a palavra V. Exª para uma breve comunicação.

**O SR. HUGO RAMOS** (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

*O Jornal do Brasil* de hoje publica uma nota referente a um pronunciamento do Presidente do Metrô do Rio de Janeiro, segundo o qual as passagens do Metrô vão aumentar de Cr\$ 15,00 para Cr\$ 25,00.

Trata-se, Sr. Presidente, de uma obra praticamente financiada pela União. O Governo Federal tem colaborado, de forma substancial, na construção do Metrô do Rio de Janeiro. Uma obra pela qual venho lutando há muitos e muitos anos, desde o tempo em que tive a honra de pertencer à antiga Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, que tinha — como é sabido — na forma da Constituição de 1946, as funções também legislativas.

A nota revela que cerca de 400 mil pessoas, diariamente, transitam pelo Metrô do Rio de Janeiro, vale dizer, a população pobre do Rio de Janeiro vem utilizando o Metrô, dando inteira acolhida à iniciativa do nosso Governo.

Quero fazer um apelo, Sr. Presidente, ao Governo que não pertence ao meu Partido, ao Governo do Sr. Chagas Freitas, que pertence, como é notório, ao Partido Popular, para que S. Exª medite um pouco, antes de tomar esta providência de aumentar em mais 50% a passagem do Metrô do Rio de Janeiro, tendo em vista não só a colaboração do Governo Federal, como também pretende S. Exª, e esta é a razão da nota, transferir a responsabilidade desse aumento ao Governo Federal.

A nota declara que as tarifas serão levadas ao conhecimento do CIP, para que este órgão do Ministério da Fazenda venha providenciar o aumento dessas tarifas. E declara S. Exª que o cálculo das tarifas é sempre resultante de vários elementos: O custo de administração, venda e arrecadação de bilhetes, custo de depreciação de material, equipamentos, etc.

Todos nós temos conhecimento da matéria, Sr. Presidente, inclusive porque é matéria constitucional, consta da Constituição que tarifa é, inclusive, matéria regulamentar. Pode o Governo, a seu bel-prazer, de forma inclusive individual — porque não precisa nem da anuência da empresa, seja ela do Estado ou particular na exploração ou na concessão do Metrô — regulamentá-la de forma a equilibrar a receita em razão da tarifa que é consignada ao povo.

Mas é preciso considerar, Sr. Presidente, que cabe ao Metrô também a responsabilidade de arcar com parte dessa despesa. Eu diria até que é uma maneira de proteger a população, no sentido de não aumentar tanto quanto seja necessário para cobrir um déficit. Seria uma maneira de estimular a população e, ao mesmo tempo, respeitar a situação difícil em que se encontra o povo do Estado do Rio de Janeiro (*Muito bem!*) — e, evidentemente, a situação precária de todo o País.

Quero ressaltar esse aspecto, Sr. Presidente, porque inicialmente votava a favor do aumento de todos os empréstimos que eram solicitados a esta Casa para a construção do Metrô. Depois que verifiquei que este, tanto quanto os outros, adotando, inclusive, o ponto de vista do nobre Senador Dirceu Cardoso, eram elementos inflacionários, eu passei a adotar uma posição diversa; tenho votado sistematicamente contra todos os projetos, em decorrência, precisamente, deste fato.

Quero ressaltar esse aspecto, Sr. Presidente, porque o nobre Senador Dirceu Cardoso, reiteradas vezes, tem declarado desta tribuna que o Sr. Ministro da Fazenda declarou aqui, nesta Casa, no Senado Federal, que todos esses empréstimos solicitados são inflacionários. O CIP também pertence ao Ministério da Fazenda. De duas uma, ou o Governo efetivamente deseja combater a inflação, ou o ilustre Ministro da Fazenda não está em sintonia com a política do Governo. Alguma coisa está errada. Ou o Ministro está errado, ou o Governo não quer combater a inflação. Ou, efetivamente, ao declarar aqui, no Senado, que essa matéria é inflacionária, S. Exª estava cometendo um grave erro com referência à própria Administração Central do País.

**O Sr. José Lins** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Informo ao nobre Senador que não é permitido aparte.

**O SR. HUGO RAMOS** — Tenho a impressão, meu caro colega, que não posso permitir aparte a V. Exª porque estou falando para uma comunicação e o Regimento proíbe que V. Exª me aparteie. O que lamento, profundamente, porque V. Exª iria prestar mais um serviço ao Governo no sentido de proteger a incoerência do Ministro da Fazenda, isto é, o Governo que pretende combater a inflação, e do Sr. Ministro da Fazenda que vem a esta Casa declarar que todos estes empréstimos são inflacionários.

Venho lutando, Sr. Presidente, há muito tempo nesta Casa, como voz isolada, no sentido de que não compete ao Senado Federal discutir a matéria referente aos empréstimos internos, e fiz até, Sr. Presidente, um apanhado no estudo que hoje de manhã procedi, referente à Constituição, para mostrar que, no art. 15, § 3º; no art. 18, § 3º; no art. 21, § 2º, nº II; no art. 42, nº IV; no art. 69, e ainda, os auxílios do art. 13, § 5º; e o art. 65, se fala em empréstimos. E este artigo pelo qual, efetivamente, nós estamos votando todas essas matérias, não se fala em empréstimos. Daí eu estar advogando há muito tempo, que não cabe ao Senado Federal discutir e votar as matérias referentes aos empréstimos internos e até elaborei uma emenda que vou apresentar aos meus nobres colegas, no sentido de colocar nos trilhos esta matéria tão relevante, ou seja, apresentando uma emenda nos seguintes termos: aprovar, por proposta da Presidência da República, o aval da União sobre empréstimos internos oriundos dos Estados e Municípios, respeitados os quantitativos globais das suas respectivas dívidas consolidadas e inscritas.

Desta maneira acho que iríamos conciliar o problema com o pronunciamento, inclusive, dos nobres colegas que reiteram a sua posição no sentido de admitir a capacidade, o dever e, diria, a competência do Senado Federal de votar os empréstimos internos, e aqui, acolhendo esta emenda, teríamos procedido de forma a não ofender o princípio federativo que rege a nossa Constituição, ou a nossa pseudoconstituição.

Apenas, Sr. Presidente, não querendo fugir do que me trouxe à comunicação a este Plenário, quero pedir ao Sr. Governador Chagas Freitas que não aumente a tarifa do Metrô do Rio de Janeiro; que tenha consciência da gravidade desse problema, de atingir a classe mais pobre do meu Estado. Tenho a certeza de que o Governo Federal há de pronunciar-se, também, neste sentido, do contrário, daqui por diante, fica a advertência: toda vez que o Estado do Rio de Janeiro solicitar empréstimos a esta Casa não apenas votarei contra, como tenho feito, mas vou criar dificuldades regimentais, me enquadrarei perfeitamente, rigorosamente, dentro do Regimento da Casa, mas criarei as maiores dificuldades à política do meu Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

*O Sr. Moacyr Dalla* — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma breve comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Concedo a palavra, para uma breve comunicação, ao nobre Senador Moacyr Dalla.

**O SR. MOACYR DALLA** (Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Profundamente consternado, quero registrar o passamento, anteontem, na minha cidade natal, Colatina, de um grande e querido amigo: José Campostrini.

Homem afeito ao campo, proprietário agrícola, lavrador, homem da melhor qualidade possível. Poderíamos até, se a memória não nos falha, fazer uma citação de alhures: "Deus fez o homem, deu-lhe inteligência para ele conquistar o mundo". José Campostrini, Sr. Presidente, Srs. Senadores, conquistou o seu mundo através da família maravilhosa que deixou para todos nós, através do trabalho árduo na lavoura.

Perde o Senador que fala, perde o Município de Colatina e o Espírito Santo um dos grandes homens, um dos grandes benfeitores.

Endereço daqui à sua família enlutada, à minha querida amiga, Dona Diva, sua esposa, os votos mais completos de pesar.

*O Sr. Dirceu Cardoso* — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. MOACYR DALLA** — Pois não.

*O Sr. Dirceu Cardoso* — Quero associar-me com o pesar e o luto que cobre Colatina com a morte do grande cidadão que foi José Campostrini, também meu conhecido e meu amigo, amigo até de minha família. É pois, com muito pesar também que tenho a notícia veiculada pelo pesar de V. Exª e que associo, em nome dos meus familiares e no meu próprio, meu pesar também, as minhas condolências à terra colatinense, à câmara municipal, pela perda de um grande cidadão que, agora, reverenciamos.

**O SR. MOACYR DALLA** — Agradeço a V. Exª

Mas, como dizia, Sr. Presidente, a certeza mil vezes bendita de que efetivamente os justos terão um lugar de justiça, tenho certeza de que nesta hora José Campostrini estará onde efetivamente almejamos que esteja. É a manifestação do meu sentimento aos seus familiares.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardino Viana.

# **O SR. BERNARDINO VIANA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Arno Damiani.

**O SR. ARNO DAMIANI** (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há poucos dias, nesta Capital, a Confederação Nacional dos Transportes Terrestres reuniu todas as federações, sindicatos e associações de transportadores de passageiros para um exame da situação nacional dos transportes coletivos, depois dos graves acontecimentos de Salvador e Manaus. Em Salvador, cerca de 1.000 ônibus foram depredados. Alguns foram queimados. Em Manaus, cerca de 100 ônibus tiveram a mesma sorte. Embora se saiba que a agitação popular teve conscientes iniciadores, a verdade é que nada teria acontecido nessas capitais, se não existisse uma onda de descontentamento popular contra a inflação. Assim, a tarifa dos ônibus foi a causa visível das violências registradas. E a classe transportadora — à qual tenho a honra de pertencer — foi para o banco dos réus e condenada sem defesa alguma. Já há algum tempo observa-se que há uma nítida tendência a culpar a tarifa dos transportes coletivos por culpas que ela não tem. Em rigor, afirmo a V. Exª, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que não há problema tarifário. O que existe é problema de salários. O que há, realmente, é problema de poder aquisitivo dos usuários dos sistemas de transportes coletivos. Não é a tarifa dos ônibus a responsável pela perda do poder aquisitivo do povo. A tarifa é apenas um efeito dos custos com que opera o sistema de ônibus. E, nesses custos, 70% deles são salários e combustíveis e lubrificantes. Por mais bem administrada que seja uma empresa, ela pouco pode conseguir contra esses dois itens de seus custos. O setor de ônibus é um dos poucos que, por maior que seja a crise, não despede ninguém. É um dos poucos em que o consumo de combustíveis não pode ser reduzido. Quanto maior a crise, maior será a demanda de serviços de ônibus, maior a rodagem, maior a despesa com salários e combustíveis. Por outro lado, os custos de manutenção também são elevados. Desde que os fornecedores de insumos foram liberados dos controles do Conselho Interministerial de Preços, peças e acessórios, chassis, pneus e outros itens tiveram assustadores aumentos. Essa tendência ainda não sofreu reversão. Aliás, sequer ocorreu estabilização. Anexo a este pronunciamento uma comparação dos aumentos desses itens — peças, acessórios, pneus, chassis, carrocerias — no período janeiro-outubro deste ano. Anexo, também, um comparativo do período julho-outubro. V. Exªs poderão perceber que a disparada de preços não cessou. Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, entre pneus, peças e acessórios e chassis, há mais 20% de custos que estão sem o controle do sistema de ônibus. De vez em quando, ouço dizer que o sistema necessita de maior eficiência. Mas os aumentos tarifários não estão ocorrendo nesse ritmo assustador em razão de problemas de eventuais deficiências do setor. A tarifa sobe porque os insumos sobem. A tarifa é mero reflexo. E 90% dos custos da empresa transportadora, por mais eficiente que seja o transportador, estão inteiramente fora de seu controle. O custo das deficiências do setor, portanto, é incomparavelmente pequeno diante dos inevitáveis custos de salários, combustíveis, lubrificantes, manutenção e renovação de frota. O problema, portanto, não é, como disse, de tarifa. O problema é da conjuntura inflacionária. O problema é o da liberação dos preços da área do CIP. E, fundamentalmente, o problema é o do poder aquisitivo dos usuários. Ainda recentemente, o Departamento de Estudos dos Sindicatos de Trabalhadores divulgou, pelos jornais do País, um quadro comparativo dos gastos dos trabalhadores com transporte nas principais capitais do País. A leitura desse quadro é muito interessante. Nenhum trabalhador de salário mínimo gasta menos que 9% de seu salário com despesas de locomoção. Mas, no cálculo do salário mínimo, o percentual previsto para cobertura de despesas de transporte vai de zero por cento — em Goiânia, Cuiabá e Campo Grande — ao máximo de 6%. Ora, em Goiânia, um trabalhador desse nível gasta 10,5% de seu salário com passagens de ônibus. Em Campo Grande, gasta 15,4%. Em Cuiabá, 16,1%. Esses percentuais certamente vêm do tempo em que o petróleo custava dois dólares por barril e o transporte não constituía um peso considerável no salário dos trabalhadores. O problema, portanto, repito, não está basicamente na tarifa dos ônibus, que é apenas uma resposta aos custos de operação desses serviços. O problema fundamentalmente é de poder aquisitivo. Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os órgãos sindicais da classe transportadora vêm há bastante tempo estudando e sugerindo diversas medidas ao Governo. O Ministério dos Transportes tem aberto suas portas, juntamente com a EBTU, à recepção de idéias, sugestões, estudos. E o empenho do Sr. Ministro dos Transportes, preocupado especialmente com os transportes urbanos do País, tem sido muito grande. Todos juntos estamos chegando a algumas conclusões. A primeira é a de que há urgente necessidade da insti-



tução de uma lei geral sobre transportes urbanos. A classe empresarial sugeriu um Código Nacional dos Transportes Urbanos. O Ministério se inclina por um projeto menos ambicioso mas nem por isso menos eficiente: uma lei orgânica dos transportes urbanos e metropolitanos. A importância dessa lei é muito grande. O setor não poderá ser organizado com eficiência sem parâmetros gerais estáveis para operação do sistema de transportes urbanos. Uma penada de uma legislação local, embora bem intencionada, pode destruir toda uma sistemática de planejamento nacional do setor.

*O Sr. Alberto Silva — V. Exª dá licença para um aparte, nobre Senador?*

**O SR. ARNO DAMIANI —** Com muito prazer, Senador Alberto Silva.

*O Sr. Alberto Silva —* Senador Arno Damiani, estou ouvindo o discurso de V. Exª e gostaria de fazer algumas colocações no que V. Exª expõe nesta tarde, porque recebi uma incumbência do Governo Federal, em 1976, a de implantar no País, uma empresa, que se encarregasse dos transportes urbanos. Recebi, na verdade, uma lei, uma empresa no papel, e me coube implantar esta empresa no Brasil todo. E, como não podia deixar de ser, ela iniciou as suas atividades procurando estudar, realmente, qual era o problema dos transportes urbanos no País, e é evidente que muitas das conclusões a que V. Exª chega, nesta tarde, e que está expondo aí, estão, realmente, registradas lá nas diretrizes da EBTU, a começar por uma legislação adequada que pudesse dar uniformidade no País inteiro ao problema transporte urbano, como uma das coisas mais importantes que devemos levar em consideração, no conjunto de despesas de uma população como a do Brasil, País em desenvolvimento. E pela própria natureza do transporte urbano, como ele se implantou no País, através de medidas ocasionais, nesta ou naquela área, como foi o caso do Rio de Janeiro, em que, quando houve realmente necessidade de se implantar um sistema de transporte urbano, chamado transporte de massa, mais ou menos pelos idos de 1937, foram implantados os trens elétricos nos subúrbios do Rio de Janeiro, a exemplo de outros países que já têm esse sistema há muitos anos. Mas o grosso do transporte urbano do País vem dos ônibus. Realmente, podemos dizer que transporte público no Brasil, ou seja, transporte urbano no Brasil é de 80% em ônibus, 15% em automóveis e táxis e apenas 5%, ou talvez menos, em trens elétricos e metrô. De modo que, se o problema existente no País é fazer com que os ônibus trafeguem economicamente para as empresas, e de maneira estável, com as suas tarifas, para o usuário, foi sobre este problema que a EBTU dedicou o melhor da sua atenção, o melhor das suas atividades. E, na verdade, o importante, além de uma legislação, é que se dê à Empresa Brasileira de Transportes Urbanos toda a força que ela precisa, todo o apoio que ela necessita, para que, afinal de contas, ela cumpra a sua finalidade. Tive muito medo, quando aceitei a incumbência, que me deu o Presidente Geisel, de montar a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, de criar-se no Brasil mais uma sigla. Mas na verdade não o foi a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos atuou de Porto Alegre a Manaus, em todas as capitais do Brasil e em mais um sem número de cidades de porte médio espalhadas em todo o País. E devo dizer que, exatamente pela atuação da EBTU, é o transporte tido como ímpar, no Brasil, em matéria de transporte urbano, tirando o metrô, as duas Capitais: Curitiba e Goiânia. Goiânia, que não tinha transporte nenhum, tinha uma misturada de ônibus ao léu, no caos do transporte urbano, mereceu o primeiro projeto de Engenharia de Trânsito que se fez no Brasil, feito pela EBTU. Ali o transporte é racional, as tarifas são coletivas, isto é, os ônibus têm uma única tarifa que serve ao subúrbio e a parte central da cidade; e Curitiba, que já tinha um transporte exemplar, a EBTU quase que o triplicou, com recursos e tecnologia sofisticada que implantou ali. Quero congratular-me com V. Exª, Senador Arno Damiani, pelo problema que traz hoje, nesta tarde, ao Plenário, e dizer-lhe que uma das medidas, também, que a EBTU tomou, foi considerar que as empresas de ônibus têm necessidade de ser amparadas, por causa de renovação de frotas, compra de pneus, de equipamentos, etc, e que sobem, e a tarifa, realmente, não acompanha. O que a EBTU pôde fazer foi criar condições para que algumas dessas empresas, em várias capitais, tivessem meios de locomoção mais fáceis. A EBTU asfaltou, em várias capitais do Brasil, dezenas de quilômetros de pistas exclusivas para o transporte urbano, desde o Rio de Janeiro até Manaus, desde Goiânia até Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, Belo Horizonte. Mas, um dos programas da EBTU, que não sei se levaram avante, era o de manter um fundo para renovação da frota, porque o proprietário de uma empresa, a partir do quinto ano de uso do ônibus, já começa a ter prejuízo na sua manutenção. Então, a EBTU instituiu um fundo, Fundo de Renovação de Frota, a juros subsidiados, e que oferecia às empresas de transportes urbanos de várias capitais, para que comprassem os veículos, com recursos da EBTU, fazendo parte da sua própria estrutura. A EBTU financiava a aquisição de ônibus novos, no programa de renovação de frotas, e financiava oficinas modernas de manutenção de veículos, coisa que o proprietário nem sempre podia fazer, porque os investimentos eram altos. E, com isso, trazíamos alguma coisa em

socorro das empresas de transporte urbano. Mas, não era tudo. E V. Exª lembra muito bem, aí, que tem muito mais a ser atendido, tem muito mais a ser socorrido, porque, na verdade, o transporte urbano representa, no peso de quem trabalha, número muito mais alto do que o que se pensa. Ninguém pode trabalhar sem se transportar, ainda que alguém possa trabalhar sem comer. De modo que o transporte urbano é muito mais sério, mais grave para quem trabalha, do que qualquer outro item das despesas domésticas. Creio que V. Exª, tendo abordado esse assunto, gostaria que voltássemos à carga, e estarei ao lado de V. Exª, com as informações que puder dar e com alguma coisa que puder contribuir para que isso aconteça em nosso País. Parabéns a V. Exª.

**O SR. ARNO DAMIANI —** Nobre Senador Alberto Silva, agradeço a intervenção de V. Exª no meu discurso, que agora retomo:

Não se quer, com isso, uma centralização de poderes. O que a classe transportadora deseja é uma lei nacional com as regras básicas do sistema perfeitamente fixadas, definidas, como tantas leis nacionais que temos, como o Código Tributário Nacional, o Código Nacional de Trânsito, o Código Civil, o Código Penal e tantas outras. Transportes urbanos são a mesma coisa em todo o País e a estrutura de seus custos é praticamente a mesma, com pequenas variações. O combustível tem, na prática, um preço só. Os chassis, os pneus, as carrocerias. O setor precisa, portanto, de regras gerais, de padrões mais ou menos estáveis, sem os quais não se conseguirá maior eficiência nem maior controle dos custos. Essa medida, porém, é uma medida de médio prazo. A classe transportadora a aguarda com ansiedade. A curto prazo, porém, são inadiáveis algumas providências de contenção dos custos: o déficit da conta de petróleo não deve assustar o País, os sistemas de transportes coletivos consomem apenas 8% do total de combustível consumido em todo o território nacional, para transportar trinta milhões de pessoas por dia.

Logo, essa foi uma das importantes conclusões da reunião promovida pela Confederação Nacional dos Transportes Terrestres — a contenção de preços dos insumos deve começar pelo diesel. Não se trata de subsídio, como se falou inicialmente, nem de fornecimento de diesel a preços de custos, mas de manter os atuais preços estáveis por um ano, até que decline o processo inflacionário. Essa medida está ao alcance de todos nós.

Outra providência urgente pode ser tomada através do falado “vale-transporte”. O Deputado Victor Faccioni acaba de apresentar um projeto bastante completo a esse propósito. A maior parte dos usuários poderá vir a ser beneficiada se esse projeto for aprovado. Ele amplia a possibilidade do uso do “vale” para estudantes, dependentes de empregados; para domésticas; para funcionários de baixa renda. E vai mais longe: autoriza o Poder Executivo a criar deduções do Imposto de Renda para favorecer a esquecida classe média deste País, que também tem seu orçamento doméstico incrivelmente sacrificado com as despesas de transporte de seus filhos para a escola. Para compensar a perda tributária desses incentivos, o projeto do Deputado Victor Faccioni autoriza o Poder Executivo a estabelecer uma taxa adicional sobre lucros extraordinários. Assim, o “vale-transporte” passa a ser um instrumento de redistribuição de rendas. Essas medidas, se forem aliadas a um severo controle dos fornecedores dos insumos, poderão aliviar a pressão que a tarifa dos ônibus, sem culpa alguma da classe transportadora, vem exercendo sobre os salários do povo.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, manifesto minha preocupação, como transportador que sou, a respeito de uma das medidas anunciadas pelo Ministério dos Transportes, relacionada com o INPC. As notícias da imprensa dizem que a tarifa dos ônibus vai ter como teto, como limite, o percentual do INPC. Ou seja: não poderão os preços dos ônibus serem superiores aos índices do INPC.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse limite só poderá funcionar se for geral, isto é, se valer para o diesel, para as peças e acessórios, para os chassis, para os pneus e assim por diante. Se isso não ocorrer, a classe transportadora correrá o risco de um achatamento tarifário que tem como consequências, normalmente, a perda de qualidade dos serviços, o envelhecimento dos veículos, o mau atendimento. A idéia de fixar limites não é má. Mas esses limites só poderão trazer boas consequências para o sistema de transportes públicos e para os usuários se eles valerem para todos. Na proporção com que vêm subindo os custos, como os quadros anexos mostram, a fixação de limites pelo INPC apenas para a tarifa não resolverá o problema básico, que não é tarifário, como sustentei desde o início deste pronunciamento. O INPC tem um método de cálculo completamente diferente do cálculo da tarifa.

Com essas reflexões, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que me despeço do convívio de V. Exª em razão do término do exercício de minha suplência nesta Casa do Povo.

*O Sr. Bernardino Viana — V. Exª me concede um aparte?*

**O SR. ARNO DAMIANI —** Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Bernardino Viana — Caro Senador Arno Damiani, neste momento em que V. Exª faz o seu discurso de despedida, por esta temporada em que tanto honrou esta Casa com sua bondade, austeridade sem afetação, espírito solidário com seus pares, quero em meu nome e em nome da Liderança do nosso Partido agradecer a V. Exª os relevantes serviços que prestou à nossa causa, e desejar a V. Exª e a sua digníssima família nossos votos de felicidade e prosperidade.

O SR. ARNO DAMIANI — Nobre Senador Bernardino Viana, agradeço, comovido, as palavras generosas de V. Exª. Muito obrigado, nobre Senador.

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Exª, nobre Senador?

O SR. ARNO DAMIANI — Com muito prazer, nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Arno Damiani, gostaria também de saudar a presença de V. Exª na Tribuna do Senado Federal, neste instante, e recalçar, da mesma forma com o fez o seu companheiro de Bancada, o Senador Bernardino Viana, o espírito público que V. Exª evidenciou, ao longo de sua permanência nesta Casa, no exercício do mandato de que é titular o nobre Senador Lenoir Vargas. Na convivência que mantivemos, quer no Plenário do Senado, quer nos trabalhos em que dedicamos no âmbito das Comissões Técnicas, V. Exª deu provas bastantes de sua clarividência, do seu descortino e, sobretudo, do seu espírito público. Santa Catarina, durante esse espaço de tempo, teve um representante à altura das suas melhores tradições democráticas.

O SR. ARNO DAMIANI — Nobre Senador Mauro Benevides, profundamente agradecido pela sua intervenção; pelas suas palavras generosas a respeito da minha permanência por este período nesta Casa. Muito obrigado.

Continuo, Sr. Presidente:

Confio em que V. Exªs aprofundarão seu interesse pelos problemas de transporte coletivo. As cidades andam sobre rodas. O povo necessita de um bom sistema de transporte. Faço votos que o Congresso contribua para isso.

Sr. Presidente, peço-lhe que autorize a juntada dos ofícios que a Confederação Nacional de Transportes Terrestres dirigiu, em 8 do corrente, aos Srs. Ministros Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dr. João Leitão de Abreu, e ao do Estado dos Negócios de Transportes, Prof. Eliseu Resende, a este meu pronunciamento, para que dele façam parte integrante. (Muito bem!)

(DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ARNO DAMIANI EM SEU DISCURSO: —

#### TRANSPORTE COLETIVO VARIAÇÃO DE PREÇOS

Componentes de Veículos Automotores.	Janeiro 1981	Outubro 1981	%
<b>CARROCERIA:</b>			
Carroceria de ônibus LPO .....	995.000	1.770.000	77,88
Alumínio (chapa lisa) kg .....	272	465	70,95
Tinta p/pintura (lt.) .....	625	1.314	110,24
<b>PNEUS E COMPONENTES:</b>			
Pneu 900 x 20 .....	15.435	30.908	100,24
Câmara de ar 900 x 20 .....	918	1.734	88,88
Recapagem de Pneu 900 x 20 .....	4.185	7.735	84,82
<b>COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES:</b>			
Óleo Diesel (lt.) .....	18.7087	40.0797	114,23
Óleo Lubrificante (lt.) .....	75	148	97,33
<b>PRINCIPAIS PEÇAS DE REPOSIÇÃO:</b>			
Chassi ônibus LPO .....	1.072.000	3.029.747	182,62
Jg. Embuchamento de direção .....	8.898	19.910	123,75
Jg. Rolamentos dianteiros .....	5.222	12.529	139,92
Roda completa s/anel .....	9.142	19.061	108,49
Conj. Coroa e pinhão .....	15.838	11.790	163,85
Tambor de freio .....	5.352	15.211	184,21
Jg. de Lona de freio .....	3.501	6.410	83,09
Cilindro mestre Duplo .....	7.877	18.897	139,90
Patim do freio .....	1.864	6.843	267,11
Braço da direção .....	3.192	7.106	122,61
Radiador de refrigeração .....	27.634	50.616	83,16
Jg. Rolamentos da caixa .....	9.912	26.545	167,80
Cabeçote de cilindros .....	31.698	76.038	139,88
Virabrequim do motor .....	61.126	158.230	158,85
Platô de embreagem .....	5.019	12.030	139,68

Componentes de Veículos Automotores.	Janeiro 1981	Outubro 1981	%
Rolamento da embreagem .....	1.990	3.642	83,01
Jg. de Biela do Motor .....	23.737	56.939	139,87
Compressor de ar (vazio) .....	3.879	10.323	166,12
Jg. Feixes de molas dt .....	26.276	57.536	118,96
Jg. Feixes de molas tz .....	39.009	123.598	216,84
Jg. Suportes de molas .....	15.773	36.964	134,34
Rolamento do cardã .....	883	2.122	140,31
Cruzeta do cardã .....	2.843	6.843	140,68
Bateria 12 volts LPO .....	15.066	27.595	183,16
Válvula do freio (Hidro-Ar) .....	14.677	43.560	196,79
Comando de válvulas .....	10.001	27.126	171,23
<b>LINHA BOSCH — DIESEL ELÉTRICA:</b>			
Bomba injetora completa .....	98.850	221.828	124,40
Motor de arranque completo .....	24.813	51.981	109,49
Alternador completo .....	19.152	38.460	100,81
<b>MÃO DE OBRA (operacional)</b>			
Salários .....	13.204,80	30.808,80	133,32

#### Canoas, 10 de outubro de 1981 TRANSPORTE COLETIVO VARIAÇÃO DE PREÇOS

Componentes de Veículos Automotores.	Julho 1981	Outubro 1981	%
<b>CARROCERIA:</b>			
Carroceria de ônibus LPO .....	1.655.000	1.770.000	9,94
Alumínio (chapa lisa) kg .....	417	465	11,51
Tinta para pintura (lt) .....	1.146	1.314	14,65
<b>PNEUS E COMPONENTES:</b>			
Pneu 900 x 20 .....	28.619	30.908	8,00
Câmara de ar 900 x 20 .....	1.606	1.734	7,97
Recapagem de pneu 900 x 20 .....	6.640	7.735	16,49
<b>COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES:</b>			
Óleo Diesel (lt) .....	40.0797	40.0797	—
Óleo Lubrificante (lt) .....	113	148	30,97
<b>PRINCIPAIS PEÇAS DE REPOSIÇÃO:</b>			
Chassi de ônibus LPO .....	2.210.000	3.029.747	37,09
Jg. Embuchamento de direção .....	16.770	19.910	18,72
Jg. Rolamentos roda dt .....	10.554	12.529	18,71
Roda completa s/anel .....	16.056	19.061	18,71
Conj. Coroa e pinhão LPO .....	35.201	41.790	18,71
Tambor de freio .....	12.813	15.211	18,71
Jg. Lona de freio .....	5.400	6.410	18,70
Cilindro mestre Duplo LPO .....	15.918	18.897	18,71
Patim do freio .....	5.764	6.843	18,71
Braço da direção .....	5.986	7.106	18,71
Radiador de refrigeração .....	42.635	50.616	18,71
Jg. Rolamentos da caixa .....	22.360	26.545	18,71
Cabeçote de cilindros .....	64.049	76.038	18,71
Virabrequim do motor .....	133.280	158.230	18,71
Platô de embreagem .....	10.142	12.030	18,61
Rolamento da embreagem .....	3.068	3.642	18,70
Jg. Bielas do motor .....	47.961	56.939	18,71
Compressor de ar (vazio) .....	8.695	10.323	18,72
Jg. Feixes de molas dt .....	48.464	57.536	18,71
Jg. Feixes de molas tz .....	104.109	123.598	18,72
Jg. Suportes de molas .....	31.136	36.964	18,71
Rolamento do cardã .....	1.788	2.122	18,68
Cruzeta do cardã .....	5.764	6.843	18,71
Bateria 12 volts LPO .....	23.244	27.595	18,71
Válvula do freio (Hidro-Ar) .....	36.751	43.560	18,52
Comando de válvulas .....	22.849	27.126	18,71
<b>LINHA BOSCH — DIESEL ELÉTRICA:</b>			
Bomba injetora completa .....	201.662	221.828	10,00
Motor de arranque completo .....	47.255	51.981	10,00
Alternador completo .....	38.460	38.460	—
<b>MÃO DE OBRA (operacional)</b>			
Salários .....	21.576,00	30.808,80	42,79

Canoas, 10 de outubro de 1981.

### "TRANSPORTE PESA CADA VEZ MAIS NO ORÇAMENTO DO TRABALHADOR

Levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos em seu Informe Estatístico nos mostra que o custo do transporte pesa cada vez mais no orçamento da família trabalhadora, em funções do repasse dos reajustes nos preços do óleo diesel por parte dos empresários transportadores, onerando o preço das tarifas.

O levantamento do Dieese, feito com a colaboração dos Sindicatos, abrangeu os preços de passagens de ônibus urbanos nas capitais brasileiras, constatando que, no Rio de Janeiro, quem ganha salário mínimo gasta 20,7% do ordenado somente com transporte, em Brasília, a parte do salário comprometida com transporte é de 20,1%. Depois, aparecem Cuiabá, com 16,1%, e Campo Grande, 15,4%. As cidades onde se gasta menos em condução são Florianópolis, 9,5%; Maceió e Aracaju, 9,7%.

Para o levantamento, o Dieese considerou 50 passagens por mês ida e volta durante 25 dias, os domingos foram excluídos de um bairro operário até o centro da cidade. "Isso pressupõe que os trabalhadores usam apenas uma condução por dia. No entanto, há pesquisas mostrando que, geralmente, o trabalhador paga mais de duas passagens por dia, ou seja, a despesa que aparece no 1 é o mínimo que se gasta".

Segundo o Dieese, em nenhuma capital o trabalhador de salário mínimo gasta menos de 9% do ordenado em condução, "o que demonstra, mais uma vez, como a lei que estabelece o salário mínimo no Brasil é inadequada. Segundo essa lei, os gastos com transporte deveriam ser de até 6% do salário. Mais chocante, ainda, é que, em algumas capitais, como é o caso de Campo Grande, Cuiabá e Goiânia, a lei não prevê que o trabalhador tenha despesas com transportes".

Capitais	Preço da passagem	Distância	Custo de 50 passagens	Sal. % mínimo do custo 30 passagens	% definido no decreto gover- namental
Aracaju (SE)	13,00	9	630,00	9,7	1
Belém (PA)	18,00	8	900,00	12,6	4
B. Horizonte (MG)	24,00	15	1.200,00	14,2	1
Boa Vista (RR)	20,00	5	1.000,00	14,0	6
Brasília (DF)	34,00	15	1.700,00	20,1	6
Campo Grande (MS)	22,00	9	1.100,00	15,4	0
Cuiabá (MT)	23,00	6	1.150,00	16,1	0
Curitiba (PR)	17,50	15	875,00	10,2	1
Florianópolis (SC)	16,00	6	800,00	9,5	1
Fortaleza (CE)	17,00	10	850,00	12,7	3
Goiânia (GO)	15,00	15	750,00	10,5	0
João Pessoa (PB)	15,00	8	750,00	11,2	1
Macapá (AP)	20,00	5	1.000,00	14,0	4
Maceió (AL)	13,00	7	650,00	9,7	1
Manaus (AM)	16,00	10	960,00	11,2	6
Natal (RN)	18,00	7	900,00	13,4	1
Porto Alegre (RS)	22,00	10	1.100,00	13,00	3
Porto Velho (RO)	20,00	7	1.000,00	11,00	6
Recife (PE)	18,00	10	900,00	12,6	5
Rio Branco (AC)	15,00	5	750,00	10,5	1
Rio de Janeiro (RJ)	35,00	26	1.750,00	20,7	6
Salvador (BA)	21,00	8	1.050,00	14,7	1
São Luís (MA)	17,00	16	850,00	12,7	1
São Paulo (SP)	22,00	25	1.100,00	13,0	4
Teresina (PI)	18,00	4	900,00	13,4	2
Vitória (ES)	22,00	13	1.100,00	13,00	1

Levantamento feito na 1ª semana de setembro/81.

Correio do Povo de 4-10-81.

### CONDEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES TERRESTRES

Brasília, 8 de outubro de 1981.

Ao Exmº Sr.  
Professor Eliseu Resende  
M.D. Ministro do Estado dos Negócios de Transportes  
Brasília—DF

Ref. Segurança Pública. Graves agitações em algumas capitais, tendo como pretexto reajustamento das passagens de ônibus. Pilha-

gem e destruição de caros equipamentos. Necessidade de providências governamentais urgentes para conter o preço dos transportes urbanos e evitar a disseminação do tumulto e desordem.

Senhor Ministro:

No dia 20 de agosto como é do conhecimento de V. Exª, a tranquilidade da capital Baiana, Salvador, foi sacudida por greve e generalizada desordem, provocada por agitadores, para tanto previamente concertados e tendo como pretexto normal e rotineiro reajustamento dos preços das passagens de ônibus urbanos naquela cidade.

Com efeito, na tarde daquele dia, de um instante para outro e como se fosse à voz de comando único, bandos predominantemente de jovens, passaram a depredar, em todos os seus itinerários, os coletivos que transportavam o povo, apedrejando-os, talando-os, e mesmo incendiando-os, perdurando o tumulto até horas tardas da noite.

Não se limitaram, contudo, tão só àquele dia, os atos predatórios da frota urbana, já que se repetiram e prolongaram por toda uma semana e passando no fim, até a constituir diversão de desordeiros que, de montes arrumados à beira das calçadas, arremecavam matoações contra os veículos, obstinadamente mantidos nas ruas pelas transportadoras, visando atender às necessidades de transporte dos que apesar de tudo, tinham que trabalhar.

Em consequência parte considerável daquela frota encontra-se inutilizada e parte trafega ostentando as cicatrizes da predação: com as janelas sem vidros, os bancos quebrados e rasgados, as carrocerias cheias de massas e as pinturas a deixarem ver as chapas nuas.

Pois, para conjurar o tumulto, evitar o descalabro que, por tanto tempo, afligiu a vida de uma enorme população e tantos prejuízos causou, não tiveram as autoridades encarregadas da manutenção da ordem, em Salvador, nem força, nem talvez disposição para a ação enérgica que se fazia necessária.

A desordem lavrou infrene.

É melancólico dizer, Exª, que, em nada, contribuíram os responsáveis pelo transporte — os concessionários do serviço — para a explosão da fúria destruidora, pois nada mais fizeram que cumprir determinação expressa daquelas mesmas autoridades: cobrar do povo, as tarifas atualizadas por força dos compulsórios aumentos de salários dos seus empregados, dos aumentos dos preços do combustível autorizados pelo Conselho Nacional do Petróleo, dos aumentos do custo dos veículos, das peças, dos pneus, dos serviços e dos impostos, vindos todos com a chancela do poder Público.

Pois não havendo contribuído para o desencadear da insatisfação orientado pelos agitadores e sendo as únicas a sofrerem prejuízos com a desordem, já estão sendo intimados para, em prazo certo e exíguo, reparar os veículos depredados, como se tal não exigisse recursos de que não podem dispor.

Mas a desordem e a anarquia não ficaram tão só em Salvador e instauraram-se, com a mesma violência, a mesma fúria, em Manaus, seguindo-se a reivindicações de salários dos operadores de ônibus que as tarifas não permitiram atender.

E, como os aumentos de salários dos operadores dos serviços, as alterações de preços de todos os demais insumos continuarão a entrar em vigor em todo o País, gerando, conseqüente e repetidamente, em todas as grandes cidades brasileiras, os reajustamentos de tarifas, é de se temer, e de se recear, é de se prever que, nelas todas, se repita e até mais ameaçador à ordem pública, à segurança das instituições, o quebra-quebra de Salvador.

Porque a verdade, Exª, mesmo abstraído o insuflamento dos agitadores, é que a população urbana dos nossos maiores centros, a população ordeira que do seu trabalho vive, já está ela também, preocupada e descontente, pois que já não vai mais dispendo de recursos para fazer frente aos preços sucessivamente reajustados da condução, a cuja utilização não pode fugir se tem que trabalhar.

Esse grave e até agora incontrolado desajuste, já de há muito tempo, vem sendo denunciado pelos transportadores aos poderes públicos e, especificamente, a esse Ministério e à Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, perante os quais sempre proclamaram o fato de que nenhum proveito colhem com tais atualizações tarifárias.

Ao contrário, sofrem prejuízo, já que mais não fazendo do que repassar, nas tarifas, os precisos aumentos de custo que lhes refogem ao controle, assistem, impotentes, ao esvaziamento dos seus ônibus, à fuga da sua clientela tangida pelos preços que não podem enfrentar.

Então, Exª, para que os recursos do povo lhe permitam o uso do transporte, para que o preço deste não continue no mesmo ritmo de ascensão, para que a ordem e a tranquilidade não permaneçam sendo, a cada reajustamento tarifário, perturbado, impõe-se o estudo, a escolha, a utilização de

meios, a tomada de providências, todas de alçada do Governo Federal, para que seja contido aquele preço ou, pelo menos, diminuída a sua batida ascensional.

Por diversas feitas, nestes últimos tempos, a Confederação Nacional dos Transportes Terrestres, as Federações Regionais que nela se congregam, os Sindicatos e Associações de Classe dos Transportadores de todo o Brasil, tem mantido contato, em Brasília, com as autoridades dos mais altos escalões governamentais, às quais toca planejar e gerir a economia do País e especificamente o nosso sistema de transporte.

E estudos e memoriais, sugerindo medidas para reduzir custos e despesas e evitar o encarecimento de transporte, têm sido repetidamente apresentados.

Talvez, as dificuldades na apreciação de algumas sugestões ou o fato de estar a atenção das autoridades concentrada em outros problemas de igual monta e até de maior gravidade tenha impedido ou feito demorar sua atuação para exercício de controle dos pneus que encarecem os serviços de condução.

Mas o descontentamento popular tão explosivamente manifestado em Salvador e Manaus como também ameaçado em Belém, São Luís, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre parece indicar que já é tempo de se estudarem e adotarem rápidas providências que garantam a tranquilidade pública, pelo oferecimento, a preços viáveis, do transporte urbano ao homem que trabalha.

Entre tais providências estão as que foram objeto de estudos e memoriais já submetidos à apreciação desse Ministério pelos transportadores e suas entidades de classe:

— Postulando o congelamento de preços do óleo diesel, o combustível do transporte terrestre, assim como foi contido pelo Governo o preço do "jet fuel", combustível do transporte aéreo.

— Sugerindo a expedição de um Código Nacional de Transporte Urbano que confira a essa atividade, em todo o país, tratamento uniforme e coerente, no que toca à implantação racional dos serviços, ao regime da contratação dos mesmos, ao seu aperfeiçoamento com o aprimoramento também do pessoal que hoje os dirige e opera, à regularidade dos procedimentos tarifários e que, acima de tudo, objetiva a prestação de um transporte regular e eficiente a custos reduzidos.

— Propondo estudos, com bases nos quais se especifique legislação do "vale transporte", através da qual o empregador adquiriria, para seu empregado, por processo mais econômico, a prestação do transporte.

— Aventando o fornecimento de combustível aos transportadores, pelo mesmo preço cobrado aos postos de serviço e facultando-se-lhes prazo razoável para pagamento das faturas.

— Sugerindo providências que ensejem aos transportadores a aquisição direta de veículos dos seus fabricantes e se valerem de linhas especiais de financiamentos para tais produtos.

— Propondo o reexame da carga Tributária e parafiscal que pesadamente recai sobre o transporte urbano para o efeito de aliviá-lo dos gravames mais onerosos ou precariamente retidas para o próprio erário e, por fim, recomendando a expedição de normas legais que venham disciplinar, com rigor, o fornecimento de passes gratuitos ou de passagens com abatimento, vez que tal regalia converteu-se ultimamente, no setor Municipal, em privilégio que, sem qualquer controle e muito acima das reais necessidades dos favorecidos, está sendo indiscriminadamente utilizado.

Providências todas de alçada desse Ministério que efetivamente contribuirão, elas sim, para baratear em até 40% dos custos dos Transportes Urbanos e trazer-lhes alto grau de eficiência. E que, ao ver dos transportadores e de suas entidades de classe, *data venia*, poderão surtir aqueles efeitos ao reverso de recomendada mas não precisada racionalização que, mesmo expressa, a nada conduz em matéria tarifária, tanto mais quanto a longa experiência dos transportadores sua decidida aplicação à atividade quase exercem, já lhes permite desempenhá-la em condições ideais de eficiência, regularidade e economia, dentro das limitações que as contingências atuais lhes impõem. Racionalmente, portanto.

E, como já se disse, é absolutamente necessário, fazendo-se-o, com diligência e celeridade, que o preço do transporte para o trabalhador seja posto a nível compatível com a sua economia.

Quando mais não seja para que não se repitam os acontecimentos de Salvador e de Manaus, já que, a lavrarem o tumulto e a desordem, em todas as nossas metrópoles, toda a vez que a inflação impuser reajustamento de preços — e ela ainda os vai repetidamente impor durante muito tempo — teremos as instituições e o País virtualmente mergulhados no caos.

Na expectativa de que V. Ex<sup>a</sup>, administrador operoso, de rara competência e invulgar sendo de responsabilidade, dará às reivindicações já formuladas pelas entidades de classe o atendimento que merecem, nas graves opções a serem tomadas na área do seu Ministério e lhes conferirá a prioridade que o in-

teresse público lhes está a creditar, aproveitamos o ensejo para renovar a V. Ex<sup>a</sup>, nossos protestos de admiração e respeito.

Confederação Nacional dos Transportes Terrestres. — *Fortunato Peres Júnior*, Presidente — Federação das Empresas de Transportes Rodoviários do Estado do RS — Federação das Empresas de Transportes Rodoviários do Norte e Nordeste — Federação das Empresas de Transportes Rodoviários do Leste-Meridional do Brasil.

Brasília, 8 de outubro de 1981.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Doutor João Leitão de Abreu  
Digníssimo Ministro Chefe da Casa Civil  
Presidência da República  
Brasília

Senhor Ministro:

Pedem as entidades signatárias que Vossa Excelência seja portador, perante o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, desta manifestação das graves apreensões que assaltam o espírito da classe transportadora de pessoas, de norte a sul do País.

Nem bem concluída a reunião em que as signatárias efetuavam uma avaliação nacional da situação dos transportes coletivos, foram elas surpreendidas com notícias da imprensa de que estaria iminente um novo aumento dos preços dos combustíveis. Depois dos acontecimentos de Salvador e Manaus e de indícios de insatisfação popular sentidos em várias outras cidades, um novo aumento de combustível, ferindo um sistema que consome apenas 8% do total de combustível consumido no País, parece um desafio à capacidade de resistência aos trinta milhões de usuários — especialmente urbanos — aos quais, mais dia, menos dia, será o aumento repassado.

Pedem, por isso, a Vossa Excelência que leve ao Sr. Presidente da República o apelo da classe transportadora para manter contidos os preços dos combustíveis pelo menos durante um ano — a fim de o Governo ser absolvido, perante os usuários e a própria opinião pública, desse anunciado aumento sobre um item que constitui o segundo custo, depois do de pessoal, na planilha dos transportes coletivos.

O fato da existência de déficit na conta de petróleo não justifica esse agravamento de profundas consequências na economia do povo. Quase todas as atividades do Governo, por natureza e definição, são deficitárias, como a Justiça, a Legislação, as Forças Armadas, a Função Pública. Os impostos gerais, arrecadados pelo Governo, de toda a comunidade nacional, existem justamente para atender a atividades nas quais os fins sociais dominam os propósitos econômicos. Neste momento da vida brasileira, os déficits da conta de petróleo — quando se pensa em transportes urbanos de populações pobres — podem perfeitamente ser cobertos por outras formas que não a do seu repasse para as empresas e para o povo.

Acrescentam, ainda, a Vossa Excelência sua preocupação com a falta de garantias à ordem pública, verificada nos acontecimentos de Manaus e Salvador. Em outras capitais, como Belém e Belo Horizonte, pronta ação preventiva dos órgãos de segurança impediu os mesmos atos de vandalismo que marcaram as ruas baianas e amazonenses. Desde 12 de maio deste ano, em documentos entregues a diversos ministérios, as signatárias tinham advertido de que havia um "caldo explosivo" (tal a expressão utilizada em um dos documentos), capaz de, a qualquer momento, transformar-se numa convulsão social nas grandes cidades em razão, mesmo, da onda de insatisfação e sofrimento das camadas mais pobres da população.

As medidas que as signatárias sugeriram ao Governo para enfrentar essa emergência, porém, vêm sendo lentamente estudadas pelos Ministérios competentes, certamente assestados pelas mesmas graves preocupações que tomam conta das classes empresariais e do povo brasileiro. Entre essas medidas, as signatárias voltam a enfatizar que a instituição de um Código Nacional dos Transportes Urbanos constituirá uma normativa que poderá estabelecer as regras básicas do sistema dos transportes urbanos, no País, ensejando medidas sistêmicas de reduções de custos para as empresas concessionárias e permissionárias, agentes colaboradores do Poder Público, as quais, por exercerem atividade de marcante interesse social, não podem continuar a ser objeto de negócio para intermediários, de sobretaxas administrativas, contribuições e até de imposições fiscais desnecessárias. Por outro lado, a criação do "vale-transporte", como mecanismo de redistribuição de renda, vem sendo recebida com resistência por certos órgãos do Governo, embora constitua uma resposta política e social inadiável para, pelo menos, amenizar a situação de milhões de usuários que poderiam ser beneficiários dessa vantagem. As entidades signatárias voltam a insistir, agora ao nível da Presidência da República, que o Governo deve apoiar essa iniciativa, ao lado da contenção dos preços dos combustíveis, como algumas dentre as poucas medidas de emer-

gência que estão ao alcance do Governo no momento. Eventuais perdas na receita fiscal, geradas pelos incentivos do vale, poderão ser perfeitamente compensadas com a criação de um adicional ao Imposto de Renda, incidente sobre os lucros extraordinários das empresas. Nesta fase de indistintas dificuldades para a vida nacional, não pode haver empresa — que apresente lucros extraordinários — que não aceite contribuir com uma parcela de seus lucros para aplicação em favor dos usuários do sistema de transporte coletivo urbano. Qualquer medida, nessa área será recebida pelos usuários como uma manifestação de respeito e consideração do Governo para com os sofridos usuários do sistema de transporte coletivo.

Finalmente, Senhor Ministro, preocupam-se, ainda, as signatárias com esporádicas críticas que extravasam, vez por outra, de órgãos do próprio Governo, a propósito de uma suposta ineficiência do sistema de transporte coletivo, agravando a posição das empresas diante dos usuários. Pelo menos 70% dos custos do sistema estão inteiramente fora de quaisquer controles das empresas operadoras (pessoal e combustíveis) e pouco podem elas fazer nos restantes 30% de administração de seus custos. As verdadeiras regras de eficiência serão obtidas a prazo médio, a partir de uma lei nacional dos transportes urbanos, impeditivas das graves distorções (gratuidades, descontos imotivados principalmente) que, atualmente, gravam as passagens de uns usuários em favor de outros, e outras medidas capazes de causar a transformação do sistema em benefício dos usuários e amenizadoras dos inevitáveis aumentos tarifários, resultantes da economia inflacionária em que vive o País.

Podem, em conclusão, a Vossa Excelência que, como depositário dessas preocupações da classe transportadora, hoje também transmitidas ao Exmº Sr. Ministro de Estado dos Transportes, leve-as até a mais alta autoridade do País, para resguardo da posição das signatárias diante de um caos social que se anuncia e para efeito da adoção das urgentes medidas ora sugeridas.

Cumprimentam respeitosamente a Vossa Excelência:

Confederação Nacional dos Transportes Terrestres. — *Fortunato Peres Junior*, Presidente — Federação das Empresas de Transportes Rodoviários do Rio Grande do Sul. — *Ilso Pedro Menta*, Presidente — Federação das Empresas de Transportes Rodoviários do Norte e Nordeste. — *Ermínio Mendes Cavaleiro* — Federação das Empresas de Transportes Rodoviários do Leste Meridional do Brasil. — *José Maria Jardim Rocha*, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto.

*O SR. ALMIR PINTO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

*O SR. MAURO BENEVIDES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO** (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Segundo noticiário divulgado pela *Folha de S. Paulo* de 28 de agosto último, o Vice-Presidente do UNIBANCO, Sr. Marcílio Marques Moreira, o Brasil não tem condições de recorrer ao Fundo Monetário Internacional, não tanto pelas “condicionalidades” do FMI, dentre elas a inaceitabilidade dos níveis de recessão brasileira, mas porque não falta “uma política econômica explícita sequer para um horizonte de três anos”, que pudesse ser exposta numa negociação com a comunidade financeira internacional.

Assim, uma solução para contornar as duras condições do endividamento brasileiro passaria, necessariamente, por “um acordo, senão um pacto social interno, que dê ao Governo legitimidade e força para negociar no exterior”.

Falando num seminário que se realizou na PUC-Rio, sobre dívida externa, reunidos especialistas brasileiros e mexicanos, Marcílio salientou que “a dívida já assumida pelo Brasil, no seu principal, não é desmesurada, com relação ao mercado internacional, ao montante do PIB brasileiro e ao volume das próprias exportações”. Ademais, “é de natureza das relações internacionais, e também internas, que os empréstimos de médio e longo prazo se tornem um capital de giro permanente, destinado a ser “rolado”, ou seja, pago com mais crédito, e não liquidado em divisas”.

Professor Universitário, o executivo do UNIBANCO se preocupa com os custos representados pela elevação dos juros internacionais e, por via de efeito, as condições extremamente onerosas de negociações dos empréstimos

novos. Ora, para a negociação desses novos empréstimos, torna-se necessária uma posição forte do Governo, possível apenas “com ampla legitimização social”.

Relembrou aquele professor três situações, nas últimas décadas, em que o povo brasileiro pôde apresentar-se para uma negociação com o FMI, como representante da comunidade financeira, ostentando uma posição política de força: na renúncia de Jânio Quadros, depois de esmagadora vitória eleitoral, quando se consolidou uma dívida de dois bilhões de dólares, considerados na época; em 1963, após o plebescito, com outra vitória esmagadora; quando Santiago Dantas comandou as negociações, com o respaldo de um plano trienal; finalmente, depois do movimento de 31 de março, quando o Governo prometia um programa estável.

Ora, as condições atuais diferem, inteiramente, daquelas três, tanto em função do deslocamento das relações financeiras das instituições oficiais para as privadas dificultando até saber quem vai negociar.

Assim, seria essencial para o Brasil a obtenção de uma certa tranquilidade, de pelo menos três anos, na administração da sua política interna, sem condicionamentos externos, para uma negociação com o Fundo Monetário Internacional.

Eis uma análise tecnológica irrefutável.

Mas, visto o problema sob o ângulo político, estamos certos que o triênio será fértil em transformações políticas e sociais. Ninguém vai abdicar da redemocratização do País, da volta à integridade do sistema representativo, de voto direto, universal e secreto, pura e simplesmente para renegociar dívidas, sabido que o empresário é um contrato de risco, em nosso caso regamente pago por juros escorchantes.

Portanto, deverá ficar fora de cogitações a renegociação de dívidas por intermédio do FMI, sendo necessário que, mais uma vez, façamos como Juscelino Kubitschek, colocando acima de quaisquer conveniências dos banqueiros internacionais a soberania nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aloysio Chaves.

**O SR. ALOYSIO CHAVES** (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Entre as atribuições mais destacadas desta Casa, entendo que se insere a de cultivar uma especial acuidade diante dos grandes acontecimentos, seja de ordem política, econômica, social, religiosa ou qualquer outra, os quais estão permanentemente emergindo à tona da História envolvendo o Homem como sujeito ou participante.

É assim com a consciência de estar cumprindo um dever para com todo o povo brasileiro, que não deve assistir passivamente ao que se passa no mundo mas, através de seus representantes, deve ser informado, orientado, sensibilizado e convocado — que desejo registrar neste instante uma ocorrência que se projeta, pela sua importância e envergadura, sobre o plano mundial, como uma luz que nos aponta o caminho, nesta obscura e laboriosa ascensão para a virada do século. É meu propósito saudar, com alguns comentários pessoais, a recente Encíclica do Papa João Paulo II sobre o trabalho humano — a “*Laborem Exercens*” — dada a lume para comemorar o 90º aniversário de uma outra Encíclica luminosa, que marcou época não apenas na evolução do pensamento social católico, mas influenciou decisivamente nas orientações dos próprios sistemas de governo e originou uma crescente conscientização dos homens de boa vontade diante das violentas opções econômicas que nos são propostas em nossos dias. Trata-se da “*Rerum Novarum*”, de Leão XIII.

As sucessivas comemorações do aparecimento da encíclica leonina produziram uma série de documentos notáveis, todos eles orientados pelo propósito de reafirmá-la, reatualizá-la e acrescentá-la, diante das inevitáveis mudanças dos tempos, mas entre estes sobressaem em especial as três Encíclicas que, postas ao lado da “*Rerum Novarum*”, foram os quatro pontos cardeais da doutrina social da Igreja, a saber:

- a) a “*Rerum Novarum*”, de Leão XIII — 1891;
- b) a “*Quadragesimo Anno*”, de Pio XI — 1931;
- c) a “*Mater et Magistra*”, de João XXIII — 1961;
- d) a “*Laborem Exercens*”, de João Paulo II — 1981.

Para que possamos compreender esta última, temos de visualizá-las a todas as quatro, em conjunto, como degraus de uma escada, sem que os passos ascendentes se afastem do mesmo caminho, sem que nenhuma delas produza qualquer desvio dos princípios fundamentais que orientam a visão da Igreja diante do trabalho humano, porque tais princípios se radicam no próprio Evangelho.

Com estas colocações, podemos passar a examinar cada uma das encíclicas sociais.



A primeira delas, de Leão XIII, aparece nos fins do século passado, quando a Humanidade vivia ainda uma cultura predominantemente agrária, diante da qual a chamada Revolução Industrial surge como fenômeno inteiramente novo, introduzindo desvios da norma da equidade, criando assim coisas novas ("Rerum Novarum"), que exigiam soluções novas. É justamente o Papa quer abrir o caminho para essas novas experiências humanas, que conciliassem o progresso com o Evangelho. Até então, pode-se dizer que a Igreja se fechava diante dos chamados "erros modernos", relacionados e condenados no "Syllabus", de 1864, entre os quais se inseria a própria democracia, como instituição política revolucionária, oriunda dos princípios liberais, anticlericais e anti-monárquicos disseminados pela Revolução francesa, responsáveis pela recente mutilação e perda dos Estados Pontifícios. Leão XIII vai iniciar uma trégua de convivência, mostrando a possibilidade de participação entre o mundo moderno e a concepção católica da vida, única via de superação dos conflitos já então em estado agudo, consubstanciados principalmente na chamada "questão operária", que se vai transformar com o decorrer dos anos na *questão social*.

Quarenta anos mais tarde, Pio XI inicia a sua "Quadragesimo Anno" com uma análise da encíclica leonina, afirmando que, "ao findar do século XIX, em consequência do novo gênero de economia que se ia formando e dos grandes progressos da indústria em muitas nações, aparecia a sociedade cada vez mais dividida em duas classes: de um lado, uma, pequena em número, a gozar de quase todas as comodidades que as invenções modernas proporcionam em abundância; de outro lado, outra, composta de multidão imensa de operários, a gemer na mais calamitosa miséria, esforçando-se em vão por sair da penúria em que se debatia". E continua o Papa: "Com tal estado de coisas facilmente se resignavam os que, nadando em riquezas, o supunham efeito inevitável das leis econômicas, e por isso queriam que se deixasse à caridade o cuidado de socorrer os miseráveis; como se a caridade houvesse de cobrir estas violações da justiça, que os legisladores toleravam e, por vezes, sancionavam. Ao contrário, dificilmente suportavam este estado de coisas os operários, vítimas da fortuna adversa, e recusavam tolerar por mais tempo um jogo tão duro: e uns, levados na fúria de maus conselhos, aspiravam a tudo subverter; outros, a quem a educação cristã demovia desses maus intentos, estavam, contudo, firmemente convencidos de que nesta matéria era necessária uma reforma urgente."

Enganam-se e frustram-se, por conseguinte, todos quantos pretendem joear cada um dos novos documentos pontifícios, na esperança de neles encontrar qualquer pequeno grão de divergência que revogue, amenize, infirme ou contradiga a solidez dos princípios que atravessam os tempos sem serem por eles empolgados, numa inarredável coerência que constitui a característica comum a estas quatro grandes encíclicas. Tal coerência, entretanto, não significa nem induz um êxtase mental, ou qualquer tipo de imobilismo ilógico e irracional diante da necessária e inevitável atualização das posições assumidas. Cada uma das encíclicas traz a sua contribuição própria a essa construção que o Prof. Alceu Amoroso Lima chama de "Suma Sociológica" *in fieri*, identificando, como nota distintiva das três primeiras encíclicas, o princípio de *participação*, na "Rerum Novarum"; o princípio de *subsidiariedade*, na "Quadragesimo Anno"; o princípio de *socialização*, na "Mater et Magistra". E poderíamos acrescentar o princípio da *prioridade do trabalho*, na "Laborem Exercens".

Pretendemos examinar ligeiramente a configuração de cada uma das três primeiras encíclicas, como base de melhor compreensão da última, afastando de imediato a idéia, que alguns alimentam, de que seja possível encontrar algum traço de preferência da Igreja por algum dos sistemas econômicos vigentes, ou de que a doutrina social católica represente uma terceira opção oriunda de um certo ecletismo, depurador das propostas vigentes e elaborador de uma mistura do que há de melhor em cada um deles, originando assim uma alternativa conciliadora entre capitalismo e socialismo. Convém lembrar, já neste passo, a afirmação de Pio XII, na alocução ao Consistório, em 1940, até hoje inalterada em sua substância: "Entré os sistemas contrastantes, ligados aos tempos e deles dependentes, a Igreja não pode ser chamada a tomar partido por uma orientação em vez de outra."

Com muita razão, Francisca Duchini, da Universidade Católica de Milão, observa que "o pensamento social católico não pode ser posto no mesmo plano das outras doutrinas sociais, como por exemplo o liberalismo ou o coletivismo". E explica que a sua natureza é profundamente diversa porque não é ele um sistema elaborado partindo exclusivamente de uma visão filosófica do mundo ou de uma observação empírica da realidade contingente, mas é, segundo a expressão de Yves Calvez, "a declaração das consequências sociais de uma fé religiosa".

É tal quadro que Leão XIII enfrenta, tomando corajosamente a defesa dos operários que, segundo suas próprias palavras, "as condições do tempo

tinham entregue e abandonado indefesos à crueldade de patrões desumanos e à cobiça de uma concorrência desenfreada" (RN, 6). Pio XI, comentando este tópico, declara que o Papa "não pediu auxílio ao liberalismo nem ao socialismo, pois o primeiro se tinha mostrado de todo incapaz de resolver convenientemente a questão social, e o segundo propunha um remédio muito pior que o mal, que lançaria a sociedade em perigos mais funestos" (QA, 10).

Leão XIII começa refutando violentamente o critério socialista sobre a propriedade privada: "Os socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos" e com isso ignoram a verdadeira natureza do trabalho do homem e os fundamentos naturais da propriedade, e esta sobretudo em relação à terra. É admirável a nitidez com que o Papa defende o direito à posse da terra, numa posição que as mudanças posteriores não conseguirão envelhecer: "As necessidades do homem repetem-se perpetuamente: satisfeitas hoje, renascem amanhã com novas exigências. Foi preciso, portanto, para que ele pudesse realizar o seu direito em todo o tempo, que a natureza pusesse à sua disposição um elemento estável e permanente, capaz de lhe fornecer perpetuamente os meios. Ora, este elemento só podia ser a terra, com seus recursos sempre fecundos" (RN, 12).

Interessado em convocar o Estado para intervir mais diretamente e com maior eficácia nos conflitos entre patrões e operários, Leão XIII mostra que "o Estado é posterior ao homem, e antes que ele pudesse formar-se, já o homem tinha recebido da natureza o direito de viver e proteger a sua existência". (RN, 13) Asseverando que "o direito de propriedade é fruto do trabalho humano", conclui o Papa que "a teoria socialista da propriedade coletiva deve absolutamente repudiar-se como prejudicial àqueles mesmos a que se quer socorrer, contrária aos direitos naturais dos indivíduos, como desnaturando as funções do Estado e perturbando a tranquilidade pública" (RN, 23).

Propugnando que, na solução desses problemas é indispensável o concurso da Igreja, o Papa toma posição diante da luta de classes, e escreve: "O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado" (RN, 28) e estatui que os ricos e os patrões "não devem tratar o operário como escravo" e mostra como é vergonho e desumano "usar dos homens como de vis instrumentos de lucro", e não esquece de realçar que "entre os deveres principais do patrão, é necessário colocar em primeiro lugar o de dar a cada um o salário que convém" (RN, 28-32). Advogando a correta e necessária intervenção do Estado na defesa da classe operária, o Pontífice insiste em que o seu principal dever, "que domina todos os outros", está "em cuidar igualmente de todas as classes de cidadãos, observando rigorosamente as leis da justiça, chamada distributiva" (RN, 49). Tomando ostensivamente o partido do trabalho, em sua disputa com o capital, Leão XIII adverte que "a fonte fecunda e necessária de todos os bens é principalmente o trabalho do operário, o trabalho dos campos ou da oficina". E ensina que "nesta ordem de coisas, o trabalho tem uma tal fecundidade e tal eficácia, que se pode afirmar, sem receio de engano, que ele é a fonte única de onde procede a riqueza das nações". (RN, 51). E finalmente o Papa defende com vigor o direito de os operários se organizarem em associações e corporações, como ocorria com os artesãos da Idade Média, para defesa de seus interesses e reivindicações. É o direito da sindicalização.

O Sr. Bernardino Viana — V. Ex<sup>a</sup> concede-me um aparte?

O SR. ALOYSIO CHAVES — É com prazer que ouço V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Bernardino Viana — Antes de tudo, quero parabenizá-lo pela brilhante oração que faz. Não se pode afastar a influência que a Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, exerceu beneficentemente na legislação social brasileira e de outros povos também. Sem dúvida, uma das mais importantes resoluções da Assembleia Constituinte, instalada em 1933, foi a instituição da Justiça do Trabalho como marco definitivo na relação entre empregados e empregadores. A legislação do trabalho promoveria várias medidas tendentes à proteção dos trabalhadores, entre as quais a diferença de salário para trabalhos de natureza idêntica; fixação de salário mínimo; indenização por motivo de dispensa injusta; proibição de trabalho a menores de 14 anos. Tudo isso e outros direitos e garantias do trabalhador, que foram incorporadas à Consolidação das Leis do Trabalho, de 1º de maio de 1943, tiveram como fonte de inspiração, em grande parte, os judiciosos e magistrais ensinamentos da *Rerum Novarum* do Santo Padre Leão XIII. Muito obrigado, nobre Senador Aloysio!

O SR. ALOYSIO CHAVES — A encíclica *Rerum Novarum* exerceu avassaladora influência na legislação social no fim do século passado e no começo do atual. Essa observação é de Pio XI, na "Quadragesimo Anno": "na encíclica leonina estão marcadas as linhas segundo as quais teceu-se a legis-



lação social das comunidades políticas da época contemporânea”, contribuindo ainda eficazmente para aparição e desenvolvimento do que João XXIII chamou “um novo e nobilíssimo ramo do direito, isto é, do Direito do Trabalho”.

Isto porque a categoria jurídica de contrato de trabalho é completamente desconhecida do código de Napoleão (1804) e do código italiano, de 1865. Destinados a regular uma sociedade concebida individualística, como assinala o Professor Luiz Mengoni, da Universidade Católica de Milão, eles consideravam a relação de trabalho como uma subespécie de locação de bens, eis que na vetusta concepção romana a forma da *Locatio operarii* é apenas uma extensão e também uma deformação do conceito da *locatio hominis*.

A transição da forma romana para o conceito de Direito do Trabalho é uma conquista da segunda metade do século passado.

No Brasil, eminente Senador Bernardino Viana, a legislação social, como lucidamente acentuou V. Ex<sup>a</sup>, sofre profunda influência das encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*.

No 40º aniversário da *Rerum Novarum*, em plena vigência dos sistemas totalitários, corporificados após o primeiro conflito mundial, Pio XI publicou a sua admirável *Quadragesimo Anno*, muito mais longa que o documento leonino, cujas três finalidades ele aponta: a) defender a doutrina social de Leão XIII b) recordar os grandes benefícios que dela dimanaram para a Igreja e para a humanidade; c) chamar a juízo o regime econômico moderno, instaurando processo ao socialismo. Analisando a RN, diz Pio XI que, com ela, “nasceu uma verdadeira ciência social católica”, que influenciou, inclusive, nos termos de paz estabelecidos após a grande guerra: “nasceu uma nova jurisprudência completamente desconhecida nos séculos passados, que se propõe defender com ardor os sagrados direitos do operário.” (QA, 28). A RN é a “Magna Carta” das atividades católicas no campo social, mas como “surgiram dúvidas” sobre algumas interpretações, o Papa propõe-se dirimi-las, fazendo “mesmo algumas adições”, diante das “novas exigências de nosso tempo” e da “mudança das condições sociais”.

O primeiro ponto fundamental da nova Encíclica é a reafirmação categórica da autoridade da Igreja na questão social e econômica. Então, como ainda hoje, levanta-se a sutil objeção de que a Igreja, sendo uma instituição espiritual, não deve extrapolar os seus limites.

Pio XI já afirmara anteriormente que “a Igreja crê não dever intrrometer-se sem motivos nos negócios terrenos” (*Ubi Arcano*, DP 19), e agora repete o princípio, aduzindo que a autoridade da Igreja não é “em assuntos técnicos, para os quais lhe faltam competência e meios, mas em tudo o que se refere à moral” (QA, 41), e são justamente as categorias morais que “sujeitam e subordinam ao nosso juízo a ordem social e as mesmas questões econômicas”. Este princípio, que ainda hoje a Igreja invoca com plena atualidade, contraria todos quantos gostariam de ver, em nossos dias, uma Igreja inteiramente confinada no recinto dos templos, ocupada em pregar a resignação aos pobres e de todo indiferente às grandes injustiças sociais que impregnam as estruturas de nossa civilização. Posta esta premissa, dispõe-se o Papa a defender o direito de propriedade, ampliando a doutrina leonina sobretudo na distinção entre esse direito e o seu uso, pois a natureza do domínio é social, e deve “o homem atender não só ao próprio interesse, mas também ao bem comum” (QA, 49), sendo este o ponto em que deve intervir a autoridade pública, que não pode “abolir a propriedade”, mas pode “moderar-lhe o uso e harmonizá-lo com o bem comum”. Na análise das relações entre capital e trabalho, o Papa aponta não só as pretensões injustas do capital como as pretensões injustas do trabalho, denunciando o falso princípio moral defendido por muitos, a saber: “Os frutos e rendimentos do trabalho, descontado apenas o que basta para amortizar e reconstituir o capital, pertencem todos de direito aos operários.” Apesar disso, a lei da justiça “proíbe que uma classe seja pela outra excluída da participação dos lucros”, e “à vista do clamoroso contraste entre o pequeno número dos ultra-ricos e a multidão inumerável dos pobres, não há homem prudente que não reconheça os gravíssimos inconvenientes da atual repartição de riquezas” (QA, 58). Advogando ardorosamente o justo salário, reafirma que os operários devem poder formar um patrimônio e não apenas ganhar para sobreviver, e explica as vantagens dos *contratos de sociedade*, nos quais os operários “são considerados sócios no domínio ou na gerência, ou compartilham os lucros” (QA, 65). Posicionando-se frontalmente contra a luta de classes, escreve: “O primeiro objetivo que devem propor-se tanto o Estado como o escol dos cidadãos, o ponto em que devem concentrar todos os esforços, é pôr termo ao conflito que divide as classes, suscitar e promover uma cordial harmonia entre as diversas profissões”. (QA, 81). Examinando ligeiramente e com uma visão anterior ao 2º conflito mundial, o Estado corporativo fascista, e passa, na 3ª parte da Encíclica, a apontar as notáveis mudanças havidas desde a “*Rerum Novarum*”.

Na 3ª parte de sua Encíclica, comenta o Pontífice as notáveis mudanças havidas após a “*Rerum Novarum*”, especialmente quanto à evolução da economia e do socialismo, chamando a atenção, a propósito deste último, “para a iniquidade e impiedade do comunismo”, embora reconheça que, ao lado dele, existe o socialismo propriamente dito, ou mitigado. Neste passo, encara o Papa a proposta de alguns que, à semelhança do que ocorre com o socialismo mitigado, perguntam “se não será bem que também os princípios católicos se mitiguem e moderem, para sair ao encontro do socialismo e congraçar-se com ele a meio caminho” (QA, 115). Comenta o Papa que “não falta quem se deixe levar da esperança de atrair por este modo os socialistas” e responde: “Esperança vã!” E esclarece: “Se este erro, como todos os mais, encerra algo de verdade, o que os Sumos Pontífices nunca negaram, funda-se contudo numa concepção da sociedade humana diametralmente oposta à verdadeira doutrina católica.” E, a seguir, escreve a frase que tanta polêmica suscitou e cujo sentido ainda hoje é envolvido por violentas contestações: “Socialismo religioso, socialismo católico são termos contraditórios: ninguém pode ser ao mesmo tempo bom católico e verdadeiro socialista.” Conclui a Encíclica, apontando os remédios que entende eficazes para todos esses males, a saber: “a cristianização da vida econômica” e “a lei da caridade”.

O Sr. Moacyr Dalla — Rogo a V. Ex<sup>a</sup> conceder-me um aparte.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Ouço o nobre Senador Moacyr Dalla, representante do Espírito Santo.

O Sr. Moacyr Dalla — A argumentação de V. Ex<sup>a</sup> é irrepreensível. O marxismo é ateu. Marx afirmou que “a religião é o ópio do povo”. Marxismo e catolicismo são totalmente incompatíveis.

O SR. ALOYSIO CHAVES — De fato, ilustre Senador Moacyr Dalla. E preciso explicitar que Karl Marx não deixa a menor dúvida, nesse particular, a respeito de seu pensamento. Resumiu-o nestas palavras: “a religião é um fetiche capitalista”.

Não é outra a opinião de Lênin: “o marxismo é o materialismo. Por esta razão é tão implacavelmente hostil à religião quanto o materialismo dos Enciclopedistas ou o materialismo de Feurbach” (*Proletário*, março 1909).

Por isso, Jean Lacroix, na análise do marxismo, adiantou esta conclusão irretorquível: “o ateísmo não é uma superestrutura do marxismo, mas lhe é absolutamente essencial”.

O Jubileu de Ouro da “*Rerum Novarum*” ocorreu em plena e violenta guerra mundial, impedindo qualquer comemoração de singular destaque. Mesmo assim, Pio XII aproveitou a festa de Pentecostes, a 1º de junho de 1941, para dirigir ao mundo uma veemente radiomensagem comemorativa, durante a qual afirma que a RN mostrou “à consciência cristã os erros e perigos de um socialismo materialista e as fatais consequências de um liberalismo econômico muitas vezes avesso aos deveres sociais”. Renovando a defesa da propriedade privada, argumenta que ela constitui o espaço vital da família, indispensável à coesão das gerações presentes e futuras.

A 13 de maio de 1951, Pio XII presidiu, na Basílica Vaticana, uma grande concentração de operários da Itália e do mundo, reafirmando, em sua alocução, que “a Igreja manterá sempre inconcussamente firmes os princípios e fins” de sua doutrina social.

Então, no 70º aniversário da RN, a 15 de maio de 1961, o Papa João XXIII se propôs “comemorar de forma solene a encíclica leonina” e surpreendeu o mundo com a luminosa “*Mater et Magistra*”.

Como todos os seus predecessores que se ocupam da RN, o Papa João XXIII inicia a sua encíclica inventariando as vantagens que trouxe ao mundo o documento leonino, e afirma: “Poucas vezes teve uma palavra pontificia ressonância tão universal quanto à dessa encíclica de Leão XIII, à qual poucas se podem comparar, em profundidade e amplitude dos temas e em força de expressão. Na verdade, essas diretrizes e exortações foram de tal importância que jamais poderão cair no esquecimento. Abriu-se um caminho novo à ação da Igreja.” E referindo-se à época em que escreveu Leão XIII, recorda a concepção naturalista do liberalismo econômico do tempo, “que nega todo laço entre moral e economia” e defende que “a lei suprema que regula as relações entre os fatores econômicos é a livre concorrência sem restrições”. “Daí resultava” — escreve o Papa — “uma ordem social radicalmente perturbada.” E pinta com as seguintes palavras o quadro das perturbações que levaram a Igreja a adotar a posição doutrinária da RN: “Enquanto imensas riquezas se acumulavam nas mãos de alguns, as massas trabalhadoras se encontravam em condições de penúria crescente: salários insuficientes, ou mal bastando para matar a fome; condições de trabalho esgotantes e sem nenhuma atenção para com a saúde física, os bons costumes e a fé religiosa; crianças e mulheres submetidas a condições de trabalho sobremodo desumanas; o fantasma do desemprego erguendo-se sempre ameaçador; a família entregue a uma gradativa dissolução”. E prossegue: “Como consequência disso, as classes trabalhadoras eram presas de insatisfação profunda; o espírito de protesto e de re-

volta se insinuava e se desenvolvia entre elas. E isso explica a grande aceitação, nessas classes, de teorias extremistas que propunham remédios piores que os males." E após referir-se expressamente à Encíclica QA e à radio-mensagem de Pentecostes, em 1941, o Papa enumera as últimas mudanças havidas no mundo, no domínio científico (energia nuclear, produtos sintéticos, progresso das comunicações, rapidez dos transportes, conquista dos espaços interplanetários), no domínio social (seguro social, movimentos sindicais, bem-estar cada vez mais difundido, desequilíbrio econômico e social, no plano internacional), e no domínio político (extensão e penetração dos poderes públicos nesse domínio e no econômico-social, declínio dos regimes coloniais, nascimento e desenvolvimento de organismos de dimensões mundiais). E então, na segunda parte da encíclica, o Papa aborda o tema mais polêmico da encíclica — a "socialização".

Nesta expressão, que pela primeira vez aparece em documento pontifício, quiseram muitos ver uma atenuação do pensamento anterior da Igreja em relação ao socialismo, sobretudo porque, em toda a MM não se encontra, diversamente do que ocorre nas duas anteriores encíclicas, uma afirmação categórica, positiva e direta da inconciliabilidade entre a doutrina social católica e as doutrinas coletivistas. O primeiro ponto a distinguir, nesta questão, é que o texto latino da MM não traz obviamente um correspondente léxico da palavra *socialização*, que, por ser moderna, constitui a tradução da expressão latina — *socialium rationum incrementum*, isto é, incremento das relações sociais, em geral, e não apenas das de caráter político-coativo. Por outro lado, a minuciosa descrição que do fenômeno faz o Papa não deixa lugar a dúvidas. "A socialização — diz o Papa — é um dos aspectos característicos de nossa época. Ela é uma multiplicação progressiva das relações na vida comum; comporta formas diversas de vida e de atividade associada, e a instauração de instituições jurídicas. "Após relacionar as vantagens da *socialização* e afirmar que "ela é, também, fruto e expressão de uma tendência natural, quase incoercível, dos seres humanos", conclui o Papa que ela "pode e deve ser realizada de maneira a aproveitar as vantagens que oferece e a conjurar ou reprimir seus efeitos negativos". Ocupa-se o Papa a seguir, da remuneração do trabalho, que "não pode ficar nem inteiramente abandonada às leis do mercado nem pode ser fixada arbitrariamente"; declara o Papa que "a riqueza econômica de um povo não resulta apenas da abundância global de bens, mas também, e mais ainda, de sua distribuição efetiva de acordo com a justiça, para desenvolvimento pessoal dos membros da comunidade; pois é esse o verdadeiro fim da economia nacional". E faz votos que "os trabalhadores cheguem a participar da propriedade das empresas". Reafirmando plenamente o direito de propriedade, diz o Papa: "A história e a experiência demonstram além disso que, sob regimes políticos que não reconhecem o direito de propriedade privada, até dos bens de produção, as expressões fundamentais da liberdade são comprimidas e abafadas". Entretanto, essa defesa da propriedade privada não deve enganar ninguém quanto aos verdadeiros propósitos da Igreja, a qual, segundo a expressão de Pio XII, invocada pelo Pontífice, não pretende "manter pura e simplesmente o atual estado de coisas, como se nele visse a expressão da vontade divina, nem que pretenda proteger por princípio o rico e o plutocrata contra o pobre e o proletário". Diz o Papa que "ao direito de propriedade acha-se intrinsecamente ligada uma função social".

Novos aspectos da questão social aparecem na terceira parte da encíclica, que trata da agricultura, setor subdesenvolvido, regime fiscal, capitais e juros razoáveis, seguros sociais e previdência social, e controle dos preços. Ressalta o Papa que "os produtos agrícolas são destinados, antes de tudo, à satisfação de necessidades humanas primárias; por isso, seus preços devem ser tais que estejam ao alcance de todos os consumidores". Aponta ainda as exigências da justiça nas relações entre países desigualmente desenvolvidos, e enfatiza que "não é possível uma paz duradoura e fecunda entre eles, se houver um acentuado desequilíbrio entre as suas condições econômicas e sociais". Examinando o desequilíbrio entre população e meios de subsistência, o Papa detém-se num problema novo, que é a colaboração em escala mundial, que encontra invencível obstáculo na desconfiança recíproca. "Os homens, — escreve o Papa — e conseqüentemente os Estados, temem uns aos outros. Cada um receia que o outro nutra projetos de supremacia e procure apenas o momento favorável para pô-los em prática. Organiza, então, sua própria defesa e aumenta seus armamentos não — afirma — para atacar, mas para dissuadir o hipotético agressor de efetivar a agressão. A conseqüência disso é que imensas energias humanas e recursos gigantescos se consomem em fins não construtivos". Os grandes remédios são condensados na 4ª e última parte do documento e consistem sobretudo em renovar os laços de vida em comum na verdade, na justiça e no amor. "Nossa época — diz o Papa com otimismo — está invadida e penetrada por erros fundamentais, acha-se presa de desordens profundas; entretanto ela é, também, uma época que abre à Igreja possibilidades imensas de fazer o bem".

Entre a MM e a *Laborem Exercens* temos de colocar o marco divisório do Concílio Vaticano II, que "não se reuniu para condenar erros". A época das grandes condenações tinha passado. Pio XI na *Divini Redemptoris* fulminara solenemente o comunismo ateu. Pio XII, na Mensagem por ocasião do 5º aniversário da Guerra (1-11-44), diz que "baseando-se o capitalismo nesses falsos conceitos para arrogar-se um direito ilimitado sobre a propriedade, sem se subordinar às exigências do bem comum, a Igreja o condenou como contrário à lei natural". O Concílio, apenas em dois passos, apresenta textos mais explícitos. Na *Gaudium et Spes*, nº 65: "Devem ser acusadas de erros... as doutrinas que subordinam os direitos fundamentais das pessoas particulares e dos grupos à organização coletiva da produção". E na *Lumen Gentium*, nº 36: "Com razão se rejeita a infausta doutrina que pretende construir a sociedade, sem ter em conta a religião, e que impugna a liberdade religiosa dos cidadãos".

E assim chegamos, finalmente, à *Laborem Exercens*, que tem como tema central o trabalho humano, mediante o qual "o homem deve procurar o pão cotidiano e contribuir para o progresso contínuo das ciências e da técnica". Diz o Papa que, mais ainda do que ao trabalho, deseja dedicar o seu documento ao homem, "visto no amplo contexto dessa realidade que é o trabalho". E quer fazê-lo "em conexão orgânica com toda a tradição" da doutrina da Igreja, embora ressalte que seu propósito não é tanto "coligir e repetir o que já se encontra contido nos ensinamentos da Igreja" e sim "pôr em relevo — possivelmente mais do que foi feito até agora — o fato de que o trabalho humano é uma chave, provavelmente a chave essencial de toda a questão social". E acrescenta o Pontífice: "A razão está em que a Igreja — vale a pena acentuá-lo desde já — acredita no homem".

Partindo da distinção entre o sentido objetivo e o sentido subjetivo do trabalho, refere-se o Papa ao conceito de "mercadoria" que o trabalho assume dentro de "várias correntes do pensamento", e alude diretamente a "diversas formas de capitalismo" e a "diversas formas de coletivismo", para concluir que "o perigo de tratar o trabalho como uma "mercadoria" *sui generis* ou como uma "força" anônima necessária para a produção (fala-se mesmo em "força-trabalho") "continua a existir ainda nos dias de hoje". Reconhece o Papa: "Desenvolveram-se diversas formas de neo capitalismo ou de coletivismo". Mas, apesar disso, "deixaram persistir injustiças flagrantes ou criaram outras novas", e por conseguinte "importa reconhecer que o erro do primitivo capitalismo pode repetir-se onde quer que o homem seja tratado, de alguma forma, da mesma maneira que todo o conjunto dos meios materiais de produção, como um instrumento e não segundo a verdadeira dignidade de seu trabalho". Mais adiante observa que os pobres "aparecem, em muitos casos, como um resultado da violação da dignidade do trabalho humano".

Na 3ª parte, que contém o núcleo fundamental da encíclica, ocupa-se o Papa do conflito entre trabalho e capital na fase atual da história, o grande conflito que começou "na época do desenvolvimento industrial e em ligação com ele". "Tal conflito foi originado — escreve o Papa — pelo fato de que os operários punham as suas forças à disposição do grupo dos patrões e empresários, e de que este, guiado pelo princípio do maior lucro da produção, procurava manter o mais baixo possível o salário para o trabalho executado pelos operários".

Este conflito sócio-econômico transformou-se no "conflito ideológico entre o liberalismo, entendido como ideologia do capitalismo, e o marxismo, entendido como ideologia do socialismo científico e do comunismo" e apresenta-se como "luta de classe programada". A posição da Igreja permanece, entretanto, a mesma, afirmando o "princípio da prioridade do trabalho em confronto com o capital". Esse trabalho é armazenado num "banco", que é a propriedade privada. "E apropria-se disso mediante o trabalho e para poder ulteriormente ter trabalho". O trabalho está, pois, no início de tudo. "Esse instrumento gigantesco e poderoso — qual é o conjunto dos meios de produção, considerados, até certo ponto, com sinônimo de "capital" — nasceu do trabalho e é portador das marcas do trabalho humano. "De modo que, a rigor, não podem opor-se "capital" e "trabalho", pois "a antinomia entre trabalho e capital não tem a sua fonte na estrutura do processo de produção, nem na estrutura do processo econômico em geral". O conflito existe quando os homens dão prioridade ao capital, levados pela "atração imediata e mais forte daquilo que é material". Esse erro, do capitalismo e do liberalismo primitivos, "pode voltar a repetir-se ainda", se se "partir das mesmas premissas tanto teóricas como práticas".

Repetindo a velha lição da Igreja sobre a legitimidade da propriedade privada, lembra o Sumo Pontífice que esse princípio "diverge radicalmente do programa do coletivismo, proclamado pelo marxismo e realizado em vários países do mundo", mas "difere também do programa do capitalismo, tal como foi posto em prática pelo liberalismo e pelos sistemas políticos que se inspiram no mesmo liberalismo". E segue-se um dos passos mais importantes

da encíclica, indispensável para perfeita compreensão do ensinamento oficial da Igreja sobre a propriedade privada: "Neste segundo caso, diz o Papa referindo-se ao capitalismo, a diferença está na maneira de compreender o direito de propriedade, precisamente. A tradição cristã nunca defendeu tal direito como algo absoluto e intocável; pelo contrário, sempre o entendeu no contexto mais vasto do direito comum de todos a utilizarem os bens da criação inteira: *o direito à propriedade privada está subordinado ao direito ao uso comum*, subordinado à destinação universal dos bens". Por isso, "continua sendo inaceitável a posição do capitalismo 'rígido', que defende o direito exclusivo da propriedade privada dos meios de produção, como um 'dogma' intocável na vida econômica". Insiste o Papa: "O princípio do respeito do trabalho exige que tal direito seja submetido a uma revisão construtiva, tanto em teoria como na prática". Indica o Papa, como um dos caminhos para o correto exercício da propriedade, a "socialização", mas logo admoesta que "o simples fato de os meios de produção passarem para a propriedade do Estado, no sistema coletivista, não significa só por si, certamente, a 'socialização' desta propriedade. Esta só existirá quando todos puderem de fato considerar-se 'co-proprietários' do grande *banco de trabalho*, cujo acesso está aberto a todos. E conclui o Papa voltando ao ponto inicial: "O Trabalho, em certo sentido, é inseparável do capital e não tolera, sob nenhuma forma, aquela antinomia".

Na 4ª parte, estuda o Papa o direito do trabalho dentro do contexto mais amplo dos direitos humanos, e faz uma distinção esclarecedora entre o dador "indireto" e o dador "direto" do trabalho. "É o Estado, efetivamente, que deve conduzir uma justa política do trabalho". O Papa aborda o problema do emprego, do salário, dos sindicatos, do trabalho agrícola, da pessoa deficiente e da emigração. E na última parte, estabelece o Papa os elementos para uma espiritualidade do trabalho, que é "participação na obra do Criador". Cristo foi homem do trabalho, e todo homem, mediante o trabalho, participa da Cruz e da Ressurreição, porque "todo trabalho, seja ele manual ou intelectual, anda inevitavelmente unido à *fadiga*. E a participação da ressurreição de Cristo faz-se através da expectativa escatológica, que é a esperança do cristão. Mas o Papa adverte que, "embora se deva cuidadosamente distinguir o progresso terreno do crescimento do reino de Cristo, todavia, na medida em que tal progresso pode contribuir para a melhor organização da sociedade humana, tem muita importância para o reino de Deus".

Eis aí, senhores, em linhas amplas e esquemáticas o roteiro da evolução do pensamento social da Igreja, desde a *Rerum Novarum* até a *Laborem Exercens*, apontando ao mundo, com autoridade e segurança, os caminhos para a superação do conflito que, entre as ideologias extremistas, entre o capital e o trabalho, entre os regimes políticos e o homem, aflige a civilização de nossos dias. A *Rerum Novarum* abriu caminhos novos, porque representou uma luz nas sombras dos grandes confrontos e perturbações nascidos com a revolução industrial. Com ela nasceu o próprio Direito do Trabalho, que é hoje uma conquista entre os países mais desenvolvidos do mundo.

Para todos os cristãos, para todos os homens de boa vontade, a voz do Sumo Pontífice soa como um apelo a que, depondo nossos preconceitos, nossos radicalismos, nossas velhas opiniões cristalizadas, meditemos com imparcialidade e abertura, deixando-nos impregnar por este sentido de paz e de concórdia que devemos levar às estruturas sociais para podermos transformar o progresso material em bem-estar social, a riqueza — dividida e participada — em acesso, oferecido a todos, para um nível de realização pessoal, que se identifica com a felicidade de cada um de nós e dá razão de ser à própria vida. Isso faremos se, como destaca o Papa em seu documento, acreditarmos no homem, como a Igreja nele acredita.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Valdon Varjão.

**O SR. VALDON VARJÃO** (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não deveria constituir motivo de preocupação nossa tecer comentários sobre aspectos eminentemente administrativos, principalmente quando a relevância deles impõe ao administrador cioso de sua função, uma vigilância permanente no sentido de evitar acontecimentos reprováveis e de consequências até fatais.

Refiro-me ao estado em que se encontram as estradas rodoviárias do leste de Mato Grosso, que pela importância de que se revestem como único meio de acesso a uma extensa região produtora, que tem nelas, também o único meio de escoamento de sua produção, mas que se encontram em estado deploráveis, chegando mesmo a interromper o trânsito entre Barra do Garças e a capital do Estado, exclusivamente pela escúria dos responsáveis pelo setor viário em nosso Mato Grosso.

O problema atingiu tal gravidade que na semana passada, na BR-070, uma carreta foi tragada pelas águas do rio Barreiros após ter a ponte sobre a qual passava ruído, levando em sua queda o veículo e um de seus passageiros que desapareceram e não foram encontrados.

O lamentável é que a ponte que agora interrompe mais uma vez o trânsito há muito que se apresentava perigosa, sem contudo despertar nos responsáveis pela manutenção de nossas estradas a necessária atenção para recuperá-la, pois construída de madeira em 1952, pela prefeitura municipal de Barra do Garças, na gestão do prefeito Raimundo Melo, pela intensidade do trânsito, teve uma duração além do que era de se esperar, relegada que foi aos azares dos agentes climáticos, sem qualquer ação que reforçasse a sua base e o seu lastro, e mesmo sem qualquer aviso da capacidade de peso a suportar, num verdadeiro desafio aos designios da sorte que agora se ausentam e vitimam um desses anônimos caminhoneiros que cortam as estradas brasileiras, na preciosa missão de fazer circular nossa riqueza.

O acidente, por si só de suma gravidade, assume proporções bem mais sérias, quando se sabe que a BR-070 se tornou uma estrada de ninguém.

O órgão estadual justifica sua omissão alegando que aquela via é uma BR e portanto sob a responsabilidade do DNER. Este, por sua vez, entre nós, é um ilustre desconhecido, um estranho em nossas paragens e se não fosse pela extensão da rodovia BR-070 até diríamos que desconhecendo a sua existência e importância para nossa região.

Estamos, Sr. Presidente, num dilema: na estiagem é a poeira com buracura constituída das intermináveis costelas-de-vaca em sucessão constante, que retarda a viagem e sobrecarrega o transporte de modo refletir onerosamente nos preços locais. Quando chegam as chuvas são as pontes caindo e levando em sua queda veículo e condutor, os bueiros, as barreiras desabando, os atoleiros retendo os veículos dias e dias, até que o sol compadecido resseque a estrada e permita o prosseguimento da viagem.

A BR-070, senhores, pode bem se constituir em via de grande importância se devidamente integrada ao sistema viário do Estado e do País.

À sua margem hoje são encontrados inúmeros projetos agropecuários, com a produção bem significativa, pois a qualidade daquele cerrado arrozeado tende para o fértil massapê, onde até o café vem demonstrando perfeita adaptação, sem o perigo das geadas e das prolongadas estiagens de outras regiões.

Além disso o seu trajeto constitui uma opção de acesso em menor distância aos centros consumidores, além de contribuir para a integração de uma vasta área ao contexto produtor do País.

Por tudo isso necessário que o órgão encarregado da política viária do País procure incluir a BR-070 em seu programa de assistência e recuperação das rodovias, a fim de que não passe a integrar o famigerado partido QPM — Quanto Pior Melhor.

E quando se dispor a olhar pela BR-070 que estenda tal atenção às nossas demais rodovias pois a Grande Barra do Garças é hoje um indiscutível pólo produtor que já nos deu o título de maior produtor de arroz de sequeiro do mundo.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem!*)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Retorno, de novo, hoje, a esta tribuna, para uma breve comunicação, que julgo oportuno trazer ao conhecimento desta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Realizou-se no Recife, o 21º Congresso Brasileiro de Oftalmologia, entre 18 e 22 de outubro.

Compareceram cerca de 1.300 oftalmologistas, inclusive especialistas de vários países, destacando-se, entre eles, o Doutor Benjamim Boyd, do Panamá, e Jules François, da Bélgica.

Participaram desse Congresso, o Professor Hilton Rocha, Presidente da Fundação Hilton Rocha, de Belo Horizonte, e seu Assistente, Dr. Christiano Barsante.

Essa magnífica Instituição já grangeou reputação internacional, pela alta categoria dos serviços que presta, além da notável expansão das suas atividades científicas e tecnológicas, no âmbito das pesquisas e do ensino especializado das disciplinas oftalmológicas. Mantendo um hospital modelar e dispondo dos mais sofisticados equipamentos, a Fundação se orgulha do seu excepcional "staff" de médicos especializados e técnicos, e também desenvolve uma programação filantrópica de grandes proporções, a serviço dos segmentos menos favorecidos da população carente.

O Professor Hilton Rocha teve uma destacada atuação no 21º Congresso Brasileiro de Oftalmologia e recebeu o título de Professor *Honoris Causa* da Universidade Federal de Pernambuco.

Ontem, o Presidente da Fundação Hilton Rocha e o seu assistente, Professor Christiano Barsante, foram homenageados com um jantar pelo Ministro Leitão de Abreu, ao qual compareceu, entre outras ilustres personalidades, o Presidente Aureliano Chaves de Mendonça.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a próxima, a seguinte

### Ordem do Dia.

#### — 1 —

Continuação da Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 49, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 361, de 1981, com voto vencido do Senador Affonso Camargo), que autoriza o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares americanos), destinados ao Programa de Investimentos do Estado, tendo

PARECERES, sob nºs 362, 663, 664 e 987, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça* — 1º *pronunciamento*: pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; 2º *pronunciamento*: favorável à emenda nº 1 da Comissão de Finanças, com voto vencido, em separado, do Senador Mendes Canale; e

— de *Finanças* — 2º *pronunciamento* (em virtude de documentação anexada): apresentando emenda nº 1-CF, com voto vencido dos Senadores José Fragelli, Affonso Camargo e Pedro Simon; 3º *pronunciamento*: ratificando parecer anterior, com voto vencido dos Senadores José Fragelli, Saldanha Derzi e Affonso Camargo.

#### — 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 12, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) a elevar em Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 13 e 14, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e  
— de *Municípios*, favorável.

#### — 3 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 15, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Alterosa (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 16 e 17, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e  
— de *Municípios*, favorável.

#### — 4 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 6, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 18, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos (SP) a elevar em Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 19 e 20, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e  
— de *Municípios*, favorável.

#### — 5 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 38, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 279, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a elevar em Cr\$ 282.483.630,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e trinta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 280 e 281, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e  
— de *Municípios*, favorável.

#### — 6 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 88, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 594, de 1981), que autoriza a Escola Superior de Educação Física de Goiás a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 9.813.300,00 (nove milhões, oitocentos e treze mil e trezentos cruzeiros), tendo

PARECERES, sob nº 595, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade.

#### — 7 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 101, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 675, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Maceió (AL) a elevar em Cr\$ 130.213.939,45 (cento e trinta milhões, duzentos e treze mil, novecentos e trinta e nove cruzeiros e quarenta e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 676 e 677, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e  
— de *Municípios*, favorável.

#### — 8 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 60, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 396, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 128.968.800,00 (cento e vinte e oito milhões, novecentos e sessenta e oito mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nº 397, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

#### — 9 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 102, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 678, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) a elevar em Cr\$ 526.716.000,00 (quinhentos e vinte e seis milhões, setecentos e dezesseis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 679 e 680, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e  
— de *Municípios*, favorável.

#### — 10 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 108, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 713, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a elevar em Cr\$ 10.027.899.259,79 (dez bilhões, vinte e sete milhões, oitocentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e nove cruzeiros e setenta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nº 714, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade.

#### — 11 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 90, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 608, de 1981, com voto vencido do Senador Alberto Silva), que autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 634.053.100,00 (seiscentos e trinta e quatro milhões, cinquenta e três mil, e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 609 e 988, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido dos Senadores Hugo Ramos e Mendes Canale; e  
— de *Economia* — 2º *pronunciamento* (reexame solicitado em plenário): ratificando o parecer anterior.

#### — 12 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 18, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 66, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Senhora de Oliveira a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil e cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 67 e 68, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e  
— de *Municípios*, favorável.

#### — 13 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 85, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 488,

de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Cubatão (SP) a elevar em Cr\$ 679.404.096,72 (seiscentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e quatro mil, noventa e seis cruzeiros e setenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 489 e 490, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

— 14 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 89, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 599, de 1981, com voto vencido, em separado, do Senador José Fragelli e voto vencido dos Senadores Luiz Cavalcante e Alberto Silva), que autoriza a Prefeitura Municipal de Engenheiro Navarro (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 600 e 601, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

— 15 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 115, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 763, de 1981), que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinada ao programa de investimentos do Estado, tendo

PARECER, sob nº 764, de 1981, da Comissão.

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 16 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 106, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 690, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Tamboril (CE) a elevar em Cr\$ 7.522.000,00 (sete milhões, quinhentos e vinte e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 691 e 692, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

— 17 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 40, de 1981, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo do Escritor Josué Montello, referente ao ingresso do ex-Ministro Eduardo Portella na Academia Brasileira de Letras.

— 18 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 43, de 1981, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, das ordens do dia dos Ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, baixadas em comemoração ao 17º aniversário da Revolução de março de 1964.

— 19 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 268, de 1981, do Senador Marcos Freire, solicitando urgência, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 240, de 1980, do Senador Franco Montoro, que estabelece a participação de representante dos empregados e empresários na administração da Previdência Social (INPS, IAPAS e INAMPS).

— 20 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 149, de 1981, do Senador Mauro Benevides, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "O Nordeste é Vítima do Estouro do Orçamento Monetário", de autoria do economista Sérgio Machado, publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 23 de junho de 1981.

— 21 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 313, de 1981, do Senador Marcos Freire, solicitando urgência, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 1979, do Senador Humberto Lucena, que institui o seguro-desemprego, e determina outras providências.

— 22 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1981, do Senador Jorge Kalume, que dispõe sobre enquadramento de professores, colaboradores e auxiliares de ensino, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 654 e 655, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável; e
- de *Educação e Cultura*, favorável.

— 23 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 1979, do Senador Jorge Kalume, que dispõe sobre a aplicação, como incentivo fiscal, na área da SUDAM, da totalidade do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas domiciliadas na Amazônia Legal, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 204 a 207, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto em separado do Senador Aderbal Jurema;
- de *Assuntos Regionais*, favorável, com voto vencido do Senador José Lins;

- de *Economia*, favorável, com voto vencido do Senador José Lins; e
- de *Finanças*, favorável.

— 24 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 357, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os coveiros e empregados em cemitérios, tendo

PARECER, sob nº 1.006, de 1980, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela injuridicidade, com voto vencido dos Senadores Cunha Lima e Leite Chaves, e voto em separado do Senador Aderbal Jurema.

— 25 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, alterando dispositivo da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, tendo

PARECER, sob nº 1.034, de 1980, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela inconstitucionalidade.

— 26 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que isenta do Imposto de Renda o 13º-salário, tendo

PARECER, sob nº 64, de 1981, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela inconstitucionalidade.

— 27 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons, tendo

PARECER, sob nº 1.009, de 1980, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

— 28 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 40, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 318, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 319 e 320, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 309/81, do Senador Dirceu Cardoso, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 55 minutos.)



**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. DIRCEU CARDOSO NA SESSÃO DE 16-10-81 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. DIRCEU CARDOSO** (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Fala-se muito na truculência do nosso Regimento, e notei, na sessão de hoje, que eu estava inscrito porque me inscrevi ontem, que houve uma interposição de inscrição antes da hora em que eu falava.

Sr. Presidente, mas traduzo isso: como já falei algumas vezes, esta semana, e como outros oradores também já usaram da palavra mais de duas vezes esta semana, não tinham o direito de entrar na minha frente porque já falaram mais de duas vezes esta semana, o que ocorreu comigo. Portanto, tinha que ser depois.

Por conseguinte, o Regimento é muito liberal. Sr. Presidente, não estou criticando a Mesa, a liberalidade do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Almir Pinto) — Com a devida permissão de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Almir Pinto) — Na verdade, houve um lapso, conforme eu estava comentando aqui com o nobre Senador Paulo Brossard, porque V. Ex<sup>a</sup> está justamente no poço, como costumamos dizer aqui, e só falaria depois do último orador. E, agora, foi que notei, porque estaria inscrito o Senador Leite Chaves. Mas como o nobre Senador Leite Chaves não estava presente, tive a honra de oferecer a palavra ao V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — Então, é liberal o nosso Regimento; felizmente, Sr. Presidente, e por isso querem mudar o ritmo regimental.

Hoje, no fim da sessão, não vou abordar esse assunto de início, mas abordo-lo-ei de passagem e, na próxima semana, voltarei a tratar do assunto, várias vezes, porque essa luta minha, pelo cumprimento regimental, não é apenas por essas falas, não é apenas por isso que se cumpre o Regimento, deve-se cumprir o Regimento, sim, é atendendo aos seus mandamentos; é vir para a sessão e votar.

Os trinta cruzeiros, Sr. Presidente, poderíamos reduzir isto a vinte e cinco. Não sei até se a trinta cruzeiros, por ano, para cada Senador, não seria caro para o povo, para todo o povo, inclusive para Maria que nasceu agora na maternidade, ali na Santa Lúcia. Ela nasceu há apenas uma hora e quinze minutos, com esse tempo de vida ela já está pagando esses trinta cruzeiros.

Então, são todos os brasileiros que estão pagando isso, inclusive os que estão nascendo. Os brasileiros nascem e já estão devendo. Esta é uma terra de empréstimos, porque ao nascer já se está devendo trinta cruzeiros, só para pagar o Senado Federal.

*O Sr. Passos Pôrto* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — Pois não, nobre Senador.

*O Sr. Passos Pôrto* — Acho até caro, trinta cruzeiros por ano para cada brasileiro. Eu mesmo, em reuniões da Mesa do Senado, tenho dito sempre que o Senado não deveria ter uma Gráfica, não deveria ter o PRODASEN. O Senado deveria ser uma instituição sem esses órgãos correlatos.

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — No fim vão dar razão a quem luta.

*O Sr. Passos Pôrto* — Acho que o Senado, em Brasília, e evidentemente estou dizendo isso, sem qualquer acusação à boa administração do PRODASEN, dos serviços que ele presta, e à Gráfica que, de certa forma, cobriu uma lacuna, que era o Departamento de Imprensa Nacional que não podia nos dar o *Diário do Congresso* em dia; então, como dizia, aqui em Brasília o que ocorreu foi o seguinte: é que o Senado, hoje, parece mais uma indústria do que uma instituição parlamentar. Vivemos hoje, aqui, realmente, num grande parque industrial. É uma Casa ampla, cheia de obras, que vão se sucedendo a cada administração; temos hoje, aqui, um grande empório industrial, que começa lá na Câmara, vem pelo seu "metrô" e vai terminar lá na Gráfica do Senado. Temos hoje, aqui, um grande parque industrial, onde, por isto mesmo, não se ressalta o grande objetivo da instituição parlamentar, que é o Plenário, que são as suas Comissões, as discussões, o debate e a votação, porque o Senado, em Brasília — pelo menos no Rio de Janeiro não era assim — o Palácio Monroe existia para os Senadores e o Palácio Tiradentes para os Srs. parlamentares. Esses órgãos de infra-estrutura que vieram — dizem — para facilitar o exercício do mandato, acho que eles não cumpriram a sua finalidade. Estamos ainda vivendo a escassez de informações — o Senador não as tem — e de uma certa forma abastardou-se a instituição parlamentar, porque ela ficou como se fosse um grande parque industrial, onde se vem de lá, se vai até cá, temos hoje um serviço médico que é um hospital, preso à instituição. Portanto, vivemos hoje, aqui, dentro de uma grande comunidade, quando bastaria que vivessem somente os Senadores, os servidores do Senado, a Câmara

também com seus servidores. Era a observação que gostaria de fazer, nesta tarde, aproveitando o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, num final de semana legislativa. É uma opinião pessoal.

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — Opinião pessoal, não! É a opinião do Vice-Presidente da Casa. Foi o Vice-Presidente da Casa quem deu esta opinião.

*O Sr. Passos Pôrto* — Não. Estou falando aqui como Senador, como observador antigo da instituição e um homem apaixonado pela instituição parlamentar. Acho que, em Brasília, nós nos desvirtuamos um pouco, porque ficamos nos dedicando muito a Clube do Congresso, Hospital, a Gráfica, enfim, a outras coisas que não são a finalidade única que era a instituição parlamentar.

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — Registro o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, partindo de quem ocupa um lugar destacado na Mesa. É Vice-Presidente da Casa; se por acaso faltar o nosso Presidente, V. Ex<sup>a</sup> assumirá e passará a dirigir a Casa até o fim, como Presidente da Casa; isso se o Presidente faltar, se for convidado para ser Embaixador, ou outra coisa qualquer, então V. Ex<sup>a</sup> será o dirigente da Casa, e se declara contra essas coisas todas.

Foi V. Ex<sup>a</sup> quem falou, mas é preciso que se repita, aqui, porque outros podem pensar que fui quem falou e vir, aqui, amanhã, com um discurso, aí, entram pelos devões do Regimento — depois de falar várias vezes esta semana, a hora que quiser — vêm aí e põem banca, lêem e fazem comentários sobre coisas que eu havia dito.

Foi V. Ex<sup>a</sup>, como Vice-Presidente da Casa, quem disse isso.

Mas, Sr. Presidente, o assunto que me traz à tribuna, e que vou deixar para o fim de minha comunicação, agora, é o seguinte:

Hoje, o Juiz da 4<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública de Brasília, Dr. Renan Bitencourt, deferiu o despacho colocando na rua sete famílias de um aglomerado de 50 casas da SHIS — Sociedade de Habitações Interesse Social do Governo do Distrito Federal.

Essas casas, e este o motivo da minha comunicação primeira, depois vou voltar ao caso que estávamos tratando; essas casas vêm sendo ocupadas, há cerca de 18 meses, por 50 famílias, e têm debaixo do seu telhado centenas de crianças; têm 800 pessoas nessas cinquenta famílias. Pois bem, essas casas da SHIS, construídas — como diz aqui o Secretário de Serviço Social — para atender pessoal de baixa renda, o que é a função e objetivo dessa construção, essas casas estavam abandonadas, ali, fechadas, há 18 meses, um ano e meio. Gente sem teto que dormia debaixo das pontes, amontoadas em casebres, na periferia de Brasília, nos arredores de Brasília, passavam por ali e viam casas construídas com o dinheiro do povo, com verbas votadas aqui pelo nosso glorioso Senado, de empréstimos, de créditos abertos em quantidades violentas, aqui, para Brasília. Pois bem, essas famílias que passavam por lá e voltavam para os seus casebres, para os seus tugúrios, verificaram que durante 18 meses permaneciam fechadas as casas. Então, houve de fato uma invasão; invadiram e ocuparam as casas.

*O Sr. Alexandre Costa* — Senador Dirceu, eu desejava dar um aparte a V. Ex<sup>a</sup> vim do gabinete para isso.

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — Pois não.

*O Sr. Alexandre Costa* — Como diria, ou plagiando o Senador Paulo Brossard: Pelo amor de Deus, qual é o parque industrial que tem o Senado Federal? Será que serviço médico é parque industrial em algum lugar do mundo? E poderia deixar de existir um serviço médico, que o Senador Passos Pôrto intitula de hospital, numa Casa que tem 36 médicos? Poderia deixar de existir? Será que o PRODASEN, que serve somente ao Senado Federal, é parque industrial de alguma coisa? Meu Deus, eu tenho aprendido tanto! Há pouco tempo, aprendi que cebola era produto de subsistência! E agora vim aprender que serviço médico e PRODASEN, também, são parque industrial! Nem a gráfica é parque industrial. A gráfica é um órgão que serve ao Senado Federal, que imprime três jornais e, se não fora a sua existência, não poderíamos funcionar como Poder Legislativo, onde somos obrigados a publicar tudo o que dizemos, tudo o que fazemos, as leis que legislamos. Meu Deus do céu, o que é isso? Onde é que nós estamos? Desmoralizar o Senado é isso, não é V. Ex<sup>a</sup> pedir verificação, ou se comparar o Senado do Rio de Janeiro com o Senado de Brasília, quando o País tinha 40 milhões de habitantes e hoje três vezes mais, que comparação! Eu pasmo, pasmo de aprender tanta coisa brilhante nestes últimos dias, nesta Casa. Já se confunde obstrução com verificação.

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — Muito bem!

*O Sr. Alexandre Costa* — Obstrução nunca foi pedido de verificação, em lugar nenhum do mundo. A obstrução é feita como a Oposição tem feito nesta Casa, aliás, com muito brilhantismo, falando todos os membros da Opo-

sição, tomando o tempo para que seja evitada a votação. Quando se é Maioria, e o PDS é Maioria, praticamente não existe obstrução, porque se aqui frequentassem os 36 Senadores do Partido do Governo, os pedidos de verificação de V. Ex<sup>a</sup> de nada valeriam.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Muito bem! Muito bem, Senador.

O Sr. Alexandre Costa — Esta é a realidade. Mistura-se tudo, confunde-se tudo, e não creio nem que seja por má fé que se pretenda confundir, talvez por um desconhecimento...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas um membro da Mesa não pode desconhecer isso, não é?

O Sr. Alexandre Costa — Eu não entro nos detalhes, porque nada de pessoal me interessa. Discuto, em teses, problemas do Senado Federal. O que eu digo é que o Senado Federal, que tem trinta e seis médicos, não pode deixar de ter um serviço médico, ou então, ele não é mais o Senado Federal, mas um cabide de emprego de médicos. Um Senado Federal, ou um Congresso Nacional que é obrigado a imprimir três jornais diários, não pode deixar de ter a sua gráfica, nem um PRODASEN, tão bem trazido para o Poder Legislativo pelo Senador Petrônio Portella, porque se alguém diz que lá não se obtêm informações, é porque não as pede, ou não as sabe pedir. Sempre que pedi, eu as consegui. Pode ainda não ser perfeito, ideal. Mas não é ideal só o PRODASEN; também não funciona como ideal o Poder Legislativo brasileiro.

O SR. DIRCEU CARDOSO — A pergunta que V. Ex<sup>a</sup> me dirigiu, como faz V. Ex<sup>a</sup>, na Mesa, também a passo àquele a quem ela é feita.

Gostaria de falar pelo menos nos dez minutos restantes, já que não vou falar sobre a obstrução e relatar as cenas de ontem,...

O Sr. Passos Pôrto — Eu sabia, nobre Senador Dirceu Cardoso, que a crítica que fiz, de uma maneira genérica, às despesas do Senado Federal, que o Senador Jutahy Magalhães disse que custou Cr\$ 30,00 por ano, *per capita*...

O SR. DIRCEU CARDOSO — A todos os brasileiros.

O Sr. Passos Pôrto — ... a todos os brasileiros, que eu achava alto, aproveitei a oportunidade para exprimir uma observação de natureza pessoal, que não está ligada à minha condição de Vice-Presidente do Senado, muito menos de acusação ao Senador Alexandre Costa, que apenas foi um 1<sup>o</sup> Secretário.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Absolutamente, não houve acusação.

O Sr. Passos Pôrto — Não fiz acusação alguma ao Senador Alexandre Costa, nem S. Ex<sup>a</sup> tem motivos maiores do que eu para defender o Senado.

O Sr. Alexandre Costa — E nem eu respondi como acusação, porque se tivesse que fazê-lo, seria diferente.

O Sr. Passos Pôrto — E eu aceitaria a diferença.

O Sr. Alexandre Costa — Seria diferente, porque assuntos pessoais são outra coisa. Mesmo porque não fui eu quem fundou o PRODASEN, logo também não poderia ser um insulto pessoal; não fui eu quem fundou a Gráfica, logo não poderia ser; não fui eu quem nomeou 36 médicos, logo, não poderia ser nada contra mim. Falei em tese, em geral, contestando que serviço médico nunca foi parque industrial, em lugar nenhum do mundo.

O Sr. Passos Pôrto — O que eu dizia, nobre Senador — e repito — é que entendo que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, deveriam, ao se transferir para Brasília, ter serviço médico, ter serviços de infra-estrutura que ajudassem o Poder Legislativo, como faz o Poder Judiciário. O Poder Judiciário também precisaria de 40 médicos, a Câmara de outros 40 ou 80 médicos, etc. Acho que tudo isso deveria existir nos serviços médicos da cidade, que deveriam dar assistência ao Senado, que também deveria ter lugar na Imprensa Oficial...

O SR. DIRCEU CARDOSO — V. Ex<sup>a</sup> não fez alusão a ninguém. Foi só um pensamento.

O Sr. Passos Pôrto — Só quis exprimir uma observação, no sentido de que entendo e penso, pelos anos que tenho aqui em Brasília, de que as duas Casas se desviaram da sua atividade fundamental e ficaram mas — parece — dedicando-se a esse parque industrial que temos aqui, de PRODASEN, que é um órgão eficiente, da Gráfica, outro órgão eficiente, Serviço Médico, outro órgão eficiente. Não quero que amanhã pensem que os estou acusando de ineficiência, apenas acho que esses órgãos não deveriam existir no Poder Legislativo. No Poder Legislativo deveriam existir o Senado e suas comissões técnicas, seu plenário, os Senadores e Deputados trabalhando aqui. E os serviços de infra-estrutura deveriam existir nas suas áreas específicas, porque para isso é que existe Poder Executivo, e para isso que existem os órgãos específicos dentro da Administração Pública brasileira. Não fiz, de forma alguma, nenhuma acusação ao Senador Alexandre Costa; não falei, por exemplo,

das Comissões quentes que estão aí, na Ala Nilo Coelho e na Ala Alexandre Costa,...

O SR. DIRCEU CARDOSO — V. Ex<sup>a</sup> tem razão, o microfone de S. Ex<sup>a</sup> é que está falhando no seu gabinete.

O Sr. Passos Pôrto — ... não falei nas dedicatórias, nas homenagens que se fez aqui a Senadores vivos, não fiz acusação a ninguém. Fiz apenas uma análise do que deve ser um Poder Legislativo, como é em todos os países.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Veja, Sr. Presidente, que sou como vento, aquele vento de tempestade: todas as vezes que falo neste Congresso, há uma tormenta agitando os espíritos, trazendo contestações, etc. Mas, fico satisfeito, porque trago a idéia de renovação, de discussão, um princípio de debate, Sr. Presidente, e o Senado vive disso.

Portanto, V. Ex<sup>a</sup> não fez ofensa nenhuma, não aludiu ao nobre Senador Alexandre Costa, que todos nós admiramos pela sua magnífica administração, pelo que fez e realizou aqui nesta Casa, V. Ex<sup>a</sup> apenas fez restrições aos gastos que o Senado tem com esses órgãos. Foi só o que V. Ex<sup>a</sup> falou.

Sr. Presidente, volto ao assunto: essas cinquenta famílias ocuparam, essas casas construídas e deixadas pela SHIS há um ano e meio. E agora, a SHIS, a Sociedade de Habitações para Interesse Social, está colocando cinquenta famílias no olho da rua.

Cinquenta famílias, Srs. Senadores, que têm crianças doentes, crianças excepcionais, crianças que precisam de teto, crianças que precisam do abrigo de um telhado, que viviam aí nos desvãos de portas, das pontes, em casebres construídos de folhas de lata e até folhas de papelão. A SHIS colocou-as na rua, sob a alegação de que então de fato, entraram sem ordem da SHIS, mas essas cinquenta famílias que ocuparam essas casas, são todas elas inscritas na SHIS com cinco anos de espera — e estão aqui os documentos —, todas requerentes. Estão aqui todos os documentos das cinquenta famílias, que os trouxeram hoje. Não vieram encher essas galerias porque eu não quis e porque elas trabalham pelo sagrado pão de cada dia, não podem perder dia de trabalho para vir em defesa de seus direitos.

Estão aqui, Sr. Presidente, 50 inscrições na SHIS; mas estão dispostas — ouça o Senado — as 50 famílias que ocuparam essas casas, e encontraram essas casas, às vezes, sem instalações sanitárias, fizeram, completaram essas instalações sanitárias, a perderem tudo isso, se a SHIS lhes der outras 50 casas, em qualquer lugar de Brasília. A SHIS não quer, quer pô-las na rua.

A SHIS; uma sociedade de habitações do interesse social, quer pô-las no olho da rua, que quer as crianças passem fome e frio, chuva, necessidades nas noites frias daqui, quer pô-las no olho da rua! Têm 5 anos de inscrição, ocupam lá, mas desocupam desde que haja um entendimento e a SHIS lhes dêem 50 outras casas para habitarem: pagam tudo, não querem nada de graça. E todas com currículo e com atestado de boa residência, são homens trabalhadores que estão prestando serviços à Nação, à Pátria, a Brasília. Temos aqui 2 ou 3 ocupando as galerias, bem arrumados, não têm a gravata para a tribuna de honra, só a gravata que não fez com que se assentassem ali, porque senão viriam para ali, para a tribuna de honra do Senado, só isso.

Mas eles, que trabalham, cujas mãos calosas, Sr. Presidente, produzem tantas gravatas para os grã-finos de Brasília e da administração pública desta Capital, eles, que construíram tantas casas, não têm direito à casa; eles, que construíram tantos conjuntos, não têm direito a um pedaço de telha sob o qual se abriguem. E essa é a Sociedade de Habitações de Interesse Social. Interesse Social de quem?

Então, hoje, o Sr. Juiz pôs 7 famílias na rua. O Sr. Dr. Juiz, a esta hora, está jantando com a sua família, tranqüilo, sereno, a família reunida ali, e ele pôs ao deus-dará, ao vento, à chuva e à noite, sete famílias, para começar, no olho da rua.

Então, Sr. Presidente, eles não querem permanecer lá. Digo mais: estão dispostos a irem para outras 50 casas e assumem o compromisso de limpar as casas que habitavam e deixá-las melhor do que as encontraram. É gente desse gabarito, gente humilde desse gabarito. Não querem deixar depredada, limpam as casas, pintam as casas e deixam inclusive os melhoramentos que lá introduziram, desde que tenham outras casas para morar. Requereram à SHIS, estão esperando ao relento, cinco anos para que a SHIS despache os requerimentos. Não são invasores que chegam agora não. Estão aqui com cinco anos de requerimentos, estão aqui há muitos anos; fabricaram muitas casas, construíram muitos conjuntos, fizeram muitas coisas. Ocuparam essas casas, que estavam desocupadas há 18 meses, casas da SHIS, Sociedade de Habitações de Interesse Social, etc, etc. E tem até o nome do secretário, um nome muito bonito, o Dr. David Boianowsky, Sr. Presidente.

Então, estão dispostos a pagar tudo. Não são homens aventureiros e nem assaltantes, Sr. Presidente, são homens que trabalham. Está aqui a menção das profissões de todos. Eles limpam tudo, deixam a casa como não as encontraram, limpas etc. Sr. Presidente, será que não podia haver um en-

tendimento? O nosso ilustre Presidente da Comissão do Distrito Federal não está presente, mas isso é assunto aqui dessa Comissão, que deveria chamar o Secretário aqui para tentar resolver esse problema. Vão pôr 50 famílias na rua, 500 crianças, Sr. Presidente. São 800 pessoas, famílias grandes, todas famílias grandes, a família pobre é uma família numerosa, postas na rua. Então, devia haver um entendimento para que eles pudessem ficar, esses pobres brasileiros, Sr. Presidente, que não tendo gravata estão lá nas galerias ouvindo. Isso até me emociona, Sr. Presidente. Casas desocupadas há um ano e meio, eles requereram há 5 anos e estão esperando pela casa desocupada, e o Sr. Boianowsky sem decidir, há um ano e meio e não atendeu. E agora pôs na rua 7 famílias, começou o desmoronamento.

Sr. Presidente, hoje, o Presidente da Comissão está até um pouco desavendo comigo, não está presente — aliás na pauta consta três discursos de S. Ex<sup>a</sup>, três pedidos de transcrição, nos Anais, de discursos de S. Ex<sup>a</sup>, coisas importantes que, infelizmente, não podemos tratar esta semana. São transcrições muito bonitas, discursos muito bonitos, lindos, maviados e tal, que não pudemos ouvir. E tem 21 processos de empréstimos e mais outras coisas, outras filigranas do Regimento. Mas, parece que a Comissão, até hoje, este ano, reuniu-se uma ou duas vezes apenas.

*O Sr. Passos Pôrto — Exato.*

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — Uma ou duas vezes só. Comissão do Distrito Federal. Não sei se a Comissão do Distrito Federal é a Comissão do Rio de Janeiro ou se é daqui. Não sei, estou meio confuso, não sei.

*O Sr. Passos Pôrto — É daqui.*

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — É daqui. Ah! Então é daqui, é Brasília, Comissão do Distrito Federal, esse tempo todo sem se reunir.

V. Ex<sup>a</sup> é da Comissão?

**O SR. PRESIDENTE** (Almir Pinto. Fazendo soar a campainha.)

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — Vou concluir, Sr. Presidente.

*O Sr. Passos Pôrto — Se V. Ex<sup>a</sup> me permitisse, eu gostaria de apartear-lo.*

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — V. Ex<sup>a</sup> sempre, às vezes, não deixa que eu fale muito, mas eu permito o aparte a V. Ex<sup>a</sup>

*O Sr. Passos Pôrto — Eu queria prestar a V. Ex<sup>a</sup> algumas informações, pela minha condição de ex-Membro da Comissão do Distrito Federal...*

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — Ah! Bom.

*O Sr. Passos Pôrto — ... e dizer a V. Ex<sup>a</sup> o seguinte: primeiro, a Comissão do Distrito Federal não seria o órgão adequado.*

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — Não. Mas para um entendimento, chamar o Secretário?

*O Sr. Passos Pôrto — A Comissão do Distrito Federal é um órgão técnico da Casa para examinar assuntos de Brasília. Porém, por uma deformação, tem servido aqui para isto: para apreciar as aspirações.*

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — É.

*O Sr. Passos Pôrto — Mas, como não há representação política no Distrito Federal, ela, de uma certa forma, tem feito essa representatividade. E acho que está certo, V. Ex<sup>a</sup> encaminhe e solicite que a Comissão do Distrito Federal examine.*

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — É.

*O Sr. Passos Pôrto — Então, eu queria dizer o seguinte: a SHIS, que é a Sociedade de Habitação de Interesse Social, é uma autarquia subordinada à Secretaria de Serviços Sociais, que vive de recursos do BNH e recursos públicos para financiar a construção de casas populares para os servidores do complexo administrativo do Distrito Federal e também para o pessoal de baixa renda. Estou achando meio estranho, porque eles obedecem a normas gerais de ocupação de casas, porque eles são também uma entidade financiadora, recebem recursos e têm que pagar esses recursos. Mas, a denúncia que V. Ex<sup>a</sup> traz deve merecer todo apreço e acatamento da Comissão e vou diligenciar junto ao nobre Senador Lourival Baptista, que é o Presidente da Comissão do Distrito Federal.*

**O SR. PRESIDENTE** (Almir Pinto — Fazendo soar a campainha) — Apenas gostaria de lembrar que já são 18 horas e 30 minutos, estamos no final da sessão e o Congresso está convocado para as 18 horas e 30 minutos. Portanto conseqüente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que conclua o seu discurso.

**O SR. DIRCEU CARDOSO** — Jámo tratar do assunto, mas por causa da urgência do despejo, hoje deferido pelo Juiz da 4ª Vara da Fazenda, é mais importante do que a queixa de que vou falar.

Ontem, aqui nesta Casa, verificaram-se alguns acontecimentos graves entre mim e a Mesa. Mas acutilado por todos os lados e de todo jeito, tenho

respondido na melhor das minhas intenções. Não quero prejudicar a imagem do Senado e nem a estou prejudicando. Quero crer que a minha luta é pelo engrandecimento da Casa. Não quero nem que a Mesa, de maneira alguma, se rebaixe ou sofra um julgamento por nada. Agora vou confessar, sr. Presidente, já que estou vendo os filtros que vêm — sei de onde estão vindo — os filtros tendenciosos; então a coisa vai amargar de segunda-feira em diante, outra vez. Sr. Presidente, os filtros que estão me promovendo — até em declarações em jornais — quanto a minha posição! Não tenho de que me arrepender de nada; o que fiz está feito!

Assim, Sr. Presidente, tratarei o assunto na reunião de segunda-feira, já que o tempo não me permite. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a tolerância. Mas segunda-feira volto ao assunto, dizendo apenas isto: é preciso que a Casa medite, num instante de serenidade, uma pequena grandeza que houve. Se não quiser reconhecer isto, para mim é a mesma coisa; voltamos à lei da selva: É a mesma coisa para mim. E que cessem os filtros.

Há dias, Sr. Presidente, o Sr. Presidente efetivo da Casa quis ir ao meu gabinete, mas lhe disse: "Não, Sr. Presidente, não quero que V. Ex<sup>a</sup> venha aqui, não quero que o Sr. se rebaixe em vir dar satisfação aqui no meu gabinete". Nunca disse isso a ele. Até saí do Gabinete para não receber S. Ex<sup>a</sup> Mas é preciso que os filtros acabem, porque senão vamos acabar com os filtros. (Muito bem! Palmas.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVANDRO CARREIRA NA SESSÃO DE 19-10-81 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. EVANDRO CARREIRA** (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O Brasil possui no Extremo Oeste uma fortaleza, um baluarte, que fora implantado há 300 anos atrás pelos portugueses na sua perspectiva visionária de um Brasil imenso, grandioso carregando canhões de 10 toneladas até Tabatinga, extremo-oeste, confinando praticamente com a Serra de Contamana, guardando a entrada do Marañón, do Rio Amazonas em Território brasileiro.

Este baluarte, Sr. Presidente, tem estado sob o comando de oficiais do Exército Nacional, do maior gabarito, todos eles empregnados do melhor patriotismo e da maior intimidade com aquela região agreste, nativa e distante.

Tabatinga hoje já não é mais aquele humilde fortim de 11 fuzis, a que se referira Jarbas Passarinho, por ocasião de uma interlocução mantida conosco. Hoje Tabatinga possui um Batalhão Especial de Fronteira com mais ou menos mil homens; já é um centro de comércio e de indústria, confinando com Letícia, outras cidades importantes no território colombiano e com a cidade de Ramón Castillo, no território peruano. É, portanto, uma área de fronteira tripla onde se faz necessária uma autoridade, um comandante militar perfeitamente integrado naquela responsabilidade, não só de Comandante mas também de diplomata, pois hoje múltiplos interesses convergem para aquela área, ocorrendo atritos de toda natureza, chegando-se a dizer que talvez sejam, hoje, Tabatinga e Letícia a encruzilhada do tráfico de cocaína na América do Sul — o que ainda não está provado. Mas o fato é que já foram surpreendidos vários contrabandistas na área. Há bem pouco tempo o Superintendente da Polícia Federal, no Estado do Amazonas, o Sr. Ivo Americana, fora afastado de suas funções para que o seu departamento investigasse, com maior liberdade, o seu comportamento diante da acusação de ter recebido 18 milhões de cruzeiros para libertar o chefe de uma quadrilha de contrabandista de cocaína.

Sr. Presidente, Tabatinga não foi feliz com o atual comandante militar, que deve ter sob seus ombros a grave responsabilidade de resguardar os interesses nacionais naquela área. Lamentavelmente, sou obrigado a dizer isso desta tribuna. Há mais de um ano que venho relutando para não chegar a este ponto, no entanto, o Sr. Coronel Hélio Borba, Comandante atual do Batalhão Especial de Fronteira, de Tabatinga, não me deixa outra alternativa.

Nos fins de julho, do ano passado, ele urdira, na sua sala de comando, uma trama para prender o indigenista Paulo Lucena que teria denunciado o fato de um oficial, médico do hospital militar, ter recebido uma passagem aérea Tabatinga—Manaus—Tabatinga, para sua sogra, como se fosse para uma índia Ticuna, fornecida pela FUNAI. A denúncia do indigenista Paulo Lucena, foi confessada pelo próprio oficial, que alegara ser sua sogra índia Ticuna, o que lhe parecia autorizar a prodigalidade da FUNAI, o que em verdade não é aceito pelo pundonor militar e cívico.

O indigenista Paulo Lucena foi preso arbitrariamente e condenado à revelia, num processo à Torquemado, em que não teve o direito de defesa, tudo urdido e tramado entre o Juiz de Benjamin Constant, uma advogada e o próprio Coronel Hélio Borba.

Já a esta época, oficial do próprio batalhão vinham aconselhando, com muita cautela o Coronel, para que ele moderasse, tivesse cuidado, e acredito

que desde essa época esses oficiais passaram a ser mal vistos pelo próprio Coronel. Até que os fatos chegaram à raia do absurdo.

O Coronel Hélio Borba prendeu por quarenta dias o subcomandante Tenente-Coronel e prendeu mais dois Majores, um pára-quedista e outro de comunicações, sediados no batalhão sob suas ordens, prendeu os dois por 60 dias, apenas porque intervieram em favor de um advogado para que não fosse preso, no exercício da sua profissão. Tudo aconteceu no aeroporto de Tabatinga quando o advogado e o próprio juiz de Tabatinga foram desacatados por um oficial que a mando do Coronel comandava uma patrulha com ordens de efetuar prisão no aeroporto, desrespeitando *habeas corpus* concedido pelo citado juiz.

Esse *habeas corpus* teria sido desrespeitado pelo próprio Coronel. Foi a interferência do Tenente-Coronel Subcomandante e daqueles Majores que teria evitado um mal maior. O Coronel reagiu prendendo o Subcomandante e os dois Majores, criando um clima de intranquilidade em Tabatinga, numa área de fronteira da maior seriedade e importância.

A população toda está intranquilo. Cerca de 8 mil brasileiros saem de Tabatinga e Marco Divisório para trabalhar em Leticia e vice-versa. Há, portanto, uma reciprocidade de interesses muito grande. Calcula-se que Leticia, Tabatinga e Benjamin Constant já possuem uma população de 60 mil habitantes na área citadina, sem contarmos o interior. Portanto, há necessidade da presença de um Comandante que tenha o devido equilíbrio, a devida tranquilidade para não abusar de sua autoridade.

O Tenente-Coronel subcomandante chama-se Leony Correa de Moraes e os Majores chamam-se Pedro Oliveira Santos, Engenheiro de Comunicações e Edson Bimbi, pára-quedista, todos servindo no Batalhão e respeitadíssimos e admirados pela população. O Batalhão é tido como um exemplo para toda a comunidade, não só brasileira como peruana e colombiana.

O fato de se prenderem oficiais superiores preocupa muito e eu pediria, desta tribuna, à Liderança situacionista do Senado que interferisse junto ao Sr. Ministro do Exército a fim de que ele mande averiguar, com muito cuidado, com muita perspicácia os fatos; estou somando o ocorrido agora com o que eu assistira em agosto de 1980. Vi um indigenista preso, em greve de fome; morreria no cárcere, se não fosse a minha interferência para que sustasse a greve.

Esse indigenista já estava há quase trinta dias em greve de fome, entrando em estado de definhamento absoluto. Mas o Coronel não se comovia; o preso era primário, condenado arbitrariamente por crime de injúria, tinha direito ao livramento; mas o Coronel em conluio com o juiz não consentia o livramento. Foi preciso uma luta advocatícia muito grande, com recurso ao *habeas corpus* aqui para Brasília, a fim de anular a ignomínia.

Todos esses fatos somam truculência, intranquilidade, falta de diplomacia, bom senso e noção de competência, de área jurisdicional, qualidades essenciais para um comandante naquela região de fronteira triplíce.

O Comandante do Batalhão de Fronteira de Tabatinga é um Coronel. O posto é de Coronel; só pode ser Comandante do Batalhão um Coronel, porquanto o posto implica obviamente na presença de qualidades apuradas.

Estou somando todos esses fatos e pedindo ao ilustre Ministro do Exército que mande averiguar, com seriedade absoluta, o que está se passando naquela área. A continuar esse Coronel, prendendo Subcomandante, prendendo Majores, apenas porque interferem no resguardo do cumprimento das funções para que foi criado o Batalhão Especial de Fronteira de Tabatinga, nós acabaremos assistindo a conflitos não apenas nacionais, porém internacionais.

O Sr. José Lins — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. EVANDRO CARREIRA — Ouço o ilustre Senador José Lins.

O Sr. José Lins — Senador Evandro Carreira, os fatos que V. Ex<sup>a</sup> traz à consideração do Plenário do Senado são os mais graves possíveis. V. Ex<sup>a</sup> fique ciente de que a Liderança levará o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> ao conhecimento das autoridades e que o seu apelo será ouvido. Os fatos serão apurados e V. Ex<sup>a</sup> terá informações sobre as medidas que as autoridades tomarem a respeito desse assunto.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Muito obrigado, ilustre Senador. Gostaria, também, de adiantar que o Tenente-Coronel Leony é um jovem da melhor formação militar, é carioca, de família abastada, tendo ido para Tabatinga, ainda como 1º-Tenente, perdeu-se de amores pela Amazônia, assim como o hoje General Moraes Rego, que foi para lá como Major, chegando a comandar o Batalhão.

O Tenente-Coronel Leony apaixonou-se pela área de tal forma que acabou adotando seis nativos, como filhos. Esses nativos são herdeiros dele, seis índiozinhos ticunas, um já cursando a Escola Preparatória de Cadetes.

Ainda não contente, o Tenente-Coronel Leony, quando Capitão, casou-se com uma moça nativa, com uma cabloca da área, descendente de aboríge-

nes. E um moço enraizado na área, ligado à área, profundamente ligado, e é muito benquisto por toda a tropa e por toda a população.

E portanto, um fato inusitado o comportamento do Coronel Hélio Borba. E não é de hoje; estou juntando as peças do quebra-cabeças e cheguei à conclusão de que não havia outro caminho a não ser pedir uma averiguação, uma sindicância minuciosa, pormenorizada, para evitarmos mal maior, e os oficiais punidos serem reabilitados.

Este, o pedido que faço; e agradeço, profundamente, o pronunciamento do ilustre Senador José Lins, comprometendo-se em nos ajudar na obtenção dessa sindicância.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. TEOTÔNIO VILELA NA SESSÃO DE 19-10-81 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. TEOTÔNIO VILELA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Há dias passados, pronunciei um discurso sobre a situação do Araguaia, especificamente sobre treze posseiros presos e dois padres; acrescentava que a situação na região do Araguaia agrava-se dia a dia e outros acontecimentos poderiam ocorrer naquela região.

Agora à tarde, por volta de 14 horas, recebo um relatório, que simultaneamente deve ter sido entregue à CNBB, com o qual duas freiras e um padre, de São Geraldo do Araguaia, me relatam o que ocorreu no dia 15 do corrente, naquela cidade, que é um distrito do Município de Conceição do Araguaia.

Quando visitei São Geraldo do Araguaia, percebi o desejo da Polícia Federal de provocar uma divisão na cidade, uma vez que existem duas igrejas, modestas, é verdade, mas duas igrejas, uma na chamada região baixa, na margem do Araguaia e a outra no alto, onde está se situando a nova cidade, em virtude das enchentes periódicas do rio. Eu percebi que os padres, credenciados pelo Bispo de Conceição do Araguaia, Dom Patrick, celebravam missas na igreja de tábuas, na região de cima, e o GETAT e a Polícia Federal resolveram praticar atos religiosos, na igreja de baixo, por conta própria. Convidavam o povo, chegaram a vestir policiais de paramentos religiosos, obrigavam as senhoras a rezarem o terço e a ouvirem as pregações feitas por elementos da Polícia Federal, em nome da Igreja, contra os dois padres franceses, Francisco e Aristides, presos.

Ora, Sr. Presidente, aí já está uma anomalia sem tamanho. Não se trata apenas de uma ligeira discordância entre a Igreja e o Estado, mas de uma guerra de calúnia.

Hoje, vem a constatação do agravamento da situação. Há um padre chamado Alfredo, no Pará. Este padre, coitado, está envolvido numa ação criminal e por ela vem pagando coisas terríveis. O julgamento será no final deste ano. E, segundo se sabe, é notório, o Padre passou a ser chantageado, terrivelmente, pela Polícia Federal, em outros casos e, agora, especialmente, no caso de São Geraldo do Araguaia. Foi levado de Belém do Pará para São Geraldo do Araguaia, para tomar conta da Igreja — como se chama lá — da Igreja de Baixo, sem nenhuma autorização do Bispo de Conceição do Araguaia ou do Arcebispo de Belém do Pará.

Ocorre ainda, Sr. Presidente, que há um padre, em São Geraldo do Araguaia, substituindo os dois padres presos. Um padre irlandês, indicado pelo Bispo de Conceição de Araguaia, Dom Patrick. No dia 15 do corrente, o Padre Alfredo, que é de nascimento americano, levado a São Geraldo, foi obrigado, segundo este relatório, a rezar uma missa, cercado de policiais, e depois de se ter solicitado à população que comparecesse, sob pena de os ausentes pagarem pela desatenção. O padre local, acompanhado de duas freiras missionárias, ao tomarem conhecimento de que esse Padre estranho ia celebrar uma Missa, se deslocaram para a Igreja e presenciaram a celebração. Terminada a celebração, o Padre local, Padre Peter, perguntou ao Padre Alfredo, por que viera celebrar Missa em São Geraldo, sabendo que existe Padre em São Geraldo e quais as credenciais dele para celebrar aquela Missa? Ele respondeu, em inglês, dizendo que foi forçado a ir para São Geraldo e obrigado a celebrar aquela missa, em virtude das implicações de sua pessoa numa ação que estava correndo em Belém do Pará.

Nesse momento, o Padre Peter pede que ele se hospede na Casa Paroquial e não no GETAT, o famoso GETAT que citei aqui Grupo Executivo do Tocantins, — criado pelo Conselho de Segurança Nacional para varrer os brasileiros daquela região, os brasileiros que trabalham.

Não tendo como negar ao Padre Alfredo o direito de se hospedar na Casa Paroquial, os agentes da Polícia Federal concordaram em que ele se acompanhasse do Padre Peter.

Na Casa Paroquial, o Padre Peter e elementos locais, chocados com aquele episódio, fizeram-no lembrar que ele se insubordinara contra o Direito Canônico. Em virtude disso, o Padre Peter lhe apresentou uma carta, que ele



assinou, reconhecendo o seu erro e afirmando que celebrara a missa sob coação. Está aqui o documento.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que esse pobre infeliz Padre Alfredo está sofrendo, ou melhor, é hoje um homem perseguido pela neurose. Mostrou a 8 ou 10 pessoas, na Casa Paroquial, as cicatrizes de torturas que sofreu, meses atrás, quando teve que depor nesse processo a que responde por questões outras que não vêm ao caso aqui. E tornou a repetir que não podia, de maneira nenhuma, recusar a determinação da Polícia Federal de se deslocar de Belém do Pará para São Geraldo do Araguaia e celebrar aquela missa, não podia recusar porque já não tinha forças para isso; era uma pobre criatura mutilada. E, ao acabar de dar este depoimento, foi atacado de tal emoção e, segundo os presentes, pareceu-lhes até um verdadeiro ataque de loucura, que saiu de portas à fora, à noite, correndo pelas ruas de São Geraldo do Araguaia. As pessoas que assistiam ao seu depoimento saíram em busca dele, em sua procura. Não o encontraram. Mas, — isso já era pouco tarde da noite — por volta da madrugada, os carros da Polícia Federal, ou melhor, os policiais, usando carros do GETAT, cercam a casa paroquial, prendem o Padre Peter e prendem as duas freiras missionárias. E não só prendem, Sr. Presidente: acusam as freiras de concubinas, atacam moralmente o padre. São conduzidos, repetindo-se o mesmo fenômeno ocorrido com os dois padres franceses, há meses atrás, aos empurrões, revólveres nos ouvidos, são conduzidos à sede do GETAT. O GETAT que, segundo a lei o decreto, foi criado para baixar as tensões naquela região; para resolver os problemas fundiários, para acalmar o homem brasileiro. Pois foi esse mesmo GETAT, que aqui denunciei há três semanas, que continua, como um braço armado de interesses escusos, a prender toda a sorte de brasileiro, toda a sorte de religioso, criando um escândalo internacional, sem que haja uma providência.

Daqui mesmo apelei, Sr. Presidente, mas infelizmente este Senado é um túmulo, um túmulo muito profundo. Nada do que se diz aqui tem mais qualquer importância lá fora; nada do que se diz aqui contribui para qualquer coisa. Estamos enterrados vivos, é necessário que se diga isto. Mas, mesmo assim, Sr. Presidente, continuo a falar, se não por outras razões, pelo menos, para que o silêncio dos outros não me afete. Continuo a falar, Sr. Presidente, ao menos para que eu me conscientize de que estou vivo e de que é preciso continuar denunciando as misérias que se praticam nesta imensa Nação e, sobretudo, contra aqueles, Sr. Presidente, que deveriam merecer, da nossa parte, respeito, carinho, estímulo, porque se dedicam ao trabalho da fé, ou ao trabalho da terra das regiões amazônicas.

*O Sr. José Lins — Permite V. Exª?*

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Com muito prazer.

*O Sr. José Lins —* Os jornais de hoje trazem notícias dessas tristes ocorrências em São Geraldo e em Conceição do Araguaia. Houve informação, também pela imprensa, de que o padre não teria sido obrigado a rezar a Missa, mas que teria rezado de comum acordo com a polícia, mas e em desacordo com o Bispado. O que há de estranho em tudo isso, Senador Teotônio Vilela, é essa plethora de notícias desencontradas que envolvem o nome da Igreja e que, sem dúvidas, nos deixam perplexos. Temos a tendência natural de acreditar, na Igreja, que ela se volta para a proteção dos pobres, dos desamparados. Mas não deixa de ser triste ver, constantemente nos jornais, a divulgação de notícias nem sempre agradáveis, não sabemos se verdadeiras, mas que certamente não deixam de ser a ela prejudiciais, pelo envolvimento que lhe acarretam. Seria desejável que houvesse mais precaução nas suas atitudes que não nos parecem se restringir à área de sua missão religiosa. Elas envolvem também alguns aspectos políticos e civis, que não deixam de prejudicar o conceito da Igreja. Haja vista a referência que V. Exª fez há pouco sobre um citado padre e que nada tem haver com as acusações que a ela fazem agora.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Ele está sendo chantageado por outra coisa.

*O Sr. José Lins —* Já o simples fato desse padre estar se deixando chantagear por culpa própria por alguma causa anterior, já não concorre para o bom nome da Igreja.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Mas, V. Exª não admite que alguém possa errar? Quem está errado é a polícia que está chantageando um pobre desgraçado.

*O Sr. José Lins —* Eu não sei. Por mim não quero nem acusar o padre.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — V. Exª não está acusando, mas está expondo as questões. Gostaria que V. Exª concluísse o seu aparte.

*O Sr. José Lins —* V. Exª é quem disse, há pouco, que o padre já tem uma culpa anterior.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Tem e está escrito neste relatório que tenho em mãos.

*O Sr. José Lins —* Exatamente. Fiz também referência a notícias. Não estou aqui para difamar a Igreja. O que me constrange, profundamente, é que essas coisas vêm acontecendo, sistematicamente, e envolvendo o seu nome, quer ela queira quer não. Ainda há poucos dias, de um discurso do nobre Senador Valdon Varjão, ouvimos notícias que, a mim, me constrangeram profundamente. O que eu desejaria, da minha parte, é que esses fatos fossem esclarecidos, que nós contássemos com a boa vontade da Igreja, e de todos para que fatos dessa natureza não se repitam. E está criando um clima de constrangimento de parte à parte com erros de ambos os lados. Eu gostaria de ver esses assuntos esclarecidos. Aliás, hoje parece-me que é dia do PDS comprometer-se com a análise de informações trazidas pela Oposição. É que a nós compete também esclarecer a nossa parte. E terei imenso prazer em levar em consideração o pronunciamento de V. Exª, pedindo às autoridades que esclareçam, na medida do possível, o que está acontecendo naquela região. Era o que queria dizer. Obrigado a V. Exª pela paciência com que me ouviu.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Muito obrigado, Senador José Lins, mas quero dizer a V. Exª que há três semanas pronunciei aqui um longo discurso sobre o Araguaia. Citei leis, citei fatos, porque fui lá ao Araguaia, passei três dias em São Geraldo do Araguaia e um dia em Belém do Pará. Tenho gravadas cerca de seis a oito fitas, com depoimentos inclusive do Superintendente do GETAT. Até hoje, não obtive uma única informação. De maneira que estou aqui apenas continuando um pronunciamento que não terá resposta jamais, ou terá no dia em que expulsarem os padres, e no outro dia em que forem enquadrados na Lei de Segurança Nacional os posseiros. Neste dia, sei que terei uma resposta ao meu discurso.

*O Sr. José Lins —* V. Exª me permite?

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Pois não.

*O Sr. José Lins —* O discurso de V. Exª, aliás, ilustrativo, importante, teve repercussão. Um outro Senador, há poucos dias, se não me engano na quinta-feira da semana passada, fez um discurso sobre o mesmo tema e V. Exª deveria lê-lo porque, de certo modo, trata do mesmo assunto levantando aspectos completamente diferentes e com opiniões totalmente divergentes.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Se a lei para um é uma coisa e para outro é outra, então um dos dois deve estar errado. Porque fiz o meu discurso citando leis. Não foi citada lei alguma para me desviar da matéria como a coloquei ...

*O Sr. José Lins —* Refiro-me à situação de fatos.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — A situação de fatos cada um tem o seu ângulo de visão, segundo V. Exª está querendo dizer. Mas não, eu a coloquei dentro da lei. E o que exige aqui, foi, em nome da lei, o cumprimento dela, o que não está sendo feito. E é por isso que ocorrem coisas desse teor.

Este relatório, que tenho em mãos, foi-me enviado de São Geraldo do Araguaia e chegou hoje à tarde, aqui, inclusive ele retifica muitas coisas que foram noticiadas de modo diferente de como lá ocorreu. Aqui está testemunhado, portanto, não é dizer que um diz uma coisa e outro diz outra, não! Por que não pegam as minhas palavras, no meu discurso, e se menti, não me processam? Por que não pegam este relatório que está assinado e, se ele é mentiroso, não processam as pessoas que o assinaram?

*O Sr. José Lins —* Permite V. Exª um aparte?

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Este o desafio, nobre Senador, que aqui faço.

*O Sr. José Lins —* Permite V. Exª?

O SR. TEOTÔNIO VILELA — E eu sei da resposta que terei amanhã: será a expulsão dos padres e o apodrecimento de 13 posseiros na cadeia. Este problema de São Geraldo não tem outra finalidade: é espantar os brasileiros, é pôr para fora todos aqueles que estão trabalhando naquela região, independentemente de se submeterem a ser colonos de empresas multinacionais. O objetivo é de caráter completamente diferente daquele que vem sendo abordado. Nós não administramos e nem fazemos mais política, neste País; por nós, os outros é que a fazem lá fora.

Sr. Presidente, desejo que este relatório e esta carta assinada pelo Padre Alfredo constem da minha exposição. E, mais uma vez, só tenho que lamentar que o Senado da República esteja reduzido a um túmulo. Se ainda se ouve, aqui, em movimentado dia, a palavra do Senador Jarbas Passarinho, transmitida por sessenta canais de rádio, ao vivo, para todo o Brasil; e tendo à disposição todas as televisões existentes no País; todos os jornais que publicaram, inclusive, na íntegra, o discurso — a extraordinária divulgação deve-se exclusivamente ao interesse oficial de colocar mal a Igreja. Mas a defesa do PMDB, mostrando a situação dos treze posseiros que apodrecem numa cela em Belém do Pará, e dos dois padres igualmente presos, não obteve a mesma



divulgação. Pobres homens que, há trinta anos, chegaram numa fazenda do Estado, e com o consentimento do próprio Estado tornaram-se posseiros. E, hoje, um Deputado de Goiás, porque fez um contrato de aforamento para extrair castanha do Pará, e tem pretensões de ficar com esta fazenda, junta-se ao GETAT e à Polícia Federal, e cria todo um problema desta ordem.

Este é o primeiro de uma série, Sr. Presidente. O que nós vamos assistir, na região do Araguaia—Tocantins, até o Xingu, vai ser, na verdade, será a entrega de nossas riquezas, do solo e do subsolo, às grandes potências estrangeiras, através de suas entidades comerciais, às chamadas multinacionais.

Esta política está definida, esta política já foi defendida, inclusive, aqui. A política com as multinacionais foi defendida, aqui, é coisa pacífica segundo declaração, há 2 anos do então Líder do Governo, Senador Jarbas Passariinho.

Nossas vozes não chegam ao Palácio do Planalto; como não chega a do nobre Senador José Lins, líder solitário de uma bancada pujante de 40 Senadores; está sozinho, heroicamente defendendo a trincheira oficial; com razão ou sem razão; isso já não é meritório;...

*O Sr. José Lins* — V. Exª me permite?

**O SR. TEOTÔNIO VILELA** — ... mas está defendendo. Todas as tardes temos, aqui, as nossas reuniões do PMDB e do PP, discutindo assuntos nacionais, e o PDS manda sempre um vigia. Hoje é a vez do nobre Senador José Lins, sempre um vigia nervoso do glorioso PDS, que não discute, se habituou a não discutir, mas a cumprir o que diz o Planalto.

Agora mesmo assistimos ao episódio, de certo modo constrangedor, do nobre Senador pelo Piauí, Bernardino Viana, ficar "em palpos de aranha", como se diz na gíria, pelo fato de se recusar a ser relator cego de um processo, sendo ele homem que sabe ler e escrever, mas que fora obrigado a não ler e nem a escrever, por determinação do Palácio do Planalto.

Mas, nobre Senador José Lins, louvo a tenacidade de V. Exª

*O Sr. José Lins* — Permite-me V. Exª mais um aparte?

**O SR. TEOTÔNIO VILELA** — V. Exª dará tantos apartes quanto quiser, porque já é o quarto aparte; de maneira que ouço V. Exª com muita satisfação. Eu quero ficar glorioso com a participação de V. Exª neste discurso, pelo menos não é só um cadáver que fala, são dois, dentro desse suntuoso mausoléu.

*O Sr. José Lins* — Não acredito que V. Exª me escute com satisfação. V. Exª porém tanto cita o meu nome,...

**O SR. TEOTÔNIO VILELA** — é um prazer.

*O Sr. José Lins* — ... que eu devo demonstrar, pelo menos, que estou vivo.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA** — No túmulo.

*O Sr. José Lins* — V. Exª reclama que o Governo não toma providências, que não analisa, e nem manda verificar os fatos. Ora, está havendo investigação, estão sendo feitos inquéritos.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA** — Disso eu sei.

*O Sr. José Lins* — V. Exª já antecipou até o resultado do inquérito.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA** — É, eu já sei.

*O Sr. José Lins* — V. Exª toma portanto, posição, antes de conhecer o resultado do inquérito. O que adianta, nobre Senador, a apresentação por V. Exª de um documento de uma das partes?

**O SR. TEOTÔNIO VILELA** — V. Exª queria que eu trouxesse das duas? É demais, nobre Senador.

*O Sr. José Lins* — Ao mesmo tempo, que V. Exª reclama providências de ordem legal, que reconhece que estão sendo tomadas, acaba, finalmente, por negá-las. Aliás, é interessante verificar a prevenção de V. Exª contra os estrangeiros, as leis estrangeiras ou as empresas estrangeiras, sem observar que, no caso a que estamos assistindo, os propagandistas são também padres estrangeiros, que estão praticando não mais que uma invasão.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA** — Mas, são os únicos que estão trabalhando para os brasileiros! Eu não estou contra estrangeiros, não; estou contra os estrangeiros que têm toda a proteção das autoridades para explorarem o próprio brasileiro e as nossas riquezas. O estrangeiro que vem aqui para se submeter à lei, para trabalhar honestamente conosco, este é bem-vindo.

*O Sr. José Lins* — Pois é isso que nós devemos exigir, e é isso que o inquérito deve mostrar ou negar.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA** — É isso que exijo. Sabe, V. Exª, o que estavam fazendo os padres que estão, hoje, na cadeia? Estavam defendendo um hectare de terra para um cearense, conterrâneo de V. Exª E os outros, estran-

geiros que V. Exª defende, são os Ludwigs da vida, que têm um milhão e oitenta mil hectares, dados pelo Governo.

*O Sr. José Lins* — Não adianta demagogia, nobre Senador. Não estou falando em Ludwig, não fiz nenhuma referência a Ludwig.

**O SR. TOETÔNIO VILELA** — V. Exª pelo menos deveria ficar solidário com um pobre cearense. Mas, Sr. Presidente, vamos deixar que o Senador José Lins elogie os Ludwigs, a Volkswagen; afinal de contas, é um destino doloroso, mas, é alguma coisa, é um destino. Pior é não ter destino algum.

*O Sr. José Lins* — V. Exª está sendo profundamente injusto.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA** — Prefiro ficar com aqueles cearenses que vi lá, que encontrei lá,...

*O Sr. José Lins* — Há ali outros brasileiros, mesmo que não sejam cearenses.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA** — ... que foram via Maranhão. O Maranhão já foi a terra promissora. Mas as diretrizes governamentais, que transformaram toda a região nordestina em pasto para gado, fazem o mesmo com o Maranhão, que hoje já se queixa de seca. Imagine.

O nordestino foi sendo tangido para as matas, até chegar ao Araguaia, onde está sendo preso e processado.

*O Sr. José Lins* — V. Exª vai, certamente, nos culpar por isso.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA** — Mas o pobre cearense que passou pelo Maranhão e que eu encontrei lá nas matas do Araguaia não tem o apoio do nobre Senador José Lins, que aqui passa a apoiar Ludwig e Volkswagen, que nem sequer mandam um cartão de natal para ele.

Mas, nobre Senador, vou concluir, pedindo a V. Exª, Senador Almir Pinto, eventualmente na Presidência da Casa, cearense, que se interesse por este caso. Não se trata aqui, Sr. Presidente, de falar por falar, mas de uma denúncia, de uma denúncia grave, isto é de uma gravidade que pode nos levar a arrependimentos tardios, mas sem dúvida ao reconhecimento de total incompetência no trato dos sérios conflitos contemporâneos.

Obrigar-se um padre, que não está bem de suas faculdades mentais a rezar missa, e que, inclusive, está sujeito a ameaças fatais e ilimitadas para cumprir qualquer missão, é um crime. É um crime, sim.

Eu assisti os soldados do II BEC caindo essa tal igreja, que tinha sido condenado pelo Bispado de Conceição do Araguaia, em virtude das cheias constantes que a devastavam. E lhes perguntei, depois de fotografá-los e em presença de cinco pessoas, a razão de ser daquele zelo. — "Nós estamos limpando a mando do comando, do Major Edson" responderam-me os soldados. Sei que Edson é o mesmo major que mandou um soldado para a beira do Araguaia pedir a minha identificação e a assinatura do meu nome num livro, para então pisar as areias do Araguaia. Eu, Senador da República. Se importância houvesse nesse título, meu Deus, como estaria hoje este Senado! Mas não, e nem eu me incomodo com isto. Apenas registrei aqui a insólita atitude em discurso anterior, tomada por um soldado; mas coitado, mandado pelo Major Edson, do II BEC. Aqui anunciei o seu nome, e até hoje não veio e nem virá nenhuma explicação.

O que se está praticando naquela região é crime sobre crime, erro sobre erro, desatino sobre desatino, em nome da República. O GETAT é subordinado diretamente à Presidência da República e ao Conselho de Segurança Nacional. Não tem nada a ver com o Estado, não tem nada a ver com o município, nem ao INCRA ou qualquer Ministério. Subordinado diretamente à Presidência da República e ao Conselho de Segurança Nacional.

Pois bem, então é em nome da Presidência da República, é em nome do Conselho de Segurança Nacional que, segundo o Art. 89, da Constituição é o órgão competente para tratar de todas as diretrizes estáveis de política estável no País, é esse braço armado que lá continua, que nem um Lampião, a espanhar, bater, prender e expulsar nas matas, nas cidades e nos vilarejos, aqueles que trabalham e também aqueles que rezam. Onde está o erro que o GETAT castiga? Sr. Presidente, se erro há — e lá estive —, há o excesso de amor do homem à terra onde fez a sua casa para morar. Se erro há, há o excesso de dedicação de um padre, seja ele brasileiro ou estrangeiro, em apoio ao trabalho daquele homem! Não vi outros excessos. Ouvi quase todas pessoas representativas de São Geraldo do Araguaia, e torno a repetir, ouvi o Superintendente do GETAT, que foi a certo momento atacado de um surto de choro, que até hoje estou por saber por que. Mas, de cabeça baixa chorou longamente, ao contar, ao se surpreender com os episódios que estavam ocorrendo naquela região, que amava, inclusive por indução de sua própria genitora, que lhe pedira para que aceitasse aquele cargo.

Espero que V. Exª se interesse um pouco por esta causa. A região do Araguaia, pela sua riqueza de solo e subsolo é, na verdade, a garantia deste

País. E é em nome de Carajás, que o Sr. Delfim Netto continua a fazer as suas negociações de empréstimos lá fora. Cá, sabemos que Carajás começará a produzir recursos daqui a 10 anos e, durante esses 10 anos, os banqueiros internacionais estão dispostos a continuar a nos emprestar.

Sr. Presidente, imagine daqui a 10 anos, por quanto estará, nesse ritmo, segundo essa orientação, segundo essas diretrizes, a dívida externa brasileira, hoje com 63 bilhões de dólares?

Assistimos, agora, por último, o diretor de um banco privado, que é o maior credor do Brasil no exterior, dizer que isso aqui é uma maravilha, que apenas os neuróticos têm receio de dívida externa.

Mas, Sr. Presidente, esta Casa, que é a que tem, por dever constitucional, de apreciar todos os acordos firmados com qualquer entidade ou governo no exterior, jamais tomou conhecimento de qualquer contrato firmado entre o Ministro Delfim Netto e qualquer empresa multinacional, com relação à extração de minérios em Carajás.

No meu gabinete esteve, não faz uma semana, toda a diretoria da associação dos que exploram minérios no Brasil. Eu lhes perguntei se alguns deles, ou quantos deles estavam com suas empresas trabalhando em Carajás. A resposta foi simplesmente esta: "Até hoje, não conseguimos uma audiência com os Ministros dessa área, principalmente com o Ministro Delfim Netto".

O Sr. Evandro Carreira — Nobre Senador, permita-me uma pequena interferência, apenas para corroborar com a sua afirmação?

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Pois não.

O Sr. Evandro Carreira — Tenho um documento afirmativo de que empresas japonesas recuaram diante do Projeto Carajás, por faltar o aval do Legislativo. Por faltar o aval do Legislativo! E vai chegar o momento em que ninguém emprestará dinheiro ao Brasil, sem o aval do Legislativo, pois só esse aval poderá garantir um pagamento futuro. Porque se nós, um dia, se o povo, um dia, conseguir virar a mesa e corrigir esse sistema econômico errado, nós não temos obrigação de pagar, porque o povo não assumiu nenhum compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Nobre Senador, peço a V. Exª que encerre o seu discurso, porque estamos com uma sessão do Congresso convocada para as 18 horas e 30 minutos. V. Exª dispõe de 2 minutos para encerrar.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Muito obrigado, Sr. Presidente, encerrarei. Mas quero estar de pleno acordo com o nobre Senador Evandro Carreira. A mesma coisa eu disse há cerca de dois ou três anos passados, ao então Embaixador da Alemanha, que foi conversar comigo sobre o acordo nuclear. Eu disse a mesma coisa que disse V. Exª: "esses acordos não são válidos. Ou pela força, o Brasil vai ter que se manter durante séculos, ou um dia teremos que corrigir esses erros gravíssimos que estão cometendo contra o Brasil. Então transacionando unilateralmente, e não terão nenhum direito amanhã de receber coisíssima alguma da Nação brasileira, se um Governo legítimo, jurídico e autêntico se instalar no País". E é por isso que a cada dia, para se conseguir dinheiro, se pressiona mais, se prendem posseiros, se prendem aqueles que estão ao lado dos brasileiros e se ameaça meio mundo com a Lei de Segurança Nacional.

Meu discurso não terá resposta. A resposta será a expulsão desses padres, a expulsão dessas freiras, ou a prisão dessas freiras, enquadradas todas na Lei de Segurança Nacional, porque são subversivas. Subversivas por que, Sr. Presidente? Porque estão defendendo os direitos dos brasileiros. A que chegamos! Deixo com V. Exª, Sr. Presidente, o relatório anexo, que será publicado juntamente com este discurso. E que Deus nos ajude.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. TEOTÔNIO VILELA EM SEU DISCURSO:

##### DIOCESE DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Praça Frei Gil de Vilanova s/n 68540 Conceição do Araguaia — Pará. Telefones (091) 421-1278 — 421-1307

15 de outubro de 1981

Ao Pe.

Alfredo de 1 a 6

Prezado Pe. Alfredo,

Fiquei sabendo, ontem à noite, de sua chegada à Paróquia de São Geraldo de nossa Diocese de Conceição do Araguaia. Como o Senhor vem de fora talvez não saiba da situação complexa e delicada dessa Paróquia do Baixo Araguaia.

No dia 31 de agosto próximo passado os dois padres de lá foram detidos pela Polícia Federal e no momento estão em Brasília respondendo inquérito.

Desde o dia 9 de setembro certas pessoas estranhas estão procurando promover divisões no meio do povo de Deus residente em São Geraldo, e não gostaria que o Senhor se tornasse mais um agente de divisão no Corpo de Cristo.

Por este motivo permita-me o Senhor chamar-lhe a atenção sobre as diretrizes do Direito Canônico de nossa Igreja: que nenhum padre pode fazer uso de ordens e ter jurisdição sem primeiro receber missão do superior competente, que nesse caso sou eu, o Bispo da Diocese. Querendo o Senhor exercer qualquer ministério na Paróquia de São Geraldo ou em qualquer outra Paróquia de nossa Diocese é imprescindível receber com antecedência a nossa autorização.

Com os protestos de estima e consideração.

Assino irmão em Cristo, — Dom Patrick Joseph Hanrahan, Bispo Diocesano.

Ciente: — Alfredo de 1 a 6.

(ilegível)

Relatório:

Às 20 horas e 30 minutos do dia 15 de outubro, fomos para a Igreja S. Geraldo. O Pe. Alfredo estava celebrando a missa e pregando. Logo depois de nossa entrada, vários agentes da Polícia Federal nos cercaram sem dizer nada. Atrás do altar, tinha uma agente da Polícia Federal. Durante a comunhão, ela ajudou a pôr ordem. Na porta da Sacristia, um outro agente com máquina fotográfica, bateu vários retratos. Nós saímos logo após iniciar o ofertório. Depois, voltamos durante a comunhão, entraram novamente os agentes da Polícia, e nós permanecemos até o final.

Logo em seguida, fomos para a Sacristia, onde estavam dois homens desconhecidos, um deles com máquina fotográfica. Quando o Pe. Alfredo entrou na Sacristia, o Pe. Peter acompanhado pelas Irmãs Missionárias, se apresentou. No mesmo instante, Pe. Alfredo começou a falar em inglês, dizendo que tinha sido forçado a vir para S. Geraldo para celebrar missas e fazer batizados. Ele estava muito nervoso e, aparentemente, com muito medo.

Durante essa conversa, o agente da Polícia bateu 2 retratos, pedindo a nós que olhássemos para frente.

Pe. Peter convidou o Pe. Alfredo a vir para a Casa Paroquial e ele respondeu que talvez a Polícia não o deixasse. Então, o Pe. Alfredo pediu ao agente da máquina, licença para ir à Casa Paroquial, para consultar um superior. Na volta, ele disse que no momento não tinha permissão. Pe. Peter perguntou quem era o chefe e foi atrás da pessoa indicada, pedir esclarecimentos. Esta falou que Pe. Alfredo tinha compromissos. Ao ser perguntado se ele tinha proibido a ida do Pe. Alfredo à Casa Paroquial, respondeu que não era para proibir e deixou que o Pe. decidisse, encarregando-se de comunicar ao grupo o motivo da ausência do Padre.

Saímos em direção do Toyota.

Na viagem, o Pe. Alfredo tentou desligar um gravador que tinha na bolsa, já gravando.

Chegando à Casa Paroquial, entramos na sala e ele começou a chorar e sentir-se mal. Irmã Maria tomou a pulsação dele, que estava 40 x 100. Ajudando a recuperar o Pe. Peter, deu-lhe uma caipirinha sem açúcar, por ser ele diabético.

Mais tarde, ele melhorou e mostrou-se nervoso e com muito medo dos carros da GETAT, que passaram três vezes no período de 40 minutos. Ele até desconfiou que haviam agentes da Polícia fora da janela.

Depois de jurar pela Bíblia que iria falar a verdade total, repetiu que estava sendo forçado a rezar a missa nos festejos, em forma de uma ameaça de processo criminal que ele tem que responder no fim do mês; ele mostrou as cicatrizes das torturas que sofrera por ocasião de sua prisão em Belém no ano de 1976.

Pe. Peter apresentou uma carta que o Bispo Diocesano escreveu, cujo teor era a necessidade perante a Lei Canônica, de um Padre exercer suas funções sacerdotais sem permissão explícita do Ordinário do local ou uma pessoa delegada por ele. Pe. Alfredo aceitou livremente assinar essa carta como ciente.

Mais tarde, na conversa, demonstrou medo da possibilidade da carta ser divulgada, e achou que a Igreja iria tornar sua situação mais difícil ainda com a Polícia; mostrando-se desequilibrado, disse que ia fugir para a mata, e se matar. Apesar dos protestos todos, saiu dizendo que iam nos prender a todos e que seríamos mortos. Ele saiu, pulou a cerca e foi na direção da COBAL. Saímos atrás dele de Toyota, e o encontramos atrás de uma casa. Chamamos por ele e ele se escondeu.

Resolvemos voltar para casa às 18:20 horas do dia 16 de outubro.

Dois agentes da Polícia Federal chegaram procurando pelo Padre. Dissemos que ele tinha saído sozinho. Ele saiu gritando, prometendo voltar.

Às 00:20 horas, chegaram, num jipe da GETAT, 4 policiais com revólveres na mão, convidando a turma a sair de casa. Aí começou a violência: eles ameaçaram com os revólveres nos ouvidos, na cabeça, na nuca, ligando e desligando o botão de segurança, com empurrões, palavrões e palavras baixas, atacando a moral, dizendo que as irmãs são amantes dos padres.

A turma — 2 Bispos, 4 Irmãs e 1 Padre — foi levada no jipe da GETAT até a sede. Na viagem, continuaram as ameaças, dizendo que o Padre Alfredo estava em estado de coma e se ele morresse, todos seriam mortos. Diziam também que iam pegar o “Bispinho de vocês, também”. No GETAT eles distribuíram o grupo levando as 2 Irmãs de Caridade para um lugar e os outros para a Sede do GETAT.

Ali eles foram forçados a ficar de pé olhando para a parede, enquanto os agentes da Polícia ameaçavam com revólveres, batiam e sempre com palavrões, ameaçando de morte, dizendo que a turma ia “fazer um pacto”: morrerem juntos. Depois levaram o Pe. Peter para outra sala onde 4 ou 5 agentes o espancaram, bateram, insistindo no que ele tinha dado para o Pe. Alfredo beber.

Depois, levaram o Pe. Peter para a Sacristia onde estava o Pe. Alfredo deitado no chão, aparentemente em estado de coma. Depois, levaram o Pe. Peter para a Casa Paroquial e, de novo, com os revólveres encostados na cabeça iam perguntando sobre a carta que o Pe. havia assinado. Sempre fazendo perguntas e outras acusações e novos espancamentos esporádicos. Ao voltar para a Sede do GETAT, o Pe. Peter ficou mais ou menos 2 horas olhando para a parede.

Outro grupo, Helair e Helena e as duas leigas, ficaram também de pé, olhando para a parede durante 3 horas e 30 minutos, sendo interrogadas. No interrogatório, sempre insistindo sobre o que a Irmã Helena havia jamais conduzindo com o Padre Alfredo no dia anterior.

Os palavrões e os ataques contra a moral eram freqüentes, sempre ameaçando de morte.

Após o interrogatório do Padre Peter, levaram cadeiras e água para todos.

Às 5 horas e 50 minutos, o Dr. Fábio (como se diz) voltou para dizer que Padre Alfredo estava melhor e estávamos liberados e podíamos viajar.

Voltamos para casa, levados pelo jipe da GETAT.

16-10-81 — Às 14:20 horas.

Irmã Helena Soares Melo (Missionária de Jesus Crucificado)

Irmã Helair Maria Bedendo (Missionária de Jesus Crucificado)

Padre Peter Mc. Carthey (C.S.S.R.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVANDRO CARREIRA NA SESSÃO DE 22-10-81 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. EVANDRO CARREIRA** (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Registramos, hoje, um fato profundamente lamentável, ocorrido na cidade de Óbidos, no seu cais, onde o rio Amazonas se estreita e se aprofunda num gargalo que representa um vórtice e um sorvedouro.

Nesta localidade, às 3 horas da manhã de sábado passado — portanto, dia 19 — o navio Sobral Santos II submergiu, vítima da incúria da Capitania dos Portos daquela região, quando não se pode compreender nem admitir que embarcações trafeguem pelos rios amazônicos, sobrecarregadas não só de carga, como de passageiros, atendendo ao afã insopitável do capitalismo selvagem, que é a maximização do lucro. Não importa a vida humana, o que importa é lucro, o que importa é arrecadar, é fazer dinheiro; pôr em perigo a vida humana, isto pouco interessa.

É exatamente esse afã grotesco e canibalesco que está sorvendo vidas em toda a Amazônia.

Há meses o noticiário registrou o naufrágio de uma embarcação que vinha de Macapá para Munguba, no Projeto Jari, onde pereceram mais de trezentas pessoas em virtude da sobrecarga.

Ora, Sr. Presidente, não é possível que a Capitania tente justificar, alegando que é impossível fiscalizar essas embarcações quando elas se deslocam entre um ponto e outro, onde geralmente desobedecem as normas da Capitania dos Portos, recebendo mais carga ou mais passageiros, sem ser possível uma fiscalização direta, imediata e conseqüente.

Sr. Presidente, a desculpa parece-me amarela, sem cabimento, considerando a competência da Capitania dos Portos em descobrir o *modus faciendi*, a técnica mais eficaz de evitar que a lei seja burlada entre um porto e outro.

Eu não sei como ela há de fazer, eu não sou técnico no assunto, mas deve haver uma maneira de proceder, a fim de evitar que essas embarcações saiam sobrecarregadas, ou se sobrecarreguem entre duas fiscalizações, colocando carga até no toldo, principalmente caixas com garrafas vazias, provocando

fácil desequilíbrio da embarcação. Desequilíbrio esse que o raciocínio mais elementar compreenderia, quando a carga tem que ir exatamente no porão. O lastro de peso no porão é que dá equilíbrio à embarcação para que ela não aderne, para que ela não vire.

O que aconteceu com o Sobral Santos II, no Porto de Óbidos, foi exatamente em decorrência de ter adernado. Ele virou de lado. Por quê? Porque passageiros, ao chegar ao Porto de Óbidos, naturalmente procuraram o lado onde ele iria acostar no cais. Esse comportamento é natural, ninguém pode evitar essa curiosidade natural do passageiro, que é levado automaticamente a procurar o lado de bordo que encosta no cais, para ver a cidade, por pura curiosidade.

Nessa ocasião, há um pequeno desequilíbrio na embarcação, e se ela não estiver sobrecarregada, e toda a carga arrumada e amarrada no porão, apenas no porão, não havendo nada, absolutamente nada de carga nos conveses misturada com passageiros ou tripulação, nada acontecerá, a segurança será absoluta não só dos passageiros mas de toda a embarcação.

A catástrofe ocorreu porquanto havia sobrecarga, e a sobrecarga estava no convés de passageiros e o que é ainda mais grave, no toldo, provocando maior desequilíbrio do navio.

A responsabilidade, Sr. Presidente, é da Capitania dos Portos. Isso não pode mais acontecer, não se pode mais admitir qualquer explicação de que o excesso de carga ocorre no percurso que medeia entre um posto e outro de fiscalização. Se for preciso, a Capitania deve colocar dentro da embarcação um fiscal, ou deve ter um sistema de informações, ou pedir apoio e auxílio do SNI. O SNI não infiltra alcagüetes em toda parte? Por que não infiltra-los também nas embarcações? Acho que é mais importante ter um alcagüete dentro de uma embarcação do que dentro de uma sala universitária.

Sr. Presidente, perdoe-me a divagação, mas o fato é que nós todos estamos revoltados; além de compungidos, estamos revoltados, quando não é de hoje. O fato vem se repetindo com insistência: há dois anos, foi num célebre rebojo no Município de Codajás, o rebojo do Botafogo que é uma ponta d'água onde o rio Solimões corre a uma velocidade de 7 nós. Neste rebojo uma embarcação adernou, virou de lado em decorrência de excesso de peso, excesso de carga nos conveses e no toldo.

Não se pode levar carga em convés, a carga tem que estar separada do passageiro. Dezenas de passageiros morreram imprensados por canos de ferro que estavam arrumados no convés. Os canos foram jogados, foram atirados contra os passageiros que dormiam nas redes. As caixas também soterraram passageiros.

A verdade é esta: nós estamos revoltados. Há necessidade de a Capitania encontrar um meio, uma maneira de policiar a ganância dos proprietários de embarcação dos chamados “recreios”, ou ônibus aquáticos que, a qualquer preço, querem maximizar o lucro.

*O Sr. José Lins* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EVANDRO CARREIRA** — Ouço V. Ex<sup>a</sup>, com muita honra.

*O Sr. José Lins* — O País todo, nobre Senador Evandro Carreira, tomou conhecimento, profundamente consternado, desse desastre ocorrido no Amazonas, esses dias. Acredito que todo o Brasil se volta para aquela região e fica imaginando como fatos desta natureza se repetem, agora tão amiudadamente. V. Ex<sup>a</sup> está absolutamente certo, a sua revolta é justa e cabe certamente a SUNAMAM, ao Ministério dos Transportes, rever urgentemente as normas de transporte fluvial no rio Amazonas. Agora, quando o transporte se torna cada vez mais dinâmico, quando a região começa a ingressar numa fase nova de participação no desenvolvimento nacional, quando certamente o número de navios ou de viagens, pelo menos, ou a solicitação de passageiros e de carga se torna maior, certamente não havendo renovação ou ampliação da frota — de certo já é antiquada — talvez devido a essa ganância a que V. Ex<sup>a</sup> se refere, ou talvez para atender a pressão da demanda de mais transporte de cargas e passageiros, a arriscar vidas de seres humanos, o que é um absurdo. De modo que a sua revolta é justa e faço coro com V. Ex<sup>a</sup> nesse apelo ao Ministério dos Transportes e à SUNAMAM, para analisar urgentemente esses problemas de transporte fluvial do rio Amazonas e, ao mesmo tempo, junto-me a V. Ex<sup>a</sup> nas condolências que devemos, nós todos, profundamente consternados a essas famílias que perderam os seus entes queridos nesse desastre do rio Amazonas.

**O SR. EVANDRO CARREIRA** — Agradeço, nobre Senador José Lins, e quero assegurar a V. Ex<sup>a</sup> que a responsabilidade desses desastres, desses acidentes, está exatamente no excesso de carga e no excesso de passageiros. Não é o fato de a embarcação ser mais ou menos velha. Não! Todos os acidentes ocorridos trazem a implicação do excesso de carga ou excesso de passageiros. Esta é que a verdade. Aquela que sossobrou na foz do rio Amazonas, vinda de Macapá para Munguba, vinha com excesso de carga e de passageiros, e ao

bater num banco de areia houve um fenômeno natural, decorrente da própria inércia; a água se avolumou de tal forma que desequilibrou a embarcação, e a carga correu no sentido do desequilíbrio, provocando o adernamento total.

Basta 20 ou 30 passageiros, 2 ou 3 toneladas que sejam deslocadas rapidamente para um dos bordos do navio, para provocar desequilíbrio que, por sua vez, desloca a carga mal arrumada, aumentando a instabilidade até o desastre.

O fato é o seguinte, meu ilustre Senador José Lins, já estamos hoje, com uma perda de vidas, na Amazônia, em razão da falta de fiscalização rigorosa por parte das capitânicas dos portos, superior àquelas que perdemos na 2ª Guerra Mundial, na Europa; já estamos com mais de mil vítimas fatais em naufrágios, todos provocados por excesso de cargas; mil vidas humanas já se perderam estupidamente, apenas para saciar a ganância de proprietários de embarcação.

A embarcação chega a sair com o verdugo debaixo d'água, isto é, a linha de segurança completamente submersa, isso tudo com o beneplácito da fiscalização, considerando que capitânicas são munidas de embarcações velozes para percorrer os rios e proceder a fiscalização.

É este o apelo que eu gostaria de registrar enfaticamente, junto às autoridades responsáveis, principalmente, à Marinha brasileira, a fim de que dê ordens severas às capitânicas. A nossa gloriosa Marinha brasileira, que registra um passado irrepreensível, não deva permitir que vidas preciosas se acabem estupidamente em naufrágios criminosos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

#### ATA DA 173ª SESSÃO, REALIZADA EM 6 DE OUTUBRO DE 1981

(Publicada no DCN — Seção II — de 7-10-81)

##### Retificação

No DCN — Seção II — de 7-10-81, na página 5185, 2ª coluna, após a publicação do Projeto de Lei do Senado nº 290, de 1981, inclua-se, por omissão, o seguinte projeto:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, DE 1981

“Introduz modificação na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, que instituiu a Gratificação de Natal, visando tornar incontroverso o direito do trabalhador ao 13º-salário, quando se encontre em gozo de benefício previdenciário.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º As faltas legais e justificadas, assim como as ausências decorrentes de recebimento de benefício previdenciário (auxílio-doença), não serão deduzidas para os fins previstos no § 1º do art. 1º desta lei.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

##### Justificação

Diz o art. 2º da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, em sua redação atual, que:

“As faltas legais e justificadas ao serviço não serão deduzidas, etc., etc.”

A omissão desse texto relativamente às ausências decorrentes de amparo previdenciário por doença, aliada ao fato de o art. 4º do Regulamento (Decreto nº 57.155/65) falar em “empregados que não estiveram à disposição do empregador durante todos os meses”, tem permitido a interpretação, injusta sob todos os aspectos, de que os beneficiários de auxílio-doença não fazem jus ao 13º-salário integral.

O que o presente projeto busca é, pois, segundo a sugestão e reivindicação da Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro, dar ao texto legal a necessária clareza, evitando a prática de abusos ou injustiças contra trabalhadores.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 1981. — Humberto Lucena.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.090, DE 13 DE JULHO DE 1962

Institui a gratificação de natal.

Art. 2º As faltas legais e justificadas ao serviço não serão deduzidas para os fins previstos no parágrafo 1º, do art. 1º, desta lei.

As Comissões de Constituição e Justiça de Legislação Social e de Finanças.

#### ATA DA 174ª SESSÃO, REALIZADA EM 7-10-81

(Publicada no DCN (Seção II) de 8-10-81)

##### Retificação

No Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1981-Complementar, que introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1975, que criou o PRORURAL:

Na página 5220, 1ª coluna, na ementa do projeto.

Onde se lê:

“Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1975, que criou o PRORURAL.”

Leia-se:

“Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que criou o PRORURAL.”

TRECHO DA ATA DA 182ª SESSÃO, REALIZADA EM 14-10-81, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM MATÉRIA INDEVIDA (MENSAGEM Nº 284/80), NO DCN — SEÇÃO II — DE 15-10-81, PÁGINAS 5441 a 5.443:

#### MENSAGEM Nº 284, DE 1981

(Nº 449/81, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o artigo 42 (item III) da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor João Cabral de Melo Neto, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras, nos termos dos artigos 21 e 22 do Decreto nº 71.534, de 12 de dezembro de 1972.

Os méritos do Embaixador João Cabral de Melo Neto, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de outubro de 1981. — Aureliano Chaves.

##### INFORMAÇÃO

Curriculum-Vitae:

Embaixador João Cabral de Melo Neto.

Nascido em Recife, Pernambuco, 6 de janeiro de 1920.

Cônsul de Terceira Classe, concurso, 15 de dezembro de 1945.

Cônsul de Segunda Classe, antiguidade, 19 de setembro de 1951.

Primeiro-Secretário, merecimento, 8 de outubro de 1960.

Conselheiro, título, 20 de dezembro de 1963.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 31 de dezembro de 1966.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 1º de janeiro de 1976.

Auxiliar do Chefe, interino, do Departamento Político e Cultural, 1946.

Barcelona, Vice-Cônsul, 1947/50.

Londres, Vice-Cônsul, 1950/51.

Londres, Cônsul-Adjunto, 1951/52.

Liverpool, Encarregado do Consulado-Geral, 1952.

Barcelona, Cônsul-Adjunto, 1956/58.

Marselha, Cônsul-Adjunto, 1958/60.

Marselha, Encarregado do Consulado-Geral, 1959 e 1960.

Madri, Segundo-Secretário, 1960.

Madri, Primeiro-Secretário, 1961/62.

Sevilha, Cônsul, 1962/64.

Genebra, Delegação, Conselheiro, 1964/65.

Genebra, Encarregado da Delegação, 1965.

Berna, Conselheiro, 1965/66.

Berna, Chefe do SEPRO, 1965/66.

Berna, Encarregado de Negócios, 1965, 1966 e 1967.

Berna, Ministro-Conselheiro, 1966.

Barcelona, Cônsul-Geral, 1967/70.

Assunção, Ministro-Conselheiro, 1970/72.

Assunção, Encarregado de Negócios, 1970 e 1971.

Dacar, Embaixador, 1972/79.

Bamako, Embaixador, cumulativamente, 1972/79.

Nouakchot, Embaixador, cumulativamente, 1972/79.

Conacri, Embaixador, cumulativamente, 1977/79.

Quito, Embaixador, 1979/81.

Colóquio Latino-Americano, Gênova, 1965 (participante).

VII Bienal Internacional de Poesia, Knokk-le-Zoute, 1965 (representante).

Comissão de Revisão do "Manual de Serviço", 1965 (membro).

Professor dos Cursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de Barcelona.

Chefe do Gabinete do Ministro da Agricultura, 1961.

Membro da Academia Brasileira de Letras, 1968.

O Embaixador João Cabral de Melo Neto se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto à República do Equador.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 8 de outubro de 1981. — **Guilherme Luiz Leite Ribeiro**, Chefe da Divisão do Pessoal.

*À Comissão de Relações Exteriores.*

#### PORTARIA Nº 145, DE 1981

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 177 da Resolução nº 58, de 1972, resolve designar Caio Torres, Técnico em Legislação e Orçamento, Classe "Especial", Referência NS-25, Ivan D'Apremont Lima, Técnico Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-25, e Luiz Antônio Soares Laranja, Técnico Legislativo, Classe "C", Referência NS-17, para, sob a presidência do primeiro, apurarem o incidente havido na Agência SUSEM do Banco do Brasil S.A., tendo em vista o que consta do Processo número 005479 81 9.

Senado Federal, 16 de outubro de 1981. — **Aiman Nogueira da Gama**, Diretor-Geral.



**MESA**

**Presidente**  
Jarbas Passarinho

**1º-Vice-Presidente**  
Passos Pôrto

**2º-Vice-Presidente**  
Gilvan Rocha

**1º-Secretário**  
Cunha Lima

**2º-Secretário**  
Jorge Kalume

**3º-Secretário**  
Itamar Franco

**4º-Secretário**  
Jutahy Magalhães

**Suplentes de Secretários**

Almir Pinto  
Lenoir Vargas  
Agenor Maria  
Gastão Müller

**LIDERANÇA DO BLOCO  
PARLAMENTAR DO PARTIDO DO  
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

**PMDB****Líder**

Marcos Freire

**Vice-Líderes**

Roberto Saturnino  
Mauro Benevides  
Humberto Lucena  
Pedro Simon  
Orestes Quêrcia  
Henrique Santillo  
Lázaro Barboza  
Evandro Carreira

**LIDERANÇA DO BLOCO  
PARLAMENTAR DO  
PARTIDO POPULAR — PP**

**Líder**

Evelásio Vieira

**Vice-Líderes**  
Affonso Camargo  
José Fragelli  
Gastão Müller  
Mendes Canale  
Saldanha Derzi

**LIDERANÇA DO BLOCO  
PARLAMENTAR DO PARTIDO  
DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS**

**Líder**

Nilo Coelho

**Vice-Líderes**

Aderbal Jurema  
Aloysio Chaves  
Bernardino Viana  
Gabriel Hermes  
José Lins  
Lomanto Júnior  
Moacyr Dalla  
Murilo Badaró

**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Dirêtor: Antônio Carlos de Nogueira  
Local: Edifício Anexo das Comissões — Ala Senador Nilo Coelho  
Telefones: 223-6244 e 211-4141 — Ramais 3487, 3488 e 3489

**A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: Daniel Reis de Souza  
Local: Edifício Anexo das Comissões — Ala Senador Nilo Coelho  
Telefone: 211-4141 — Ramais 3490 e 3491

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Leite Chaves  
Vice-Presidente: Martins Filho

Titulares	Suplentes
<b>PDS</b>	
1. Benedito Canelas	1. Dinarte Mariz
2. Martins Filho	2. Lourival Baptista
3. João Calmon	3. José Caixeta
4. João Lúcio	

**PMDB**

1. Leite Chaves  
2. José Richa

**PP**

1. Mendes Canale  
1. Evelásio Vieira

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — Ramal 3492  
Reuniões: Terças-feiras, às 11.00 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho  
— Anexo das Comissões — Ramal 3378

**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Alberto Silva  
Vice-Presidente: José Lins

Titulares	Suplentes
<b>PDS</b>	
1. José Lins	1. Raimundo Parente
2. Eunice Michiles	2. Almir Pinto
3. Gabriel Hermes	3. Aloysio Chaves
4. Benedito Canelas	

**PMDB**

1. Evandro Carreira  
2. Mauro Benevides

1. Mendes Canale

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 3493  
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3024.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)**  
(15 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Aloysio Chaves  
1º-Vice-Presidente: Nelson Carneiro  
2º-Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares	Suplentes
	<b>PDS</b>
1. Aloysio Chaves	1. Benedito Canelas
2. Hugo Ramos	2. João Calmon
3. Lenoir Vargas	3. Almir Pinto
4. Murilo Badaró	4. Martins Filho
5. Bernardino Viana	5. Aderbal Jurema
6. Amaral Furlan	
7. Moacyr Dalla	
8. Raimundo Parente	

**PMDB**

1. Paulo Brossard  
2. Marcos Freire  
3. Nelson Carneiro  
4. Leite Chaves  
5. Orestes Quêrcia

**PP**

1. Tancredo Neves  
2. José Fragelli  
1. Mendes Canale

Assistente: Paulo Roberto Almeida Campos — Ramal 3972  
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 4315

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (DF)**  
(11 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Lourival Baptista  
Vice-Presidente: Mauro Benevides

Titulares	Suplentes
	<b>PDS</b>
1. Lourival Baptista	1. Luiz Cavalcante
2. Bernardino Viana	2. Almir Pinto
3. Moacyr Dalla	3. Aderbal Jurema
4. José Caixeta	4. José Lins
5. Martins Filho	
6. Murilo Badaró	

**PMDB**

1. Lázaro Barboza  
2. Mauro Benevides  
3. Adalberto Sena

**PP**

1. Saldanha Derzi  
2. Luiz Fernando Freire  
1. Affonso Camargo

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 3499  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3168

**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)**  
(11 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Richa  
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares	Suplentes
	<b>PDS</b>
1. Bernardino Viana	1. Lomanto Júnior
2. José Lins	2. Gabriel Hermes
3. Arno Damiani	3. Vicente Vuolo
4. Milton Cabral	4. Benedito Canelas
5. Luiz Cavalcante	
6. José Caixeta	

**PMDB**

1. Roberto Saturnino  
2. Pedro Simon  
3. José Richa

**PP**

1. José Fragelli  
2. Alberto Silva  
1. Affonso Camargo

Assistente: Francisco Guilherme Thees Ribeiro — Ramal 3495

Reuniões: Quartas-feiras, às 09:00 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho  
— Anexo das Comissões — Ramal 3256

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**  
(9 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Aderbal Jurema  
Vice-Presidente: Gastão Müller

Titulares	Suplentes
	<b>PDS</b>
1. Aderbal Jurema	1. Lomanto Júnior
2. João Calmon	2. Gabriel Hermes
3. Eunice Michiles	3. João Lúcio
4. Tarso Dutra	
5. José Sarney	

**PMDB**

1. Adalberto Sena  
2. Franco Montoro  
3. Pedro Simon

**PP**

1. Gastão Müller  
1. Evelásio Vieira

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — Ramal 3492  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3546

### COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF) (17 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro  
Vice-Presidente: Gabriel Hermes

Titulares	Suplentes
	PDS
1. Raimundo Parente	1. José Guimard
2. Lomanto Júnior	2. Lourival Baptista
3. Amaral Furlan	3. Benedito Canelas
4. Amaral Peixoto	4. Vicente Vuolo
5. Martins Filho	5. José Lins
6. Tarso Dutra	
7. Gabriel Hermes	
8. Bernardino Viana	
9. Almir Pinto	
	PMDB
1. Mauro Benevides	1. Humberto Lucena
2. Roberto Saturnino	2. Paulo Brossard
3. Pedro Simon	3. José Richa
4. Teotônio Vilela	
4. Franco Montoro	
	PP
1. Tancredo Neves	1. Saldanha Derzi
2. Afonso Camargo	2. José Fragelli
3. Mendes Canale	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 3493  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho  
— Anexo das Comissões — Ramal 4323

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS) (9 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Raimundo Parente  
Vice-Presidente: Humberto Lucena

Titulares	Suplentes
	PDS
1. Raimundo Parente	1. Arno Damiani
2. Aloysio Chaves	2. Aderbal Jurema
3. Moacyr Dalla	3. Almir Pinto
4. Eunice Michiles	
5. Gabriel Hermes	
	PMDB
1. Franco Montoro	1. Agenor Maria
2. Humberto Lucena	2. Nelson Carneiro
3. Jaison Barreto	
	PP
1. José Fragelli	1. Luiz Fernando Freire

Assistente: Luiz Cláudio de Brito — Ramal 3498  
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3339

### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME) (7 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral  
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares	Suplentes
	PDS
1. Milton Cabral	1. Dinarte Mariz
2. Luiz Cavalcante	2. Gabriel Hermes
3. José Lins	3. Martins Filho
4. Almir Pinto	
	PMDB
1. Henrique Santillo	1. Roberto Saturnino
2. Teotônio Vilela	
	PP
1. Afonso Camargo	1. Alberto Silva

Assistente: Francisco Gonçalves Pereira — Ramal 3496  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3652

### COMISSÃO DE MUNICÍPIOS — (CM) (17 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Lomanto Júnior  
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares	Suplentes
	PDS
1. Almir Pinto	1. Tarso Dutra
2. Lomanto Júnior	2. Aderbal Jurema
3. Amaral Furlan	3. José Sarney
4. Amaral Peixoto	4. Murilo Badaró
5. Benedito Canelas	5. José Caixeta
6. Arno Damiani	
7. Moacyr Dalla	
8. Raimundo Parente	
9. Vicente Vuolo	
	PMDB
1. José Richa	1. Marcos Freire
2. Orestes Quêrcia	2. Jaison Barreto
3. Evandro Carreira	3. Humberto Lucena
4. Lázaro Barboza	
5. Agenor Maria	
	PP
1. Gastão Müller	1. Alberto Silva
2. Afonso Camargo	2. Luiz Fernando Freire
3. Mendes Canale	

Assistente: Francisco Gonçalves Pereira — Ramal 3496  
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3122

### COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR) (5 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Adalberto Sena  
Vice-Presidente: Murilo Badaró

Titulares	Suplentes
	PDS
1. João Calmon	1. José Sarney
2. Murilo Badaró	2. Moacyr Dalla
3. Aderbal Jurema	
	PMDB
1. Adalberto Sena	1. Evandro Carreira
	PP
1. Saldanha Derzi	1. Mendes Canale

Assistente: Fátima Abrahão de Araújo — Ramal 3266  
Reuniões: Quintas-feiras, às 14:00 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3121

### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE) (15 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Luiz Viana  
1º-Vice-Presidente: Paulo Brossard  
2º-Vice-Presidente: Amaral Peixoto

Titulares	Suplentes
	PDS
1. Luiz Viana	1. Aderbal Jurema
2. Tarso Dutra	2. Bernardino Viana
3. Lomanto Júnior	3. Amaral Furlan
4. Amaral Peixoto	4. Moacyr Dalla
5. João Calmon	5. Martins Filho
6. Aloysio Chaves	
7. José Sarney	
8. Lourival Baptista	
	PMDB
1. Paulo Brossard	1. Leite Chaves
2. Nelson Carneiro	2. Pedro Simon
3. José Richa	3. Roberto Saturnino
4. Mauro Benevides	
5. Marcos Freire	

#### PP

1. Luiz Fernando Freire
1. Saldanha Derzi
2. Tancredo Neves

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — Ramal 3497  
Reuniões: Quartas-feiras, às 14:00 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho  
— Anexo das Comissões — Ramal 3254

### COMISSÃO DE SAÚDE — (CS) (7 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Jaison Barreto  
Vice-Presidente: Almir Pinto

Titulares	Suplentes
	PDS
1. Lomanto Júnior	1. Benedito Canelas
2. Almir Pinto	2. João Calmon
3. José Guimard	3. Arno Damiani
4. Lourival Baptista	
	PMDB
1. Henrique Santillo	1. Adalberto Sena
2. Jaison Barreto	

1. Saldanha Derzi
1. Gastão Müller

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 3499  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3020

### COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN) (7 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz  
Vice-Presidente: José Fragelli

Titulares	Suplentes
	PDS
1. Dinarte Mariz	1. Raimundo Parente
2. Luiz Cavalcante	2. Amaral Furlan
3. José Guimard	3. José Caixeta
4. Murilo Badaró	
	PMDB
1. Mauro Benevides	1. Orestes Quêrcia
2. Agenor Maria	
	PP
1. José Fragelli	1. Gastão Müller

Assistente: Marcelino dos Santos Camello — Ramal 3498  
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3020

### COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC) (7 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Agenor Maria  
Vice-Presidente: Raimundo Parente

Titulares	Suplentes
	PDS
1. Raimundo Parente	1. Helydio Nunes
2. Aderbal Jurema	2. Bernardino Viana
3. Lourival Baptista	3. José Guimard
4. Moacyr Dalla	
	PMDB
1. Agenor Maria	1. Lázaro Barboza
2. Humberto Lucena	
	PP
1. Gastão Müller	1. Luiz Fernando Freire

Assistente: Luiz Cláudio de Brito — Ramal 3498  
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas  
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3121

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Vicente Vuolo  
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

**Titulares**

1. Vicente Vuolo
2. Benedito Ferreira
3. Aloysio Chaves
4. Milton Cabral

**Suplentes**

**PDS**

1. Lomanto Júnior
2. Luiz Cavalcante
3. Amaral Peixoto

**PMDB**

1. Evandro Carreira
2. Lázaro Barboza

1. Orestes Quêrcia

**PP**

1. Alberto Silva
1. Affonso Camargo

Assistente: Marcelino dos Santos Camello — Ramal 3498

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa  
— Anexo das Comissões — Ramal 3130

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS**

Chefe: Alfeu de Oliveira

Local: Anexo das Comissões — Ala Senador Nilo Coelho  
— Andar Térreo — 211-3507

Assistentes: Helena Isnard Accauby — 211-3510

Mauro Lopes de Sá — 211-3509

Frederic Pinheiro Barreira — 211-3503

Maria de Lourdes Sampaio — 211-3503

João Hélio Carvalho Rocha — 211-3520

**C) SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE IN-  
QUÉRITO**

Chefe: Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz — 211-3511

Assistentes: Haroldo Pereira Fernandes — 211-3512

Elizabeth Gil Barbosa Vianna — 211-3501

Nadir da Rocha Gomes — 211-3508

Clayton Zanlorenzi — 211-3502

**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**  
**QUADRO DE HORÁRIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DAS**  
**COMISSÕES PERMANENTES PARA O BIÊNIO 1981/1982**

TERÇA-FEIRA		LOCAL DA REUNIÃO	ASSISTENTE
Horas	Comissões		
10:00	CAR	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3024	GUILHERME
11:00	CA	Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho Ramal 3378	SÉRGIO

QUARTA-FEIRA		LOCAL DA REUNIÃO	ASSISTENTE
Horas	Comissões		
09:00	CE	Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho Ramal 3256	FRANCISCO
09:30	CCJ	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 4315	PAULO ROBERTO
10:00	DF	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3168	LÊDA
10:30	CME	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3652	GONÇALVES
11:00	CRE	Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho Ramal 3254	LEILA
11:00	CSN	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3020	MARCELINO
11:00	CSPC	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3121	LUIZ CLÁUDIO

QUINTA-FEIRA		LOCAL DA REUNIÃO	ASSISTENTE
Horas	Comissões		
10:00	CEC	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3546	SERGIO
10:00	CF	Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho Ramal 4323	GUILHERME
10:00	CS	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3020	LÊDA
11:00	CLS	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3339	LUIZ CLÁUDIO
11:00	CM	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3122	GONÇALVES
11:00	CT	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3130	MARCELINO
14:00	CR	Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa Ramal 3121	FÁTIMA

